



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E
DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

BAIXO MARMELÓS

POVOS TORÁ, MATANAWI, MUNDURUKU, MURA, TENHARIM

Humaitá e Manicoré (AM)

Maria Elisa Martins Ladeira - Antropóloga-coordenadora

Portaria nº 972/Funai, de 26 de abril de 2024

INTRODUÇÃO	6
Os processos de identificação e delimitação envolvendo os Torá	9
Antecedentes administrativos: Análise dos processos constantes na CGID-FUNAI sobre as demandas Torá	10
A Terra Indígena de Baixo Marmelos.....	15
Aspectos metodológicos	18
I - PRIMEIRA PARTE: DADOS GERAIS	20
1.1 – Informações Gerais	20
1.2 - O histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido.....	23
1.2.1 - A mobilidade indígena nos séculos XVII e XVIII e a configuração da área: a presença missionária	23
1.3 - O século XIX e as frentes extrativistas no interflúvio Tapajós-Madeira.....	33
1.4 - Síntese da etnohistória da área Tapajós-Madeira.....	36
1.5 - A configuração territorial atual no interflúvio Tapajós-Madeira e a ação ordenadora do Estado brasileiro.....	41
1.5.1 - As ações do SPI	42
1.5.2 - Tempos atuais: a FUNAI	44
II - SEGUNDA PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE.....	47
2. 1- Ocupação permanente e contínua	47
2.2 Levantamento populacional	52
Comunidades da Gleba 2	64
2.3 - A história das famílias que habitam a TI Baixo Marmelos.....	71
2.4 - A ocupação da região contada por seus habitantes Torá, Munduruku, Mura e Matanawi	72
2.5. A constituição das atuais comunidades	73
2.6 As comunidades constantes da GLEBA 1.....	75
2.7 - As comunidades constantes da GLEBA 2	84
III – TERCEIRA PARTE ATIVIDADES PRODUTIVAS	88
3.1 - Breve histórico da exploração na região do Madeira.....	88
3.2 - Conhecimentos e práticas produtivas	95
3.3 - As roças	98
3.4 - A caça e a pesca.....	106
3.5 - O extrativismo florestal	115
3.5.1 Cipós e palha: Produção de artefatos tradicionais e sua utilização	115
3.5.2 - A castanha.....	117
3.5.3 - A copaíba	120
3.5.4 - O açai.....	120
3.5.5 - A andiroba.....	123
3.5.6 - A madeira.....	124
3.5.7 - Confeccção de Remos	124
3.5.8 - Confeccção de Cascos	125

IV – QUARTA PARTE: MEIO AMBIENTE	135
4.1 - Caracterização ambiental da região	136
4.2 - Classificações locais associadas ao uso dos recursos naturais.....	147
4.3 - Conflitos socioambientais.....	148
4.4 - Ameaças ao ambiente e conflitos segundo a percepção indígena.....	154
4.4.1 - Madeireiros	155
4.4.2 - Peixeiros.....	157
4.4.3 - Conflitos com o povo Tenharim	157
4.4.4 - O Garimpo	159
4.5 - Identificação das áreas imprescindíveis.....	162
V – QUINTA PARTE REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL.....	181
5.1- Reprodução física e cultural	181
5.2 - A construção de uma identidade indígena na situação atual.....	182
5.3 O sistema social: as relações de aliança	184
5.4 - Organização política: a formação de comunidades e as dissensões políticas entre as comunidades da TI Baixo Marmelos e as da TI Torá	186
5.5 - Deslocamentos e evasões: as aldeias potenciais e a população potencial.....	189
5. 6 - Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural	192
VI – SEXTA PARTE LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO	193
Metodologia	194
6.1 - Breve Histórico do processo de colonização da região	195
6.2- Caracterização e situação fundiária	197
6.3 - Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais	199
6.3.1 Área de Proteção Ambiental	201
6.3.2 - Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	204
6.3.3 SIGEF Privado e Público	205
6.3.4 Cadastro Nacional Florestas Públicas	210
6.3.5 Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	214
6.4 - A implantação da BR-319 e as políticas públicas.....	221
6.5 - Desmatamentos e a fronteira agropecuária	227
6.6 - A pressão do garimpo	236
6.7 - Mapas síntese.....	241
6.8 - Levantamento fundiário em campo	245
6.8.1 Descrição por comunidade e/ou localidade.....	245
6.9 - Pesquisa Cartorial	251
6.10 - Povoados limítrofes à TI Baixo Marmelos	256
6.11 - Localidades que não se reconhecem como indígenas na TI Baixo Marmelos.....	257
6.12 Notificação / citação de ocupantes não indígenas	257
Síntese fundiária da área em estudo	259
VII – SÉTIMA PARTE CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO	263
MAPA 26 - DELIMITAÇÃO DA TI BAIXO MARMELOS	270
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO (GLEBA 1)	277

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO (GLEBA 2)	283
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO C – LISTAGEM DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS	286
ANEXO D – APRESENTAÇÃO DAS GENEALOGIAS	293
ANEXO E – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	296
ANEXO F - TERMO DE ANUÊNCIA	313

Índice de figuras

Figura 1 Interflúvio Tapajós-Madeira, presença dos Irurí no Rio Madeira no século XVII (Fonte: Menéndez, 1981).	26
Figura 2 Localizações históricas dos povos Mura, Torá e Matanawi, segundo Nimuendaju, (1981)	33
Figura 3 Localização dos Torá no final do século XIX segundo o etnógrafo Paul Ehrenreich em 1891 (Fonte: Ehrenreich, 1948)	38
Figura 4 Migração dos Parintintin no século XIX (Coudreau, 1977)	40
Figura 5 Aldeias e comunidades do Baixo Marmelos	49
Figura 6 - Casas Aldeias Baixo Grande	54
Figura 7 Casas aldeia São José do Pindobal	56
Figura 8 - Casas da aldeia Vista Alegre	58
Figura 9 - Casas da aldeia Pau Queimado	60
Figura 10 Casas da aldeia São Raimundo	62
Figura 11 Casas da aldeia São José do Laguinho	64
Figura 12 Casas da aldeia Vera Cruz	66
Figura 13 - Casas da aldeia Palmeira.	68
Figura 14 Linha do Tempo da Ocupação Extrativista da Região (A)	93
Figura 15 Calendário sazonal de atividades produtivas no Baixo Marmelos	97
Figura 16 distribuição por município do incremento do desmatamento 2018/2019 no AM.	151
Figura 17 - Quadro sobre Comunidades ribeirinhas na região	198
Figura 18 - Área de Influência da BR-319. Estudo de Componente Indígena da BR-319.	222
Figura 19 - Área de responsabilidade do Incra/ assentamentos na área de influência da BR-319	223
Figura 20 - Área sob Limitação Administrativa /ALAP sob responsabilidade do ICMbio	224
Figura 21 Áreas com Potencial de lavra Mapa de Recursos Minerais do Estado do Amazonas – CPRM/CIAMA/AM.	237
Figura 22 - Quadro de Localidades identificadas pelo DNPM nas permissões de lavra garimpeira (PLG), no município de Humaitá	238
Figura 23 - Quadro de Localidades identificadas pelo DNPM nas permissões de Lavra garimpeira (PLG), no município de Manicoré.	239
Figura 24 - Dados sobre Cooperativas de Extrativistas minerais em Manicoré e Humaitá. SDS, 2008 (Fonte: Wagner A, 2009:286)	240

Índice de mapas

Mapa 1 - Proposta apresentada pelo CIMI, em 2018, em acordo com as comunidades do Baixo Marmelos.	14
Mapa 2 - Localização do território do Baixo Marmelos em relação aos municípios de Manicoré e Humaitá (AM)	17
Mapa 3 - Mobilidade dos povos na região em estudo nos séculos XVIII e XIX.	29
Mapa 4 - Localização da área de estudo e as terras indígenas do entorno.	46
Mapa 5 Formação e relação entre as aldeias que compõem a área de estudo.	74
Mapa 6 Solos da região de estudo da proposta da Terra Indígena Baixo Marmelos	138
Mapa 7 Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira	143
Mapa 8 Mapa de calor da ocorrência de desmatamento nas 90 cenas prioritárias usadas na estimativa do PRODES, 2019, para a Amazônia Legal	150
Mapa 9 Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020	153
Mapa 10 - Áreas Indispensáveis às Atividades Produtivas, à Conservação e ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais Essenciais à Reprodução Física e Sociocultural	180
Mapa 11 - Sobreposição APA dos Campos de Manicoré à proposta da Gleba 1 da TI Baixo Marmelos	203
Mapa 12 - Sobreposição Assentamentos	205
Mapa 13 - Sobreposição SIGEF privado - glebas 1 e 2 da TI Baixo Marmelos	207
Mapa 14 - Sobreposição SIGEF público - glebas 1 e 2 TI Baixo Marmelos	209
Mapa 15 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 1	211
Mapa 16 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 2	213
Mapa 17 - Imóvel rural (CAR) incidente na área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 1	217
Mapa 18 - Imóvel rural (CAR) incidente na área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 2	220
Mapa 19 Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020.	230
Mapa 20 - Mapa de localização da RDS Rio Manicoré	233
Mapa 21 - Cadastro Nacional De Florestas Públicas na Região de Estudo da Proposta do Território Baixo Marmelos.	235
Mapa 22 - Pressões e Ameaças sobre o a área do Baixo Marmelos.	242
Mapa 23 - Estrutura fundiária da região da TI Baixo Marmelos	243
Mapa 24 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo	248
Mapa 25 - Panorama fundiário da região da proposta da Terra Indígena Baixo Marmelos	261

Índice de tabelas

Tabela 1 Listagem das aldeias atuais, povos, comparativo da população e localização. _____	21
Tabela 2 Relação das TIs demarcadas na região dos interflúvios Mayci, Marmelos e Madeira. _____	45
Tabela 3 - Relação dos moradores da aldeia Baixo Grande. _____	55
Tabela 4 Tabela 5 Relação de moradores da aldeia São José do Pindobal _____	57
Tabela 5 Relação dos moradores da aldeia Vista Alegre _____	59
Tabela 6 Relação dos moradores da Aldeia Pau Queimado _____	61
Tabela 7 Relação dos moradores da aldeia São Raimundo. _____	63
Tabela 8 Relação dos moradores da aldeia São José do Laguinho _____	65
Tabela 9 - Relação dos moradores da aldeia Vera Cruz _____	67
Tabela 10 Relação dos moradores da aldeia Palmeira _____	69
Tabela 11 Relação dos moradores da comunidade Escondido lado1. _____	70
Tabela 12 Relação dos moradores da comunidade Escondido lado 2. _____	71
Tabela 13 Principais espécies cultivadas nas roças e quintais no Território Reivindicado do Baixo Marmelos _____	100
Tabela 14 Produtos alimentícios beneficiados _____	104
Tabela 15 Técnicas de caça com armas de fogo _____	107
Tabela 16 Lista de animais informados nas entrevistas _____	108
Tabela 17 Animais peçonhentos e insetos utilizados _____	110
Tabela 18 Peixes capturados no Rio Marmelos e seus afluentes _____	111
Tabela 19 Praias monitoradas pelo Projeto Quelônios _____	114
Tabela 20 Lista de árvores nativas conhecidas e utilizadas _____	128
Tabela 21 Caracterização indígena de fitofisionomias _____	147
Tabela 22 Áreas sob influência das aldeias com uso atual/ histórico _____	164
Tabela 23 Áreas de usufruto atual/histórico nos rios Marmelos, Juqui, Mayci e Sepoti. _____	170
Tabela 24 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete _____	194
Tabela 25 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos – Gleba 1 _____	199
Tabela 26 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos – Gleba 2 _____	200
Tabela 27 - Informações relacionadas aos assentamentos sobrepostos à proposta da TI Baixo Marmelos - Gleba 1 _____	204
Tabela 28 - Informações relacionadas aos assentamentos sobrepostos à proposta da TI Baixo Marmelos - Gleba 2 _____	204
Tabela 29 - Relação SIGEF privado – Gleba 1 _____	206
Tabela 30 - Relação SIGEF privado – Gleba 2 _____	206
Tabela 31 - Relação SIGEF Público – Gleba 1 _____	208
Tabela 32 - Relação SIGEF Público – Gleba 2 _____	208
Tabela 33 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 1 _____	210
Tabela 34 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 2 _____	212
Tabela 35 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 1 _____	215
Tabela 36 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Baixo Marmelos – Gleba 1 _____	218
Tabela 37 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 2 _____	219
Tabela 38 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Baixo Marmelos – Gleba 2 _____	219
Tabela 39 - Informações relacionadas aos imóveis privados do SIGEF. _____	244
Tabela 40 - Caracterização e o perfil das ocupações não indígenas. _____	249

Tabela 41 - Relação de imóveis e ocupantes não indígenas sobrepostos à área em estudo Baixo Marmelos _____	252
Tabela 42 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação _____	258

Índice de fotos

Foto 1 Telhado de palha, visão interna.	50
Foto 2 - Casa de madeira em palafita, telhado de palha.	50
Foto 3 Chinelos na porta /aldeia S. Raimundo.	51
Foto 4 Ocupação interna da casa/aldeia S.Raimundo	51
Foto 5 Porto /canoa/jirau para lavar roupa/Aldeia Baixo Grande.	52
Foto 6 - Cemitério aldeia Pau Queimado 76	76
Foto 7 - Dona Alta Matanawi /Pau Queimado 76	76
Foto 8 Dona Ila Marques fundadora da aldeia S. José do Pindobal.	77
Foto 9 Seu Amair e D. Amélia, fundadora da aldeia Vista Alegre.	78
Foto 10 Seu Francisco cacique e fundador do São Raimundo 78	78
Foto 11- Seu Domingos Calisto Torá/aldeia Baixo Grande.	81
Foto 12 Seu Constantino Torá junto ao cacique Rosivilton Munduruku/aldeia S. José do Pindobal.	82
Foto 13 Seu Pedro Cunha Torá, cacique da Vera Cruz.....	84
Foto 14 Seu João Bosco Mura, cacique da aldeia Palmeira.	85
Foto 15 Roça na aldeia São José do Pindobal 99	99
Foto 16 Tipiti em uma casa de farinha na aldeia Palmeira.	104
Foto 17 Mandioca na água/preparo da farinha puba 106	106
Foto 18 Carne de caça secando ao sol..... 107	107
Foto 19 - Pesca com flecha 111	111
Foto 20 - paneiro usado para coleta e armazenamento, aldeia Palmeira.	115
Foto 21 fabricação de uma cumieira.	116
Foto 22 algumas variedades de pontas de flechas 117	117
Foto 23 açai secando na aldeia Vera Cruz 121	121
Foto 24 açaizal manejado, aldeia S. José do Laguinho.	122
Foto 25 canoa no rio Marmelos..... 125	125
Foto 26 confecção de canoa, aldeia Baixo Grande 126	126
Foto 27 confecção de canoa 127	127
Foto 28 crianças da aldeia São Raimundo..... 134	134
Foto 29 - Garimpo na boca (foz) do rio Marmelos 161	161

Lista de Siglas

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

APA – Área de Proteção Ambiental

BSB – Brasília

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CIAMA – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COOEMFAM - Cooperativas de Extrativistas Minerais em Manicoré

COPEMFAH - Cooperativas de Extrativistas Minerais Familiares de Humaitá

COVID – 19 - Coronavírus

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAAM - Órgão ambiental do Estado do Amazonas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP – Medida Provisória

PA – Projeto de Assentamento

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE - Projeto de Assentamento Estadual

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PARNA – Parque Nacional

PDE - Plano Decenal de Energia

PDE - Plano Decenal de Energia

PGR - Procuradoria Geral da República

PIB – Produto Interno Bruto

PLG - Permissões de Lavra Garimpeira

PNCS – Projeto Nova Cartografia Social

PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos

PRODES – Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

RESEX – Reserva Extrativista

RCID- Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

SAT'S - Sistemas Agrícolas Tradicionais

SATs - Sistemas Agrícolas Tradicionais

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

STF - Supremo Tribunal Federal

T.I. – Terra Indígena

INTRODUÇÃO

O artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconheceu aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União o dever de demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Ao definir o conceito de terras tradicionalmente ocupadas, o texto constitucional estabelece que se trata daquelas habitadas pelos povos indígenas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Em consonância com esse preceito constitucional, a Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio) já previa a demarcação administrativa das terras indígenas, atribuindo ao Poder Executivo a competência para regulamentar o respectivo procedimento. Atualmente, o processo administrativo de identificação e delimitação dessas áreas é disciplinado pelo Decreto nº 1.775/1996 e pela Lei nº 14.701/2023, que estabelecem as etapas, os critérios técnicos e as garantias procedimentais aplicáveis ao reconhecimento dessas terras.

Nos termos do Decreto nº 1.775/1996, a identificação e delimitação das terras indígenas são realizadas a partir de estudos de natureza antropológica, etno-histórica, ambiental, cartográfica e fundiária, conduzidos por Grupo Técnico (GT) instituído pela Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Os resultados desses estudos são consolidados em Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), cuja elaboração observa as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 1996, do Ministério da Justiça.

É nesse contexto constitucional e infraconstitucional que se insere o presente Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), elaborado com a finalidade de subsidiar a reivindicação histórica de oito comunidades indígenas situadas na região do Baixo Marmelos, as quais reivindicam a delimitação de Terra Indígena localizada nos municípios de Humaitá e Manicoré, no Estado do Amazonas.

O RCID sistematiza e articula estudos multidisciplinares de natureza histórica, antropológica, ambiental e fundiária indispensáveis à identificação e delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos, tradicionalmente ocupada pelas etnias Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim, reunindo elementos técnicos capazes de demonstrar a continuidade da ocupação e a conformação territorial reivindicada.

No que se refere aos antecedentes administrativos da reivindicação territorial das comunidades indígenas do Baixo Marmelos, verifica-se a existência de um conjunto significativo de iniciativas institucionais, registros técnicos e manifestações comunitárias acumuladas ao longo de mais de duas décadas. Tais elementos encontram-se atualmente sistematizados no Processo Administrativo Funai nº 08620.003896/2024-79, no qual estão reunidos documentos técnicos,

pareceres institucionais, estudos preliminares e registros administrativos relacionados à demanda de reconhecimento territorial apresentada pelas comunidades indígenas da região.

A análise da documentação constante nos autos permite identificar que os primeiros registros formais relativos à reivindicação remontam ao início dos anos 2000. Entre os antecedentes administrativos, destaca-se a existência de dossiê elaborado no ano de 2001, posteriormente incorporado ao processo administrativo correspondente, no qual se encontram reunidos documentos que já apontavam para a presença contínua e a permanência de grupos indígenas na área em questão.

Entre os documentos mais relevantes desse conjunto destaca-se comunicação encaminhada pelo antropólogo Edmundo Antônio Peggion, responsável pela coordenação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Torá, elaborado em 1997. No referido documento técnico, o pesquisador registra a presença de um grupo pertencente ao povo Torá na área atualmente reivindicada pelas comunidades do Baixo Marmelos, apresentando, inclusive, informações genealógicas relativas às famílias ali estabelecidas.

Nesse contexto, a apresentação de dados genealógicos assume particular relevância no âmbito dos estudos de identificação territorial, uma vez que tais registros permitem evidenciar relações de parentesco, trajetórias de ocupação e processos de continuidade histórica da presença indígena em determinado espaço territorial. Na literatura antropológica aplicada aos processos de demarcação de terras indígenas, a reconstrução de genealogias familiares constitui procedimento metodológico recorrente, permitindo demonstrar a persistência de vínculos sociais e territoriais entre grupos indígenas e determinadas áreas de ocupação tradicional.

No ano de 2003, um ofício da Organização dos Povos Indígenas Torá, Tenharin, Apurinã, Mura, Parintintin e Pirahã - OPITTAMPP - encaminhava solicitação à Funai pleiteando a constituição de Grupo Técnico com a finalidade de realizar estudos de identificação e delimitação na área então referida como São José. Tal solicitação revela que, já naquele momento, havia por parte das comunidades locais e de interlocutores institucionais a compreensão de que a área demandava análise técnica especializada, com vistas à verificação da existência de elementos caracterizadores da ocupação tradicional indígena, conforme previsto na legislação indigenista vigente.

Posteriormente, no ano de 2010, o memorando de nº 641/CGID/Funai encaminha solicitação da comunidade indígena de Baixo Marmelos para que os estudos de identificação e delimitação abranjam também as comunidades indígenas de São Raimundo, Pau Queimado e São José, por estarem todas situadas na mesma área geográfica. Observa-se assim, ampliação significativa da reivindicação inicialmente apresentada.

Nesse contexto, a demanda que, em um primeiro momento, estava associada à localidade de São José, passa a incorporar também outras comunidades indígenas situadas na mesma região, especialmente as comunidades de São Raimundo e Pau Queimado. A ampliação do pleito

territorial fundamenta-se no reconhecimento de que essas comunidades compartilham um mesmo espaço regional de uso e ocupação, estabelecendo entre si relações de parentesco, circulação e uso comum dos recursos naturais.

Essa dinâmica é compatível com os padrões de territorialidade observados em diversos contextos indígenas amazônicos, nos quais o território não se configura apenas como um espaço fixo de residência permanente, mas como um conjunto mais amplo de áreas interligadas por redes de mobilidade, uso sazonal de recursos naturais, práticas de coleta, pesca, agricultura e circulação social entre diferentes aldeias e sítios de ocupação. Nesse sentido, a reivindicação territorial passa a considerar o conjunto dessas localidades como parte de um mesmo sistema territorial, historicamente compartilhado por famílias e grupos indígenas com vínculos socioculturais comuns.

No ano de 2013, documento expedido pela Coordenação Regional Madeira da Fundação Nacional dos Povos Indígenas contribuiu para a qualificação técnica da área reivindicada. Nesse registro institucional foram identificadas como integrantes do conjunto territorial denominado Baixo Marmelos as aldeias Baixo Grande, São José, Pau Queimado, São Raimundo, Vista Alegre e Vera Cruz.

Nessa perspectiva, a identificação dessas localidades como parte de um mesmo conjunto territorial evidencia o reconhecimento administrativo da existência de vínculos históricos, sociais e territoriais entre essas comunidades, que passaram a ser consideradas de forma articulada no âmbito da reivindicação territorial.

À época do referido levantamento institucional, o conjunto dessas comunidades totalizava uma população estimada em 638 indígenas, conforme registrado nos autos administrativos. Esse dado demográfico, ainda que sujeito a variações ao longo do tempo em razão de processos de mobilidade, crescimento populacional e rearranjos familiares, constitui elemento relevante para a compreensão da dinâmica social das comunidades envolvidas e para a análise das condições de reprodução física e cultural desses grupos no território por eles tradicionalmente ocupado.

Assim, a análise dos antecedentes administrativos demonstra que a reivindicação territorial das comunidades indígenas do Baixo Marmelos não constitui demanda recente ou isolada. Ao contrário, trata-se de um processo construído ao longo do tempo, sustentado por registros etnográficos, manifestações comunitárias, documentos institucionais e iniciativas administrativas que, de forma progressiva, vêm evidenciando a presença indígena na região e a existência de vínculos históricos e socioterritoriais entre as comunidades atualmente envolvidas no processo de identificação e delimitação territorial.

O processo de identificação e delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos foi impulsionado por parceria institucional firmada entre a sociedade civil, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) e o Ministério Público Federal, por intermédio de sua 6ª Câmara no Estado do Amazonas. Tal articulação teve como propósito

viabilizar a produção de estudos técnicos aptos a qualificar a análise da demanda territorial apresentada pelas comunidades indígenas da região, conferindo maior densidade empírica e fundamentação técnica ao processo administrativo.

Nesse contexto, os estudos técnicos preliminares, iniciados em 2022, reuniram informações de natureza antropológica, ambiental e cartográfica, permitindo a sistematização de dados sobre a ocupação tradicional, as formas de uso e manejo dos recursos naturais, a organização socioterritorial das aldeias e a configuração espacial da área reivindicada.

A produção desses registros subsidiou a adoção de providências formais no âmbito da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, notadamente quanto à instauração da fase oficial de estudos multidisciplinares necessários à identificação e delimitação da área tradicionalmente ocupada.

Assim, por meio da Portaria Funai nº 972, de 26 de abril de 2024, foram formalizados os estudos multidisciplinares de natureza antropológica, etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos, reivindicada por indígenas pertencentes às etnias Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim, localizada nos municípios de Humaitá e Manicoré, no estado do Amazonas. Tal portaria instituiu o Grupo Técnico (GT) responsável pela condução dos trabalhos, composto pela antropóloga e coordenadora Maria Elisa Martins Ladeira, pelo ambientalista Augusto Santiago e pela geógrafa Carolina Boccato Dias de Góes, responsável pela elaboração da cartografia da área em estudo.

A constituição do Grupo Técnico, nos termos do Decreto n.º 1.775/96, representa desdobramento necessário de procedimentos administrativos voltados à regularização das áreas tradicionalmente ocupadas pelo povo Torá, iniciados ainda na década de 1980. O presente relatório consolida os elementos técnicos indispensáveis à adequação e continuidade desses procedimentos à luz do marco jurídico vigente, especialmente do conceito constitucional de terra tradicionalmente ocupada.

Dessa forma, o presente RCID, estruturado em conformidade com as disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, consolida informações históricas, antropológicas, ambientais e fundiárias que evidenciam a ocupação tradicional e a vinculação territorial das comunidades indígenas do Baixo Marmelos, constituindo subsídio técnico fundamental à instauração e ao prosseguimento do procedimento administrativo de identificação e delimitação da área reivindicada.

Os processos de identificação e delimitação envolvendo os Torá

Este tópico apresenta a análise da documentação relativa à Terra Indígena Torá arquivada na Diretoria de Proteção Territorial (DPT), processo Funai/BSB/3074, que resultou na portaria

1810/E de 24 de dezembro de 1984 designando como coordenador do Grupo Técnico o antropólogo José Carlos Levinho. Igualmente foi analisado o processo FUNAI/BSB/2585/88 cujo despacho nº 45 de 23 de agosto de 1995 (quase dez anos após os estudos do primeiro GT), aprovou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Torá coordenador pelo antropólogo Edmundo Peggion. A análise destes dois processos foi fundamental para a sistematização das informações sobre os procedimentos administrativos já realizados pelo Estado Brasileiro junto àquelas comunidades e povos indígenas situados na região do baixo rio Marmelos

Antecedentes administrativos: Análise dos processos constantes na CGID-FUNAI sobre as demandas Torá¹

Uma liderança Torá² relatou à antropóloga coordenadora destes Estudos que em 1980 reivindicaram junto à FUNAI a regularização de suas terras e que somente *partes da área pretendida* foram reconhecidas por este órgão. A *Terra Indígena Torá* foi delimitada e posteriormente demarcada com 54.961ha e homologada em 2004. Contudo as lideranças indígenas das aldeias que não foram contempladas na proposta alegam que desconhecem os motivos pelos quais partes importantes e fundamentais para a preservação do seu modo de vida foram desconsideradas quando da ocasião dos estudos de identificação e delimitação da referida TI.

O processo de reconhecimento desta TI teve início com a Portaria nº 1810/E, de 24 de dezembro de 1984, e que determinou o “deslocamento às Áreas Indígenas Mura do Rio Manicoré, município de Manicoré; Parintintin, Torá e Pirahã, Município de Humaitá, Estado do Amazonas, dos servidores José Carlos Levinho - Antropólogo; Lévio Natal Lopes de Oliveira - Técnico em Agrimensura; ambos lotados na DPI, para, sob a coordenação do primeiro e juntamente com técnicos a serem designados pelo INCRA e ITERAM, realizarem estudos visando a definição dos limites das terras indígenas acima mencionadas.

É desta determinação, de 1984, que se elaborará os primeiros relatórios de identificação de diversas Terras Indígenas hoje reconhecidas na região, entre elas as TIs 9 de Janeiro, Ipixuna (povo Parintintin), a TI Pirahã, a TI Rio Manicoré (povo Mura) e a TI Torá. O processo de regularização destas Terras Indígenas determinaria outra configuração territorial na área do interflúvio dos rios Marmelos e Maicy.

Realizados em 1985, os primeiros trabalhos para delimitação da área Torá, sob a coordenação do antropólogo da FUNAI José Carlos Levinho, apresentaram a delimitação de uma

¹ Processos FUNAI/BSB/3074/83 e FUNAI/BSB/2585/88 relativos à TI Torá.

² Rubermar Torá, CTL Funai em Auxiliadora, município de Humaitá.

Área Indígena³ com superfície de 24.600 ha e perímetro de 100 quilômetros e que abrangia basicamente um pequeno trecho do baixo rio Marmelos e as terras entre os igarapés Camujazinho e Grande, ambos afluentes do igarapé Camujá. O levantamento feito pelo citado antropólogo apontou a presença naquela área de indígenas de diversos povos da região, especialmente os Apurinã, chegados ali em 1983, depois de conflitos com os Pirahã. Indicou ainda a ocupação de indígenas Torá em três localidades da área: *Fortaleza, Cabeça de Anta e Surupy*, localidades já apontadas por Nimuendajú em 1922 e que faziam parte dos lotes demarcados pelo SPI no início do século XX - e onde os indigenistas Lange e Heringer os encontrariam em 1980. O relatório de Levinho não inclui em sua proposta a área de ocupação tradicional dos Torá e dos Matanawi e das várias áreas de uso e a totalidade das aldeias indígenas habitadas pelos Tora, Matanawi, Munduruku e Mura então existentes na área.

Em 1990 membros das aldeias que não constavam da área identificada buscaram outras vias para a regularização de suas terras. Mencionam que, para a parte da terra que se encontra no município de Humaitá, a prefeitura municipal e o INCRA entraram em acordo para lotear e regularizar os indígenas residentes na área. Diversos chefes de família afirmam que tiveram seus terrenos titulados na ocasião. Entretanto, relatório do CIMI (2018) aponta que não foi possível confirmar a existência de tais títulos.

Em 1991, ao tempo da Comissão Especial de Análise (CEA) da FUNAI instituída pela Portaria n° 389/91, os Torá exigiram, em documento datado de 15.09.91, a retirada do grupo Apurinã que majoritariamente ocupava as aldeias localizadas na TI Torá. Dizem os Torá: *“queremos informar ainda que em breve começaremos a ocupar a área. fato pelo qual pedimos a agilização do processo de retirada dos Apurinã de nossa Área para com isso evitar maiores conflitos”*.

Ainda em 1991, após a expedição do Decreto n° 022/91 assinado pelo presidente Fernando Collor e que disciplinava o processo de identificação e delimitação de Terras Indígenas no Brasil (o primeiro depois da redemocratização do país), o processo foi submetido à CEA, que em sua 6ª Reunião Ordinária, realizada em 11.06.91, sugeriu que fossem prestados maiores esclarecimentos sobre a Área. Paralelamente, pelo Termo de Credenciamento n° 007/CEA/91, foram designados dois indigenistas do CIMI-Norte I para receber da comunidade indígena a sua anuência quanto aos limites identificados em 1984. Em resposta, os Torá enviaram um termo datado de 15.09.91 através do qual expressaram a sua *“não anuência quanto aos limites definidos para Terra Indígena Torá identificados pelo grupo de trabalho constituído pela Portaria n° 1810/E, de 24.12.84, apontando que grande parte da área ficou fora dos limites definidos”*.

³ Área era o termo utilizado pela FUNAI, na época, para o que hoje chama de Terra Indígena.

Em 1997 a COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – enviou carta à Funai requerendo a regularização das terras Torá, reforçando carta das lideranças indígenas.

Um ano depois, em 1998, considerando a manifestação da comunidade indígena, foi constituído novo grupo técnico pela Portaria nº 306/ PRES, de 06.04.98 (publicada no DOU nº 67, de 08.04.98), para proceder estudos de identificação e delimitação da TI Torá, indicando o antropólogo Edmund Peggion para a coordenação do Grupo Técnico. Um ano depois, o Despacho nº 45, de 23 de agosto de 1999, aprova o Relatório de Identificação e Delimitação da TI Torá. A área delimitada, conforme se constata pelo mapa e memorial descritivo, abrange uma superfície de 50.600 hectares. Entretanto não inclui na proposta a ser demarcada a área de habitação e ocupação de 8 aldeias indígenas habitantes do Marmelos. Peggion em seu relatório faz menção a estas aldeias, nos seguintes termos: “(...) os Torá vivem em várias aldeias ao longo do rio Marmelos, algumas dentro e outras fora (...) [e sua] população gira em torno de 51 pessoas distribuídas em pequenos núcleos habitacionais dentro e fora da área” – mas não justifica a não inclusão de todas as aldeias na proposta apresentada por ele. A TI Torá foi demarcada e homologada em 2004.

Esta população que não se encontra dentro dos limites da TI Torá é mencionada tanto no GT da FUNAI de 1984 como no GT de 1998 e aparece nomeada nos dois processos. E vamos encontrá-los residindo na mesma região, agora, quando do levantamento em 2022.⁴

As aldeias, não incluídas na proposta de área da TI Torá, continuaram a se mobilizar para o atendimento, por parte da FUNAI, de seus direitos territoriais. Em 2015 os indígenas do baixo Marmelos, não incluídos na TI Torá, resolveram impedir a atividade de turismo na região implementada pelos Tenharim, por considerarem-se lesados, já que os barcos percorriam o rio Marmelos em direção à TI Tenharim, Gleba 2. Apesar do trecho do rio em questão não ser reconhecido pela FUNAI como parte de qualquer Terra Indígena, de fato ele faz parte do território ocupado pelas oito aldeias aqui apontadas. As empresas de turismo com o respaldo dos Tenharim adentraram o rio Marmelos com escolta policial. Os indígenas do Baixo Marmelos decidiram impedir a entrada ao rio, pois não haviam consentido com a prática de turismo e a força policial foi mobilizada. Ocorreram incursões policiais na aldeia Vista Alegre (não incluída na TI Torá demarcada) e confronto entre os indígenas do Baixo Marmelos e os policiais e teve por resultado diversos indígenas agredidos e um jovem detido.

Após esse episódio a FUNAI e o Ministério Público se aproximaram da questão, no intento de buscar a resolução pacífica e consensual para o problema. Em maio de 2016 o Ministério Público recomendaria à FUNAI a constituição de GT para a identificação e delimitação

⁴ Estão assinalados com uma targeta amarela nas genealogias apresentadas em anexo.

da TI Baixo Grande com vistas à sua demarcação, para pôr fim aos conflitos e cumprindo acordo estabelecido em reunião realizada na aldeia Vista Alegre no rio Marmelos.

Em 2016 a FUNAI dá prosseguimento aos procedimentos de qualificação da “Terra Indígena Baixo Grande”, conforme o Decreto nº 1.775 e cujo prazo previsto para finalização era em julho de 2016. A recomendação quanto ao prazo não foi seguida pela FUNAI e nova reunião é realizada com o Ministério Público em janeiro de 2017.

Em 25 de abril deste mesmo ano, 2017, lideranças das aldeias do Baixo Marmelos enviam carta ao presidente da FUNAI solicitando a continuidade do processo de regularização desta área.

Em maio de 2018 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) visitou a região do Baixo Marmelos e a pedido das oito aldeias ali residentes, elaborou o documento intitulado “Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Baixo Marmelos, municípios de Manicoré e Humaitá, AM”, onde apresenta proposta de uma área de cerca 220.000 hectares.

Em 2019 outro conflito com o povo Tenharim acontece em função da gestão de castanhais no Rio Marmelos, em área reivindicada como tradicionalmente ocupada pelos povos que habitam o Baixo Marmelos e que se encontram na TI Tenharim/Marmelos Gleba 2.

Em 2020, o CIMI em seu “Relatório da Violência contra os povos Indígenas”, aponta a área denominada “Baixo Marmelos (Baixo Grande)”, juntamente com outras 198 Terras Indígenas situadas na Amazônia, como “sem providências”, ou seja, cuja etapa de Identificação e Delimitação do procedimento demarcatório não foi considerada ou levada adiante pelo órgão federal responsável, a FUNAI.

Nesta data, primeiro trimestre de 2023, o processo relativo a esta Terra Indígena encontra-se parado.

A Terra Indígena de Baixo Marmelos

A Terra Indígena Baixo Marmelos constitui área de ocupação tradicional dos povos Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim, situando-se no sul do Estado do Amazonas, nos municípios de Humaitá e Manicoré. Inserida no contexto geográfico da Amazônia Legal, a região é banhada pelo rio Marmelos — afluente da margem direita do rio Madeira — e integra importante corredor hidrográfico e sociocultural vinculado à bacia do Rio Madeira. Trata-se de área estratégica tanto do ponto de vista ambiental quanto histórico, marcada por intensos processos de circulação indígena, frentes extrativistas e sucessivos ciclos econômicos que impactaram profundamente as dinâmicas territoriais locais.

O território reivindicado insere-se na área de influência tradicional do povo Tenharim, pertencente ao tronco linguístico Tupi, que ocupa o médio curso do rio Madeira e mantém redes históricas de mobilidade, intercâmbio e parentesco com outros povos da região. Também compõem o mosaico sociocultural local os povos Munduruku (de língua Tupi), Mura (historicamente associados ao complexo cultural do Madeira) e Matanawi, cujas trajetórias estão vinculadas às margens dos rios Marmelos e Madeira, em contextos de resistência, deslocamentos forçados e reocupação territorial.

O povo Torá — também identificado na documentação histórica sob as denominações Torá, Tora, Toré, Torerizes e Turá — habita atualmente as proximidades da foz do rio Marmelos. As fontes coloniais e indigenistas registram imprecisões classificatórias e lacunas etnográficas quanto à sua caracterização, reflexo dos impactos decorrentes do contato interétnico, das epidemias e das frentes econômicas que incidiram sobre a região desde o período colonial. Sua língua foi classificada como pertencente à família Txapakura, a mesma dos Wa'ri de Rondônia, embora não tenha sido objeto de estudo linguístico sistemático. Na atualidade, os Torá são predominantemente monolíngues em língua portuguesa, circunstância associada aos processos históricos de dispersão, escolarização exógena e integração forçada.

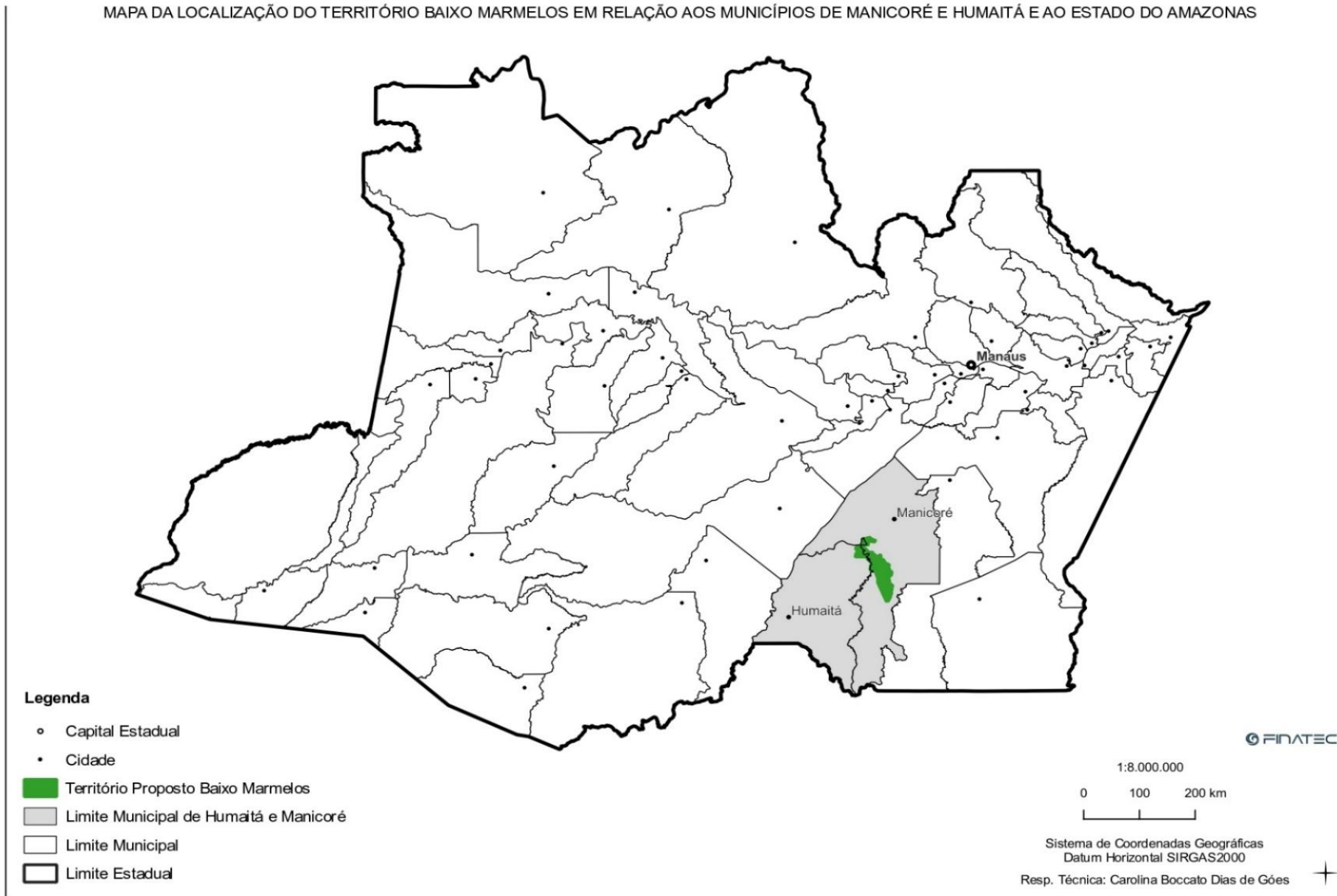
Parte da população Torá, juntamente com famílias que se reconhecem como pertencentes ao povo Apurinã (de língua Aruak), reside na Terra Indígena Torá, demarcada e homologada em 2004. Outra parcela vive no entorno dessa área já regularizada, compartilhando o espaço com integrantes dos povos Munduruku, Mura e Matanawi, em contexto de coabitação interétnica e manutenção de vínculos territoriais tradicionais.

Essas comunidades aguardam providências do Estado brasileiro quanto ao reconhecimento administrativo da área que tradicionalmente ocupam no Baixo Marmelos, reivindicando a regularização fundiária como condição para a proteção de seus modos de vida, de suas referências cosmológicas e de seus sistemas próprios de organização social.

A região do Baixo Marmelos configura-se, assim, como território de ocupação tradicional multiétnica, estruturado a partir das dinâmicas socioterritoriais vinculadas às bacias do rio Marmelos e do Rio Madeira. Nesse espaço, as redes fluviais desempenham papel central na organização da vida social, na mobilidade intercomunitária e na reprodução cultural, articulando memória histórica, sistemas próprios de ocupação e uso da terra e práticas produtivas tradicionais — como a pesca, a agricultura de coivara, o extrativismo vegetal e a coleta de recursos florestais.

Trata-se de território no qual se entrelaçam processos históricos de resistência, deslocamentos e reocupações, bem como estratégias contemporâneas de reafirmação identitária e fortalecimento das formas próprias de organização social dos povos que ali vivem. Essas dimensões — histórica, territorial, produtiva e simbólica — serão examinadas de modo mais aprofundado nas seções subsequentes, a fim de evidenciar a continuidade da ocupação tradicional e a centralidade do território para a reprodução física e cultural dessas coletividades indígenas.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIXO MARMELOS EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DE MANICORÉ E HUMAITÁ E AO ESTADO DO AMAZONAS



Mapa 2 - Localização do território do Baixo Marmelos em relação aos municípios de Manicoré e Humaitá (AM)

Aspectos metodológicos

O presente trabalho compreendeu 03 etapas: 1^a) pesquisa bibliográfica para embasar a ocupação histórica da região e os procedimentos administrativos realizados pela FUNAI para o atendimento da demanda destas comunidades; 2^a) pesquisa de campo que envolveu a atualização e coleta de dados primários⁵ e 3^a) elaboração final do Relatório com a apresentação da proposta e justificativa de delimitação da Terra Indígena Baixo Marmelos. Durante todo o trabalho de campo fomos acompanhados por representantes indicados pelas comunidades.

No período de campo foi feito o levantamento genealógico, quando foram visitadas todas as casas das aldeias existentes, explicitando as relações de parentesco. Essas visitas contaram com a presença do ambientalista e cartógrafa que mapearam as áreas de uso de cada uma das aldeias e percorreram com eles os limites pretendidos. Foram coletados dados referentes à população, modo de vida, formas de utilização efetiva de recursos naturais, de acordo com o modo usual de manejo destes pelos Torá e demais povos que os utilizam, dos locais necessários para a manutenção do seu modo de vida e as histórias transcorridas nestes lugares e que se confundem com as próprias histórias de suas vidas e da ocupação da região.

Na primeira reunião geral de apresentação da equipe enfatizamos que esse trabalho teria como produto um Relatório e que não é o início do processo administrativo de demarcação de Terras Indígenas (que deve passar por várias etapas até chegar ao Presidente da República em conformidade com o Decreto MJ 1.775 96). Mas deixamos claro que este Relatório tem como proposta subsidiar a FUNAI, tendo em vista que segue os protocolos estabelecidos pela Portaria nº 14 (que orienta a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação – RCID) - ou mesmo sendo um documento que poderá ser protocolado por eles junto ao Ministério Público Federal.

A participação ativa das aldeias foi enfatizada e exigida pela equipe, não apenas para o levantamento das informações necessárias, mas para que suas lideranças/membros gradativamente passassem a incorporar os conceitos jurídicos ao modo como planejam gestão de seu território – e muitos já o fazem. A delimitação dos limites, por parte dos indígenas e da FUNAI, deve ser o início de um programa mais organizado de proteção e gestão sustentável de suas terras, para além do que já realizam atualmente.

O presente estudo leva em consideração não apenas os limites apontados durante as conversas e reuniões com as aldeias, já que estes limites são construídos e alterados na própria dinâmica histórica, dinâmica esta, marcada por proibições, invasões, violência, laços de exploração, parentesco e compadrio. Contempla, também, o domínio e uso desses povos de seu

⁵ Os dados primários foram coletados pela antropóloga coordenadora no período de 10 a 27 de maio de 2022, pelo ambientalista de 10 de maio a 04 de junho de 2022 e pela cartógrafa de 19 de maio a 04 de junho de 2022.

ambiente, bem como as ocupações sugeridas tanto pelas histórias contadas pelos moradores indígenas quanto por fontes documentais oficiais. O estudo avalia também em que medida tais indicações se adequam à trama complexa do que poderíamos designar como suas “necessidades”, algo que envolve múltiplos componentes (físicos, demográficos e socioculturais)⁶.

⁶ Este estudo reflete também a minha experiência com a elaboração de RCDIs, principalmente aqueles referentes aos Mura (TI Guapenu, TI Vista Alegre, TI Jauary) do rio Madeira (AM), além da experiência com a coordenação do RCDI de revisão de limites da TI Governador (MA) e como antropóloga consultora convidada para os estudos de revisão da TI Apinajé (TO), e como perita judicial na demarcação da TI Krikati (MA).

I - PRIMEIRA PARTE: DADOS GERAIS

- a) **Informações gerais sobre o grupo étnico envolvido, tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes dessa distribuição**
- b) **pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido; c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais**

1.1 – Informações Gerais

A Terra Indígena Baixo Marmelos compreende um total de oito aldeias em direção montante: Vera Cruz, São José do Laginho, Palmeira, Baixo Grande, São José do Pindobal, Vista Alegre, Pau Queimado e São Raimundo, e mais três comunidades em que a população é tanto de indígenas quanto ribeirinha (não indígenas): Escondido, Tarumã e Vista Nova. As comunidades de Escondido e Vista Nova se localizam logo acima da aldeia de Vera Cruz no curso do rio Marmelos e, incluindo Tarumã, estão ligadas por estrada à vila de Auxiliadora na beira do rio Madeira.

A população indígena do Baixo Marmelos se encontra dispersa ao longo do rio Marmelos e utiliza e explora os recursos naturais deste rio e ainda dos rios Juqui e Mayci⁷.

Se auto identificam e são reconhecidos por suas comunidades e pelos demais povos indígenas e regionais como “indígenas do Baixo Marmelos”. Como aqui será exposto, as suas origens são associadas a povos relacionados entre si no passado e com nordestinos submetidos, a partir dos anos 1900, ao processo de exploração das plantas “de leite” sob o regime do “barracão”, em tudo igual àquele que ocorreu na Amazônia: exploração do trabalho em condições análogas à escravidão.

A população residente das aldeias soma um total aproximado de seiscentos pessoas, entre as aldeias com habitantes Torá, Munduruku, Mura, Matanawi e Tenharim. Os indivíduos Torá e Matanawi são os ocupantes mais antigos seguidos pelos Munduruku e Mura. Os Torá e Munduruku correspondem à maioria da população. Há uma descendência importante dos Matanawi, etnia/povo considerado extinto na bibliografia e dados da FUNAI e que em sua grande maioria foram cadastrados pela FUNAI como Munduruku. O apagamento da identidade Matanawi será tratado na Parte 5 deste documento.

A trajetória das aldeias do Baixo Marmelos foi marcada pela violência do processo de ocupação da região: as famílias residentes no baixo Marmelos são descendentes assim de

⁷ O detalhamento desta ocupação encontra-se na parte 4 deste Relatório.

diferentes povos que foram forçados, por diferentes razões, a se deslocarem no passado e que hoje se encontram enlaçados pelo parentesco e pelo histórico de convivência entre essas famílias.

Os “indígenas do baixo Marmelos” são monolíngues em português e tem o português como língua de contato e usada nas denominações dos lugares, ecossistemas, plantas e animais.

As famílias possuem conhecimentos específicos sobre o uso dos recursos naturais e processos ecológicos e têm referências comuns aos recursos disponíveis na bacia do rio Marmelos, relatando diferentes locais de trabalho sobre as quais detêm conhecimento detalhado. Distintas aldeias manejam diferentes áreas de uso de modo não conflituoso com base em acordos tácitos estabelecidos em gerações passadas.

Na Tabela 1 apresentamos os dados populacionais e a localização por nós aferidos em comparação com aqueles apresentados pelo CIMI em 2018.

O CIMI apresenta uma população indígena total de 505 pessoas em 2018, sem considerar os dados da comunidade de Escondido. Em 2022, quando do levantamento em campo, foram anotadas 598 pessoas indígenas incorporando os moradores indígenas residentes na comunidade do Escondido.

Tabela 1 Listagem das aldeias atuais, povos, comparativo da população e localização.

Aldeia	Povos	População		Localização
		2018	2022	
São Raimundo	Munduruku/Matanawi	65	58	Humaitá S 06°21'53.9" W 061°48'13.9"
Pau Queimado	Munduruku/Matanawi	66	54	Manicoré S 06°21'38.7" W 061°46'02.0"
Vista Alegre	Munduruku	66	66	Humaitá S 06°20'33.0" W 061°48'20.3"
São José	Munduruku /Torá	75	56	Manicoré S 06°18'31.0" W 061°49'17.5"
Baixo Grande	Torá, Matanawi	96	101	Humaitá S 06°17'43.0" W 061°50'48.9"
Palmeira	Mura	16	20	Manicoré S 06°13'05.9" W 061°45'01.3"
Vera Cruz	Torá	106	91	Manicoré S 06°09'50.2" W 061°46'57.2"
São José do Laguiño	Tenharim	33	40	Manicoré S 06°09'35.7" W 061°47'02.3"

Escondido ⁸	Torá/Matanawi	-	94	S 06°10'25.23" W61°47'1851"
Total		505	598	

Pelos dados acima observa-se uma população numericamente estável, já que a diferença entre o total dos moradores é dada, principalmente, pelo acréscimo da população indígena da comunidade do Escondido. O levantamento também apontou uma população com poucas pessoas acima de 60 anos. Foram anotados um total de vinte e quatro (37) aposentados para uma população de 598 indivíduos. Este dado pode ser justificado pelo fato de que, geralmente, ao ficarem mais velhos e necessitarem de cuidados maiores, vão residir com um dos filhos residentes nas cidades do entorno - Humaitá, Manicoré, Porto Velho e Auxiliadora, principalmente. Constatamos a saída dos jovens para estas cidades em busca de emprego ou para estudar, fenômeno este facilitado pelo suporte que encontram em seus familiares nelas residentes.⁹

O levantamento indicou que os casais mais jovens têm um número muito menor de filhos do que aqueles da geração passada. As gerações passadas, em geral com dez-doze filhos, de certo modo garantiam a reprodução física das comunidades na medida em que garantiam a permanência de dois a três filhos na sua localidade, enquanto os outros iam para fora para assegurar o suporte de renda e atenção (de saúde sobretudo) necessários aos que ficavam nas comunidades.

Em certo sentido, as cidades mencionadas podem ser consideradas como uma “extensão” do território do Baixo Marmelos. Esta evasão dos jovens e dos mais velhos, aliado à redução da taxa de natalidade nesta geração, poderá, no futuro, comprometer o crescimento populacional indígena no Baixo Marmelos. Contudo, se pode afirmar que o contingente populacional atualmente verificado é o ideal para manter o equilíbrio para garantir a fartura de caça, peixe e a extração de castanha e açaí, atividades essenciais para a alimentação e geração de renda, tal como hoje verificado. A estabilidade e segurança que advirão com o reconhecimento pelo Estado brasileiro desta parte do Marmelos como Terra Indígena contribuirá para a garantia da oferta dos recursos naturais em uma situação de segurança e para a possibilidade de uma maior permanência nas aldeias.

A região do Baixo Marmelos tem como limites as TIs Torá, Manicoré, Ipixuna, Pirahã, Tenharim Marmelos (Gleba B) e Sepoti. O território engloba por todos os lados a Aldeia Estirão Grande, pertencente a Terra Indígena Sepoti. Faz ainda limite com o rio Uruapiara, com o paranã do rio Madeira do mesmo nome e com o paranã do Marmelos. Ao sul seus limites incluem

⁸ Relação dos moradores que se identificam e são identificados como indígenas. Na mesma localidade existem 27 pessoas que não se reconhecem como indígenas.

⁹ Estes dados serão analisados na parte 2 e 5 deste Relatório

integralmente o rio Juqui, afluente mais significativo desse trecho do Marmelos e todas as suas cabeceiras. A delimitação proposta pode ser visualizada no anexo C.

1.2 - O histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido

Para subsidiar a compreensão da mobilidade indígena desta área que legitima a sua configuração atual, optou-se por focar este item do Relatório como uma Terra Indígena ocupada por povos do complexo Tapajós-Madeira.

A região em estudo está situada na “área cultural” do Tapajós–Madeira (Galvão, 1960: 16-26). No período de 1650 a 1900 esta região do interflúvio foi cenário de disputas intertribais que forçaram deslocamentos dos povos originais e que redundaram na atual composição dos povos atualmente ali presentes, caracterizados pela existência de um fundo histórico e cultural comum.

A reconstrução dos movimentos populacionais indígenas no interflúvio Tapajós-Madeira é importante para explicitar as relações intertribais e interétnicas que se sucederam no tempo e os processos que vieram a alterar o panorama etnográfico original. Para isso consideramos alguns aportes sobre a situação histórica, desde os primeiros contatos entre os indígenas e o branco¹⁰, até fins do século XIX. Um apanhado sobre a etnohistória da área Tapajós-Madeira é básico para este Relatório uma vez que os povos indígenas localizados nesse interflúvio se encontram desde longa data em contato direto ou indireto através de outros grupos - com as frentes de ocupação que, desde o século XVII, alcançaram essa parte do território nacional.

Do ponto de vista sociolinguístico a área foi classificada, no tocante sobretudo ao século XX, como ocupada por povos de língua Tupi. Entretanto esta consideração não pode ser feita para períodos anteriores ao século XX, uma vez que a ausência de uma visão diacrônica daquela área impediu que se determinasse o processo pelo qual a região veio a ser ocupada por povos Tupi.

1.2.1 - A mobilidade indígena nos séculos XVII e XVIII e a configuração da área: a presença missionária

A ocupação efetiva pela sociedade nacional do vasto território entre os rios Madeira e Tapajós é muito recente. Poder-se-ia dizer que ela se completa na segunda metade do século XX. Entretanto, esse processo foi lento e gradual. Fora os primeiros aldeamentos religiosos que datam do séc. XVII, a presença não religiosa só vai estabelecer-se, de forma permanente, muito mais tarde.

¹⁰ Utilizaremos o termo “*branco*”, como conceito de “ocupante/ colonizador” utilizado historicamente na antropologia e nas referências históricas.

A área do interflúvio Tapajós-Madeira se caracteriza nos primeiros decênios do século XVII por uma intensa mobilidade dos assentamentos indígenas, por deslocamentos dos povos tribais, por relações de sujeição entre alguns destes grupos, pelo comércio intertribal e expansão territorial, características estas que refletem a dinâmica própria dos grupos indígenas ali estabelecidos.

As fontes históricas trabalhadas principalmente por Menéndez (1981, 1983) e Nimuendajú (1982) no período compreendido entre 1650 e fins do século XIX se referem aos movimentos que os grupos indígenas realizaram, identificando e demonstrando a existência de deslocamentos produzidos pelos contatos intertribais de um lado e, de outro, os movimentos induzidos pela presença e/ou atuação posterior do “alienígena”¹¹. Menéndez divide essa “movimentação” em dois períodos, um anterior a chegada do branco e produto dos contatos intertribais e o outro, embora continuação do anterior, radicalmente modificado pela ação das frentes de ocupação que atuaram na região. (1981: 347).

Durante os primeiros tempos da Colônia o território do interflúvio Tapajós-Madeira esteve subordinado à administração da coroa espanhola. Porém, a situação que os portugueses criaram com as sucessivas entradas além da linha de Tordesilhas levou a uma série de conflitos e à fixação de novas fronteiras.

O Tratado de Madrid de 1750 viria consolidar, de direito, a marcha portuguesa para oeste e a “divisa” entre as duas Coroas seria estabelecida pelo rio Paraguai até a foz do rio Jauru e deste ponto a divisa segue pelo rio Guaporé alcançando o rio Mamoré, de onde subia até meia distância da foz do Madeira; daí, a linha divisória se dirige a oeste em busca das cabeceiras do rio Javari. Portanto, com o Tratado de Madrid ficava esboçado o atual espaço físico do Brasil e o território entre os rios Madeira e Tapajós, objeto do nosso interesse, passaria para a administração portuguesa a partir de 1752.

Segundo Menéndez:

“o manuseio da documentação evidenciou que diversos grupos etnicamente diferentes, habitavam o território compreendido entre os rios Tapajós e Madeira, quando o branco, na segunda metade do século XVII, iniciou a ocupação sistemática dele. Poucas informações existem sobre tais tribos e a maior parte refere-se aos Tupinambá e Tapajós, uma vez que eram majoritários e ocupavam o norte daquela região.” (1983: 271). E em outro texto afirma que “(d) e resto são notas esparsas sobre os indígenas que os viajantes ou os religiosos contactavam no dia a dia do ‘desbravamento desses sertões’ (1981: 289).

O conjunto destas informações, fornecidas pelos primeiros documentos referentes à região do interflúvio Tapajós-Madeira, permite identificar com certa precisão pelo menos três grupos indígenas que a ocupavam até a primeira metade do século XVII: os *Iruri*, os *Tapajó* e os *Tupinambá* (Menéndez, 1981: 273).

¹¹ Termo utilizado por Menéndez ao se referir ao não indígena, ao ‘branco’.

Segundo Menéndez, “a designação *Iruri* parece ter um caráter genérico abrangendo, além do grupo homônimo, os *Onikore*, *Aripuanã*, *Parapixana* e *Torerize*” (1983: 273). *Torerize* seria uma das muitas denominações ao longo da história dos Torá, além de Turá e Toré.

Abaixo na Figura 1 reproduzimos o mapa elaborado por Menéndez (1981) com a localização dos três grandes grupos que ocupavam a região do rio Madeira no início do século XVII: os *Iruri*, seguido dos Tupinambá e os Tapajó que vieram a dar o nome ao rio.

A informação que se possui sobre os *Iruri*, como diz Menéndez, permite inferir os deslocamentos efetuados pelo grupo antes da chegada do branco, dado que já ocupavam, na segunda metade do sec. XVII, o curso baixo do Madeira (ver Figura 1, abaixo) – e onde se encontram até os dias de hoje.

Os *Iruri* (ou com algum grau de certeza, os Torá) mantinham intercâmbio com os grupos da margem setentrional do Amazonas e do rio Negro e, segundo o padre Betendorf, “(...) *não fazem grande caso das ferramentas dos portugueses porque lhes vem do rio Negro outras muito melhores que lhes trazem os índios daquelas bandas*”. (Menéndez, 1981: 348). Estes *Iruri* estavam localizados ao norte dos Mura, cujos cinco grupos que compunham este último povo dominavam a região em fins do século XVII e mantinham comércio com os grupos da margem setentrional do Amazonas, permitindo-lhes o controle do baixo curso do rio Madeira (Menéndez, 1981: 352).

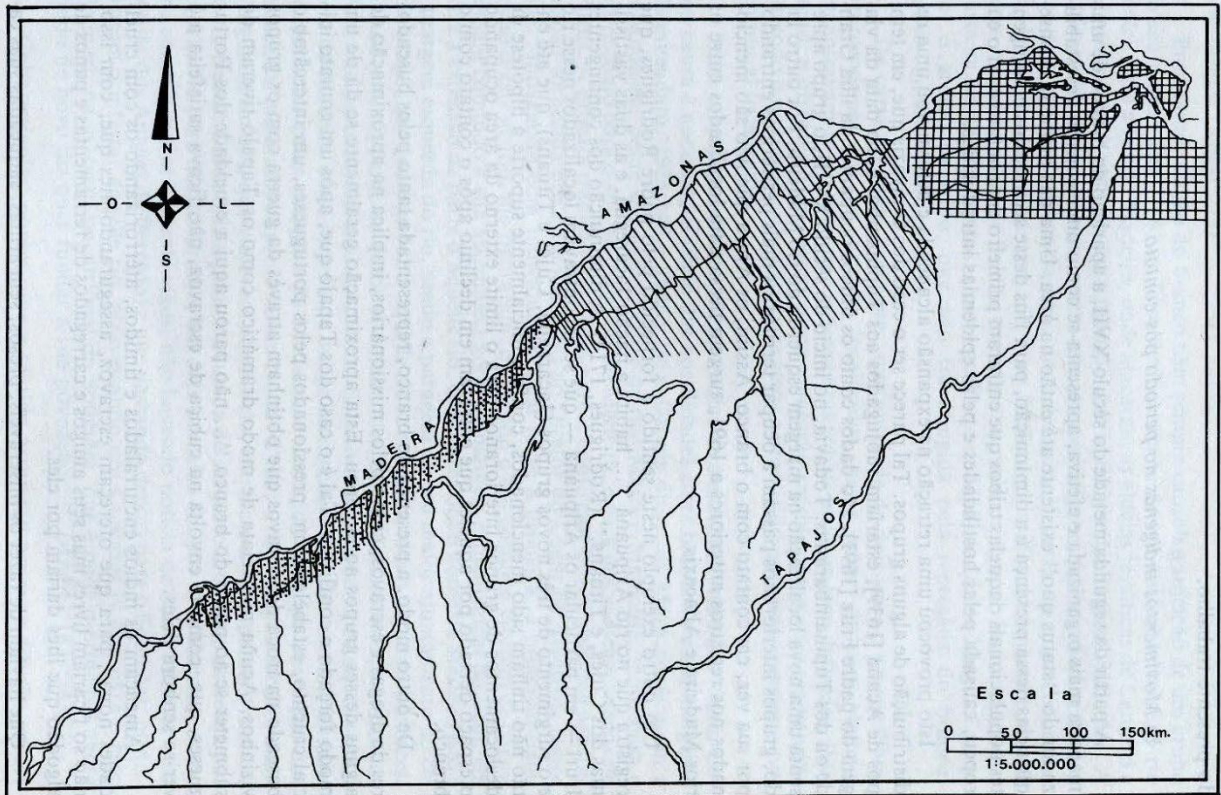





Figura 8 – Áreas aproximadas de movimentos, em meados do século XVII, segundo as fontes, para os Irurí , os Tupinambá  e os Tapajó .

Figura 1 Interflúvio Tapajós-Madeira, presença dos Irurí no Rio Madeira no século XVII (Fonte: Menéndez, 1981).

Quanto as designações tribais que Noronha (1768, *apud* Menéndez, 1981: 360) anotou para o rio Madeira, apenas uma possui interesse maior, qual seja aquela que se refere ao povo *Matanaui* (ou *Matanawi*) em função dos intensos deslocamentos que apresentam na área em foco e por estarem até os dias de hoje ocupando a área em estudo.

Menéndez acentua ainda a alta densidade populacional da região registrada nos relatos dos cronistas e viajantes: “(n)a margem direita do rio Amazonas, entre o Paraná Ramos e o Tapajós, existiam inúmeras aldeias que não se distanciavam por mais de meia légua”. E cita o viajante Acuña (1941: 260) que registra o nome de dezenove outros grupos de indígenas que habitavam a região do rio Tapajós e Madeira (1983: 272). Heriarte (1956: 26) assinala que os indígenas do rio Madeira mantinham guerra e comércio com os grupos localizados na margem setentrional do Amazonas até o rio Negro, o que vem a reforçar a ideia de um domínio *Iruri* nesta região (Menéndez, 1983: 273).

Tal constatação é confirmada pelo superior da Companhia de Jesus que em 1683 alcançou uma aldeia dos *Irurí* na foz do rio Matuará.¹² Em 1688 dois padres, José Barreiros e João Ângelo Bonomi, retornaram a esse local e fundaram uma missão entre esses indígenas. A ação dos missionários parece ter tido êxito, pois no ano seguinte os religiosos assistiam os índios *Parapixâna*, *Aripuaná*, *Onikoré* e *Torerizes*. (Menéndez, 1981: 301/ grifo nosso).

Em 1691 as frequentes epidemias trazidas pelos missionários, aliadas a um ataque perpetrado por seculares que aprisionaram grande número de índios, levaram os jesuítas a abandonarem o rio Madeira e, em 1696, a missão dos *Irurí* (na foz do Matuará) é trasladada para o aldeamento situado na confluência do Canumá com o paraná Abacaxis e que contava àquela data 500 índios¹³ (Menéndez, 1981: 302).

O que se depreende dos documentos históricos consultados é que na segunda metade do século XVII todos esses grupos estavam localizados nas ilhas e margem direita do baixo e médio Marmelo, região que estava possivelmente sob o controle dos *Iruri* (Torá?), tanto do ponto de vista militar quanto do domínio comercial. Região que ocupam até os tempos atuais.

Em 1698 a aldeia no Abacaxis foi desdobrada em duas, ficando a nova missão ou aldeamento na outra margem do rio. Nova mudança levou a aldeia para a margem esquerda do Madeira e, em 1757, esse local recebeu o nome de Serpa. Ao sofrer uma nova mudança, para a margem esquerda do rio Amazonas, passou a chamar-se Itaquiara.

Em 1768, Itaquiara estava povoada com os *Irurí* e com os Arara provenientes da antiga aldeia Abacaxis (Menéndez, 1981: 302). Essas localizações podem ser visualizadas no Mapa 3, a seguir, Pág. 36, produzido pela cartógrafa integrante da equipe responsável por estes Estudos.

No início do século XVIII os jesuítas voltaram ao rio Madeira. Em 1724, o padre Sampaio funda a aldeia de Santo Antônio de Araretama, localizada na região das cachoeiras (8° 55' lat.

¹² O rio Matauará é afluente do rio Madeira e sua foz fica atualmente no município de Manicoré.

¹³ Atualmente o rio Canumã faz parte da TI Coatá-Laranjal do povo Munduruku.

sul), formando a aldeia mais afastada da Companhia de Jesus. Atacada pelos Mura, esta missão, que também recebeu o nome de Trocano, foi mudada várias vezes ao longo do curso do Madeira até o seu local definitivo, onde passou a ser Vila de Borba (Menéndez 1981: 302).

Esta região, em 1717, apesar de meio século de intensa atividade jesuítica, continuaria a apresentar uma alta densidade populacional: havia pelo menos 85 grupos indígenas nominalmente registrados segundo Rodrigues (1714 apud Menéndez, 1983: 272). Tal número expressivo de designações tribais consta ainda da documentação pertinente a todo século XVIII e boa parte do XIX, mas no final deste último século se verifica uma diminuição quanto ao número de designações. Neste período também fica evidente que os *Mawé*, *Munduruku* e *Parintintin*, registrados nas fontes nos anos de 1691, 1768 e 1817, respectivamente, passam a figurar como os povos dominantes da região.

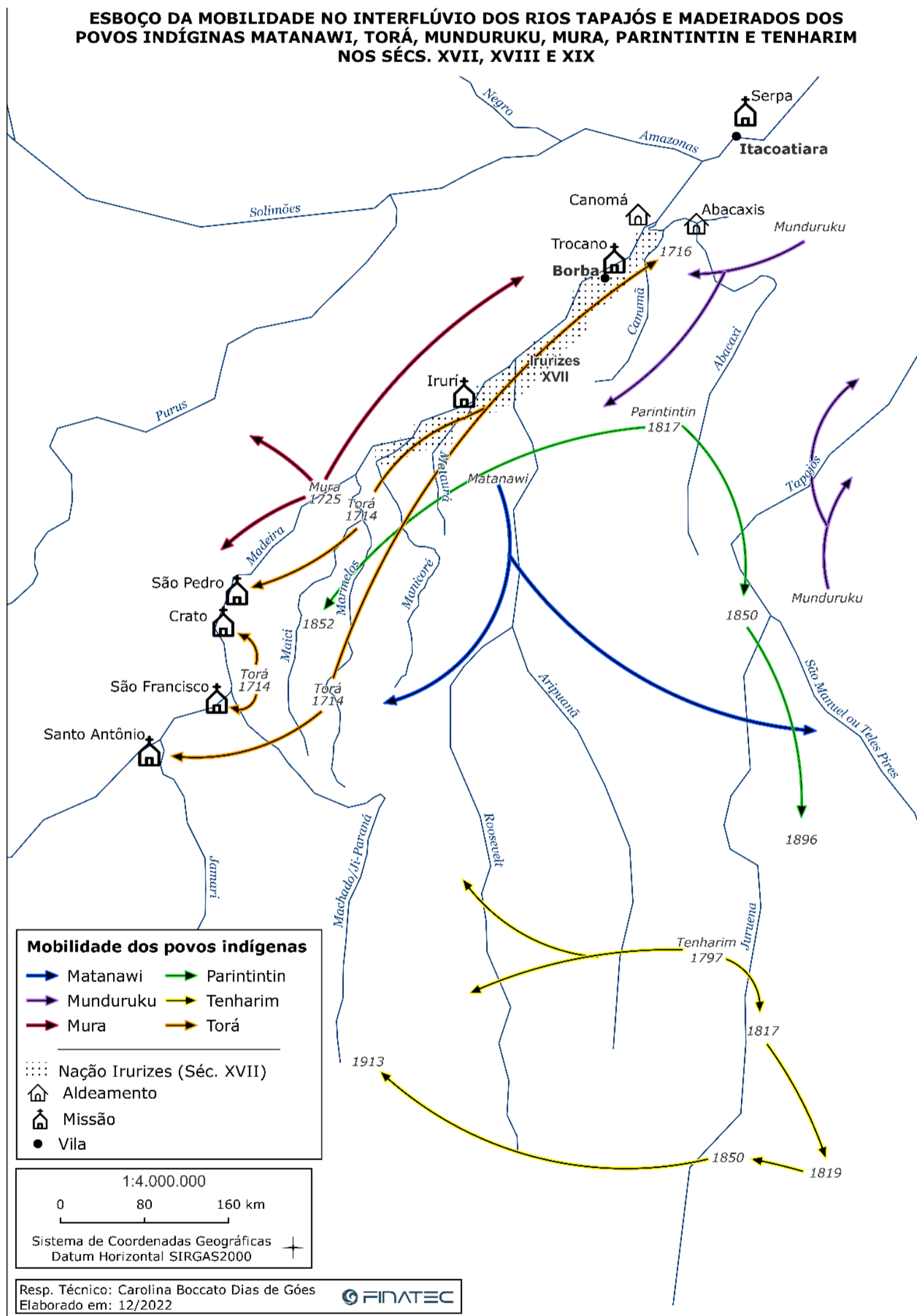
Em meados do século XVIII o padre João Daniel aponta a presença dos *Torá* no rio Madeira, reconhecendo-os pela pintura facial que consistia em uma linha preta da orelha ao canto da boca¹⁴.

Em 1716, os *Torá* se deslocaram de seu habitat natural no rio Maicy para a foz do Madeira, onde atacaram as aldeias jesuíticas de Canumá e Abacaxis como também uma monção que se dirigia do Pará ao Solimões. Estes índios foram reprimidos duramente por uma força militar enviada de Belém; derrotados, pediram a paz e foram aldeados, parte no aldeamento dos Abacaxis e parte no Porto de Moz, na foz do Xingu. Contudo o grosso da tribo que não foi atingida pela represália das milícias paraenses permaneceu no seu território (Menéndez, 1981: 351).

¹⁴ Tatuagem muito semelhante é a marca registrada de todos os grupos Kagwahiva. Contudo outras fontes indicam que essa tatuagem *Torá* era um pouco diferente das daqueles grupos.

Mais tarde, entre 1723 e 1725, as fontes históricas indicavam a movimentação dos Mura, cuja causa é apontada por Nimuendajú como resultante do início das hostilidades com os brancos.

Mapa 3 - Mobilidade dos povos na região em estudo nos séculos XVIII e XIX.



Depois disso, os Mura começaram a se deslocar dos seus territórios situados entre os rios Maicy e Manicoré, tanto para o norte como para o sul, ao longo do rio Madeira e ainda para o oeste alcançando o rio Purus (*id ibidem*: 351).

Movimentando-se nas regiões alvo da colonização, os Mura participam de constantes embates, ameaçando os estabelecimentos implantados na região assim como as embarcações comerciais que atuavam nos cacauais nativos do rio Madeira. Aos Mura eram atribuídos os pesadelos das expedições expansionistas e guarnições militares do século XVIII. Impediam o avanço do sistema colonial e comercial, do qual o rio Madeira representava uma rota estratégica oficialmente reconhecida pela coroa portuguesa desde 1723, com a expedição exploratória realizada por Francisco de Melo Palheta, a mando do governador geral do Grão Pará, marcando a penetração oficial neste rio (Menéndez, 1981: 298 apud Ladeira, 1998: 13).

Neste contexto de guerra, em 1775, funda-se na vila de Borba um posto militar para resguardo dos moradores e viajantes contra os ataques mura. E será nesta vila que alguns Mura virão se refugiar, em 1785, época de sua “auto pacificação” (Nimuendajú 1923). A perseguição pelos Munduruku e as derrotas sofridas teriam levado os Mura a buscarem abrigo na vila de Borba (Ladeira, 1998: 14).

Segundo apuraram vários autores que pesquisaram as fontes históricas da área do Tapajós-Madeira, foram os Mura, de todas as tribos da Amazônia, os que mais extensos territórios ocuparam, espalhando-se até as fronteiras do Peru e o Trombetas. A sua sede primitiva, porém, foi no rio Madeira, onde permanecem até os dias de hoje ocupando pequenas ilhas de terra, algumas oficialmente demarcadas, ao longo do Madeira¹⁵.

Os fatos históricos acima apontados indicam as reconfigurações territoriais dessa região, onde a “expansão” Mura parece ser consequência da pressão colonizadora. Assim sendo a movimentação para oeste parece responder a necessidade de procurar novos territórios. Para isso a margem esquerda do rio Madeira, escassamente povoada, parece ter sido o palco ideal (Menéndez, 1981: 352).

Aldeados nas missões e dizimados pela Cabanagem, os Mura, 100 anos depois, estavam reduzidos a um pequeno contingente populacional. As missões existentes na região do Madeira contavam em 1864 com 93 Mura; em 1874 com 75 e em 1876 com 90 Mura. Em relatório de 1856 aponta-se também a presença na Missão de Crato, dos Mura e Munduruku e em outros relatórios de 1857 a presença de Mura e Karipuna e no terceiro relatório de 1864 a presença de 125 Mura e Torá. Há ainda a menção da presença Mura e Torá em uma missão do rio Manicoré em 1876 (Nimuendajú, 1982: 116).

¹⁵ A presença Mura na região do Madeira é incontestável. Nas comunidades existentes atualmente no Baixo Marmelos, uma delas é Mura, além de estarem residindo, devido a casamentos nas outras comunidades do rio Marmelos.

Outro movimento de importância para a configuração territorial na área Tapajós/ Madeira é a “expansão” dos Munduruku. De acordo com Menéndez (1981: 356) em 1795 se encerram as hostilidades dos Munduruku para com os brancos. Esse evento marca o início de um novo período na história e na mobilidade do grupo e ao mesmo tempo uma reorientação no seu processo de expansão que, a partir desta data, força os deslocamentos e confrontos com outros povos: “(...) foram a soldo de seus aliados portugueses, passando assim a serem a “vanguarda” para a ocupação de todo o setor norte da área Tapajós Madeira”. (Menéndez, 1981: 361). A paz com o branco não foi empecilho para, segundo o autor aqui citado, cessar o processo de expansão daquele povo, que continuou seu movimento expansionista até alcançar seu clímax na primeira metade do século XIX. Os colonizadores aproveitaram as rivalidades intertribais e sua intervenção se daria no sentido de reorientar o processo de expansão estimulando as hostilidades entre os indígenas em proveito próprio (id. ibidem: 358). Segundo o autor, a partir de 1795 os Munduruku passaram a ser a “ponta de lança” para a ocupação da área pelos colonizadores e teve por efeito deslocar grupos localizados na região forçando-os a procurar novos locais para viver. São assinalados neste período os deslocamentos dos Parintintin, dos Matanawi¹⁶ e dos Parauaretê (id. ibidem: 358-359).

Por outro lado, os autores que pesquisaram as fontes históricas na região são unânimes em apontar que o trabalho missionário provocou o deslocamento de diversos grupos tribais via os famigerados “descimentos” que os religiosos efetuavam para seus aldeamentos (missões) com o objetivo de catequizá-los. Estes deslocamentos, para além da transferência de segmentos ou mesmo da totalidade de uma tribo de seu domicílio original, motivavam a fuga de parte daqueles grupos para seu habitat primitivo ou para territórios diferentes, favorecendo as guerras intertribais.

Fica claro, conforme a indicação da maioria das fontes históricas, o intenso grau de movimentação/deslocamentos que a atividade catequista dos jesuítas alcançou nesta região desde fins do século XVII e nos primeiros anos do XVIII.

Com a expulsão dos jesuítas em 1757 e a entrada em vigor da administração pombalina, todas as aldeias que estavam sob tutela dos jesuítas são elevadas à categoria de Vilas ou Lugares e passaram para a administração do poder secular. Surgem, assim, as Diretorias de Índios com o objetivo de manter os aldeamentos e administrar o trabalho indígena.

Em 1827 é fundada a missão de Sapucaia-oroca, localizada na margem esquerda do baixo rio Madeira que, a cargo dos Carmelitas, assistia diversos grupos indígenas como os *Mura*, *Munduruku*, *Arara* e *Arupá*. A ação destes religiosos estendia-se dessa localidade do baixo Madeira até o rio Machado, abrangendo quatro aldeias, duas Munduruku e duas Mura.

¹⁶ Na região do Baixo Marmelos encontramos, agora em 2002, várias famílias Matanawi.

Neste momento pressupõe-se que já existia um contingente de “índios destribalizados”, os chamados “tapuios”, resultado dos descimentos, residindo nas vilas e cidades do entorno e que vão compor a população neo-brasileira no início do século XIX.

Nimuendajú em seu Mapa Etnohistórico (1981) apresenta uma síntese das localizações e deslocamentos dos diferentes povos situados em território brasileiro. Abaixo segue um recorte da região de nosso interesse. Neste mapa pode-se observar a dispersão *Mura* (verde) na margem esquerda do Madeira; a área (rosa) dos *Torá* e *Matanawi*, que vai das cabeceiras do rio Mayci até a foz do Marmelos. Pode -se observar os deslocamentos dos Munduruku, que do Tapajós chegam até a região do rio Abacaxi, já na região do Madeira (Ladeira, 1998: 8).

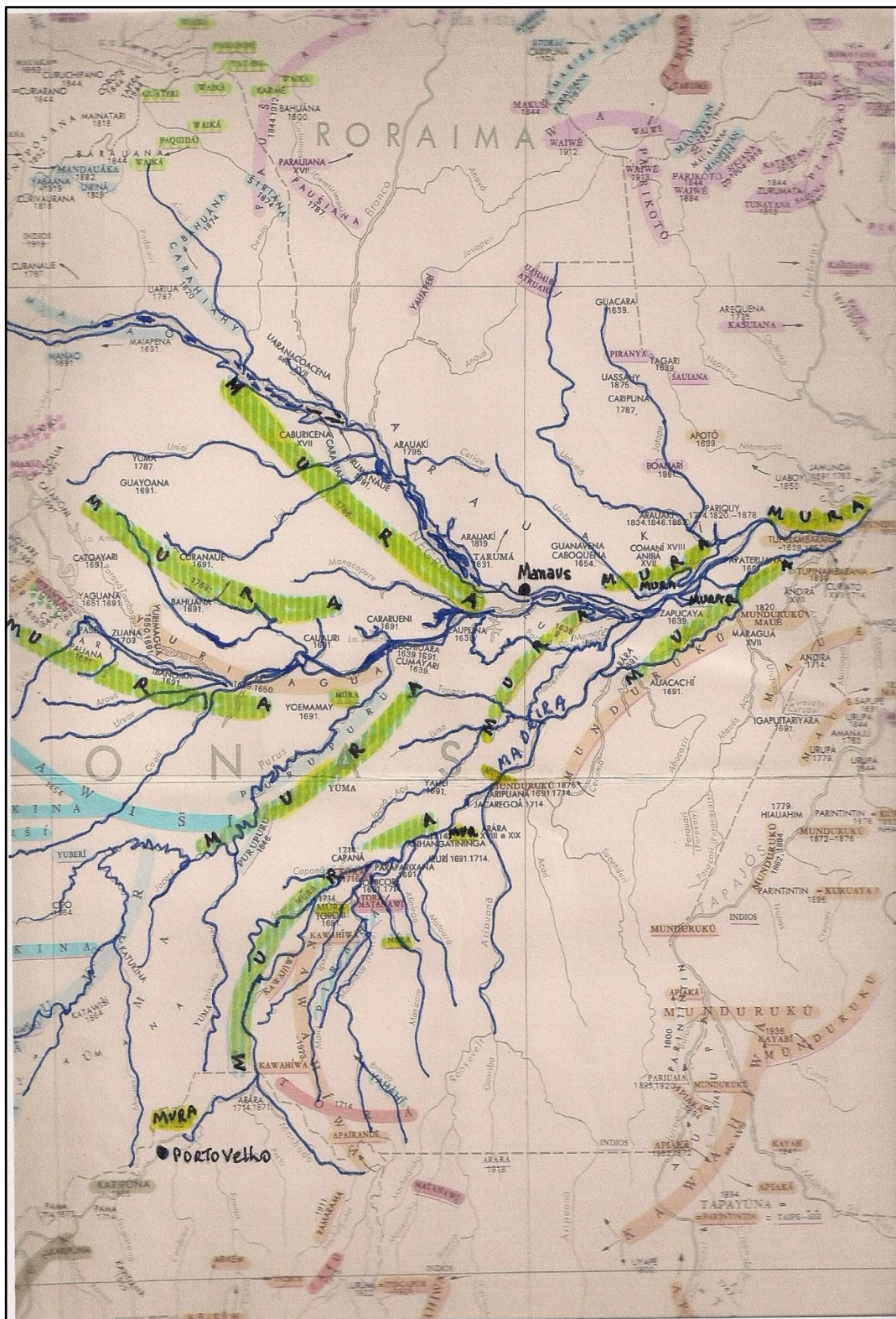


Figura 2 Localizações históricas dos povos Mura, Torá e Matanawi, segundo Nimuendaju, (1981)

1.3 - O século XIX e as frentes extrativistas no interflúvio Tapajós-Madeira

A economia da região amazônica durante o século XIX se baseava, como nos séculos anteriores, na exploração das chamadas “drogas do sertão”. A força de trabalho era representada por um contingente de escravos negros e mestiços e sobretudo pela grande massa de índios destribalizados, chamados genericamente de tapuios.

A partir da segunda metade do século XIX o início do ciclo da borracha veio ser o fator decisivo para a ocupação efetiva da área Tapajós-Madeira. Se esta ocupação iniciada em fins do século XVII se caracterizava por um ritmo lento e gradual, a exploração da borracha veio acelerar esse processo de ocupação.

Vale um parêntese para a referência à guerra da Cabanagem, movimento nativista dos cabanos¹⁷ que reconfigura as forças políticas regionais: “(a) cabanagem eclode em 1834 num período de estagnação econômica e é tida como resultado do período pombalino e de seu instrumento político mais significativo, o Diretório de Índios” (Moreira Neto, 1988: 20). Essa revolta vai terminar com a rendição dos cabanos em 1839. A consequência política da cabanagem foi a outorga do estatuto de província ao Amazonas em 1850 que até então integrava a província do Grão Pará (Berta Ribeiro, 1990: 135).

A rebelião teve grande participação indígena sobretudo dos tapuios¹⁸ e cuja principal reivindicação era a libertação da Amazônia da “opressão branca.” Acossados os cabanos resistiram usando a tática de emboscadas, de recuos e avanços, sempre apoiados pelas malocas indígenas do rio Madeira, rio Negro e Tapajós Para as malocas indígenas e para os tapuios, ela representou uma repressão ímpar que atingiu qualquer tribo suspeita de ter dado guarida, participado ou simpatizado com os Cabanos (Moreira Neto, 1988: 111-112).

São particularmente atingidos os Mura do rio Madeira, que tomaram em armas contra as forças legalistas. Estes índios mataram em um ataque de emboscada a Ambrósio Ayres, líder responsável pelos ataques legalistas e, por isso, foram ferozmente perseguidos. Além do que as epidemias que grassaram durante e após a cabanagem reduziram em muito a população deste povo. Estimados em sessenta mil em 1826 perfaziam cerca de um mil e trezentos índios em 1856 e concentrados principalmente no rio Madeira. Finda a Cabanagem os índios da Amazônia passam de maioria para minoria. (Moreira Neto, 1988: 111-112).

O período compreendido entre 1840 e 1920 “(...) é a fase de exploração das gomas elásticas, principalmente a borracha (1879-1910), que atraiu para a região levas de nordestinos, desarraigados pela seca e pelo latifúndio, além de estrangeiros das mais diversas procedências”

¹⁷ Assim chamados porque viviam em choças nas várzeas próximas a Belém ou nas margens do Amazonas.

¹⁸ Tapuio era na época a designação dada a índios destribalizados da Amazônia.

(Berta Ribeiro,1990:138). Muitos destes nordestinos vieram a servir como mão de obra nos seringais e a penetrarem nas áreas distantes ocupadas pelos indígenas.¹⁹

A partir de 1850 os extratores de seringa, os chamados seringueiros, entraram pelo vale do Xingu, cujos habitantes indígenas foram praticamente extintos. Partindo ainda do Pará os seringueiros alcançaram o rio Madeira e, sucessivamente, o Purus e o Juruá. Estas entradas contribuíram com novos arranjos na mobilidade dos povos indígenas habitantes da região (Berta Ribeiro, 1990: 140).

A presença missionária ainda se fazia sentir, ainda que muito mais enfraquecida do que nos períodos anteriores. Em 1852 foi criada outra missão para o rio Madeira e entregue aos Franciscanos; estabelecida em 1854, localizava-se na margem direita (7° 20' lat. sul) com o nome de São Pedro Alcântara. Em 1871, franciscanos fundam na altura da ilha das Pupunhas a missão do Apóstolo Pedro, antigo aldeamento Mura e provavelmente a antiga missão de São Pedro Alcântara. No ano seguinte estes religiosos fundam no rio Preto, afluente da margem direita do Machado, a missão de São Francisco. O local abrigava 46 famílias de índios Tora e Arara, e, mais tarde, índios Urupa, Jaru e Matanawi. Porém, os missionários também estiveram ligados aos Karipuna e Pama situados no setor das cachoeiras do Madeira (Menéndez,1981: 303).

Dois anos mais tarde, em 1874, foi estudada a possibilidade de estabelecer outra missão no rio dos Marmelos, onde se achavam aldeados índios Torá, Matanawi e Pirahã. Contudo, esse estabelecimento não foi levado a cabo, pois atritos com comerciantes - regatões da região - e mesmo com autoridades da província do Amazonas desestimularam o trabalho dos franciscanos no Madeira e, por volta de 1880, começou a decair sua ação nesse rio. Um ano antes, a missão do Apóstolo Pedro era dizimada por uma epidemia de varíola que matou quase todos seus integrantes e, em 1885, a missão do rio Machado foi desativada e elevada à freguesia (Menéndez, 1981: 303).

Em relação ao trabalho missionário no rio Tapajós, este parece recomeçar por volta de 1848. Já em 1851 o Capuchinho Frei Egídio de Garesia atendia três aldeias: Santa Cruz, Curie e Ixiuba e, três anos mais tarde, as de Santa Teresa e Maloca Nova. Todas elas eram integradas por índios Mawé e Munduruku.

A designação *Mondrucci* (Munduruku) aparece nas referências dadas por Ricardo Franco de Almeida Serra (última fonte que fornece informações para a localização dos grupos indígenas na área) como que situados no Tapajós (id. ibidem: 330).

A presença marcante que os Munduruku tiveram na área Tapajós-Madeira ao longo do século XIX, no curso do Tapajós e na região intermediária é confirmada desde as primeiras notícias que se possui para esse período histórico. O primeiro a fazer referência a eles neste rio é Ribeiro Sampaio quando informa que os “*Munturicus, que de 4 em 4 anos a esta parte hostilização (sic) as nossas povoações do rio Tapajós*” (Menéndez, 1981: 331-332).

¹⁹ E serão estas levas de nordestinos que irão, por meio dos casamentos com as mulheres indígenas habitantes do Marmelos reconfigurar a ocupação desta região. Vide Parte 2 deste Relatório.

Em 1853 é realizada uma exploração aos “sertões interiores” ao longo dos rios Abacaxis e Crauiry (Caruari) com o objetivo de procurar uma via de comunicação mais rápida entre Manaus e Cuiabá. Pode-se dizer, porém, que o território interior entre os cursos médios do Madeira e Tapajós permanecia “Terra Incógnita” ainda em fins do séc. XIX (Menéndez, 1981: 332-333).

Por outro lado, para a segunda metade do século XIX, as fontes para o rio Madeira se referem quase que exclusivamente aos Mura, Parintintin, Munduruku, Arara e Torá no curso baixo e médio deste rio, como às frequentes hostilidades que esses grupos mantinham entre si e com o branco (id. ibidem: 337). Desde 1852 é registrada, na região do rio Marmelos, a presença maciça dos Parintintin (Penna, 1853 apud Menéndez, 1981: 337).

A presença cada vez mais intensa da frente extrativista ao longo de todo o curso do Madeira e a ausência de qualquer ação do governo ou de religiosos por falta de pessoal ou de verbas destinadas ao atendimento efetivo da população indígena da Província, obrigou aos grupos indígenas ali sediados a aceitarem as condições impostas pela frente colonizadora, de um lado; ou de outro recuar e fugir da pressão num constante deslocamento. A exceção parece ter sido os Parintintin que conseguiram manter seu território, por mais de 80 anos, sob uma estratégia com base nos contínuos confrontos (Peggion, 1998). Bem como os Torá que continuaram ocupando a região do Marmelos.

Quanto ao rio Tapajós, tanto o seu baixo e médio curso como a região que se estende desde ambas as margens desse rio para o interior do território estava densamente povoado pelos Munduruku (Menéndez, 1981: 337).

Apesar de um incontestável predomínio de Munduruku e Apiaká ao longo da calha do Tapajós, as fontes que se ocuparam do alto curso desse rio e de seus formadores fornecem diversas designações para os outros grupos indígenas que aí se localizaram (id. ibd.: 339).

Castelnau anota a presença no interflúvio Juruena-Teles Pires, entre outros, dos Matanawi. E Nimuendajú informa que “(...) provavelmente no começo do século XIX os Matanawi foram na sua sede primitiva atacados pelos Munduruku, o que fez migrar ao menos uma parte da tribo para o oeste onde se aliou aos Tora do Marmelos, compartilhando desde então a sorte daquela horda” (Nimuendajú, 1982: 118).

1.4 - Síntese da etnohistória da área Tapajós-Madeira

A partir da segunda metade do século XVII, a aparição do branco de uma maneira mais organizada e efetiva apresenta-se como um elemento desestabilizador do status quo existente então na área em estudo. Uma das primeiras consequências dessa presença é a diminuição dos contingentes populacionais daquelas tribos que entraram primeiro em contato com os brancos, causada pelas hostilidades e pelas epidemias introduzidas (Menéndez, 1981: 350). O impacto da

presença do homem ocidental na região provocou uma retração na expansão alcançada por vários povos indígenas e determinou uma redistribuição de alguns dos seus grupos.

Em relação aos Torá, Nimuendajú em seu artigo de 1925 intitulado “As tribos do Alto Madeira” (1982: 11) assinala que *“a primeira notícia sobre esta tribo data de 1716: os Torá tinham descido o Madeira para atacar as aldeias de Canomá e Abacaxis, caíram eles sobre as canôas que do Pará se dirigiam ao Solimões, em procura de cacão, saqueando-as e matando os tripulantes”*.

Nimuendajú continua relatando a represália do capitão mor do Pará aos Tora, *“(…) que com uma tropa, no mesmo ano, faz um arraial na margem direita do rio Madeira junto à ilha das Onças, onde viria a falecer devido a um acidente”*. A perseguição aos Torá continua até que estes *“(…) enfim pediram paz que lhes foi concedida com a condição de se aldearem em Abacaxis. Outros foram transferidos para Porto de Moz, na boca do Xingu, mas a grande parte da tribo que não fora atingida pela guerra conservou-se no sertão”* (id. ibidem: 111).

Como antes observado, os missionários abandonam o Madeira devido aos ataques Mura, transferindo a missão de Abacaxis para Itacoatiara, não conseguindo, entretanto, persuadir os chefes Tora a lhes acompanharem, os quais retornam então para o alto rio Maicy, afluente do baixo Marmelos.

Ainda no início do século XIX os Torá, segundo o cônego André Fernandes de Sousa, eram moradores do rio Maicy: *“contam que habitavam antigamente tanto nas margens do baixo Machado como nas cabeceiras do Marmellos, ocupando nestas últimas o Rio Preto, afluente ocidental do Paricá, cabeceira ocidental daquele rio, de onde existia uma via de comunicação terrestre para o rio Machado, mas que mais tarde se tornou impraticável, devido as hostilidades dos Parintintin”* (Nimuendajú, 1982: 122)²⁰.

Em 1817 o padre Manuel Aires de Casal cita várias tribos do rio Madeira na sua Corografia Brasília (1975). Menciona que os Mura são aliados ocasionais dos Torá²¹ (ou Turazes como mencionado). Segundo este padre, os Tora e os Mura mantinham uma postura contrária ao processo colonizador dos europeus e, devido a isto, são combatidos pelos colonos e temidos por suas estratégias de ataque.

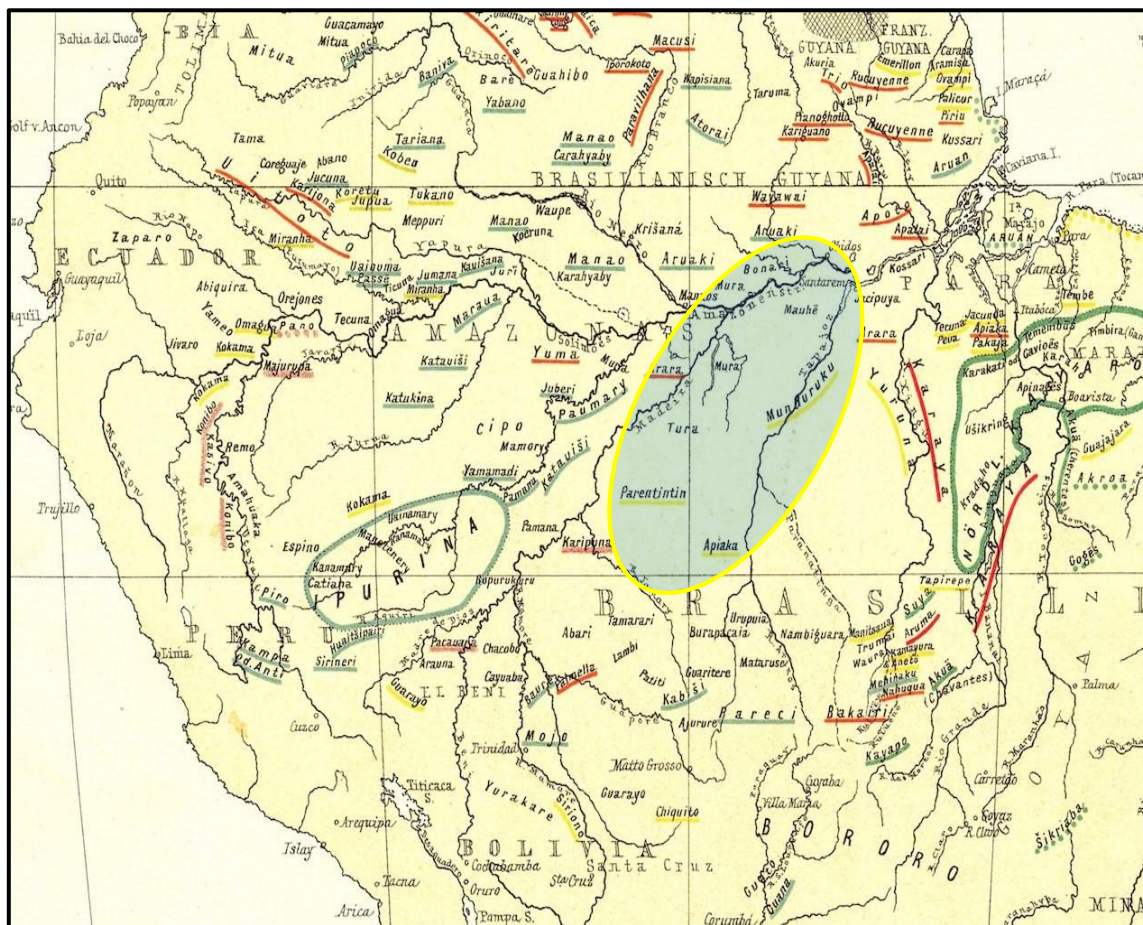
Segundo apurou Nimuendajú, ao longo do século XIX os Torá são mencionados no rio Maicy em uma missão no Madeira; nas proximidades da atual sede do município de Humaitá; no Jamari (hoje Rondônia) e no rio Machado (ou Ji-Paraná):

“(…) Neste meio tempo a divisão da tribo localizada no Alto Marmellos conservouse ainda retirada da civilização. A missão de S.

²⁰ Esta região de ocupação dos Torá Faz parte da TI *Tenharim do Marmelos*.

²¹ Até hoje os Mura e os Torá convivem pacificamente. Há muitos casamentos entre eles. E a presença Mura na região do Baixo Marmelos é significativa, são 26 famílias vindas da região do Baetas, Capanã (todos rio Madeira)

Francisco⁸, apesar das hostilidades dos Parintintin, chegou, temporariamente, a uma certa florescência. Aos Torá do Machado e Arara do rio Preto, seus primitivos habitantes, reuniu-se certo número de índios Urupá e Jarú. Finalmente o missionário conseguiu transferir para lá também os Torá do Marmellos, acompanhados pelos seus aliados os Matanawi. Infelizmente o estabelecimento pouco depois decahiu, devido á retirada do missionário e as epidemias que dizimavam os índios. O último Torá da horda do Machado morreu por lá há poucos anos; a horda do Marmelos, com os Matanawi, se retirou de novo para o seu rio onde se fixou perto de sua foz”. (Nimuendajú, 1986: 113)²².



Nimuendajú anota ainda que quando começou a exploração dos seringais do Alto Marmellos, por volta do final do século XIX-início do século XX, os Torá “(...) caíram em dependencia dos comerciantes que sem piedade os sacrificaram pelas febres perigosas daquela zona, obrigando-os a servirem de remadores” (id. ibidem: 113). Segundo o etnógrafo Paul Ehrenreich, conforme figura abaixo, os Torá estavam localizados na mesma região onde eles se encontram atualmente.

Figura 3 Localização dos Torá no final do século XIX segundo o etnógrafo Paul Ehrenreich em 1891 (Fonte: Ehrenreich, 1948)

²² Região inclusa na TI Tenharim Marmellos.

Em 1817 os Parintintin, localizados na região do Mahué (Maués), começam a se deslocar em duas direções, uma ao longo do rio Tapajós, realizada por pequenos grupos da tribo, tendo esta migração como ponto final o território entre o Juruena e o Teles Pires, onde são registrados por Coudreau em 1896. E a outra linha migratória, efetuada pelo grosso da tribo, teve como destino o curso médio do Madeira. Esse movimento, de proporções significativas, levou os Parintintin ao território ocupado desde longo tempo pelos Torá, Pirahã e Matanawi, sendo motivo de hostilidades intertribais e que perduram até a presente data.

Apesar disso, tanto os Torá como os Pirahã permaneceram em seus habitats, os primeiros nas cabeceiras do Marmelos e os segundos no curso baixo desse rio. Quanto aos Matanawi, aliados dos Torá, sofreram uma cisão, como já citado, ficando uma parte da tribo junto a estes últimos, a outra se dirigindo para as margens do alto Tapajós, onde são registrados por Castelnuau em 1850 (Menéndez, 1981: 360).

Nimuendajú localiza os Torá em seu mapa de 1922 próximos à foz do Marmelos, já nos mesmos locais em que são encontrados em 1980 por Lange e Heringer, indigenistas que noticiam que a extinção dos Torá não se mostrava verdadeira. Localizações estas dos tempos do SPI que foram consideradas e inclusas na identificação da TI Torá, já demarcada e homologada em 2004.²³

Em relação aos Matanawi, Nimuendaju (1986: 117) escreve que “(...) *muito pouco se sabia sobre essa tribo quando ella ainda ocupava as suas malocas no centro do sertão entre o Tapajoz e o Madeira*”. São citados pela primeira vez em 1768 pelo P. Monteiro Noronha (*apud* Nimuendajú 1986: 117). Este povo foi também citado como habitante no Marmellos e Aripuanã num artigo do “diário do Gran Pará” em 1884. São citados em 1852, 1857 e 1873 como *Matanauès, Matanauí, Matanaús* (Nimuendaju. *op. cit.*: 118). “Provavelmente no começo do século XIX os Matanawi foram na sua sede primitiva atacados pelos Munduruku o que fez emigrar ao menos uma parte do grupo para o oeste "(onde) se alliou aos Torá do Marmellos, compartilhando, desde então, a sorte daquela horda” (Nimuendajú, *id,ibd.*).

Ao longo dos sessenta anos que separam essas duas referências históricas, os *Torá* e *Matanawí* receberam em sua região indivíduos de outros povos e continuaram se empregando como mão de obra nas atividades extrativistas no rio Marmelos em paralelo a seus próprios cultivos.

Os movimentos antes descritos mostram que os diferentes povos indígenas se encontravam envolvidos em uma rede de relações nas quais o comércio, as alianças, situações de dominação-subordinação, a guerra e a expansão territorial constituíam uma constante – e antes da chegada do branco na região. Esse conjunto de relações intertribais conferem à região o alto grau de mobilidade que parece se configurar como um de seus traços distintivos. Intercâmbio, hostilidades e um processo emergente de aculturação intertribal estão à base de toda essa intensa

²³ Na delimitação desta TI não foi considerada a presença de famílias Torá, Matanawi e demais povos, no caso os Munduruku que vieram a ocupar a região quando da “época da borracha”.

movimentação que os primeiros cronistas souberam captar vertendo-a nos seus relatos (Menéndez,1981: 368).

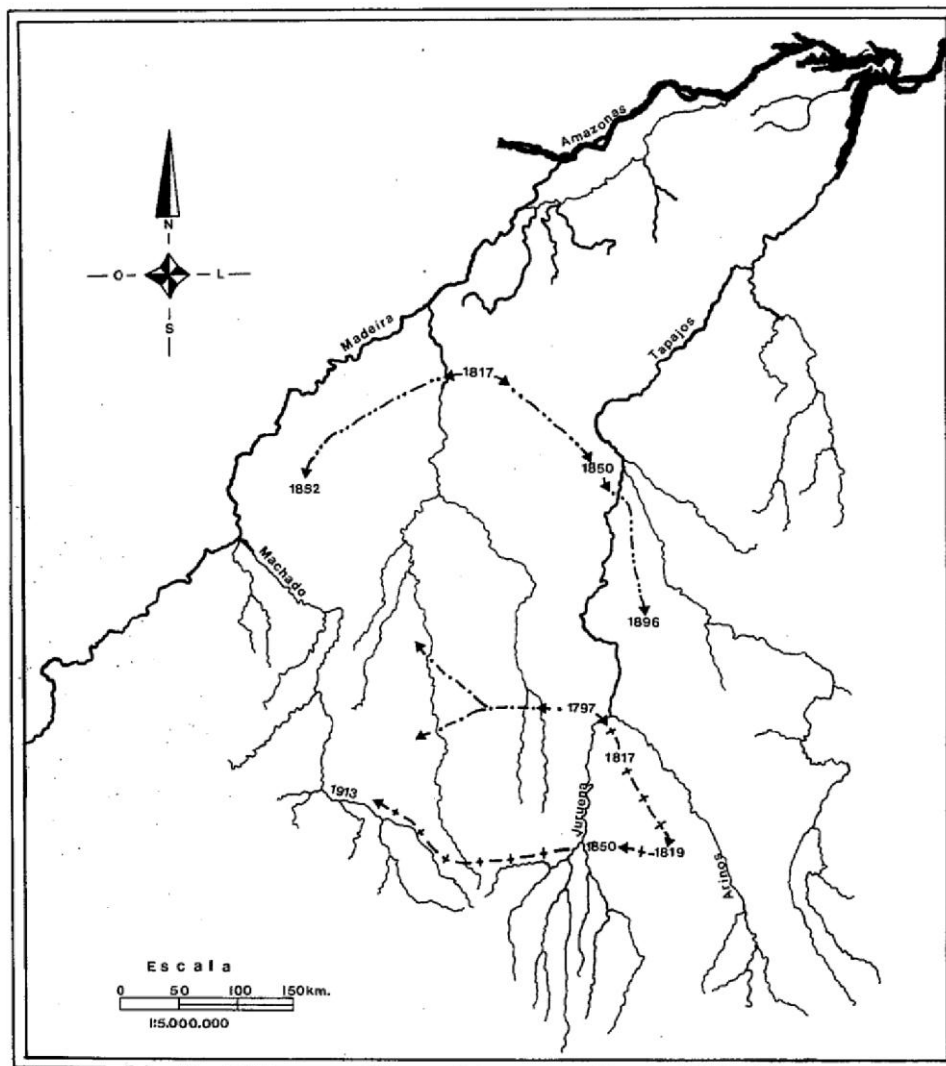


Figura 11 – Linhas de movimento dos Parintintin e Kawahiwa. As datas indicam o local aproximado em que são registrados pelas fontes:

Parintintin - . - . - . - . -
 Kawahiwa - + - + - + -
 Proposta por Nimuendaju - . - . - . - . -
 (1948)

Figura 4 Migração dos Parintintin no século XIX (Coudreau, 1977)

É dentro desse contexto e dessa perspectiva que se deve considerar a entrada do branco na região. No norte do interflúvio Tapajós-Madeira a penetração “branca” é levada a cabo pelos jesuítas que, em tempo relativamente breve, implantam os aldeamentos indígenas, fundam estabelecimentos, planejam e efetuam descimentos e interferem na organização tribal. De acordo

com a visão de Menéndez (1981), as relações interétnicas com o branco leigo integrante da frente de ocupação transcorriam, aparentemente, em um plano mais ou menos pacífico, em que os atritos eram esparsos ou temperados pela mediação dos missionários.

A este primeiro momento da história das relações índios-brancos na área Tapajós-Madeira, seguiu-se um período marcado pelos confrontos que se instalam com a expulsão dos jesuítas do território – o que, de acordo com Menéndez, parecem confirmar que a presença jesuítica teria por efeito uma contenção aos desmandos leigos. Tal fato seria corroborado pela constatação de que onde não se registra a ação dos missionários ou esta foi fraca, as hostilidades começaram muito mais cedo. Tais são os casos, já citados, dos Torá em 1716 e dos Mura em 1725 que em meados do século XVIII haviam generalizado suas atitudes *hostis face* ao branco. A expansão dos Mura, subsequente ao início das hostilidades, tem feições de uma oposição sistemática que há de manter-se por 70 anos. Este processo e aquele que mais tarde, entre 1770 e 1795, protagonizariam os Munduruku, polarizam todo o decurso de relacionamento interétnico ao longo do século XVIII. (Menéndez, 1981: 369).

Por outro lado, movimentos de fuga de grupos indígenas face a presença do branco foram registrados nas missões ou aldeias para onde aqueles foram descidos e que pode ser interpretado como tentativa de garantir a existência do grupo, ameaçada pelo convívio com o branco. (id. ibd.: 370).

Outra modalidade de reação indígena à presença do branco é a dos grupos que, logo de início, resistiram a ela. Porém, uma vez fixada a frente de ocupação extrativista e vencida a oposição indígena, alguns grupos procuram a aproximação com o branco, passando a conviver nas proximidades dos seus estabelecimentos. Mura e Munduruku são os exemplos mais destacáveis (id. ibidem: 371).

Apesar de ser uma área de colonização antiga e onde a presença missionária foi intensa a configuração territorial do interflúvio Tapajós-Madeira continuaria a ser definida ao longo dos séculos XX e XXI.

1.5 - A configuração territorial atual no interflúvio Tapajós-Madeira e a ação ordenadora do Estado brasileiro

Os fatos da etnohistória do interflúvio Tapajós-Madeira levam à certeza de que a configuração territorial atual decorre das relações estabelecidas pelas populações indígenas e não indígenas que as ocuparam e/ou vêm ocupando a região. Como apontado por Peggion (1998), no início do século XX, com o intuito de trazer para o contato os povos indígenas da região *hostis* à colonização branca, o SPI desencadeou uma série de eventos que caracterizam o momento presente dos povos da região (RCID FUNAI, 1999).

Entretanto, após a ação do SPI, com o reconhecimento dos diversos lotes de terra para os povos da região do Madeira, entre eles os Torá, não foram encontradas referências nos

documentos do SPI sobre eles. A presença dos Apurinã na área, de ocupação tradicional Torá, mas fora dos limites do lote designado pelo SPI a eles, é assim descrita por Lange & Heringer:

Em 1930, no auge do SPI, existia ao longo do rio Maici um posto para os Pirahã e outro para os Parintintin. Entre os dois, as três colocações Apurinã que eram encarregadas de desestimular as guerras entre os dois grupos... Os Apurinã se fixaram naquela área intermediária sendo reconhecidos pelas gerações atuais de índios e brancos como tradicionais moradores da região (1980: 77).

As colocações referidas acima são Terra Preta, Coatá, e Sete, que estão situadas atualmente na área já demarcada como TI Torá e que foram recebidas como recompensa a serviços prestados ao SPI.

A partir das décadas de 1980-90 a reordenação da ocupação indígena feita por meio da delimitação e demarcação das Terras Indígenas na região pela FUNAI e a construção de obras de infraestrutura na região continuariam a acirrar antigas rivalidades intertribais, ao mesmo tempo que facultaria o estabelecimento de novas alianças – tendo como consequência a imposição de novas modalidades de expansão e ocupação territorial.

1.5.1 - As ações do SPI

O início do século XX na Amazônia foi marcado pelo apogeu e decadência da economia da borracha, que predominava na maioria das suas sub-regiões. Era o momento em que se consolidavam as fronteiras do Norte e Noroeste do Brasil envolvendo conflitos e acordos internacionais. A realidade indígena era o contraponto de um projeto civilizador caracterizado então pelo crescimento de núcleos urbanos, difusão de instituições republicanas, construção da nação e do imaginário nacional, consolidação da nova elite de comerciantes amazonenses a par dos governos estaduais autoritários. Este era o contexto, em 1910, quando foram instaladas duas inspetorias do Serviço de Proteção ao Índio de Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) na Amazônia: a do Território do Acre e a do Estado do Amazonas e que seriam unificadas em uma mesma Inspeção Regional, a IR1, em 1912. (Ladeira ME, 2008:18)

A criação do SPILTN garantiu aos povos indígenas o reconhecimento de uma identidade indígena com a conseqüente identificação de um conjunto de pequenos lotes de terras para algumas comunidades estabelecidas no começo do século no rio Madeira.

Ao SPI coube, entre outras, a tarefa de estimar a população indígena existente no Brasil, relacionando 129 “tribos-tronco” na área da abrangência da IR1 em levantamento realizado em 1919 e apresentado à Diretoria Geral de Estatística em 1930.

Os lotes demarcados pelo SPI são referências utilizadas em todos os processos de regularização fundiária de Terras Indígenas no Estado do Amazonas e se podem, por um lado, assinalar a tradicionalidade da ocupação e, portanto, a legitimidade do pleito, por outro lado são

vistos como impeditivos para a delimitação de áreas maiores ou são desconsiderados como pontos de referência para a identificação de uma terra indígena. (Ladeira ME, 2008:19)

Para a definição de cada lote pelo SPI era fundamental, segundo a legislação da época²⁴, a determinação do número de habitantes e a localização das moradias indígenas já que a noção de posse utilizada era a da “posse civil” a qual, para sua legitimação, exigia a *morada habitual com cultura efetiva*. Esta posição considerava dois princípios: o da exclusão da ocupação ou posse dos não indígenas da área delimitada para os índios e a desqualificação do que seria o “*modo de ocupação*” indígena como finalidade elegível para a delimitação dos lotes.

A circulação das famílias indígenas na área não era percebida como expressiva de uma relação entre os índios e território de uso e ocupação. Para os agentes e dirigentes do SPI somente deveriam ser consideradas as atividades que estivessem em conformidade com o projeto civilizatório da ação protecionista, ou seja, aquelas que deveriam ser incentivadas entre os índios, como o “*domicílio certo e o gosto pelo trabalho constante*” (Freire, 2007: 77).

A questão é que estes atributos não eram identificados nem pelo SPI e muito menos pela sociedade nacional, no modo de vida e de ocupação indígena de seu patrimônio territorial. A ausência destes conceitos e categorias fundamentariam, ainda, os estereótipos negativos (“preguiçosos”) da identidade indígena. Tais preconceitos apareceriam, por exemplo, nas acusações dirigidas à Inspetoria Regional em 1931 por parlamentares integrantes da Comissão de Inquérito estabelecida na Câmara Federal: diziam os deputados que os agentes do SPI ao invés de incentivar “*(...) seus índios registrados (...) ao amanho das terras*” os empregava “*(...) unicamente na colheita da castanha, terminada a qual, perambulavam desocupadamente*” (Freire, op. cit.: 78)

Nessa mesma linha as palavras do encarregado do Posto Antônio Paulo no rio Maicy em 1941²⁵, é elucidativa:

(o) tempo azado de todas essas perseguições é nesta época, de dezembro a março; feita a colheita de castanhas, o povo (sic) se retira para as suas moradas, radiantes por ter obtido os lucros que deveriam ser distribuídos pelos índios, continuando esses na miséria. Eis pois, sr. Inspetor o que me cumpre dizer neste momento. Saúde e Fraternidade. Antonio Lobato”.

Na primeira metade do século XX foi o tempo da pacificação dos *Kawahiva* (Parintintin e Tenharim). Nimuendajú apontava então que “*(...) as hostilidades dos Parintintin não só se*

²⁴ A Constituição republicana de 1891 passou para os Estados federados as terras tidas como “devolutas”. Em vista desse mandamento, o SPI era obrigado a requisitar ao Estado federado o “lote de terras para assentamento indígena” ao governador – pressupondo, erroneamente, que as áreas ocupadas por populações indígenas cairiam na categoria de “terras devolutas”.

²⁵ Que assistia 38 pessoas entre Apurinã, Kawahiba, Torá e Matanawi e alguns “civilizados” agregados pelo casamento.

dirigiam aos neo-brasileiros como também contra as tribos de índios da vizinhança: os Ardará do rio Preto, os Torá, os Mura e os Mura-Pirahã” (1986: 57).

Em maio de 1921 chegava à bacia do Mayci “(...) o pessoal do barracão Paraizo e foi esta gente que desceu pela primeira vez o Mayci até a sua foz” (Nimuendajú, 1987: 58) – e sofreram uma represália dos *Parintintin* que queimaram seus barracões.

Em 1921 esteve no rio Marmelos o Capitão de Engenharia E.S. Amarante para o levantamento topográfico deste rio e a pedido do Inspetor do SPI, Bento Lemos, entrou também no baixo Mayci, encontrando os *Mura-Pirahã*, habitantes selvagens, mas pacíficos, e fundou no meio deles um posto esperando com isso que o SPI pudesse estabelecer relações pacíficas com os *Parintintin*, desconsiderando que estes eram seus “inimigos mortais” (Nimuendajú, 1986: 59).

Em suma, como apontado por Peggion:

“no final do século XIX e início do presente século, os Torá são registrados como sedentários, vivendo da agricultura nas margens do rio Marmelos” e registra ainda que “por volta da década de 20 do presente século, com a chamada “pacificação” dos *Parintintin*, a região do Madeira foi sendo gradativamente tomada por seringueiros, caucheiros e extratores de produtos nativos. Neste processo as populações indígenas da região, entre as quais os Torá, foram envolvidas, adotando um sistema semelhante ao da população regional, o chamado sistema de aviamento. Entretanto, garantiram a reprodução de sua organização social e lutaram arduamente pelas suas terras.” (Peggion, 2018).

E, assim, os Torá como os Matanawi e outros povos da região, que já não falavam mais a língua e dispersos em pequenas comunidades, desapareceram das referências documentais²⁶.

1.5.2 - Tempos atuais: a FUNAI

A região em que a área reivindicada está situada foi fortemente reconfigurada em termos territoriais com as delimitações e demarcações que a FUNAI executou a partir de 1980, muitas delas possíveis no âmbito do PPTAL (Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal). Povos que eram inimigos históricos e com tempo de contato e relações em estágios diversos com a sociedade nacional tiveram de estabelecer ou refazer alianças, nas décadas de 1980/90, para que a demarcação de suas terras fosse efetivada.

Os Torá, os Pirahã e os Matanawi se encontravam em uma situação de invisibilidade, com grande parte de sua população dispersa nas cidades e vilas do entorno, enquanto seus vizinhos Kawahiba (*Parintintin*, *Tenharim* e *Jiahui*) tiveram suas terras regularizadas nos anos 80 e 90 do

²⁶ Não foi encontrada referência aos Torá na pesquisa dos documentos do SPI no arquivo do Museu do Índio/FUNAI.

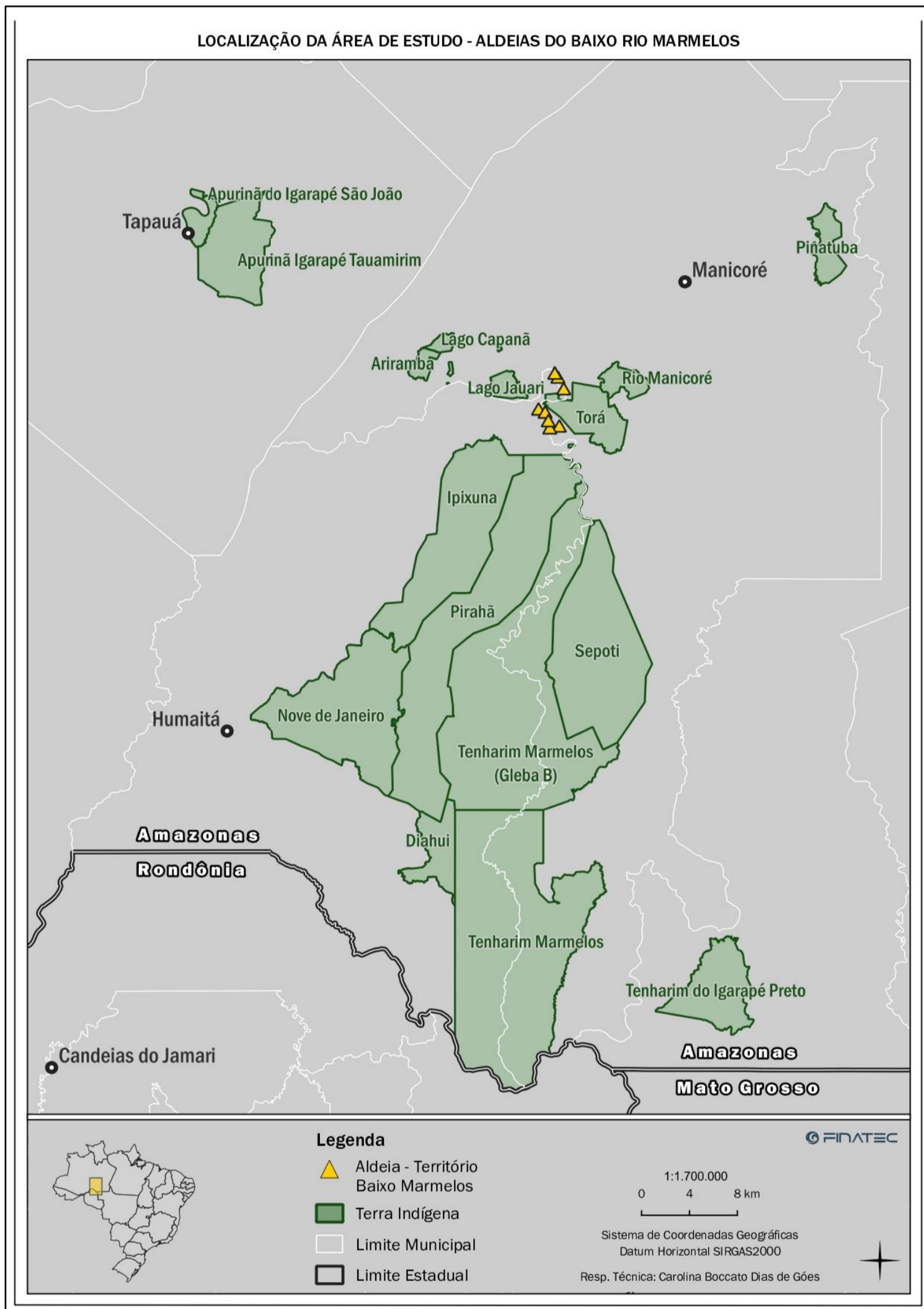
século passado, em um total de 1.810.665 ha (um milhão, oitocentos e dez mil, seiscentos e sessenta e cinco hectares).

Estas demarcações afetaram a mobilidade dos povos indígenas na região dos interflúvios Mayci-Marmelos-Madeira, sobretudo a dos Torá, o que reavivaria hostilidades antigas entre estes e os Kawahiva (Parintintin e Tenharim) e Pirahã. Por exemplo, na área Tenharim Gleba 2 estão situados castanhais de uso do povo Torá, que não foram contemplados na demarcação da TI Torá, motivo de constantes tensões entre eles. Áreas de ocupação histórica dos Torá e Matanawi, como o curso do rio Mayci, estão dentro da TI Pirahã, bem como o alto curso do rio Marmelos, integralmente abrangido pela TI Tenharim Marmelos.

Tabela 2 Relação das TIs demarcadas na região dos interflúvios Mayci, Marmelos e Madeira.

Terra Indígena	Povo	Área demarcada
TI Ipixuna	Parintintin	215.362 ha
TI Nove de Janeiro	Parintintin	228.777 ha
TI Pirahã	Pirahã	346.910 ha
TI Tenharim Marmelos	Tenharim	497.521 ha
TI Tenharim do Igarapé Preto	Tenharim	87.413 ha
TI Tenharim Marmelos Gleba 2	Tenharim	474.741 ha
TI Diahui	Diahui (ou Jiahui)	47.354 ha
TI Torá	Torá, Apurinã	54.861 ha

Mapa 4 - Localização da área de estudo e as terras indígenas do entorno.



II - SEGUNDA PARTE: HABITAÇÃO PERMANENTE

- a) **descrição da distribuição das aldeias, com respectiva população e localização;**
- b) **explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência das aldeias, a área por elas ocupadas e o tempo em que se encontram as atuais localizações;**

2. 1- Ocupação permanente e contínua

Recapitulando o que foi demonstrado na Primeira Parte do relatório, onde são evidenciadas as relações de aliança ou de conflito que alteraram o panorama étnico original e principalmente o impacto violento da colonização no interflúvio Tapajós / Madeira, a bibliografia histórica e registros oficiais do órgão indigenista deixam claro, indubitavelmente, que há uma *ocupação permanente e contínua* dos atuais povos indígenas na região de estudo, que abrange a bacia do Rio Marmelos, no médio curso do Rio Madeira, desde o século XVII até hoje. Há indicações de que os “Iruri”, nome genérico dos Torá e alguns outros povos, tinham controle sobre a margem direita do baixo e médio Marmelos no século XVII, sendo originários do alto Marmelos e do Rio Maicy, afluente da margem esquerda do Marmelos; os Mura, originários da região do rio Manicoré, na margem direita do Madeira, se deslocaram por todo o Madeira, onde permanecem até hoje; os Munduruku iniciaram um movimento de expansão do Tapajós em direção ao Madeira, cujo clímax se deu na primeira metade do século 19. Ao longo do século 19, os Torá foram mencionados em um vasto território: no Rio Madeira, em Humaitá; no alto Marmelos e seus afluentes (Rio Maicy, Rio Preto), no Rio Machado (Ji-Paraná). O mapa do etnógrafo Paul Ehrenreich, de 1891, situa os Torá na mesma região atual. Outros movimentos de destaque foram os dos Parintintin, originários do Rio Maués, para o médio Madeira, onde passaram a disputar o território com seus antigos habitantes; dos sobreviventes Matanawi, do interflúvio Tapajós/Madeira, onde foram atacados pelos Munduruku, para o Marmelos, onde se aliaram aos Torá; de uma família Apurinã no século 20, estimulada pelo próprio SPI, ocasionando diversos conflitos com os Torá situados na TI Torá já demarcada pela FUNAI.

Na virada para o século 20, esses povos foram atingidos em cheio pelo ciclo da borracha no alto Marmelos e o célebre mapa etnohistórico de Curt Nimuendaju, da década de 20, situa tanto os Torá quanto os Matanawi na área que compreende as cabeceiras do Rio Mayci até a foz do Marmelos, ou seja, a região maior que abrange a atual área reivindicada por estes povos. Um posto do SPI no Rio Maicy deu assistência aos Apurinã, Torá e Matanawi na década de 40 e, na década de 80, antropólogos da FUNAI encontraram os Torá no mesmo lugar em que estão hoje, dentro da região maior registrada por Nimuendaju na década de 20.

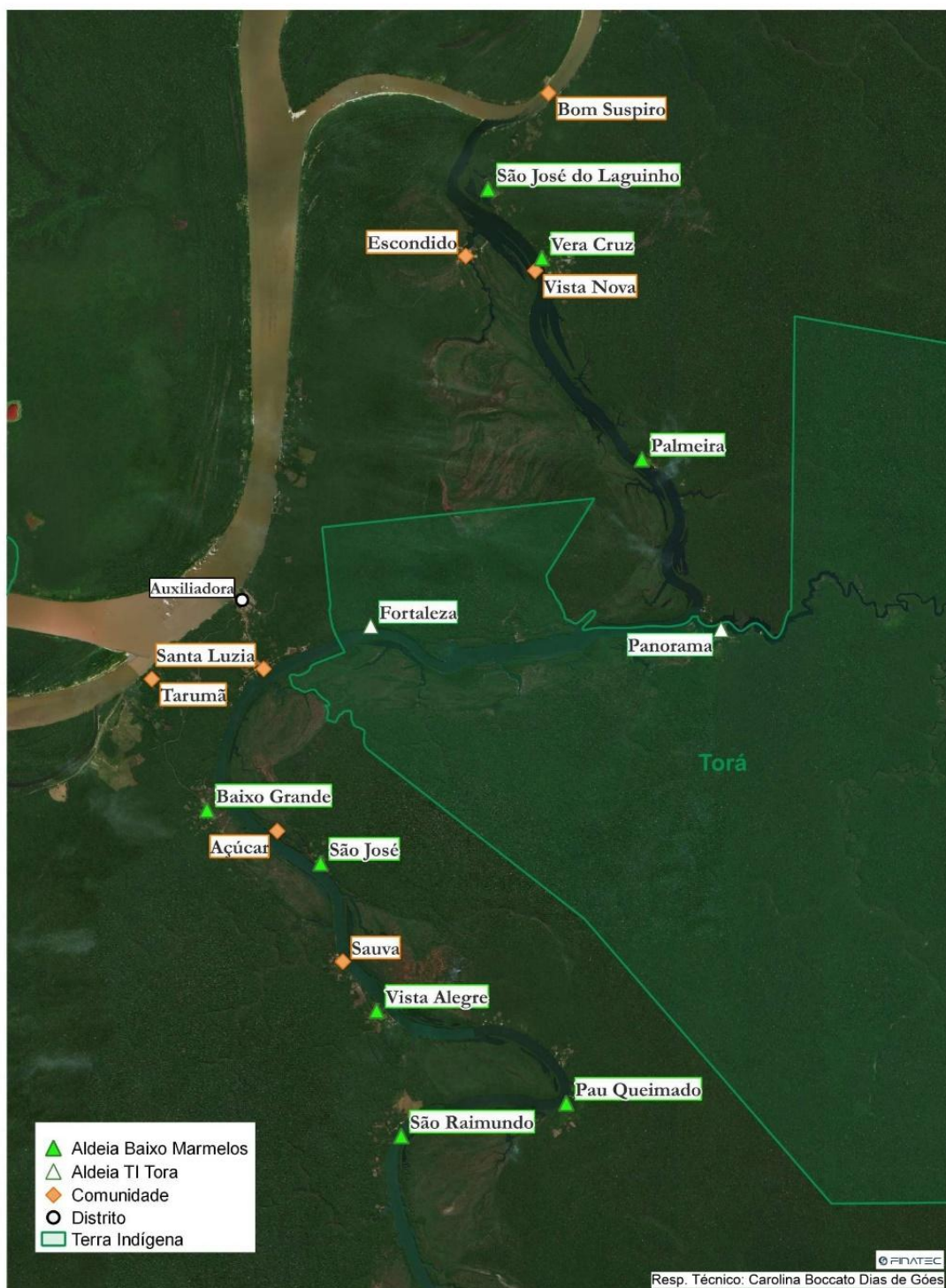
Em outras palavras, apesar dos grandes deslocamentos e mortandades de vários povos provocados pela colonização, como é demonstrado em maiores detalhes na Primeira Parte, há

uma notável continuidade da presença dos Torá, Mura e Matanawi na mesma região em que sempre viveram até hoje, onde outros povos como os Munduruku e Apurinã passaram a viver em momentos históricos diferentes. Em suma, é impensável qualquer tipo de questionamento sobre a presença desses povos na região em estudo em 1988, os quais não tiveram sua ocupação tradicional declarada pelo Estado por vários motivos, entre eles as ações do próprio SPI, que atribuiu pequenos lotes para comunidades indígenas no Madeira, como os Mura, e realizou a “pacificação” dos povos Tupi Kawahiva hostis (Parintintin e Tenharim), o que resultou a longo prazo na exclusão dos direitos territoriais dos Torá.

Os itens a seguir se dedicam à compreensão da história específica das comunidades que habitam atualmente o baixo Marmelos, segunda sua memória oral.

Figura 5 Aldeias e comunidades do Baixo Marmelos

Aldeias e Comunidades



As aldeias estão instaladas ao longo das duas margens do rio Marmelos, em áreas pouco sujeitas a inundações em áreas de florestas de terra firme, que são as principais fontes de recursos

naturais utilizados na construção das casas e alimentação para os residentes. Os solos férteis sob essas florestas garantem a implantação das roças e sustentabilidade das aldeias.

As casas das famílias são de madeira tratada e raramente em tijolos. Geralmente com um único piso e construídas sob pilotis ou palafitas, mas também encontramos casas no chão com piso batido de cimento e meias paredes de tijolo. Foi relatado que no passado as casas tinham paredes e assoalhos de paxiúba. O caule da palmeira era preparado com facão para retirada do miolo fibroso e abertura da casca. Paredes de palha também eram frequentes.

Os telhados são em sua maioria de telhas de amianto- “Eternit”, mas também é muito frequente o uso de telhas de zinco. São menos frequentes hoje em dia os telhados de palha nas casas, mas a grande maioria das residências possuem uma construção anexa onde fica a cozinha e esta tem seu telhado preferencialmente de palha. Reconhecem o conforto térmico superior dos telhados de palha, mas a necessidade de troca a cada dois a três anos é vista como um inconveniente.



Boa parte das casas conta com fogão a lenha e com fogão a gás. O eletrodoméstico mais comum é o freezer, sendo também frequentes as geladeiras e em bem menor escala,

Foto 2 - Casa de madeira em palafita, telhado de palha.

Foto 1 Telhado de palha, visão interna.

os celulares e televisores. Algumas casas contam com máquinas de lavar modelo tanquinho, mas também encontramos mulheres lavando roupa no rio. As redes são bastante usadas nas moradias e nos acampamentos. Também utilizam camas e nos foi relatado o hábito antigo de dormir no chão sobre esteiras.

Nunca se entra na casa de sapato/chinelo. Eles ficam sempre do lado de fora. O chão é um espaço social importante, lugar onde ficam sentados conversando, onde crianças dormem a sesta da tarde e apesar de possuírem mesas é no chão que fazem as refeições, por isso estão sempre muito limpos.



Foto 4 Ocupação interna da casa/aldeia S.Raimundo .



Foto 3 Chinelo na porta /aldeia S. Raimundo.

Algumas poucas famílias contam com acesso à internet. Há casos em que se organizaram em consórcio para adquirir e arcar com os custos mensais do acesso à internet via satélite, como os professores na aldeia São José do Pindobal. Os eletrodomésticos são mais comuns nas aldeias com luz elétrica permanente como Baixo Grande, São José do Laginho e Vera Cruz.

Encontramos campos de futebol nas oito aldeias. Algumas como Baixo Grande possuem mais de um campo. No entorno das casas os quintais frequentemente são plantados com muitas frutas, plantam espécies nativas e exóticas destinadas principalmente para a alimentação, mas também à ornamentação e ao uso medicinal e todas praticamente contam com uma horta elevada com temperos preferidos.

Nas áreas comuns, próximas às casas, também é frequente a presença de casas de farinha. A gestão do lixo é feita com o fogo e apenas eventualmente identificamos lixo espalhado.

A maioria das casas conta com seu próprio porto, onde além do embarque e desembarque, realizam outras atividades como a lavagem das roupas e a pesca. É comum se encontrar uma balsa de troncos. Na maioria das aldeias as casas estão distribuídas paralelamente e ao longo do rio.



Foto 5 Porto /canoa/jirau para lavar roupa/Aldeia Baixo Grande.

Utilizam como fonte de água o rio Marmelos e outros igarapés localizados nas proximidades das casas. Algumas aldeias como Baixo Grande contam com poço artesiano, bomba de água e encanamento até as casas. Nas aldeias onde há distribuição de água, raramente identificamos caixas d'água suspensa ou encanamento no interior das casas. A água é em geral armazenada em vasilhames, sendo utilizada com canecas para o banho ou lavagem de roupa.

2.2 Levantamento populacional

A população das 8 aldeias desta região do rio Marmelos, que estamos considerando como TI Baixo Marmelos, é composta por Torá, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim. (especificadas no cap. 1 Dados Gerais), sendo que parte de seus habitantes estão ligados por laços de consanguinidade e afinidade. Em anexo seguem as genealogias que demonstram esta rede de relações e alianças.

No momento estas aldeias podem ser pensadas para a identificação da Terra Indígena em 2 grandes conjuntos a que estamos nos referindo como Gleba 1 e Gleba 2. A Gleba 1 é composta pelas aldeias de Baixo Grande, São José do Pindobal, Pau Queimado, Vista Alegre, São Raimundo. A Gleba 2 é composta pelas aldeias de Vera Cruz, São José do Laguinho, Palmeira e

pelas comunidades do Escondido e Vista Nova, que não se reconhecem como indígenas, mas onde a maioria das famílias moradoras se reconhecem como indígenas.

A Gleba 1 conta com 349 moradores, 05 aldeias, 72 famílias aproximadamente e 84 residências. Não estão sendo contabilizadas as famílias indígenas moradoras da localidade de Tarumã. Esta comunidade, antiga localidade de moradia dos Torá, conta com uma presença indígena (Torá), apontada pelos moradores das demais aldeias, mas grande parte não se reconhece, até o momento, como tal.

A Gleba 2 conta com 249 moradores, se incluirmos os 94 moradores indígenas da comunidade do Escondido que se declaram indígenas, teremos um total de 343 moradores, 3 aldeias e 2 comunidades onde há uma presença indígena significativa.

Assim temos um total de cerca de 598 moradores indígenas, não considerando os que estão trabalhando fora nas cidades/vilas do entorno ou mesmo no garimpo, e que continuam frequentando o território do Baixo Marmelos.

Entretanto, estes levantamentos feitos por aldeias/comunidades, podem se alterar rapidamente devido à extrema mobilidade da população indígena. Nos quadros abaixo estão assinaladas as casas de cada aldeia, com a indicação dos “donos” da casa, a quantidade de pessoas em cada casa e a indicação dos que recebem vencimentos fixos. Em amarelo sublinhamos os caciques de cada comunidade. Entretanto em cada casa pode ter mais de uma família nuclear.

Nas genealogias em anexo esta população é apresentada inserida em suas relações de parentesco e afinidade.

Comunidades da Gleba 1

1 – Aldeia Baixo Grande (antiga Três ilhas)

Croqui - Casas da Aldeia Baixo Grande

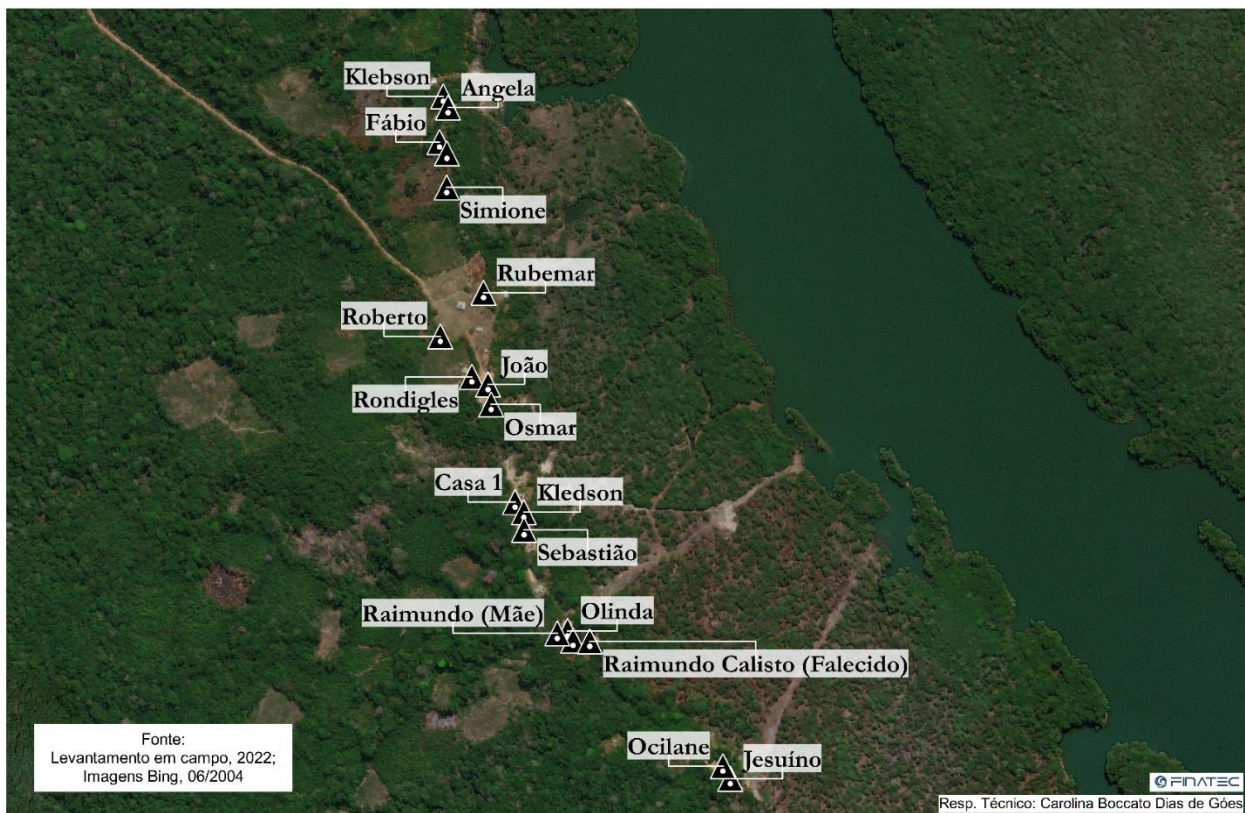


Figura 6 - Casas Aldeias Baixo Grande

Tabela 3 - Relação dos moradores da aldeia Baixo Grande.

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Klebson		4
2	Angela		6
3	Fábio Pereira Freitas/ Rosilda		9
4	Raimundo Pereira Freitas/Maria Gorete		7
5	Simione		4
6	Rubermar/Cleuciane	1 funcionário Funai	4
7	Roberto (filho Osmar) /Francisca Emerson		4
8	Rondiglece/Rosangela		3
9	Renilson (filho Osmar) /Graciele		3
10	Osmar Pereira Calisto/ Maria José Jonas	1 aposentado	5
11	Domingos Pereira Calisto/Zilda Parente de Oliveira	2 aposentados e 1 AIS	4
12	Cledson/ Raimunda (filha da Maria Gorette, neta da D. Alta)		9
13	Sebastião (filho Maria Civita) /Andreza		11
14	Raimunda Mota Rodrigues/Raimundo Silva de Souza		4
15	Olinda Rodrigues/João Vitor Torá		3
16	Raimunda Mota Rodrigues Filha/Adonias Calisto		4
18	Ednilson/ Raimundo Calisto falecido		2
19	Jesuino Pereira dos Santos	2 aposentados	9
20	Sebastião Rodrigues		1
		5 aposentados 1 funcionário	96 moradores

2 – Aldeia São José do Pindobal

Croqui - Casas da Aldeia São José



Figura 7 Casas aldeia São José do Pindobal

Tabela 4 Tabela 5 Relação de moradores da aldeia São José do Pindobal

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Constantino Pereira dos Santos/ Etelvina Parente de Oliveira	2 aposentados	3
2	Leandro Parente dos Santos/ Kelly Ferreira Parente		3
3	Rosa Maria Mura		8
4	Oswaldino Pereira dos Santos		1
5	Manoel Itoni Marques Parente / Analícia Parente dos Santos		8
6	Ingleussy Marques Parente /Ruillian Alves Torá		3
7	Leonei Marques Parente/Rosileia dos Anjos		3
8	Ila Marques Parente/João de Souza Lima	1 aposentado	2
9	Letícia Marques Parente/Raimundo Rodrigues Matanawi		2
10	Rosivilton Marques Parente/Nelinha		8
11	Nailson Marques Parente/Ingracina Matanawi		4
12	Derlino Parente dos Santos/ Clemilda Gomes	1 funcionário	4
13	José Cordeiro de Queiroz/Lucia Parente dos Santos*		10
14	João Marques Parente/ Fátima Rodrigues Matanawi**		3
15	Iglessias		3
16	Thiago Marques Parente/Josana **		4
17	Zaqueo Marques Parente/ Diana (Cinta Larga) **		6
		3 aposentados 1 funcionário	75 moradores

3 – Aldeia Vista Alegre

Croqui - Casas da Aldeia Vista Alegre



Figura 8 - Casas da aldeia Vista Alegre

Tabela 5 Relação dos moradores da aldeia Vista Alegre

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Silvio Parente de Queiroz/Leuniza Leão Mota	1 aposentado	8
2	Amália Ferreira Parente/ Amair Vieira Queiroz	2 aposentados	8
3	Sebastião Parente de Queiroz/ Marcilena Parintintin	1 funcionário	3
4	Manoel Ferreira de Castro/ (viúvo)	1 aposentado	4
5	Manoel Calisto de Castro/Rosana		7
6	Barnabel Rodrigues/ Osana Carril Parente		9
7	Antonio Parente /Ana Letícia Parintintin	1 funcionário	3
8	Salvador Ferreira Parente/ Maria Ivaneide Parintintin		6
9	Jonas Diahui Pirahã/ Maria Domingas Parente	1 funcionário	3
10	Jandeilson/Raimunda Queiroz		2
11	Paulo Marques/ Francisca Parente	1 funcionário	5
12	Raimunda Calisto de Castro (viúva)	1 funcionário	6
13	Antonio Munduruku/Camila Calisto	1 funcionário	2
		6 funcionários 4 aposentados	66 moradores

4 – Aldeia Pau Queimado

Croqui - Casas da Aldeia Pau Queimado



Figura 9 - Casas da aldeia Pau Queimado

Tabela 6 Relação dos moradores da Aldeia Pau Queimado

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Juliano Rodrigues da Silva/ Adriane Tenharim Parente	2 funcionários	4
2	Andrelino Rodrigues da Silva/ Fabrielles Rodrigues Mota	1 funcionário	5
3	Maria Rodrigues Parente (viúva)	1 aposentado	4
4	Ivo Rodrigues Parente (solteiro)	1 aposentado	1
5	Daniel Rodrigues da Silva/ Suzana Carril Parente		7
6	Raimundo Parente da Silva/ Maria Aparecida Gomes de Souza	1 funcionário	3
7	Julimar Rodrigues da Motta/ Rocinei	1 funcionário	3
8	Alta Rodrigues de Souza (viúva)	1 aposentado	1
9	Lázaro Marques Parente/Maria do Rosário Pereira	1 aposentado	3
10	Leílton Nogueira Parente/M. das dores dos Santos Marques		6
11	João Nogueira Parente/ Adriana Pinto Tenharim	2 funcionários	7
12	José Nogueira Parente/ Raimunda dos Santos Marques		9
13	Raimundo Parente de Oliveira/ Maria Neides Oliveira (falecida)		1
		7 funcionários 4 aposentados	54 moradores

5 – Aldeia São Raimundo

Croqui - Casas da Aldeia São Raimundo



Tabela 7 Relação dos moradores da aldeia São Raimundo.

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	José Gomes /Damiana Rodrigues	1 aposentado 2 funcionários	12
2	Aladim Rodrigues (viúvo)	1 aposentado 1 funcionário	5
3	José dos Santos Alecrim/Ingracina	-	4
4	Paulo Afonso Rodrigues (viúvo)	1 funcionário	2
5	Valdeir Rodrigues / Antonia Carril Parente	-	4
6	Raimundo Rodrigues/Karina Tenharim	-	7
7	Natal Rodrigues separado	-	6
8	Manoel (filho do Cacique / Vanderleia	-	8
9	Alexandre Carril Parente/ Sabrina (veio da Vista Alegre)	1 funcionário	3
10	Francisco Ferreira Parente/ Catarina	2 aposentados	2
11	Ludogero Rodrigues/ Franciele		5
		5 funcionários 4 aposentados	58 moradores

Comunidades da Gleba 2

6 – São José do Laguinho

Croqui - Casas da Aldeia São José do Laguinho

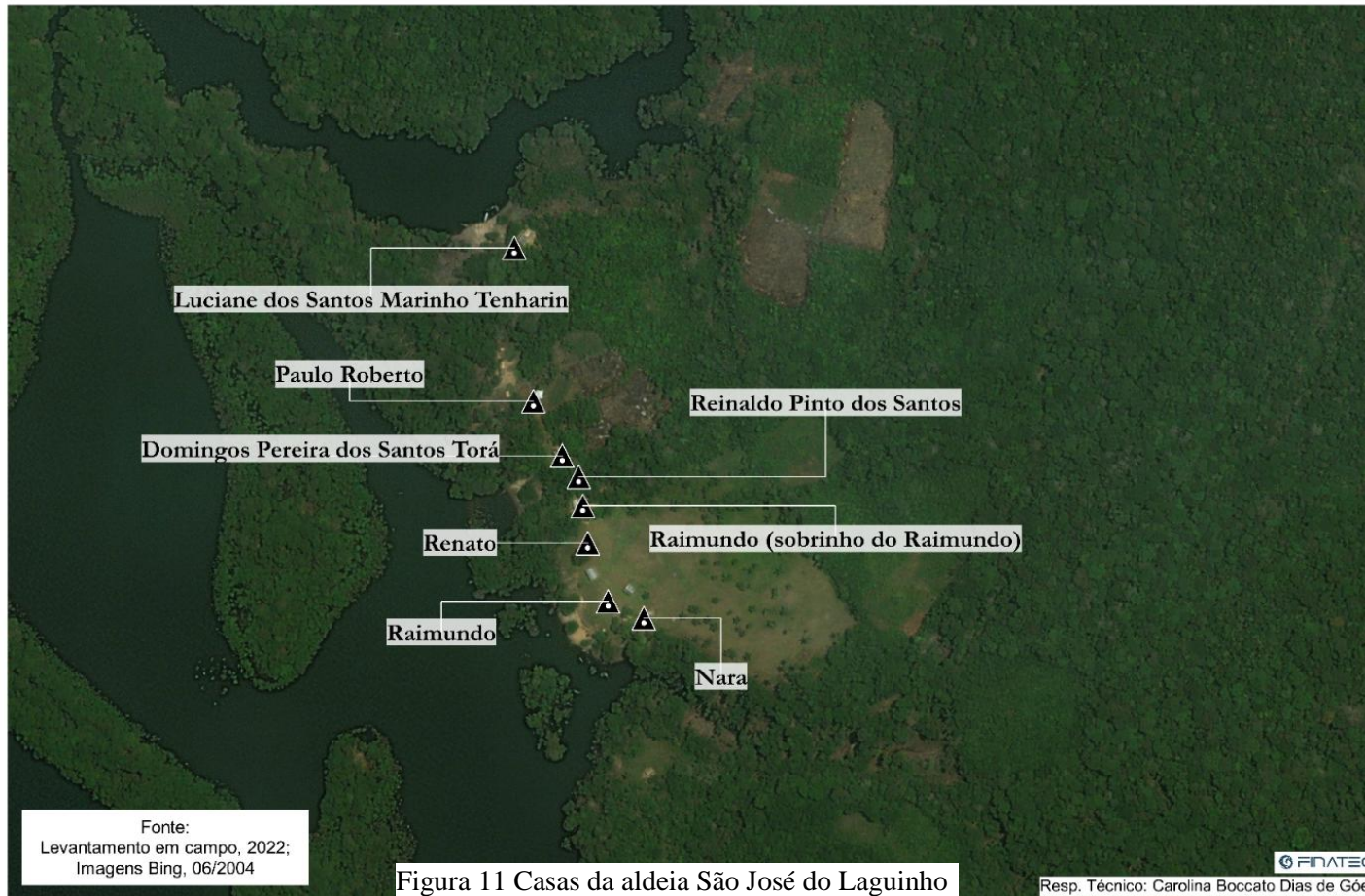


Figura 11 Casas da aldeia São José do Laguinho

Tabela 8 Relação dos moradores da aldeia São José do Laginho

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Juciane Moreira dos Santos /Jefferson	1 funcionário	3
2	Paulo Roberto Moreira dos Santos/ Lucicleia Mura (veio do Escondido)		4
3	Domingos Moreira dos Santos (separado)		3
4	Reinaldo Pereira dos Santos	1 aposentado	1
5	“Chico” Raimundo França Menezes		3
6	Renato Moreira dos Santos/ Franciele Araujo das Silva		4
7	Raimundo Pinto dos Santos/M. Nazaré Moreira dos Santos		5
8 e 9	Nara Moreira dos Santos/Jonas de Oliveira Prestes	1 merendeira	8
10	Marcusso Tenharim/ Eliene Moreira dos Santos		2
		2 funcionários 1 aposentado	33 moradores

7 – Aldeia Vera Cruz

Croqui - Casas da Aldeia Vera Cruz

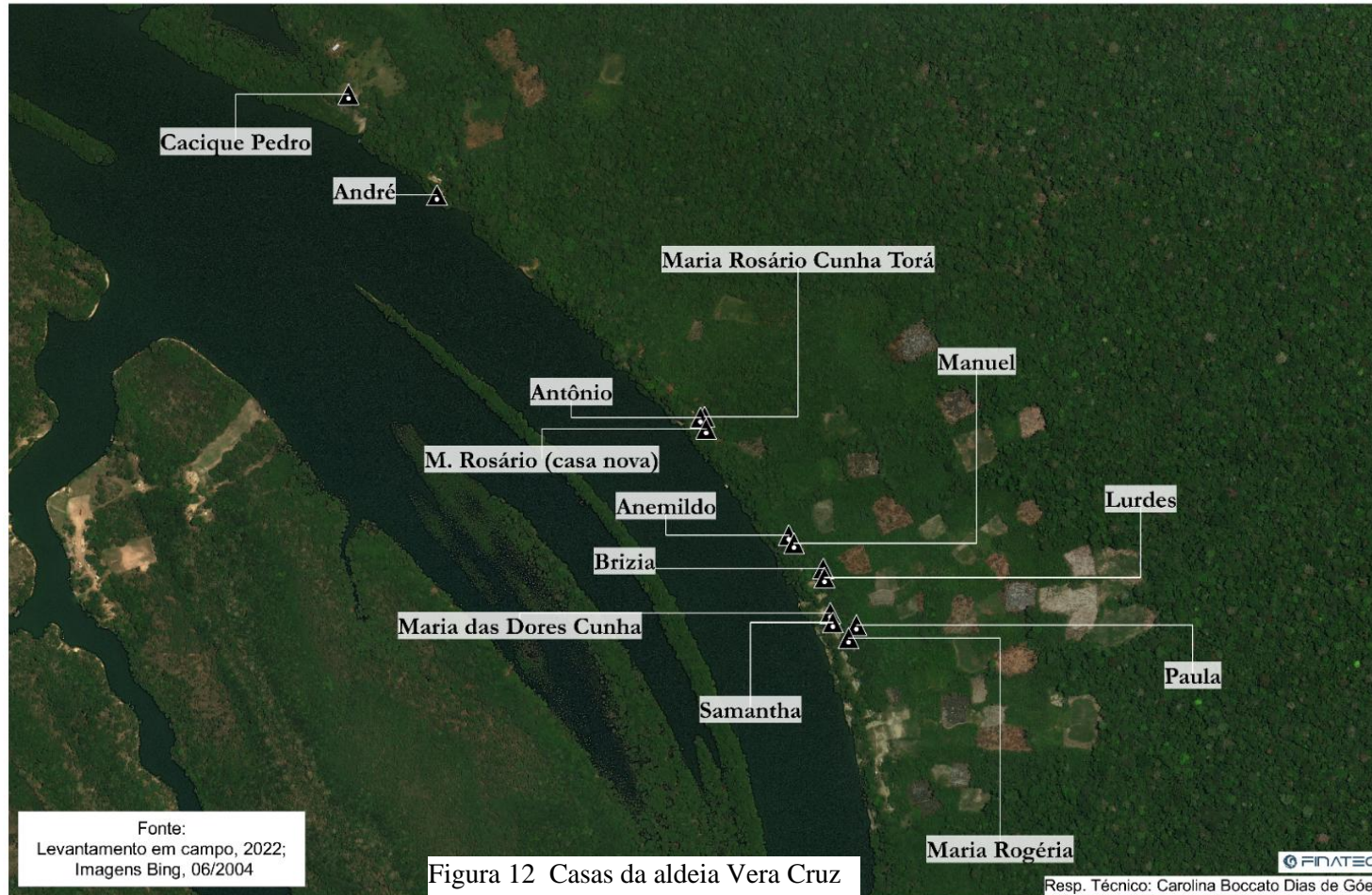


Tabela 9 - Relação dos moradores da aldeia Vera Cruz

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	Pedro de Oliveira da Cunha/ M.do Socorro Pinto dos santos	1 funcionário	12
2	André Zacarias Mendes/Severina Pinheiro Torá		9
3	Paulão Deblandino Zacarias/ M. do Rosário Oliveira Cunha	2 aposentados	5
4	Antonio Bosco de Souza/Iara da Cunha Zacarias		6
5	Anemildo (mora com a mãe Gertrudes e irmãos)		4
6	Jairo Crescencio dos Santos/ Rosimeire (irmã do Anemildo)		8
7	Luana Cunha Oliveira Torá/Mário César Alves Mura		7
8	Maria das Dores de Oliveira Cunha/ Orlando Souza de Oliveira Torá	2 aposentados	4
9	Samanta Cunha de Oliveira/ Regilson (veio da Vista Nova)	1 funcionário	6
10	Alzeni (filho da Valdívia Vista Nova) /Ana Paula (veio do Baixo Grande)		5
11	Ademir de Oliveira Cunha (Dedé)/ Rogéria Oliveira Parente Calisto		5
12	Michel Cunha de Oliveira/ Rosa Zacarias da Silva		7
13	Maria de Lourdes Zacarias/Daniel da Cunha Valente		3
14	Branca (apelido)		2
15	Reginaldo (irmão do Anemildo)/Brísia		9
16	Manoel Zacarias Torá /Isailda Mura		12
17	Daniel da Cunha Valente (separado)		2
		2 funcionários 4 aposentados	106 moradores

8 – Aldeia Palmeira

Croqui - Casas da Aldeia Palmeira

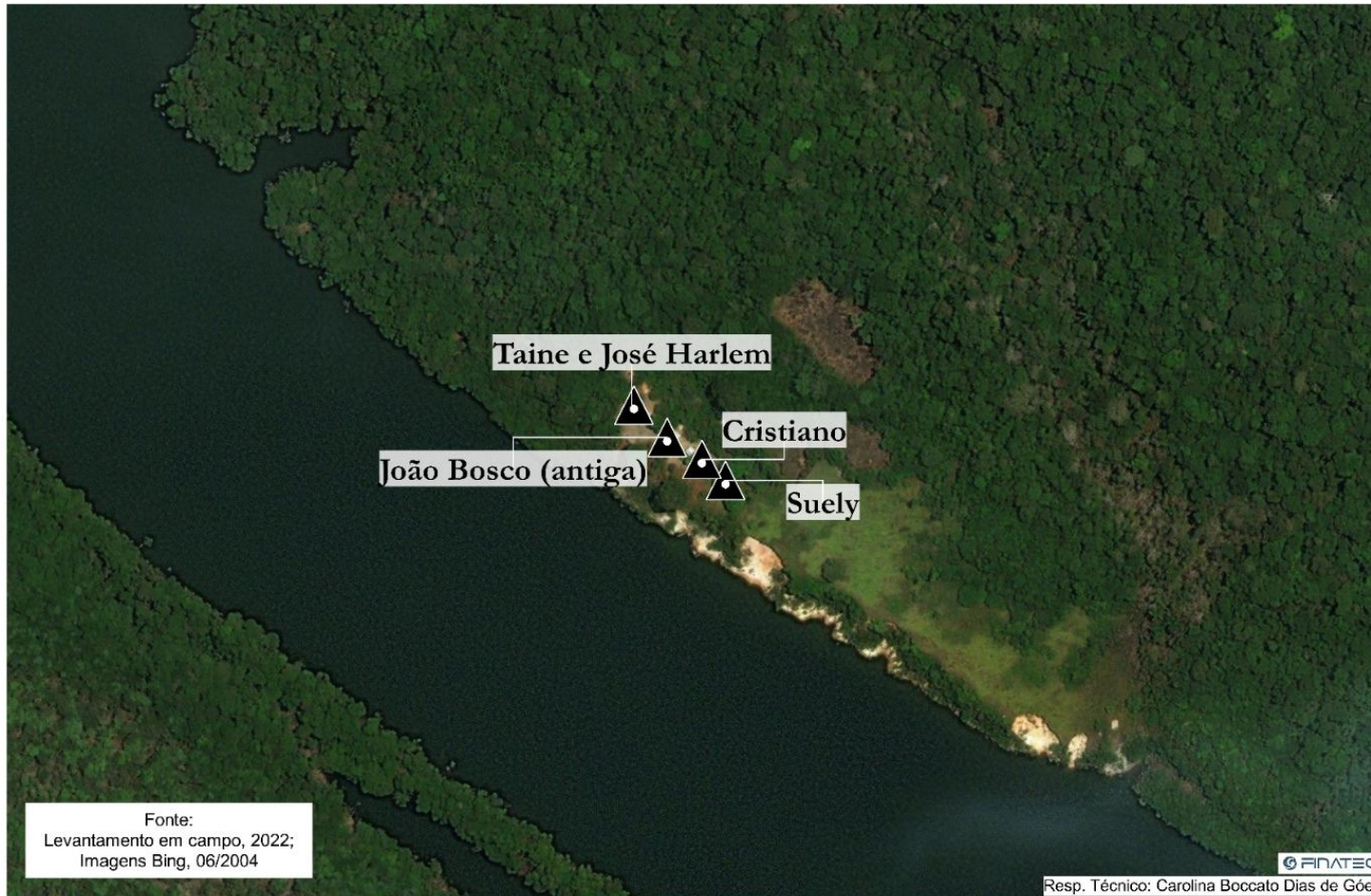


Figura 13 - Casas da aldeia Palmeira.

Tabela 10 Relação dos moradores da aldeia Palmeira

Casas	Chefes/referência dada por eles	Benefícios	Moradores
1	José Arlen /Taiane	1 funcionário	3
2	João Bosco De Souza Lima/ Raimunda Marques Leão	-	2
3	João Batista Marques de Souza/ Dalciane Mura	-	3
4	Cristiano Marques de Souza/ Aldiceia Mura	-	4
5	Raimundo Marques de Souza/ Sueli Mura	-	4
		1 funcionário	16 moradores

9- Comunidade Escondido:
abrangendo os 2 lados: 94 moradores apontados como indígenas e 27 não indígenas.

Tabela 11 Relação dos moradores da comunidade Escondido lado1.

Escondido - Lado 1: famílias que se reconhecem como indígenas			
Casas	Chefes/referência dada por eles		Moradores
1	Fátima/Alailton (índigena)		7
2	Leila Lima Leão/ João Bosco (não)		6
3	Gilsiclei/ Joaquim (irmãos)		2
4	Sheila (filha da Fátima) /Raimundo Mura		4
5	Cleiane (filha do Percílio/ Edson Filho (no garimpo)		7
6	Zeneide (neta do Dedeco)/Francinei		5
7	Edivaldo Zacarias de Oliveira (neto do Dedeco)/ M. José indígena (separados)		9
8	Reinaldo Lima Azevedo/Lucilene Alves de Queiroz		7
9	Francineis/ Alzineide		4
10	Raimundo/Ana Kátia		8
11	Manoel Menezes Torá/Dolores Cunha Ferreira		2
12	Juciclei/Elisangela		4
13	Jocelma Apurinã/ Gladson Torá	S. José do Laguinho	6
14	Percílio/Maria Luiza		6
15	Valdívia (viúva)		2
16	Rufino de Almeida Filho/ Dionéia		9
17	Camila (filha do Rufino/ Emersom (filho do Percílio)		4
Balsa	Gerian (Barbado)		1
Balsa	Gilson Cleyton		1
			94 moradores

Tabela 12 Relação dos moradores da comunidade Escondido lado 2.

Escondido - Lado 2: famílias que não se reconhecem como indígenas (do outro lado)			
Casas	Chefes/referência dada por eles	Identidade	Moradores
1 b	Rayana (filha da Ila)/ Adeilson (filho do Zilo)		3
2 b	Zilo/ Zenilde (filha do Dedeco)		6
3 b	César Augusto Lima Almeida /Maria Auxiliadora		3
4 b	Nilson (filho Zilo) /Anelvina (filha do Percílio)		3
5 b	Andrezza (filha do Zilo) / José Anchieta (daqui)		7
6 b	Aldenora (filha do Zico) /Samuel		3
Balsa	Aldenilson (filho do Zilo) /Elza (filha do Percílio)		2
			27 moradores

2.3 - história das famílias que habitam a TI Baixo Marmelos

A

Apresentamos aqui informações sobre a constituição histórica e atual de cada uma das comunidades que integram a TI Baixo-Marmelos. As histórias de vida e as “andanças” de cada grupo local são consideradas por eles como comprovação da sua ocupação, indígena, na região.

A história da constituição/formação das comunidades atuais, contada por seus moradores, é sempre entremeada com a história das famílias que ali residem. São famílias Torá e Matanawi que viviam nesta região²⁷ e que se casaram com nordestinos, soldados da borracha e com algumas famílias Munduruku, que vieram no rastro, como mão de obra, para a coleta da seringa, e com famílias Mura moradores do Madeira. E seus filhos pelo casamento vão se “misturando” com “os do lugar”. As genealogias apresentadas em anexo são indicativas das relações de aliança entre as comunidades atuais e de pertencimento a uma história comum.

As bases sociológicas destes relacionamentos, fundadas no parentesco, nas alianças matrimoniais e nos deslocamentos entre as aldeias serão tratadas na parte 5 deste relatório.

As histórias das “andanças” das famílias de um lado para outro se dão em um espaço conhecido, o Baixo rio Marmelos. No caso específico, seus pais e avós são os habitantes primevos desta parte do território ocupada pelos Torá e Matanawi, e que, por meio de estratégias das mais diversas continuam ocupando até os dias de hoje.

A violência e o medo fizeram com que os Torá, principalmente, não discutissem a legitimidade da usurpação de seus recursos naturais e de seu território quando da extração da

²⁷ Comprovada por dados históricos apontados na Parte 1.

seringa do final do século XIX até meados do século passado. Conviveram com estes homens que vinham de fora se aliando com eles, por meio do casamento de suas mulheres e reconhecendo o direito de uso de suas terras pelos “*patrões*”. Mas continuaram ocupando suas terras, ainda que na condição de mão de obra barata, ou até mesmo por solicitação dos pretensos “*donos*” para impedir possíveis invasões.

Este é o caso, por exemplo, da comunidade do Escondido, onde grande parte dos moradores se reconhecem como indígenas e são reconhecidos pelas demais comunidades como parentes, e que apontam ali como uma antiga localidade de morada dos Matanawi, com uma grande presença de vestígios dessa ocupação, dada pelos sítios de cacos de cerâmica. Nesta comunidade foi nos informado por uma liderança não indígena, Seu Zilo, com 66 anos e que chegou na comunidade aos 6 anos, que o “dono” daquela terra era um senhor de Auxiliadora, seu Neves, que havia dado autorização para seu pai “tomar de conta” daquele chão, e que caso esse senhor pedisse, eles sairiam, mas reconhecendo e ressaltando que quando sua família chegou no local já tinham muitas outras famílias morando ali, “*e que tinha muito índio*”.

“*Tomar de conta*”, expressão comum de muitas comunidades que se encontram na mesma situação que as aqui consideradas, é, assim, uma das formas encontradas por esses povos para continuarem vivendo em suas terras, um espaço conhecido e mapeado. (Ladeira, ME, 1998)

2.4 - A ocupação da região contada por seus habitantes Torá, Munduruku, Mura e Matanawi

A área do Baixo Marmelos vem sendo ocupada por uma população indígena cuja maioria reside na região “**desde sempre**” como dizem. Relembra que moravam mais no centro, ou seja, afastados da beira do rio, e que vieram mais para a beira há uns 60 anos atrás aproximadamente. A justificativa foi a de facilitar o acesso e a comunicação via Marmelos e Madeira.

Como apontado na Parte 1, a “marcha da borracha”, período de 1870-1920, foi responsável pela ocupação da região por nordestinos, os soldados da borracha em um primeiro momento e na sequência por mundurukus, que vinham em um processo de expansão e que “vieram no rastro” da exploração da borracha, marcando uma nova característica em seu povoamento. Muitos desses “soldados da borracha” que ficaram se casaram na primeira geração com as mulheres indígenas Torá e Matanawi, da região, deixando seus sobrenomes e muito de seu modo de vida anterior. *Meu pai veio das Alagoas, meu pai veio lá pelo lado do Piauí, do Maranhão* e assim por diante, dizem os atuais velhos. Na geração seguinte os casamentos continuam se dando entre eles, já se identificando em sua grande maioria e dependendo do contexto, todos como indígenas. À pergunta, “o senhor/senhora se considera indígena?”, a

resposta vem clara e rápida, *“acho que sim, né, a família da minha mãe já estava aqui; eu nasci aqui, todos aqui do Marmelos somos indígenas; minha família vivia na beira”*.

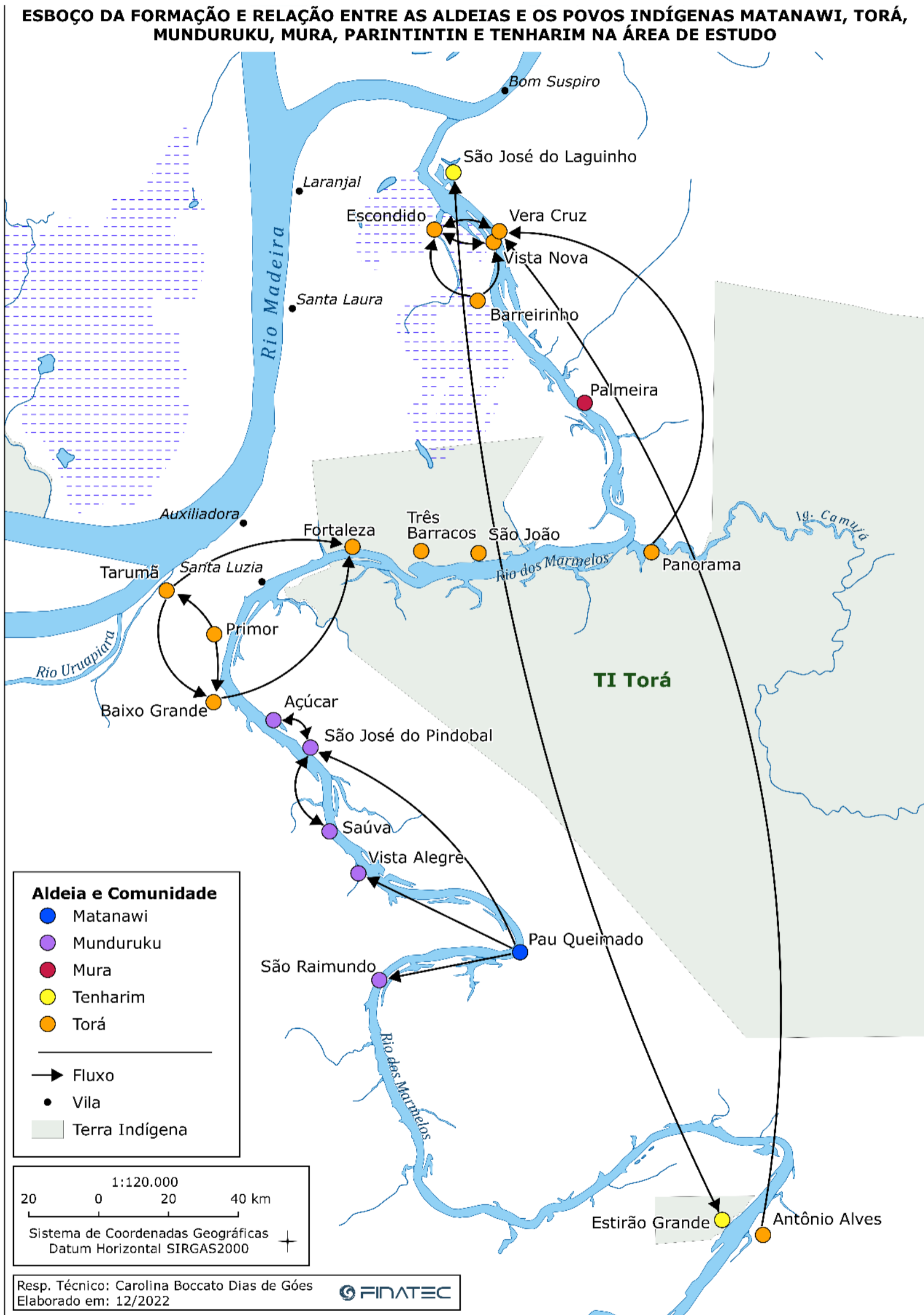
A memória alcança uma descendência mais antiga de Matanawi e Torá, que eram de fato os ocupantes, ao menos no século XVIII e XIX desta região do Marmelos, e mais recente, quando da vinda dos soldados da borracha na virada do século XIX /XX de indivíduos Munduruku e Mura, que habitavam a região do Madeira²⁸. Na proposta de delimitação está inserida também a presença de uma pequena comunidade que se autointitula Tenharim, a comunidade de Palmeiras, e que reforça sua indianidade pelas relações mantidas com as famílias Tenharim que habitam a TI Estirão Comprido, uma área pequena situada nas margens do rio Marmelos.

2.5. A constituição das atuais comunidades

As comunidades de Baixo Grande, São José do Pindobal, Pau Queimado, São Raimundo e Vista Alegre têm uma relação mais coesa entre si, dada pelas alianças de parentesco e pela constituição original destas comunidades. As comunidades de Vera Cruz, Vista Nova e Palmeira formam um segundo conjunto de alianças, no qual podem ser agrupadas as comunidades de S. José do Lagunho e Escondido. O primeiro conjunto está inserido na proposta de delimitação indicada como Gleba 1 e o segundo conjunto na Gleba 2. As duas glebas formam a delimitação aqui proposta para a TI Baixo Marmelos. O Mapa 5, na sequência, ajuda a compreender as histórias narradas a seguir.

²⁸ Maiores detalhes foram tratados na Parte 1.

Mapa 5 Formação e relação entre as aldeias que compõem a área de estudo.



2.6 As comunidades constantes da GLEBA 1

As comunidades referidas como as mais antigas são as que estão constituídas atualmente como **Baixo Grande** e **Pau Queimado**. A primeira constituída pelos Torá e a segunda pelos Matanawi. Do povo do **Pau Queimado** se constituíram as comunidades atuais de **São Raimundo** e **Vista Alegre**, que passam a se reconhecer atualmente, em sua grande maioria, como Munduruku, quase que apagando totalmente a origem Matanawi²⁹.

A **comunidade de Pau Queimado**, conhecida antigamente por Barro Vermelho, é formada pela descendência direta de uma família em que a mãe era Matanawi, Erondina, e o pai era um soldado da borracha, Antonio Rodrigues. Conta Dona Alta, a matriarca da aldeia com atualmente 88 anos de idade, que seu pai, Antonio Rodrigues, veio “*das Alagoas*” e que havia sido trazido para o Marmelos por um senhor Torá de nome Jango. Casou-se com sua mãe, que ela lembra de sempre dizer que era **Matanawi**. E, depois de casado, abriu o lugar atual da comunidade.

²⁹ As questões relacionadas ao reconhecimento dessas identidades indígenas atuais serão tratadas na Parte 5 deste Relatório.



Foto 6 - Cemitério aldeia Pau Queimado



Foto 7 - Dona Alta Matanawi /Pau Queimado

Desta aliança de um alagoano com uma Matanawi resultaram 7 filhos (Todéia, Raimunda, Aurora, Adília, Maura, Alta, Aladim), destes, apenas 2 (dois) estão vivos: Alta e Aladim. Seu Aladim há 25 anos se deslocou com seu genro para formar a comunidade de **São Raimundo**.

A comunidade de **Pau Queimado** atual é formada, praticamente, pela descendência de duas irmãs, Alta e Todéia, já falecida. Aladim vive atualmente, com grande parte de sua descendência, na comunidade de **São Raimundo**. A descendência da finada Maura em parte

reside nas comunidades de **Baixo Grande** e **São José do Pindobal**. A descendência dos demais se espalhou principalmente por Porto Velho (ao qual eles se referem como Rondônia) e Humaitá.

D. Alta, que nasceu e se criou no **Pau Queimado**, conta que seus avós maternos, Narcísio e Juliana, já moravam na região do Pau Queimado por causa da terra preta e que ainda *“falavam a língua”* (Matanawi). E que *“nesse rio Marmelos tinha muito índio Matanawi e Torá”*.

D. Maria José (casada com o cacique atual de **Baixo Grande**), hoje com cerca de 60 anos, é sobrinha neta de D. Alta e conta que somente depois de casada, já com filhos, foi residir no **Baixo Grande**, e que no **Pau Queimado** achava muito caco de pote, vasilha, que ali era um lugar antigo, de morada muito antiga.

D. Alta Rodrigues Matanawi (**Pau Queimado**) casou-se com o sr. Simplício Parente, falecido há 3 anos e enterrado na aldeia.

A família do Seu Simplício Parente era composta por 7 irmãos (João Marques Parente, Simplício, Labico, Alexandre, Maria Tereza, Raimundo Parente e Ila Marques Parente). Segundo ele, *“eram filhos de Munduruku que falavam a língua”*. A mãe, Dona Domingas, havia nascido no lago do Juary (na beira do Madeira) e era Munduruku de pai (Sr. José Murici) e mãe (Maria Alves). O pai, Sr. Pascoal Parente, era filho de um português, Sr. Antonio dos Anjos com uma Munduruku, Dona Itelvina, de Canunã, Borba.

O Sr. João Marques Parente, com 78 anos, conta que seus pais vieram para o Marmelos para *“tomar de conta”* da localidade chamada **Saúva** e depois que ele se casou foi para a região do **Açúcar**, onde alguns deles ficaram morando até que sua irmã, D. Ila, já casada, foi abrir o lugar que hoje é o **São José do Pindobal**. D. Amélia (55 anos) nos conta que seu pai, o Alexandre Parente, veio atrás da borracha, e que na década de 50 veio subindo o Madeira e conheceu a Maria Ferro Torá, que já morava na região do **Saúva** e ficou por aqui.

E são estes irmãos Munduruku, que casando-se com as mulheres de ascendência Torá e Matanawi, vão fundar (com exceção das comunidades **Baixo Grande** e **S. José do Lagunho**) ou povoar, pelo casamento, as outras comunidades. E que legitimam a presença e a chegada dos Munduruku na região do Baixo Marmelos.

A Dona Ila Marques (foto), atualmente com 90 anos, e cunhada da D. Alta, foi como já dito, com seu primeiro marido a fundadora da **comunidade atual de São José do Pindobal**.

A família de Dona Ila veio se juntar a de seu Constantino Pereira dos Santos Torá, de uma família tradicional Torá e hoje com 78 anos, que residia na comunidade de **Baixo Grande**. Sua descendência povoa também a comunidade de **S. José do Pindobal**.

Na localidade próxima chamada **Açúcar**, o irmão de Dona Ila, João Marques Parente, volta a residir em 2020, depois de uma longa permanência em Manicoré com parte de sua descendência. Dona Ila casou-se por 3 vezes e teve ao total 5 filhos. Os 3 filhos homens

Foto 8 Dona Ila Marques fundadora da aldeia S. José do Pindobal.



permaneceram no **São José do Pindobal**, sendo que dois, Rosivaldo, atual cacique desta comunidade, e Manoel continuam a residir na aldeia com seus filhos e netos; outro filho, Paulo, reside na comunidade de **Vista Alegre**. As duas mulheres, Maria Rosilda e Elizabeth (Tica) foram embora, uma para Manaus e a outra para a vila de Auxiliadora na beira do rio Madeira.

Dois filhos do seu Alexandre Marques (um dos irmãos Munduruku), já falecido, Seu Francisco Pereira Parente (68 anos) e Dona Amália (55 anos) são responsáveis pela fundação de 2 novas comunidades. D. Amélia abriu a comunidade atual de **Vista Alegre** (saindo da comunidade de **São José do Pindobal**) onde vive com grande parte de sua descendência. E, Seu Francisco Pereira Parente fundou a de **São Raimundo** juntamente com seu sogro Aladim (de ascendência Matanawi). Seu outro filho, Salvador, reside com sua descendência também na comunidade de **Vista Alegre**.

Foto 9 Seu Amair e D. Amélia, fundadora da aldeia Vista Alegre.

Foto 10 Seu Francisco cacique e fundador do São Raimundo

Seu Raimundo nos conta que “*forante*” o pessoal do Baixo Grande e São José do Laguinho, que tem outra estória, todo o resto do povo veio do **Pau Queimado**, lugar de origem Matanawi. O pessoal do **Pau Queimado** ia trabalhar no seringal no rio Branco, no alto Marmelos.

O cacique da comunidade de **São Raimundo**, o Sr. Francisco Pereira Parente, fez questão de reforçar que nesta comunidade são todos Munduruku, e que esta é a “etnia mais forte” e que todo Matanawi que se casou com Munduruku foi registrado pela Funai como Munduruku. Sabe que Pau Queimado tem origem Matanawi, mas que “*hoje são bem poucos, tem só dois, a D. Alta e Seu Aladim*”, não legitimando a descendência Matanawi na região.

Pau Queimado é uma das comunidades mais antigas e deu assim origem a outras comunidades, como **São Raimundo, São José do Pindobal e Vista Alegre**, além de povoar, pelo casamento outras comunidades, principalmente a comunidade de **Baixo Grande**.

Seu Francisco Parente, que cresceu no **Pau Queimado**, não informou por que veio abrir este lugar (comunidade de **São Raimundo**). Conta que foi no ano de 1998 e que logo depois Seu Aladim (irmão de D. Alta e seu primo patrilateral) veio ter com ele.

Quando indagado por mim porque tinha tanto Munduruku numa terra que não era deles antigamente, seu Francisco Parente conta que seu avô, Pascoal Parente, veio para a região por causa da seringa, reforçando a fala de seu tio João Marques Parente citado acima. Conta que tinha um seringal muito grande no alto Marmelos, no Rio Branco, e que acabou ficando por ali. Está se referindo ao sogro de D. Alta Matanawi que ainda vive no **Pau Queimado**.

Provavelmente, seu avô chegou no final do século XIX, começo do século XX, na primeira leva da borracha, quando da chegada em massa dos soldados da Borracha.

Assim as histórias dessas 4 comunidades, **Pau Queimado, S. José do Pindobal, São Raimundo e Vista Alegre**, têm uma origem comum e estão interligadas por fortes laços de parentesco.

A atual comunidade de **Baixo Grande**, conhecida de primeiro como “**Três Ilhas**”, é fundada pelo seu Izidoro, avô paterno do seu Jesuino Pereira dos Santos (78 anos) e do seu Constantino Pereira dos Santos (76 anos). O primeiro vive com grande parte de sua descendência na comunidade de **Baixo Grande** e o segundo, como citado acima, na comunidade de **S. José do Pindobal**. Seu Jesuino conta que já nasceu na região do Baixo Grande, “um *pouco mais acima*”. A sua família são todos de ascendência Torá (ver genealogia). Sua mãe, Alícia, nascida na ilha de Santa Cruz/Garcia, em frente à boca do Jauari, perto de Auxiliadora, é filha de Patrocínio dos Santos Torá, parente do grupo da atual Fortaleza e de Maria, que veio do rio Manicoré.

Conta que os Torá ocupavam a região perto de onde hoje está a localidade do **Tarumã**, e que no Tarumã tinha um comerciante, Seu Neves, e o “*pessoal trabalhava com eles, na castanha e na seringa*”. Mas que teve um confronto muito grande com os seringueiros e os Mura e os Torá

fugiram, sendo que a sua família foi fundar a comunidade de **Baixo Grande** e outras famílias Torá foram para Fortaleza, comunidade Torá que está dentro dos limites da TI Torá.

No lugar de antiga morada, chamado **Saúva**, tem um grande castanhal e seu avô, Izidoro, morou 40 anos neste castanhal. Hoje este lugar está sendo reocupado por famílias reconhecidas como Munduruku e cadastradas na comunidade de **São José do Pindobal**.

Informa seu Jesuíno que “o povo daqui é o mesmo povo da comunidade Fortaleza (TI Torá) e não sabe dizer por que *o compadre Marciano, cacique do povo Torá, deixou o Baixo Grande de fora da área da TI Torá*”, *na época da identificação feita pela FUNAI*. Seu Jesuíno conta que sua mãe ainda falava na língua (Torá).

Segundo ainda seu Jesuíno, na época da fundação do **Baixo Grande**, os Parintintin moravam na ponta do rio Maicy e os Torá varavam para a Capoeira Grande, dois dias só cortando balata. Os velhos andavam no mato procurando balata. Entre o Sepoti e o Rio Vermelho, acharam 5 toneladas de balata, mas não tiveram como transportar.

Iam muito buscar pedra de amolar no rio Juqui. E conheciam os Tenharim só no rio Preto. Primeiro eles moravam no Sepoti, depois foram para o Estirão. Tem uma ponta de castanha lá no Sepoti que eles, Torá, exploravam e agora está na área demarcada para os Tenharim.

Seu Domingos Calisto (84 anos) reforça a fala do seu Jesuíno Pereira dos Santos (78 anos), seu primo matrilateral, que conta que seu avô materno, o já referido seu Izidoro, é quem fundou **Baixo Grande**. Na época eles viviam cortando seringa. Conta que seu pai juntamente com 3 irmãos ficavam cortando seringa lá no Uruapiara. Depois vieram todos ficar junto do pai, o seu avô. Eles iam para o Paricá, no rio Branco, subindo o Marmelos cortar seringa, sorva. Demoravam 16 dias para chegar no rio Traíra, que hoje está na TI Parintintin. Conta que com 10 anos ele já cortava sorva. Eles levavam a seringa para vender no Santa Maria, no Curuçá. Saíam às 4 horas da madrugada e chegavam lá às 8 da noite, só no remo. Seu Domingos trabalhou cortando seringa até os 20 anos. Mas sempre botavam roça, plantavam maniva, macaxeira, ananás.

O pai do Seu Domingos Pereira Calisto (84 anos), Seu Raimundo Calisto, trabalhava no braço do Sepoti, subindo o Marmelos. A sorva ele entregava em Auxiliadora, para um português, Sr. Correa, que levava para Manaus.



Foto 11- Seu Domingos Calisto Torá/aldeia Baixo Grande.

“A vila de Auxiliadora era lotada só de índio”. Seu avô paterno, Seu Joaquim Calisto, veio do rio Abacaxi e sua avó não sabe de onde, só que era indígena. Ressaltamos que estamos nos referindo a uma profundidade temporal de mais de 100 anos e que provavelmente seu Joaquim Calisto (obviamente já falecido).

Assim, **Baixo Grande** é formada basicamente por famílias de ascendência Torá, cujos parentes Torá mais próximos são os da comunidade Fortaleza, talvez no início tenha contado com a presença de mulheres Mura da região do Madeira, e da união com os descendentes Manatawi que viviam no Barro Vermelho, antiga denominação da comunidade de **Pau Queimado**.

Um dos irmãos do Seu Jesuíno, o Sr. Constantino Pereira dos Santos Torá (76 anos), nos conta que um pouco abaixo da atual comunidade de **Baixo Grande**, tinha uma aldeia chamada Primor, em que as *“mulheres falavam a língua”*. Naquele tempo não tinha **Baixo Grande**. Só o Primor. Não sabemos informar se esta aldeia é de onde saíram após as escaramuças com os seringueiros, quando se dispersaram e um grupo formou Baixo Grande, como o informado (e descrito acima) pelo Sr. Jesuíno e outro foi formar a aldeia Fortaleza (TI Torá).

Seu Constantino nos informa também que *“vieram do rio Negro 12 batelões chapados de Torá e vieram ficando, meu avô ficou no Tarumã com o irmão e a mãe. E no Tarumã já tinha Torá, a turma do Satiro.”*, cuja descendência reside na Vila de Auxiliadora. Informa também que no Jacundá, perto de Auxiliadora, o pessoal é Torá, mas estão registrados como Mura.³⁰

Foto 12 Seu Constantino Torá junto ao cacique Rosivilton Munduruku/aldeia S. José do



Pindobal.

Seu Constantino (76 anos) se desloca aos 42 anos do **Baixo Grande** com mulher e filhos, para se tratar com a Dona Ila na comunidade **São José**, recém fundada e tendo se curado acaba por optar em viver ali com a sua descendência. Reforçando a presença Torá nesta comunidade.

Aqui fechamos as relações primeiras destas comunidades de origem Torá (do grupo da Fortaleza) e Matanawi com os Munduruku e nordestinos iniciada no tempo da borracha.

³⁰ A referência aqui coincide com a informação dada pela historiografia, de quando os Torá, não aceitando a transferência feita pelos missionários da Missão do Abacaxis para Itacoatiara, retornam então para o alto rio Maicy e para as antigas localidades no Madeira (ver Parte 1).

Incluindo aqui a presença indígena na localidade de **Tarumã**, antiga ocupação Torá e onde reside ainda um número significativo de famílias Torá, que se são apontadas como parentes pelos moradores das comunidades indígenas, não se reconhecem publicamente como tal.

Seu Osmar Torá (57 anos), cacique do Baixo Grande e filho do seu Domingos Pereira Calisto (84 anos), conta que os pais do Cipriane (genro da Maria Gorete/Baixo Grande, filha da D. Alta Matanawi) vieram do Maicy e saíram de lá por causa dos ataques dos Pirahã, e foram se localizar no lugar velho abaixo da Fortaleza.

2.7 - As comunidades constantes da GLEBA 2

As demais aldeias, **Vera Cruz**, **Palmeira**, **São José do Laguinho** constituem um outro conjunto de relações que se estende às famílias indígenas residentes nas comunidades de **Escondido e Vista Nova**.



Foto 13 Seu Pedro Cunha Torá, cacique da Vera Cruz

A aldeia de **Vera Cruz**, segundo o cacique sr. Pedro de Oliveira da Cunha (50 anos) é de ascendência Torá, mas de parte do povo que veio a formar a aldeia Panorama, enquanto **Baixo Grande** é do povo da aldeia Fortaleza, ambas aldeias, Fortaleza e Panorama, estão dentro da TI Torá'

Seu Pedro de Oliveira da Cunha conta que seus avós paternos “eram daqui”, Torá que moravam na região da atual aldeia do Panorama (TI Torá). Seu bisavô, Antonio Alves, morava “nos altos”, morava no Estirão (hj um enclave, demarcada como um enclave para usufruto dos Tenharim) que ligava ao rio Juqui. Primeiro moravam no igarapé Camujá, no lugar conhecido como **Pau Chato**, onde está hoje a aldeia Panorama (**TI Torá**). O pai do seu Pedro morava onde estão agora e seus tios moravam no Panorama.³¹

Na aldeia de **Vera Cruz** além da presença de famílias que vieram, algumas recentemente, da aldeia **Panorama (TI Torá)** há também a presença de mulheres Mura que vieram da região do Jauary e Baetas³², por meio dos casamentos. Por isso mesmo a relação com

³¹ Nos Relatórios da FUNAI de 1988, a família do seu Pedro, ainda novo, é nominalmente apontada como Torá, residindo no lugar onde se encontram atualmente. Entretanto esta comunidade não foi incorporada na proposta da TI Torá, já demarcada pela FUNAI.

³² O lago do Jauary e Baetas (no rio Madeira) são territórios de ocupação Mura, com a presença de Munduruku em algumas comunidades do Lago Jauary. Região próxima do rio Marmelos.

a comunidade **Palmeira** é muito grande, já que ela é uma aldeia reconhecidamente Mura, resultado de uma migração dada há pelo menos 30 anos de famílias Mura que vieram da região do Capanã, Jauary e Baetas.³³

Palmeira é uma pequena aldeia Mura, onde todos os casamentos atuais se dão majoritariamente com Mura que nasceram em outras localidades, principalmente da região do Lago Capanã, (no Madeira). O cacique sr. João Bosco de Souza (56 anos) é Mura, sendo seus pais Mura que vieram do Capanã e do Aripuanã, hoje falecidos e enterrados aqui no Marmelos. Seu João já nasceu aqui nesta região do Marmelos. Seu pai explorava as 3 pontas de castanha, onde também tem o açaí, que ficam por detrás do **Palmeira**.



Foto 14 Seu João Bosco Mura, cacique da aldeia Palmeira.

Palmeira depende politicamente da relação mantida com a aldeia de **Vera Cruz**. Aldeias onde as relações de aliança, de casamentos, não são dadas com os Munduruku. Na comunidade de **Vera Cruz** há 2 cônjuges que vieram do **Baixo Grande**, mas a maioria dos casamentos são com o pessoal do **Vista Nova, Escondido e Palmeira**.

Vera Cruz e a comunidade **Vista Nova**, são contíguas, mas fazem questão de marcar uma diferença importante: **Vista Nova** não se autodeclara como indígena, apesar do lugar ser mencionado como morada antiga dos Torá. Das 23 famílias moradoras de **Vista Nova**, apenas 3 são apontadas pelos caciques de Palmeira e Vera Cruz como não indígenas, e as demais 20 famílias indígenas estão cadastradas nas comunidades de **Vera Cruz, Palmeira e São José do Laguiño** para atendimento da SESAI.

Quando do levantamento da genealogia na aldeia de Vera Cruz, muitos dos moradores da **Vista Nova** se apresentaram. **Vista Nova** é uma comunidade indígena que não se declara como tal para não estar sob a representação de Seu Pedro. A “chefia” na comunidade de **Vista Nova** foi

³³ Jauary e Baetas estão demarcadas. Os moradores das 8 aldeias do Lago Capanã lutam pelo reconhecimento de suas terras.

apontada durante este levantamento como sendo do sr. Ademil, não indígena, antigo morador da comunidade de **Escondido**, “*e que veio para cá*”. Mas a relação de parentesco entre as duas comunidades é muito grande. Foram levantadas muitas movimentações entre estas 2 comunidades, que são literalmente contíguas.

Dona Gertrudes, matriarca da região nasceu no **Escondido**, se identifica e é identificada como Torá, hoje reside na **Vista Nova**. Seu filho, Anemildo Zacarias de Souza Menezes, hoje com 48 anos, também nasceu no **Escondido**, saindo de lá com 10 anos aproximadamente e afirma que “*o que tem lá de seringueira é plantado*”, marcando a antiguidade desta ocupação pelos Torá.

Há muitas famílias que moravam na comunidade do **Escondido** e mudaram para **Vista Nova** “*porque lá com a cheia afundava as casas*”. Segundo informações do cacique da aldeia de **Vera Cruz** são 11 famílias que residem na comunidade de **Vista Nova** e que são cadastradas na comunidade de **Vera Cruz** para o atendimento da SESAI, e que também existem 5 famílias na **Vista Nova**, que são Mura, mas que não se reconhecem e que são cadastrados para o atendimento da SESAI na aldeia **Palmeira**.³⁴

A comunidade do **Escondido**, fica muito próximo das aldeias de **São José do Lagunho**, **Vera Cruz e Vista Nova**, e, como o nome aponta é uma comunidade escondida, pois fica em um pequeno braço do Marmelos, que forma uma pequena baía. É uma comunidade grande e é espacialmente dividida, de um lado do lago não existe nenhuma família cadastrada ou que se considere indígena, do outro lado do lago, quase todos reconheceram uma ascendência indígena, apontando inclusive uma presença Matanawi, na referência a uma senhora, já falecida, D.Nanã, cuja descendência é dada atualmente pela sra. Dionéia, casada com o sr. Rufino de Almeida filho, “*nós todos fomos nascidos e criados na região, em um lugar chamado Barreirinho, acima da aldeia da Vista Nova*”, só depois que me casei é que vim para cá”. Outra grande parte dos atuais moradores se identifica como descendentes de Tora que vieram da aldeia Panorama (dentro da TI Torá já demarcada) ou de mulheres de ascendência Mura, que vieram pelo matrimônio.

Segundo seu Rufino Almeida Filho (Torá-68 anos) todos nasceram e se criaram aqui na região, de primeiro em um lugar chamado **Barreirinho**, acima da **Vista Nova**, desse mesmo lado do rio. E que foi o sr. Leocádio, seu sogro, já falecido, o primeiro fundador do **Escondido**. O que ele também está acentuando é que, apesar de parte da comunidade não se considerar indígena, a ocupação desta área é desde “sempre” uma ocupação indígena, e ressalta que não há nenhum casamento com “pessoal de fora” nas últimas gerações residindo na comunidade. Os que vão embora, podem se casar com não indígenas, mas os que ficam casam-se entre si.

Seu Zilo (não indígena- 66 anos) conta que veio para cá com 6 anos, quando seu pai recebeu esta terra para cuidar da mãe do sr. Neca Duarte, cuja família ainda reside em Auxiliadora.

³⁴ As famílias que não se reconhecem como indígenas são as famílias do Richarlisson, Fabrício, João, Alexandre e a da Michelis, todos irmãos, os outros irmãos Regilson e Rosa se reconhecem como de ascendência Mura.

Nunca pagaram nada, mas dizem que a terra é dele e saem quando ele pedir. Por outro lado, reconhece que quando chegaram ali, já existiam muitas famílias indígenas, mas que não sabe dizer “de qual etnia”, e que ali *tem muito caco de panela de barro dos índios. Conta que sua mãe nasceu na “ilha das Onças” e foi seu primo Valeriano que a chamou para vir para cá.*

O que procuramos marcar é a relação mais presente entre as aldeias de **Vera Cruz, Palmeira**, e as comunidades de **Vista Nova e Escondido**, ainda que estas duas últimas não se considerem indígenas. Relações pautadas por famílias Torá vindas da comunidade de Panorama e com aliança com Matanawi que já ocupavam a região e com os Mura e regionais que chegaram na região desde a primeira leva da Borracha. Nestas comunidades não é significativo a presença dos Munduruku.

A aldeia de **São José do Laguinho** se declara como de origem Tenharim. Seu Raimundo (67 anos) e atual cacique da aldeia, diz que já nasceu por ali. O avô paterno de seu Raimundo, Sr. Francisco Lea, veio, segundo ele, do Rio Grande do Sul, veio com mais 2 parceiros e aqui se casaram. Seu avô paterno se casou com “uma índia mura” do Capanã Grande, Maria Emília Pereira dos Santos, ambos já falecidos. Comprou o lugar onde moram até agora. Seu pai, sr. Reinaldo Pereira dos Santos foi criado no paraná das Onças, perto do igarapé da Serrinha e somente quando seu Raimundo tinha 6 anos é que sua família veio para a beira do Marmelos. Trabalhavam na sorva. Conta que o pessoal do **Escondido** já morava por ali.

A descendência Tenharim é justificada pelos avós maternos, sr. Jacó Afonso Pinto, não indígena, mas nascido aqui no Marmelos e que se casou com Mandaí (ambos já falecidos), uma Tenharim da Transamazônica, com a qual teve 5 filhos, dos quais 4 residem na **TI Estirão Grande** de uso atual dos Tenharim. Seu Raimundo é filho da segunda mulher de seu pai, Matilde, cujos pais, Pedro Olimpo e Josina Alves, não sabe dizer se eram indígenas, mas que acredita que sim, porque seu pai contava *que todos que moravam aqui (no Marmelos) eram indígenas.*

São José do Laguinho é uma aldeia pequena, praticamente a descendência do seu Raimundo. Dos dez irmãos do seu Raimundo apenas 2 residem na comunidade. Tem uma proximidade grande com a aldeia da **TI Estirão Grande**, de onde tiram castanha. Um de seus genros, recém-casado com sua filha, veio da **TI Estirão Grande**. E uma proximidade também com a comunidade do **Escondido**, sendo que 8 famílias indígenas, moradoras do Escondido são atendidas pela SESAI na comunidade de **São José do Laguinho**.

Vimos como estes povos indígenas ao longo do processo de ocupação deste território, vem construindo uma identidade étnica mais genérica, *povos indígenas do baixo Marmelos*, reforçada, mais recentemente, com a luta pelo reconhecimento de uma Terra Indígena. Terra Indígena que se funda numa vizinhança, num compartilhamento territorial, numa memória social de suas vivências históricas, numa rede de alianças de parentesco e compadrio e em um consenso em relação a um posicionamento político em relação a este território do Baixo Marmelos.

III – TERCEIRA PARTE ATIVIDADES PRODUTIVAS

- a) Descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
- b) Descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
- c) Descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

3.1 - Breve histórico da exploração na região do Madeira

A Terceira Parte do relatório tem como principal fonte o Relatório Ambiental de Augusto Santiago (2022), anexo, que integrou o Grupo de Pesquisa da FINATEC.

Os cultivos com comercialização mais relevantes para os municípios de Manicoré e Humaitá são: banana, cacau, café, coco da praia, laranja, mamão, maracujá, tangerina, mandioca e melancia. No Extrativismo são relevantes: açaí, borracha, carvão vegetal, castanha da Amazônia, lenha, madeira em tora, óleo de copaíba. O Baixo Marmelos comercializa prioritariamente sua produção de castanha e copaíba via Manicoré e observações empíricas indicam que a sua produção de açaí é prioritariamente comercializada com Humaitá, por meio dos barcos de recreio que fazem linha desde Manicoré.

Segundo relatório do CIMI em 1988, os principais produtos comercializados pelas aldeias foram: castanha da Amazônia, farinha e açaí, para os quais dedicam considerável parte de sua rotina produtiva e que representam parte significativa da renda bruta dos indígenas - à parte benefícios sociais e previdenciária. Nos dias atuais a castanha e farinha perderam importância, comparativamente ao açaí, cuja produção aumentou.

Em seus estudos sobre o Complexo Madeira, Wagner e outros autores, em referências à ocupação mais antiga da região, em meados do século XVIII, destacam o extrativismo e a exploração das riquezas como mola da colonização.

“Achando todos eles ou nas suas margens, ou as suas ilhas cada um o negócio a que se destina: ou o cacau, ou a salsa, ou o cravo, ou a casca preciosa, a copaíba. Outros se entretêm pelas praias com a fatura de manteigas de ovos, e das banhas das tartarugas, e das dos peixes bois, outros finalmente com a pesca, e com a salga do peixe para as provisões públicas e particulares” (ALMEIDA, 2009, pp 349 apud FERREIRA, 1949, pp 372).

No Marmelos, os indígenas exploram desde os tempos dos seus avós espécies vegetais como: sorva, borracha, castanha, copaíba, em ciclos de acordo com a pressão exploratória do

mercado. Nimuendaju aponta como as principais dificuldades destes povos na primeira metade do século XX o trabalho análogo à escravidão, o aviamento e o sistema de dívida e que estão presentes nas histórias contemporâneas de nossos entrevistados, assim como a fome até a década de oitenta.

Hoje a maioria das iniciativas de comercialização levantadas ainda tem no aviamento o maior indutor da prática extrativista.

Nimuendaju anota que quando começou a exploração dos seringais do Alto Marmelos, por volta do final do século XIX, início do século XX, os Torá “(...) *caíram em dependência dos comerciantes que sem piedade os sacrificaram pelas febres perigosas daquela zona, obrigando-os a servirem de remadores*” (NIMUENDAJÚ, 1986: pp 113).

Nimuendaju aponta também a relevância da articulação comercial com a sociedade regional para sobrevivência das comunidades indígenas de toda a região no início do século XX. “Em termos de economia, é marcante que a população indígena do Marmelos esteja envolvida no comércio regional, e sua subsistência depende disso. Trata-se de uma conjuntura histórica na qual os indígenas, a partir dos processos de colonização violenta do Madeira e do Marmelos, precisaram envolver-se à economia regional para manter sua sobrevivência e relativa autonomia” (CIMI, 1988, apud Nimuendaju, 1925).

As histórias de vida coletadas em campo indicam que gerações hoje com mais de cinquenta anos vivenciaram relações de trabalho abusivas ou análogas à escravidão, especialmente ao longo dos ciclos de extrativismo de espécies fornecedoras de látex, notadamente sorva, balata e borracha, nessa ordem cronológica. A demanda por látex era tão grande em meados do século vinte que nos foram relatadas exploração de outras árvores, mesmo pouco produtivas como a maçaranduba, que eram derrubadas em troca de pequena produção de látex.

O sistema de aviamento³⁵ foi o método predominante de financiamento da empreitada extrativista. A exploração de cada porção do território se deu a serviço ou a partir de relação com um patrão específico. Eram contratados por patrões, aqueles que “descobriram” áreas extrativas e melhor as conheciam, a fim de garantir a melhor utilização da sorva, balata e castanha a troco de víveres para sobrevivência muito pobre.

Como disse Sr. Domingos: “*O dinheiro hoje tem mais valor e compra mais do que antes! Não tenho saudades do sofrimento do tempo antigo, não tinha nem como comprar roupa*” (Sr. Domingos, ancião da Aldeia Baixo Grande)

Em alguns casos o sistema se reproduzia também na relação dos comerciantes locais com seus importadores. A prerrogativa de estabelecer os preços era do patrão, o valor pago sempre

³⁵ Aviamento significa adiantar mercadorias ou dinheiro para compra de mercadorias para o extrativista que se torna um aviado, um endividado. A relação implicava no comprometimento da produção futura para o aviador, referido como patrão.

muito abaixo do valor de revenda e a quem das necessidades do extrativista, enquanto os preços das mercadorias sempre acima dos valores de mercado ou de venda nos comércios locais³⁶.

“*Como pegaram essa terra todinha?*” Aviavam mercadoria a um extrativista que “*tomava de conta de um lugar por ele mesmo descoberto*”. No acerto de contas, em dois ou três anos, não tendo sobras, os patrões tomavam o lugar em troca da dívida e expulsavam seu antigo morador, “*Ah! então esse castanhal é meu, você pode desocupar! E assim ficavam dono, pois tinham poder.*” (Relatos de Amir, da Aldeia Vista Alegre). “*A partir de certo tempo entraram e se disseram donos. E não tínhamos como brigar*”. (Osmar, Aldeia Baixo Grande)

Segundo Euclides da Cunha em relato de 1870, a prática da grilagem não é coisa nova, “*Muitos desses intrusos, depois de se haverem utilizado dos frutos espontâneos, vão, a título de descobridores, alienando estrada de seringas, que não são outra coisa mais do que bens nacionais*” (ALMEIDA, 2009, pp. 351, apud RPP, 1870, vol. 15, p. 38).

Necessário dizer que as relações com os patrões são bem mais complexas, envolvendo relações de compadrio e subordinação com aceitação pelos explorados de sua condição.

“Sr. Domingos, pai do Osmar e avô do Rubemar, tirou sorva por muitos anos no Mayci. O Igarapé do Urubu era o ponto principal. O Patrão dele era o Pereira, pernambucano, primeiro morador de Auxiliadora. Foi ele que deu o nome de Pereira aos irmãos do Osmar, todos os mais novos receberam.”

“muitos já se criaram nesses castanhais tendo dono. Trabalhavam também na área atual dos Parintintin, nas cabeceiras do Igarapé Mirim que despeja no Mayci”. (Relatos de Amir, da Aldeia Vista Alegre).

Vários relatos indicam que ainda coletam em castanhais localizados em áreas com pretensas “donos”. Mais interessante é que essas coletas ocorrem sem atrito entre famílias indígenas e estes “donos” brancos. “*Cada grupo (extrativistas indígenas ou funcionários dos patrões) coleta de acordo com sua capacidade*”, “*e a produção é comercializada com aquele que se diz dono do local*”. Também nos foi relatada parceria do Cacique Raimundo da aldeia São José do Laguinho com os Tenharim do Estirão para coleta no Rio Sepoti.

O transporte de carga no rio Marmelos, acima da aldeia Estirão, era realizado prioritariamente na estação chuvosa, em função do volume de água no rio. Antes do surgimento das rabetas a partir de 1987, o deslocamento no verão era realizado a remo. Não só os Torá, citados por Nimuendajú como excelentes remadores, mas todos os povos da região “*trabalharam remando faixa para seus patrões*” (Daniel Munduruku, Aldeia Pau Queimado).

Os relatos sobre o extrativismo da sorva dão conta da estrutura da empresa extrativista em funcionamento ainda em meados dos anos setenta.

³⁶ https://issuu.com/publicacoesufopa/docs/balata_-_cat__logo

“A sorva era retirada com cortes ao longo de todo o caule, até a altura dos primeiros galhos. O leite era cozido em latão até engrossar, e então era colocado em caixas de madeira forradas com sororoca ou banana brava no fundo. Amassavam com garrafas, deixam secar por uns 4 dias e já tiravam já quase grudando. Carregavam nas costas até as margens dos igarapés, onde os blocos eram deixados para descer (o rio). O Patrão já estava lá (na foz) esperando. Iam e voltavam remando (06 dias de viagem), grupo de 14 homens daqui (Baixo Grande) até a colocação Democracia, no rio Matupi, Igarapé Massangano. Trabalhavam em cada fabrico durante cerca de 4-5 meses para patrão de Auxiliadora, que entregava em Borba para Alarico Cidade, que era o patrão do patrão. Maioria das vezes vinham devendo. Pior trabalho que já fiz, daí falava pros filhos estudarem” (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande).

Relatos dão conta de atividade extrativa da borracha e sorva ainda nos anos 80. Concomitante ou complementarmente ao extrativismo de outras espécies. Algumas espécies são exploradas desde tempos mais remotos, como a castanha, a copaíba e a borracha, enquanto outras por períodos mais curtos. Realidade que aproxima o território do histórico de desenvolvimento do extrativismo em toda a Amazônia, com fluxos e refluxos da demanda, conforme flutuação dos mercados.

Em 1973 moradores da então recentemente criada Aldeia da Vista Alegre – *“ainda cortavam seringa que nessa época dava dinheiro. Vendiam borracha, farinha e copaíba para o Helvécio e o Deca Garcia.”* (Seu Amair – Vista Alegre).

A borracha permanece sendo usada eventualmente no artesanato, na fabricação de sacolas de caça conhecidas como bruacas. Em várias aldeias encontramos plantio de seringueiras em áreas de quintais, plantadas sob estímulo de programas governamentais. Os mesmos plantios existem na margem do rio Madeira, em local com visibilidade privilegiada no distrito de Auxiliadora, a fim de estimular o cultivo e onde eram realizadas formações do IDAM.

A seringueira (*Hevea brasiliensis*) foi a última e mais produtiva entre as plantas de leite exploradas na Amazônia. Muito antes, a demanda mundial por látex estimulou a indústria extrativa de diversas espécies, algumas com baixíssima produção, como a maçaranduba. A sorva e a balata foram espécies por meio das quais se iniciou a estruturação da exploração do látex. Posteriormente houve predomínio da seringueira, que melhor se adequava ao processamento industrial.

A baixa qualidade dos produtos foi um dos responsáveis pela diminuição da demanda comercial da balata, sorva e borracha que eram comumente “batizada” com pedras, pau, ferro, no interior de seus blocos, com vistas a maior vantagem em sua pesagem. A baixa qualidade dos produtos extrativos é também relatada em relação a outros produtos, como os cipós, “em cujos feixes inserem outros vegetais”. Não obstante a ausência de capacitação na área de qualidade dos produtos, possivelmente, são as péssimas condições de trabalho e a baixíssima remuneração, as principais responsáveis por esta prática.

A exploração da borracha e de outras “plantas de leite” é, assim, elemento central na história do contato dos povos indígenas que hoje habitam a região entre si e com a sociedade envolvente. Com reflexos sobre as ocupações históricas e a configuração atual.

Quanto à exploração madeireira, os relatos sobre a retirada de pau rosa são muitos, especialmente ao longo da década de setenta. Hoje, segundo nossos informantes, a espécie é raramente encontrada. O trabalho de extrativismo era realizado em jornadas de até quatro meses na mata durante o inverno, quando a madeira era derrubada e seccionada em “roletes de cerca de quatro palmos, presos uns nos outros de forma que pudessem rolar como se fossem rodas de um mesmo trem” até a margem os igarapés. Dali iam por água.

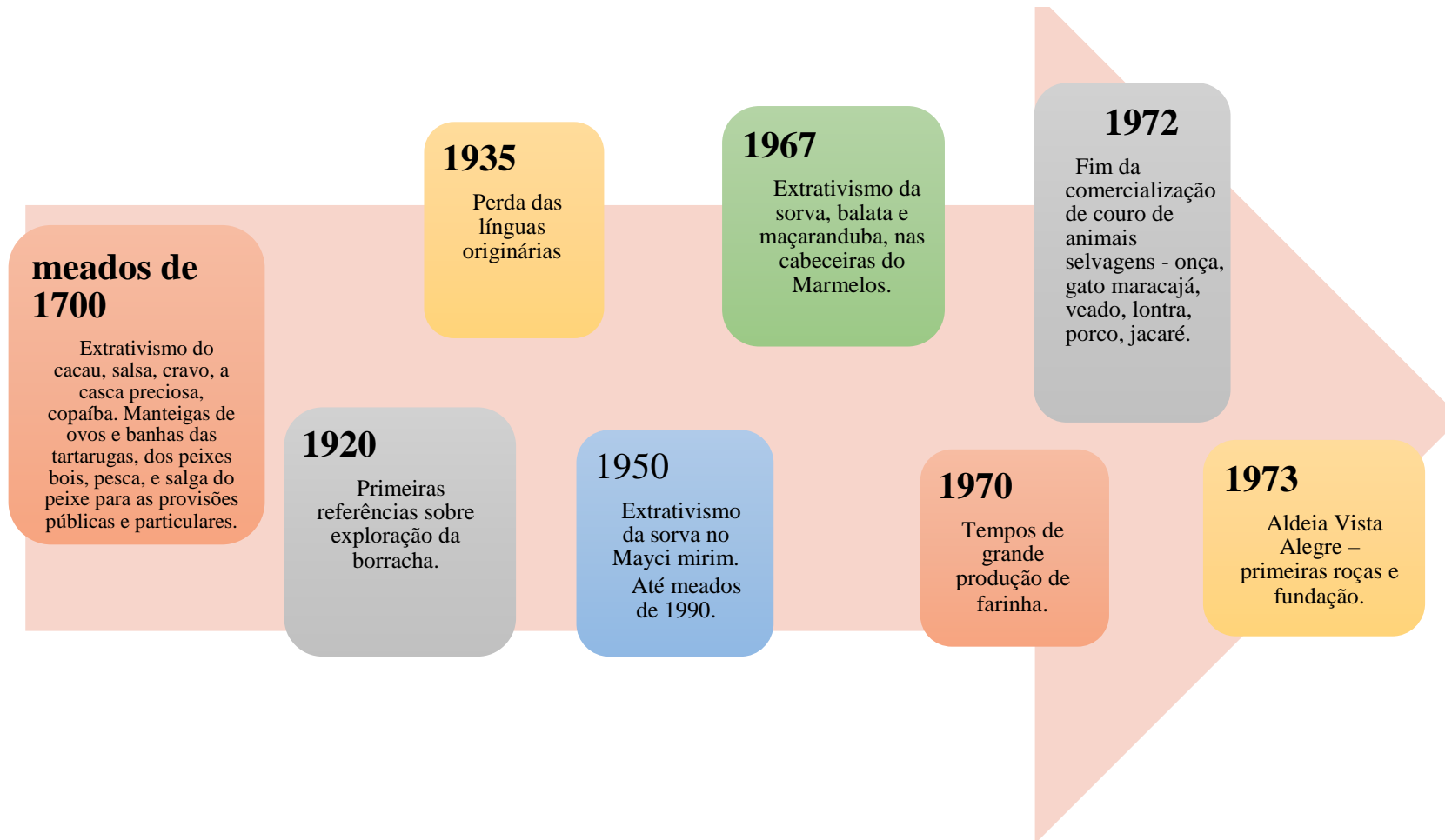
Os relatos dão conta de coletas nos rios Maici e Juqui. Na época a demanda era tanta que retiravam o tronco e cavavam para retirar a raiz. A extração do pau rosa possivelmente acabou em função do esgotamento do recurso. O cacique Rosivilton da aldeia S. José do Pindobal informa que *“as coletas entre os anos de 1995 e 2000 eram para os comerciantes Antônio Duarte e Helvécio”*. Segundo Rubemar, da aldeia Baixo Grande, *“hoje não se vê mais pau rosa por aqui”*.

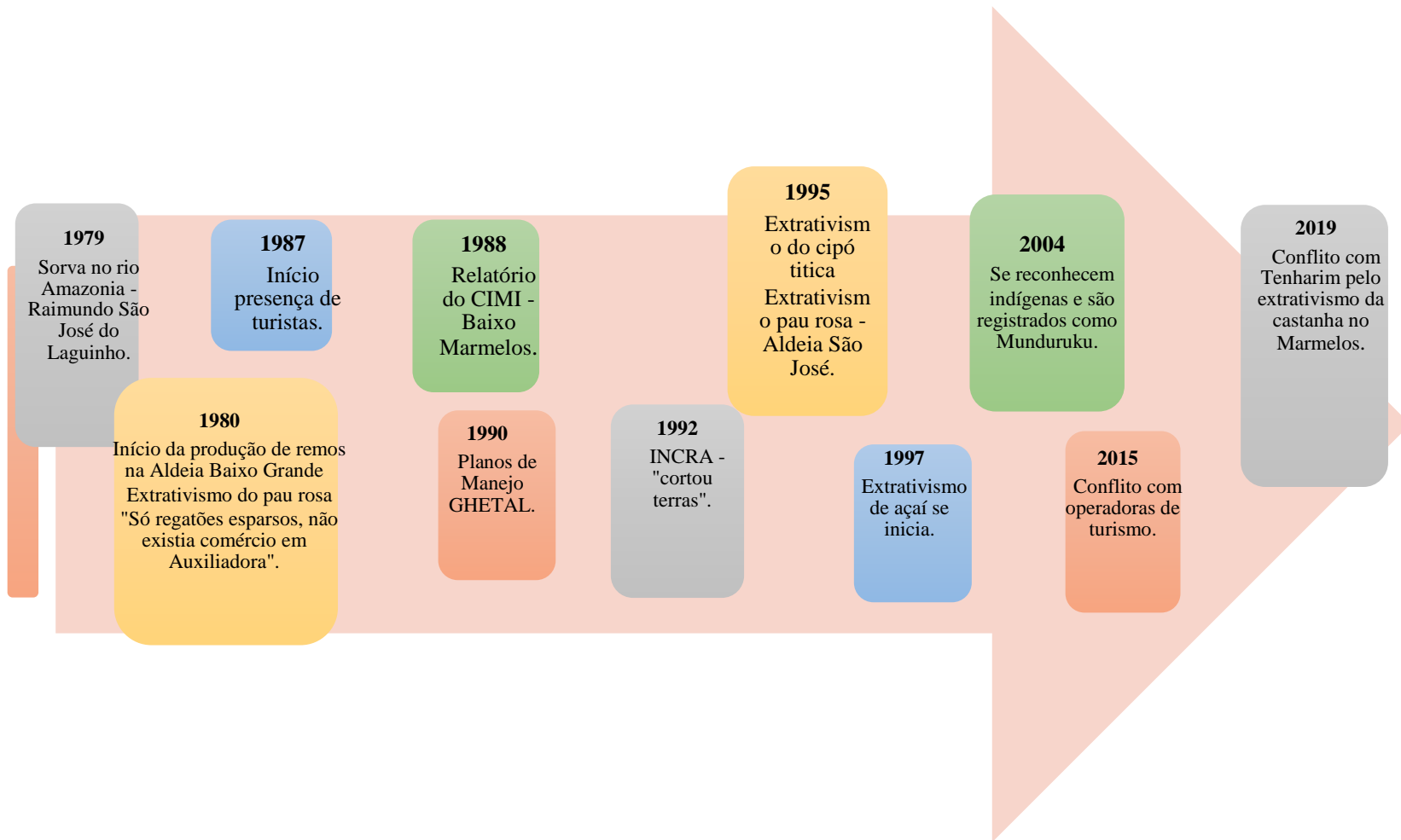
Nos anos oitenta surge o turismo como atividade econômica realizada no rio Marmelos por empresas em parceria com o Povo Tenharim. As entrevistas destacaram os conflitos com o povo indígena Tenharim pelo usufruto da Terra Indígena Tenharim do Rio Marmelos (Gleba B). As iniciativas turísticas se iniciaram em 1987, com acontecimentos que culminaram no ano de 2015 em conflito envolvendo todas as aldeias do baixo Marmelos, a operadora turística e os Tenharim. Em 2019 outro conflito com o povo Tenharim acontece em função da gestão de castanhais no Rio Marmelos, em área reivindicada como tradicionalmente ocupada pelos povos que habitam o Baixo Marmelos.

A Linha do Tempo apresentada abaixo destaca ciclos econômicos na região a partir dos relatos de interlocutores. A exploração das plantas de látex a partir de 1920, sua intensificação ao longo das décadas, com foco em diferentes espécies iniciando com a sorva, depois a balata e pôr fim a seringueira. A demanda por farinha de mandioca para suprir a *empresa* extrativista cresce junto aos ciclos até meados dos anos setenta. A partir de meados dos anos oitenta a produção de remos substitui o látex como atividade de maior expressão econômica, pelo menos na aldeia Baixo Grande. Nos anos oitenta a exploração madeireira cresce e nos anos noventa é marcante a exploração de pau rosa até sua extinção no Rio Juqui³⁷.

³⁷ A existência dos Planos de Manejo da Empresa GETHAL é citada como estratégia para a regularização da exploração madeireira. O Senhor Antônio Duarte, que se diz proprietário de terras no Rio Juqui e em muitos outros locais da região, foi o primeiro proprietário do Seringal Democracia, área adquirida pela GETHAL e onde foi realizado um dos primeiros projetos de Plano de Manejo Sustentável do Brasil. A exploração do açaí, espécie de maior apelo comercial no período atual, se iniciou a partir de 1987.

Figura 14 Linha do Tempo da Ocupação Extrativista da Região (A)





3.2 - Conhecimentos e práticas produtivas

A vida cotidiana nas aldeias do Baixo Marmelos é função dos conhecimentos sobre os ciclos e ritmos da natureza, da qual dependem. A alimentação, proveniente da roça, da caça e da pesca, da coleta das frutas e da produção extrativista é fortemente associada aos ciclos das águas.

A estação seca e a chuvosa dividem o ano em duas metades. O período com menor intensidade de chuvas, entre os meses de maio e outubro, é o verão. O período que concentra os maiores volumes de chuvas, de novembro a abril, é chamado de inverno. As mudanças no clima já são percebidas, Seu Amair de Vista Alegre nos informa que *“a chuva tá diferente, chove direto e com mais raios.”*

Apresentamos de forma esquemática no Calendário Sazonal abaixo, as atividades realizadas pelas famílias e comunidades ao longo do ano. Em relação ao trabalho, segundo o Cacique Osmar, nos contando sobre a produção de remos, *“Trabalhavam o ano todo, especialmente no contratempo do garimpo e de uma rocinha pra comer”*. Osmar em outra entrevista sobre as antigas áreas de ocupação lembra que *“pescavam de inverno e verão, no Igarapé que deságua no Paranã Urupiara, próximo ao Rio Madeira”*.

Muitas atividades são praticadas ao longo de todo o ano, mesmo que sua produtividade diminua em algum período. Ainda sobre a pesca, seu Osmar nos relata que *“à medida que o tempo seca a pesca se torna também mais farta”*. Destacam peixes como a jatuarana, matrinhã. Com a seca as atividades de caça e pesca se intensificam.

Na seca também se inicia o processo de preparação das roças, que inclui: roçada, derrubada, queima, coivara e plantio. O período seco é essencial para a roça de coivara, permitindo que o fogo reduza a pó os minerais contidos nas plantas. Com as chuvas os minerais se infiltram no solo e passam a ficar disponíveis às espécies cultivadas. A preparação da roça exige grande esforço e mobiliza toda a família. A coleta do açaí é realizada na seca ao longo dos meses de maio a junho. A safra é desigual ao longo do rio Marmelos, o que permite seu melhor aproveitamento.

O garimpo tem sido atividade sazonal realizada na seca, com importante contribuição para a renda das famílias. A atividade pode eventualmente concorrer com as roças, já que é realizada nos meses de seca no Rio Madeira, de junho a começo de dezembro. *“algumas famílias não dispõem de castanhais e não contam com renda no inverno, nestes casos a renda do garimpo é a renda pro inverno”* (seu Osmar).

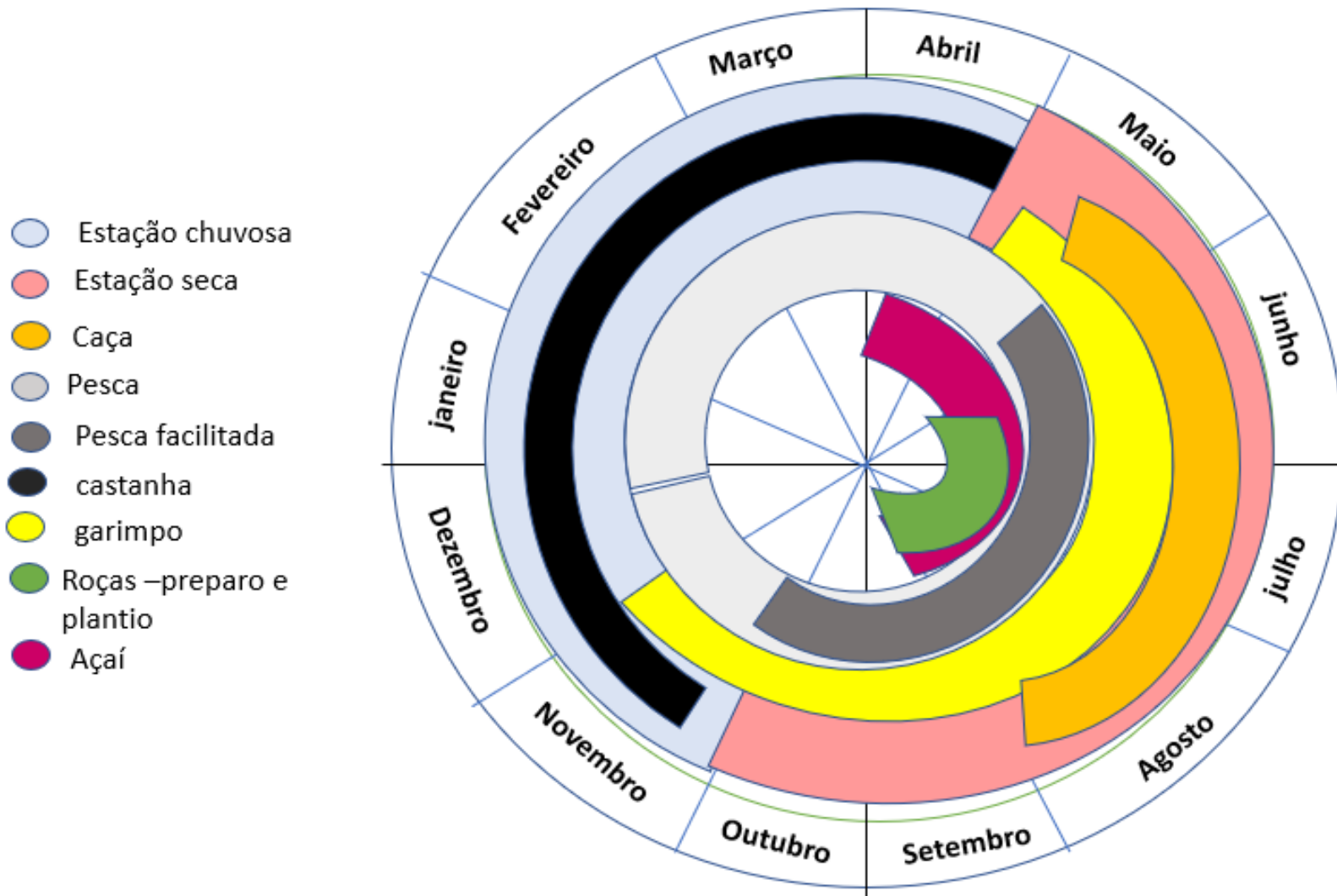
O verão é a estação com praias, desova de tracajás e fartura na pesca. A beleza do Rio Marmelos nesse período é oportuna para a prática do turismo, que é atividade realizada unicamente por uma operadora turística parceira do Povo Tenharim. No verão de 2021 *“os Tenharim marcaram presença com PMs, em turnos de 15 dias para substituição das equipes de pesca”*.

O período de inverno é marcado pelo plantio das roças e pela intensificação do extrativismo florestal. A castanha, a copaíba, os cipós, a andiroba, e a retirada de madeira para produção de cascos se intensificam neste período. A safra da castanha impõe a presença do extrativista na floresta, nos castanhais. Não obstante a produção não é constante, varia conforme o ritmo das chuvas. O tempo ocioso entre os dias de coleta é utilizado no aproveitamento das outras espécies citadas acima. A madeira é prioritariamente transportada nessa época,

dada a facilidade de transporte em função do maior volume de água nos rios. No passado, o extrativismo do látex também era realizado no inverno. Seu Amair, da Aldeia Vista Alegre, nos lembra que “passavam o inverno fora só trabalhando pro patrão em seringais da região”

Na prática cotidiana muitas atividades dependem das duas estações para sua realização completa, como no caso do lugar chamado Cachoeira da Pedra de Amolar, localizado no Rio Marmelos, no interior da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B). Seu Amair nos informa que *“quando era novo ia suspender 3-4 toneladas de pedra de amolar no verão, pra buscar no inverno de barco”*.

Figura 15 Calendário sazonal de atividades produtivas no Baixo Marmelos



O acesso aos recursos naturais e o beneficiamento dos alimentos e produtos da coleta, da agricultura e do extrativismo são dependentes dos conhecimentos locais. Neste sentido são importantes os espaços e produtos associados ao conhecimento tradicional: (1) a roça; (2) a caça e a pesca; (3) o extrativismo florestal.

3.3 - As roças

A farinha, a carne de caça e o pescado são os itens que não podem faltar na alimentação. O manejo das roças é uma prática familiar básica e representa a segurança alimentar mínima, em geral complementada por produtos dos quintais e por outros produtos comprados. A produção das roças hoje, conforme levantado em diversas entrevistas, é essencialmente para o consumo familiar ou “apenas para despesa de casa” (Raimundo e Osmar da Aldeia Baixo Grande; Daniel Munduruku da Aldeia Pau Queimado; Dona Amália da Aldeia Vista Alegre).

Entre os produtos da roça a mandioca beneficiada em farinha é o único produto comercial, no entanto, como afirma seu Zé Cumprido da aldeia São Raimundo, “*Na região ninguém mais produz e vende farinha em grande quantidade*”. Entretanto quatro famílias são indicadas como exceção a esta regra, produzindo farinha para venda local:

- Zé Comprido, Aldeia São Raimundo - produz em área de terra preta de índio cerca de 50 latas anuais;
- Raimunda Calisto de Castro, Aldeia Vista Alegre;
- Maria Gorete, Aldeia Baixo Grande - comercializa, mesmo com produção baixa;
- João Bosco, Aldeia Palmeira - produção direcionada à venda.

São muitos os relatos de descrença na roça como fonte de renda, mas mesmo entre assalariados – professores, agentes de saúde, dedicados a atividades produtivas remuneradas – ou aposentados, são raras as famílias sem nenhuma área de roça para subsistência. Além da segurança alimentar e da qualidade dos alimentos, a produção da roça representa relevante economia nos gastos das famílias.

As roças em sua maioria estão localizadas em áreas de Floresta Ombrófilas Densa, localizadas nos fundos das aldeias em relação ao rio. Essas florestas de Terra Firme são citadas na literatura científica como as áreas de maior fertilidade. A localização das roças pode ter precedido as aldeias, como nos foi relatado na aldeia Vista Alegre. As capoeiras no entorno das aldeias, além de áreas de pousio, são fontes de recursos diversos, cujo manejo mereceria estudos de aprofundamento. Encontramos desde plantio de árvores primárias de ciclo longo como as castanheiras até de espécies mais precoces como a borracha e o açaí, entre outras espontâneas como a sororoca e o babaçu. O tempo de pousio informado nas entrevistas variou entre seis e vinte anos.



Foto 15 Roça na aldeia São José do Pindobal

Em pelo menos três das oito aldeias estudadas - Pau Queimado, São José do Laginho e Palmeira, foi relatada a existência de solos com características similares às Terras Pretas de índios, quais sejam a presença de artefatos de barro, terra orgânica e fertilidade comparativamente alta. Na aldeia Pau Queimado é relatado a existência de uma área de roça com grande produção, superior à maioria das outras áreas. Local onde ao longo das práticas de manejo que reviram a terra, cerâmicas e “pedaços de potes” são rotineiramente encontradas. A aldeia é relatada como a primeira ocupação da região pela memória oral.

Os conhecimentos associados ao plantio e manejo das roças são transmitidos oralmente. Cabe aos homens: a broca (roçada inicial do sub-bosque), a derrubada (das árvores), a queima (após secagem) e a coivara (segunda queima, de material não queimado na primeira). Cabem ainda aos homens boa parte das atividades extrativistas como a coleta da castanha, copaíba e açaí. Cabe às mulheres os serviços de casa e cuidados domésticos e o cuidado com canteiros suspensos e plantas ornamentais, quando presentes. Plantio, capina, colheita e beneficiamento são atribuições de ambos os sexos. Caça e pesca são atividades preponderantemente masculinas. A pesca e o extrativismo são também praticados pelas mulheres, mas em menor escala.

Na Tabela 13 abaixo apresentamos lista das variedades de espécies cultivadas, nativas ou exóticas, em roças e quintais, informadas e observadas durante o estudo.

Tabela 13 Principais espécies cultivadas nas roças e quintais no Território Reivindicado do Baixo Marmelos

Nome	Varietade	Nome Científico	Uso	Observação
Abacate		Persea americana	fresco	Quintais
Abacaxi		Ananas comosus	fresco	Roças
Açaí do Pará		Euterpe oleracea	suco	quintais, capoeiras, matas
Açaí		Euterpe precatória	suco	Quintais
Acara	Branco	Dioscorea Alata	cozido	roças, etnovariedades
Acara	So ar	Dioscorea bulbifera	cozido	roças, etnovariedades
Acara	Pele roxa	Dioscorea trifida	cozido	roças, etnovariedades
Acara	Preto	Dioscorea sp.	cozido	roças, etnovariedades
Acara	Roxo	Dioscorea sp.	cozido	roças, etnovariedades
Acara	Sucuriçu	Dioscorea sp.	cozido	roças, etnovariedades
Alfavaca		Ocimum basilicum	tempero	quintais, canteiros
Ananás		Ananas sp.	fresco	Roças
Araçá boi		Eugenia stipitata	suco	Quintais
Azeitona		Syzygium cumini	fresco	Quintais
Bacaba		Oenocarpus bacaba	suco	quintais, matas
Bacabinha		Oenocarpus minor	suco	quintais, matas
Banana	Pacová	Musa paradisíaca	fresco	quintais, roças
Banana	Grande	Musa paradisíaca	fresco	mingau, farinha. quintais, roças
Batata doce	Roxa	Ipomoea batatas	cozido	Roças
Cacau		Theobroma cacao	fresco	quintais, matas
Caju		Anacardium occidentale	fresco	Quintais
Cana		Saccharum officinarum	garapa	puxa puxa, melado
Cebola de folha		Allium schoenoprasum	tempero	quintais, canteiros
Chicória		Cichorium intybus	tempero	quintais, canteiros
Coco		Cocos nucifera	fresco	Quintais
Cominho		Cuminum cyminum	tempero	quintais, canteiros
Cupuaçu		Theobroma grandiflorum	fresco	Quintais
Feijão	Manteiguinha	Vigna unguiculata	cozido	Roças
Feijão	Fígado de boi	Phaseolus lunatus	cozido	Roças
Feijão	Galinha	?	cozido	Roças
Goiaba		Psidium guajava	fresco	Quintais

Nome	Variedade	Nome Científico	Uso	Observação
Goiaba araçá		Psidium cattleianum	fresco	até 1 m de altura. Quintais
Ingá		Inga edulis	fresco	quintais, matas
Ingá de metro		Inga sp	fresco	quintais, matas
Jambo		Syzygium jambos	fresco	Quintais
Jatobá		Hymenaea courbaril	fresco	Matas
Jerimum	Jerimum paca	Cucurbita moschata	cozido	Roças
Jerimum	Jerimum redondo	Cucurbita moschata	cozido	Etnovariedades
Jerimum	Prata	Cucurbita moschata	cozido	Etnovariedades
Jerimum	Grande	Cucurbita moschata	cozido	Etnovariedades
Laranja		Citrus × sinensis	fresco	Quintais
Limão		Citrus limon	fresco	Quintais
Macaxeira	Pele roxa	Manihot esculenta	cozida, beiju e farinha seca	etnovariedades. Roças
Macaxeira	Pão	Manihot esculenta	cozida, beiju e farinha seca	etnovariedades. Roças
Macaxeira	Bolacha	Manihot esculenta	cozida, beiju e farinha seca	etnovariedades. Roças
Macaxeira	Amarela	Manihot esculenta	cozida, beiju e farinha seca	etnovariedades. Roças
Mamão			fresco	
Mandioca	Amarelinha	Manihot esculenta	farinha	Etnovariedades
Mandioca	Itacoatiara	Manihot esculenta	farinha amarela	dois anos
Mandioca	Tartaruga	Manihot esculenta	farinha	etnovariedades. Roças
Mandioca	Pirarucu	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	Pretona	Manihot esculenta	farinha	etnovariedades. Roças
Mandioca	Japinim	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	Jaboti preto	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	Jaboti branca	Manihot esculenta	beiju de massa, massa lavada, farinha branca	etnovariedades. Roças

Nome	Variedade	Nome Científico	Uso	Observação
Mandioca	Jararaca	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	Arauari	Manihot esculenta	farinha	etnovariedades. Roças
Mandioca	Jauari	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	Roxinha	Manihot esculenta	farinha d'água	etnovariedades. Roças
Mandioca	Manivinha	Manihot esculenta	farinha d'água e seca	etnovariedades. Roças
Mandioca	Jurará	Manihot esculenta	tapioca	etnovariedades. Roças
Mandioca	Oirama	Manihot esculenta	tapioca	etnovariedades. Roças
Mandioca	Branquinha	Manihot esculenta	farinha amarela	etnovariedades. Roças
Mandioca	14 palmos	Manihot esculenta	farinha amarela/tapioca	14 palmos na parte aérea, produz com 1 ano, 4-5 anos na terra + seca
Manga		Mangifera indica	fresco	
Maracujá		Passiflora edulis	fresco	
Maxixe		Cucumis anguria	cozido	
Melancia		Citrullus lanatus	fresco	
Melão		Cucumis melo	fresco	Etnovariedades
Milho		Zea Mays	cozido	
Pepino amarelo	Verde	Holothuria	fresco	
Pepino verde	Amarelo	Cucumis sativus	fresco	
Pimenta de cheiro		Capsicum chinense 'Adjuma'	tempero	
Plantas ornamentais			-	
Pupunha		Bactris gasipaes	cozido	não ocorre nativa. Somente plantada
Purui		Alibertia edulis	fresco e cozido	Quintais
Tangerina		Citrus reticulata	fresco	
Tomate		Solanum lycopersicum	fresco e cozido	
Tucumã		Astrocaryum aculeatum	fresco e cozido	
Urucum		Bixa orellana	tempero	plantavam no passado

A mandioca é a planta com maior área cultivada e consequente maior produção. É também da mandioca o maior número de variedades para uma mesma espécie, bem como a maior

diversidade de produtos beneficiados. Abaixo apresentamos a partir do relato de duas mulheres da aldeia Palmeira, os conhecimentos e práticas associados ao beneficiamento da mandioca.

Preparo da Farinha na Aldeia Palmeira (por Suely e Aldicélia)

“Arrancam a mandioca na roça que fica a cerca de 20 minutos de distância, de barco e depois a pé, do outro lado do rio no Igarapé Desterro. Uma parte vai ser cevada (triturada) no caititu (ralador) que hoje em dia já é movido a motor. A outra fica de molho na água. Descasca, lava, passa na cevadeira de motor. Fazer farinha é atividade do homem e da mulher.”

“A que ficou de molho é a “mandioca mole” e a cevada é a mistura. Da mistura (podem) tirar a goma (tapioca) pra só depois fazer a farinha, nesse caso a farinha fica mais fina. A mandioca mole é pilada no coxo, não precisa ser ralada. Juntam as duas, 02 paneiros da cevada e uma da mole e colocam no tipiti (que é preso em uma árvore e recebe pesos abaixo). Depois peneira e vai escaldar no forno até começar a torrar.”

“O Tipiti hoje em dia vem de Auxiliadora. No São José do Lagunho Seu Raimundo (cacique) e sua mulher também fazem a partir da jacitara. O paneiro – feito de cipó imbé, é mais fácil de fazer, ou pode ser comprado nas (aldeias) Vista Nova e Panorama. Só faz para consumo. Hoje estão fazendo os paneiros de um plástico, porque parece que o cipó está em falta.”



Foto 16 Tipiti em uma casa de farinha na aldeia Palmeira.

Outras práticas de beneficiamento de plantas nativas e cultivadas foram relatadas em diversas entrevistas. Listamos abaixo, na Tabela 14, a diversidade de produtos beneficiados no território.

Tabela 14 Produtos alimentícios beneficiados

Nome	Produto Base	Preparo
Beiju Cica	Mandioca	Mandioca ralada, peneirada, feita no forno e dobrada. (Gleiciane). Mistura a goma (tapioca) com a massa da mandioca mole, coloca no sol, castanha ralada, faz grande ou pequeno e pode guardar.
Pé de moleque	Mandioca	De massa lavada, com castanha ralada, sal, açúcar, erva doce, enrolado em banana brava ou sororoca, e depois assa.
Beiju de tapioca/ Beiju seco	Tapioca	Preparado em casa ou na casa de farinha

Nome	Produto Base	Preparo
Beiju de massa	Mandioca	Preparado a partir da massa da mandioca ralada. No forno de lenha ou panela.
Croeira	Mandioca	Resíduo proveniente da massa, depois de peneirado antes de fazer farinha. Coloca pra secar, bater no pilão, peneira em tela bem fininha, escalda e faz bolinho. Geralmente com leite de castanha. Bolinho chapeuzinho. Mingau, escaldado com água fervendo.
Pé de moleque	Mandioca	Mandioca mole – coloca a raiz de mandioca para amolecer, espreme no tipiti, lava, tira o tucupi, escalda no forno, amassa, coloca os outros ingredientes: açúcar, manteiga, enrola na folha da sororoca, bananeira (queima a folha antes pra ficar mole e enrolar), assar em cima do forno. (Sueli e Aldicélia)
Beiju de lenço	Mandioca	Faz só com o polvilho da tapioca
Tucupi	Mandioca	“Após cevar a mandioca, mistura com água, espreme em um saco de cebola e depois de pano, deixa passar a noite. Espera o tucupi boiar e poder tirar (as fases separam, fica o tucupi, água e a tapioca). Aí vai preparar. Ele fica muito grosso, mistura com água, ferve com jambu (pra não ofender o fígado), chicória (coentro local), alho, sal. 30 minutos de fervura. Depois de frio coa num pano bem fino e guarda. Alguns colocam no sol. Coloca pimenta e pode usar no peixe assado, carne frita.”
Tapioca	Mandioca	Coloca pra secar no sol e peneira.
Tapioca torrada	Mandioca	Torrando no forno a tapioca “espoca - Se não espocar não é boa.” Usa pra tomar com café.
Massa lavada	Mandioca	
Farinha amarela	Mandioca	Preparada sem a inclusão de mandioca deixada de molho a água.
Farinha de puba		“A 10 paneiros de mandioca deixada de molho na água adicionam 05 (cinco) paneiros de mistura sem pubar”
Farinha de Banana grande	Banana	Para mingau – madura ou verde. corta miúdo, seca, pila e guarda farinha para mingau
Banana	Banana	Frita ou cozida
Leite de castanha	Castanha	Castanha ralada e espremida para retirar leite. Cozinha com çaça- tatu e outros
Vinho de castanha		Produzido a partir da castanha, triturada e misturada com água.



Foto 17 Mandioca na água/preparo da farinha puba

3.4 - A caça e a pesca

A caça e a pesca são atividades cuja produção varia bastante ao longo do ano e de acordo com os ciclos naturais. São as principais fornecedoras de proteína animal para as refeições³⁸. “A vazante”, por exemplo, é a época de maior esforço de pesca, em função da facilidade. No mesmo período a caça também é facilitada pela maior presença de flores ou frutos de interesse dos animais.

A caça se intensifica com a seca, à medida que as chuvas vão diminuindo a caça de diferentes animais fica mais propícia. No início da estação seca, com a baixa dos rios, o primeiro animal com volume de caça é a paca, posteriormente o veado e no auge da seca conseguem caçar antas em lugares identificados como chupadores de anta. Esses e os porcos queixada são os animais mais citados pelos caçadores. Caçam principalmente com cartuchos.

³⁸ É pequeno o volume de criações, com predominância de aves em boa parte dos quintais familiares. A mais comum é a galinha, criada solta sem preocupação com sua alimentação.



Foto 18 Carne de caça secando ao sol

“Munição é difícil. Quem não tem cartucho vai pescar de malhadeira” (Bernabel – Aldeia Vista Alegre)

“Caça só na arma mesmo porque os bichos estão muito ariscos” (Rubemar - Aldeia Baixo Grande)

“Bons pontos de caçada são distantes, tem de ir pro Juqui ou outros pontos mais longe das aldeias. Próximo das aldeias os bichos são ariscos e com lua fica ainda mais difícil” (Rubemar - Aldeia Baixo Grande)

São utilizados diferentes métodos para caça com armas de fogo, conforme apresentado na Tabela 15, abaixo.

Tabela 15 Técnicas de caça com armas de fogo

Técnicas	Descrição da técnica
Fachear	Com lanterna, ou facho. Principalmente na beira do rio e de casco, iluminam a margem até localizar animais que ao serem focados nos olhos, ficam “encandeados” ou perdem momentaneamente a visão.
Chupadores	Ao descobrirem pontos onde animais buscam sal passam a fornecer sal de cozinha naquele ponto a fim de cevar o animal que se costuma com o fornecimento e vira presa fácil.
Girau	Armação de madeira, no alto de alguma árvore em ponto estratégico próximo a chupador ou a fonte de frutas ou flores apreciadas pelo animal alvo.
Trabuco, toco ou escopeta	Armamento caseiro para cartucho, cujo disparo é feito pelos próprios animais, que morrem ao acionar seu mecanismo de disparo colocado em ponto de sua passagem.

Na avaliação dos informantes entrevistados ainda encontram todo tipo de caça, mesmo que em menor quantidade do que no seu tempo de infância. Apesar do aumento da população de indígenas. Seu Amair da aldeia Vista Alegre também nos informa que *“depois que pararam de vender couro de onça, os bichos aumentaram muito”*. A prática da divisão dos resultados das caçadas com parentes e/ou vizinhos é tida como atitude que diminui os impactos da prática sobre o ambiente.

Na Tabela 16, abaixo, apresentamos a lista de nomes de animais informados ao longo das entrevistas. A lista informa principalmente os animais utilizados na alimentação. Ao longo do estudo diversas espécies de insetos e outros animais considerados peçonhentos foram citados. Na Tabela 17 apresentamos lista com nomes e usos desses insetos e animais.

Tabela 16 Lista de animais informados nas entrevistas

Grupo	Nome	Nome científico	Local onde habitam	Observações
Animais	Anta	Tapirus terrestris	mata	No passado fornecia óleo para cozinhar
	Cotia	Dasyprocta aguti	mata	
	Jacaré-açu	Melanosuchus niger	rios e igarapés, áreas inundáveis	rabo com 70 80kg
	Jacaretinga	Caiman crocodilos	rios e igarapés, áreas inundáveis	alimentação
	Paca	Cuniculus paca	mata	alimentação
	Porco caititu	Pecari tajacu	mata	alimentação
	Porco queixada	Tayassu pecari	mata	alimentação
	Tatu 15 kg	Dasypus kappleri	mata	alimentação
	Tatu açu	Priodontes maximus	mata	alimentação
	Tatu bola	Tolypeutes sp.	mata	alimentação
	Tatu canastra	Priodontes	mata	alimentação
	Tatu da capoeira	Euphractus sexcinctus	mata	alimentação
	Tatu rabo de couro	Cabassous unicinctus	mata	alimentação
	Veado branco	Mazama gouazoubira	mata	branquicento, alimentação
	Veado capoeira	Mazama americana	mata	Maior, alimentação
	Veado roxo	Mazama nemorivaga	mata	alimentação
	Peixe boi	Trichechus inunguis	Igarapé do açúcar, Folharal grande	-
	Bichos de casco	Pescoçudo		
Tracajua				alimentação
Lala				alimentação
Tartaruga cabeçuda			chavascal, cabeceiras	alimentação
Tartaruginha do mato			os poços do mato	(pintadinha amarela), alimentação
Tartaruga grande				alimentação
Jaboti perema			áreas inundáveis Peito quebrado.	ovos sobre folhas. alimentação
Macacos	Macaco barrigudo	Lagothrix lagotricha	mata	alimentação
	Macaco cosico	?	mata	-

Grupo	Nome	Nome científico	Local onde habitam	Observações
	Macaco cuxiu	Chiropotes	mata	alimentação
	Macaco da noite	Aotus sp.	mata	
	Macaco prego	Sapajus sp.	Mata	alimentação
	Macaco quataá	Ateles paniscus	Mata	alimentação
	Macaco velho	?	Mata	alimentação
	Macaco zambeta		Mata	-
	Macaco zogue	Plecturocebus moloch	Mata	-
Pássaros	Arara	Ara ararauna	Mata	come e tira pena
	Cotiuiaia		Mata	vermelhinha, pequena e com rabo
	Cujubim	Aburria kujubi	Mata	apresenta sub espécies
	Jacamim	Psophia viridis	Mata	alimentação
	Jacu	Penelope jacquacu	Mata	alimentação
	Jandaíra	aratinga solstitialis	Mata	-
	Macuco	Tinamus solitarius	Mata	alimentação
	Mutum	Cracinaesp	Mata	diversas espécies, alimentação
	Inhambu chorão	Crypturellus parvirostris	Mata	diversas espécies
	Inhambu galinha	Tinamus guttatus	Mata	alimentação
	Inhambu relógio	Crypturellus strigulosus.	Mata	Pequeno, alimentação
	Inhambu serra	Tinamus major	Mata	alimentação
	Inhambu tona	Tinamus tao	Mata	alimentação
	Papagaio	Psittacidae sp.	Mata	-

Tabela 17 Animais peçonhentos e insetos utilizados

Grupo	Nome	Uso	Nome científico	Observação
Insetos	Nani	veneno flecha	Holotrochus nani	leite amarelo
	Gongo do babaçu	pesca	Pachymerus nucleorum	
Abelhas	Canudo	-	Mabea fistulifera	
	Uruçu	Mel	Melipona rufiventris	coletam. Não criam
	Jandaíra	Mel	melipona subnitida	criada em S.J. Laguinho
	Europa	Mel	apis melífera	coletam. Não criam
Bichos da lama	Peremenbeca	pesca de tracajá	?	bicho de lama que tracajá come
	Minhoca	Pesca	?	
Cobras	Surucurana	peçonhento	Xenodontinae	
	Sucuri grande	peçonhento	eunectes murinus	
	Surucucu pico de jaca	peçonhento	Lachesis muta	mais perigosa, quando não mata aleija
Formiga	Tocandira	peçonhento	Paraponera	
Aranha	arranha macaca	peçonhento	Phoneutria sp.	tipo de armadeira
Outros	Centopeia	peçonhento	Myriapoda	
	Lacraia	peçonhento	Scolopendridae	

A pesca é a principal fonte de proteína animal das comunidades do Baixo Marmelos. A partir de maio, com o fim das chuvas à medida que o tempo seca, a pesca se intensifica e também se torna mais farta. Destacam o interesse por algumas espécies de peixes, como: jatuarana, matrinxã, tucunaré.

A pesca é praticada por homens e mulheres, embora em uma entrevista a pescadora Maria José Jonas, da Aldeia Baixo Grande, tenha nos informado ser uma atividade preferencialmente masculina. No geral toda a população pesca, cabendo aos homens a realização de expedições para pesca em locais mais distantes e às mulheres a pesca mais próxima das casas. Utilizam diversas técnicas para a captura do pescado, os principais petrechos utilizados são: caniço, tarrafa, malhadeira, linha, flecha, zagaia.



Foto 19 - Pesca com flecha

Não identificamos tabus ou restrições à pesca, exceto na piracema ou os períodos de defeso estabelecidos pelo Estado. Os interlocutores do estudo destacaram em várias entrevistas que não pescam ou caçam para venda. Neste sentido demonstram sua diferença em relação a atitude de pescadores profissionais que exploram especialmente a “boca do Marmelos”, mesmo no período de defeso e com redes não autorizadas de malha fina.

A pesca profissional tem relevante impacto sobre a pesca praticada pelas comunidades no território do Baixo Marmelos. O Rio Marmelos é citado em estudo sobre a pesca no município de Manicoré, como um dos principais locais de pesca desta região entre outros como o rio Madeira e a foz de cinco outros rios tributários: Manicoré, Atininga, Maturá e Mariepaua, além de lagos e outros ambientes sazonais (CARDOSO, 2005; RIVER, 2004).

Tabela 18 Peixes capturados no Rio Marmelos e seus afluentes

Nome	Nome científico	Uso	Local onde habitam	Técnica de captura	Observação
Acará Açú	<i>Astronotus ocellatus</i>	Alimentação	rios e lagos	flecha	
Acará Bandeira	<i>Pterophyllum scalare</i>	Alimentação	Igarapés	flecha	

Nome	Nome científico	Uso	Local onde habitam	Técnica de captura	Observação
Acará Cascudo	<i>Cichlasoma bimaculatum</i>	Alimentação	Igarapés	flecha	
Acará Papa Terra	<i>Geophagus brasiliensis</i>	Alimentação	Igarapés	flecha	
Acará Prata	<i>Chaetobranchopsis australis</i>	Alimentação	Igarapés	flecha	só no lago do peixe boi
Acará Roxo		Alimentação	Igarapés	flecha	
Aracu	<i>Leporinus friderici</i>	Alimentação	Igarapés	linhada	
Bagre	<i>Silurus</i>	Alimentação	rios e lagos	linhada	Nome genérico para diversos peixes
Branquinha	<i>Psectrogaster amazônica</i>	Alimentação	Igarapés	rede	
Curimbatá	<i>Prochilodus lineatus</i>	Alimentação	igarapés e lagos	flecha	
Curimbatá	<i>Prochilodus lineatus</i>	Alimentação	igarapés e lagos		
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Alimentação		linhada	
Jacundá	<i>Crenicichla sp.</i>	Alimentação	Rios	flecha	
Jandiá	<i>Rhamdia quelen</i>	Alimentação	igarapés e lagos	linhada	
Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis</i>	Alimentação	Rio	flecha	de escama grande
Jatuarana	<i>Brycon cephalus</i>	Alimentação	rios, igarapés e lagos	flecha	óleo para cozinha
Jiju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Alimentação	Rio		
Landraia		Alimentação			
Mandubé	<i>Ageneiosus brevifilis</i>	Alimentação	Rio	linhada	
Matrinchã	<i>Brycon cephalus</i>	Alimentação	rios e igapós	linhada	
Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>	Alimentação	Igapó	flecha	
Pacu-Mura	<i>Piaractus spp</i>	Alimentação	Igapó	flecha	bem duro
Pacu-Tambaqui	<i>Colossoma sp</i>	Alimentação	Igapó	flecha	
Peixe Boi	<i>Trichechus manatus</i>)	Alimentação		flecha	classificam como peixe

Nome	Nome científico	Uso	Local onde habitam	Técnica de captura	Observação
Peixe Cachorro	Hydrolycus scomberoides	Alimentação	Igarapés		
Piau	Leporinus	Alimentação			
Piraiba	Brachyplatystoma filamentosum	Alimentação	Igarapés		
Piranambu	Anisotremus surinamensis	Alimentação			
Piranha		Alimentação		linhada	
Pirapitinga	Piaractus brachypomus	Alimentação	Igapó		
Pirarara	Phractocephalus hemioliopus	Alimentação		linhada	
Pirarucu	desovam nas bocas dos rios	Alimentação			
Pirarucu	Arapaima gigas	Alimentação			
Sardinha	Triporthus spp.	Alimentação			
Sauna		Alimentação			
Surubim	Pseudoplatystoma corruscans	Alimentação		linhada	
Tambaqui	Colossoma macropomum	Alimentação		linhada	Fartura
Tamuatá	Hoplosternum littorale	Alimentação			
Traíra	Hoplias malabaricus	Alimentação		flecha	
Tucunaré	Cichla ocellaris	Alimentação		flecha, linhada	
Zídio		Alimentação			

O aproveitamento alimentar de animais de casco, como são popularmente identificados os quelônios, é tradicional. Sua exploração comercial predatória é citada por cronistas do século XVIII, tendo sido base alimentar para expedições realizadas no período. Em 2020 iniciaram projeto de proteção às espécies. Desde o ano de 2021, com apoio da FUNAI, o projeto tem mapeado e buscado conscientizar povos da região – do Baixo Marmelos, Pirahã, Tenharim – a recuperar a população desses animais. Em 2020 investiram na infraestrutura, em 2021 iniciaram a reprodução em cativeiro de duas das sete espécies nativas citadas na tabela 16. A primeira soltura estava prevista para agosto de 2022.

A iniciativa, que tem buscado mobilizar o apoio das comunidades, envolve 17 famílias das oito aldeias do Baixo Marmelos, que se responsabilizam pela localização, proteção de ninhos,

coleta de ovos e criação. O projeto contrata agentes de praia que se revezam nos trabalhos. Atualmente monitoram 21 praias descritas na tabela 19, abaixo.

Tabela 19 Praias monitoradas pelo Projeto Quelônios

Rio	Nome	Uso	Observação
Rio Marmelos acima da foz do rio Sepoti	Praia Alta	praia de desova	
	Praia da gaivota	praia de desova	
	praia do boto	praia de desova	
	Praia três boas	praia de desova	
	Praia Folharal Grande	praia de desova	
	Praia do Finado	praia de desova	
	Praia do Sucuriju	praia de desova	
	Praia da Cobra	praia de desova	
	Praia do Quati	praia de desova	Igarapé do Uai
	Praia do Tracajá	praia de desova	
	Praia do Amâncio	praia de desova	
	Praia da Bateria	praia de desova	
	Praia da Gaivota	praia de desova	
	Praia da Onça	praia de desova	
Rio Marmelos abaixo da foz do rio Sepoti	Praia Santa Júlia	praia de desova	
	Praia Barranco do Ludovico	praia de desova	
	Praia e Santa Rita	praia de desova	
	Praia do Maranhão	praia de desova	
	Praia da Terra Preta	praia de desova	
	Praia Alta	praia de desova	praia e barranco
	Praia da Costureira	praia de desova	T.I. Pirahã

3.5 - O extrativismo florestal

3.5.1 Cipós e palha: Produção de artefatos tradicionais e sua utilização

“Cipó não deu futuro pra ninguém” (Cacique João Bosco – Aldeia Palmeira)

A retirada e o beneficiamento de cipós é atividade tradicional. Fonte de matéria prima para diversos utensílios utilizados no dia a dia. O aproveitamento comercial é citado no passado, não tendo nenhuma expressividade na atualidade. As principais espécies utilizadas são:

- Cipó titica – Após retirada deve ser processado. É mais fácil trabalhar enquanto está verde. Usado regionalmente para produção de vassoura.
- Cipó Cururu – mais grosso – retirado ao longo de todo ano. Atualmente não tem mais valor comercial, é usado regionalmente para produção de vassoura.
- Cipó ubi – espécie cujo manejo é considerado “difícil”, produz vassoura mais durável.

Os principais artefatos produzidos são:

- Paneiros - preparados com cipó imbé e envira mura, são utilizados para o transporte de materiais coletados como a castanha e farinha de mandioca, nesse caso forrado com folhas de banana brava.

Paneiro



Foto 20 - paneiro usado para coleta e armazenamento, aldeia Palmeira.

- Peneiras - utilizadas no preparo de farinha e outros alimentos.
- Tipiti - utilizado para prensar a massa de mandioca e retirar o excesso de água antes da torra. O tipiti na região é preparado unicamente na Aldeia São José do Laguinho e na comunidade Tarumã. Coletam a jacitara nas restingas do Marmelos, destalam e tiram fita (talas). São 04

dúzias de tala para o preparo de cada tipiti. Tipiti e peneiras são preparados com fibra da jacitara.

- Cesto e vassoura de cipó títica - Os cestos são de uso geral, mas assim como as vassouras são preparados mais para a venda.
- Japa – estrutura de palha e cipó, acoplada aos cascos dos barcos para proteger da chuva no rio.
- Cumieiras das casas - Nas casas com telhado de palha são preparadas cumieiras a partir do trançado das folhas inteiras das palmeiras, chamadas de jacaré.



Foto 21 fabricação de uma cumieira.

- Arco e flecha - Utilizam madeira da ingarana para o arco e a corda é feita a partir da fibra da planta chamada envira mura. O corpo da flecha é feito principalmente de uma espécie de gramínea chamada flecha, mas podem utilizar outras espécies. Para pesca usam pontas de prego, que é preparado com o facão. Utilizam ainda pontas de madeiras duras como o ipê para outros tipos de caçada.

"Toda casa tem arco, pessoal não vive sem. Utilizam para pesca e cada qual faz o seu. As flechas são envenenadas para quebrarem após perfurarem o animal (de forma que não saiam) e possam continuar no corpo, cortando a carne" (Rubemar - Aldeia Baixo Grande).



Foto 22 algumas variedades de pontas de flechas

- Rede de pesca - É uma arte tradicional, que hoje em dia já é feita com nylon. Utilizam agulhas de madeira e a maioria das pessoas envolvida com a pesca sabe trançar. Utilizam a casca da castanheira para tingir e diminuir sua visibilidade aos peixes.
- Tarrafa – Preparada localmente com as mesmas técnicas.
- Bruacas – Mais raramente encontramos também sacolas para materiais de caça, preparadas a partir do látex da borracha. São apreciadas pelos caçadores por não molhar seus conteúdos.

3.5.2 - A castanha

Cada família quebra (castanha) em um ou mais de um castanhal, todos os anos. A Tabela 23, na página 173– “Áreas de usufruto atual ou histórico nos rios Marmelos, Juqui, Mayci e Sepoti” - indica a existência de 28 castanhais de uso histórico ou atual, entre os quais quinze estão indicados como de “proprietários” brancos. A gestão da produção dessas áreas é realizada sem conflito, por enviados desses pretensos proprietários e por famílias das aldeias do território do Baixo Marmelos. Todos coletam, e “os Torá não criam problemas, desde que eles também não criem”. (Bernabel – Aldeia Vista Alegre). O “proprietário” tem direito à prioridade na compra da produção.

A gestão dos castanhais nesse caso se dá “com cada um explorando o quanto consegue.” Esse é o caso do Castanhal Livramento, “o dono era o Vanderlino”. A turma dela acampa separado das famílias indígenas, com as quais não criam conflito. “Esse ano (2022) ela não mandou ninguém”.

“Roseane (mulher de Vanderlino) se diz dona do Juqui, exceto o Castanhal do Santa Rosa, que é do Antônio Duarte.” (Bernabel - Aldeia Vista Alegre)

Mas há casos como no Castanhal Santa Rosa (no Igarapé Santa Rosa, afluente do Rio Juqui), onde apenas a família do Senhor Antônio Duarte explora. As comunidades indígenas relatam “não explorar esse castanhal a fim de evitar problemas”.

O período da safra varia, podendo ir de novembro/dezembro até abril/maio, mas em 2022 só foi até fevereiro. A produtividade anual também varia bastante, sendo frequente a bialidade da produção, com safras maiores a cada dois anos. *“Aqui no Baixo (Grande) cada vez vão menos pro Castanhal. A renda não paga a despesa, fica tudo com o atravessador. A última boa safra foi em 2017, por vezes tem que produzir outra coisa para pagar aquela despesa.”* (Osmar – Cacique Aldeia Baixo Grande)

A produção de castanha foi e ainda hoje é bastante importante para economia do território Baixo Marmelos, no entanto a atividade padece de antigos problemas relacionados à falta de organização social, capital de giro, qualidade, bem como pela dependência dos atravessadores no âmbito da comercialização. O sistema de aviamento ainda se mostra preponderante na forma como se organiza o trabalho dos extrativistas indígenas, com consequências sobre a sustentabilidade da atividade. É baixa a organização dos extrativistas indígenas do Baixo Marmelos, que não participam de esforços regionais para qualificar a produção e comercialização. A produção é comercializada com compradores regionais e processada nos municípios vizinhos, preponderantemente em Manicoré. As cidades de Manicoré e Humaitá contam com unidades de processamento comercial.

Organizam a coleta a partir da “compra de rancho fiado” para pagar com a produção, ou seja, não dispõem de capital de giro próprio. Quando a produção é alta o preço é baixo e muitas vezes não compensa. Quando a produção é baixa, o preço é alto, mas não encontram.

Cada rio tem seu Patrão preferencial que transita de regatão. Os valores das mercadorias para troca são altos. Uma espoleta saiu em 2022 a R\$ 5,00; um frango a R\$ 70,00; um litro de cachaça 5l a R\$ 50,00. Preços bastante acima dos valores praticados em Auxiliadora, que também já são altos comparados a Humaitá. Alguns extrativistas coletam e levam para as aldeias, onde entregam para “seus patrões”. A maior parte é recolhida pelo “NAVECA (de Auxiliadora/Humaitá) que revende aos MUTRAN (de Belém)” (Bernabel – Aldeia Vista Alegre).

O acesso à informação sobre manejo e boas práticas na coleta e armazenamento parece limitado. *“Alguns falam em limpeza embaixo das castanheiras, outros dizem que é necessário retirar resina, mas não sabem (precisar) se vale a pena”* (Daniel Munduruku Aldeia Pau Queimado). Quanto à segurança ao longo do período da safra, considerando o peso do fruto e a altura das árvores: - *“Quando faz barulho correm”*. A safra funciona como a água. *“Se a água sobe, cai bastante (castanha do pé), se a água baixa, dá uma paradinha. Nos dias quentes cai mais. O ouriço é colhido no chão. Cortam do lado do umbigo. Vão quebrando e jogando no paneiro. Depois de quebrado o ouriço recebe o nome de cumbuca, que são deixadas nas proximidades dos pés, carregam só as castanhas.”* (Zé Cumprido – Aldeia São Raimundo).

A castanha armazenada tende a perder umidade, assim a produção é logo levada para venda, pois após cerca de 20 dias perde muito tanto o peso quanto o volume. Descem e voltam muitas vezes ao longo da safra para evitar essas perdas, apesar do relevante aumento dos custos. Quando enche o paneiro, alguns lavam. Outros usam como estratégia, para evitar a perda de peso, deixar a castanha na chuva, o que tem sérias implicações sobre sua qualidade, apesar da melhor remuneração pelo peso.

Ao longo da safra da castanha aproveitam o tempo para outras produções extrativistas como: copaíba, cipó, madeira, cascos. Não viajam só para tirar castanha. *“Gosto de trabalhar com a castanha porque não dá muito trabalho (comparativamente com a roça) e pode fazer outros trabalhos como a produção de cascos, nos intervalos”* (Zé Cumprido – Aldeia São Raimundo).

Os preços variam ao longo da safra. Em 2020/21 começou com preço em torno de R\$ 40,00 e terminou com valores próximos a R\$ 80,00. Em 2012/22 começou com preço em torno de R\$ 50,00 e terminou com valores próximos a R\$ 90,00.

Os maiores comerciantes de castanha do Marmelos são os seguintes:

- Luís Alecrim - morador de Auxiliadora
- Luís Torres - morador da comunidade São Raimundo – no rio Madeira
- José Nogueira Parente Munduruku - morador da Aldeia Pau Queimado – representa Luís Naveca, comerciante de Auxiliadora/Humaitá comprando castanha.

3.5.3 - A copaíba

A copaíba está entre as maiores árvores da floresta, especialmente a copaíba jacaré. Ainda assim são menores que as gigantes castanheiras. A principal recomendação de boa prática na coleta do óleo é o uso do trado alternativamente ao machado. *“A madeira deve ser furada e após retirada do óleo o orifício deve ser fechado com um torno de madeira dura”*. No ano seguinte pode ser que o torno não saia, sendo necessário furar novamente. A localização do furo é função da estrutura de cada árvore, o que é avaliado empiricamente com base nas experiências do coletor.

A produção varia muito conforme a árvore, e pode não ser realizada todos os anos. Bernabel, nosso interlocutor da Aldeia Vista Alegre, relata que em sua experiência a árvore mais produtiva forneceu 22 litros em uma única coleta. Segundo ele, o bom manejo faz bastante diferença e que já encontrou árvores furadas e sem torno. Na região o uso do trado já é prática corrente, exceto em relação ao povo indígena Pirahã, da Terra Indígena Pirahã, que eventualmente podem retirar com machado.

São quatro os tipos de Copaíba:

- Copaíba mari-mari – Produto mais comercial mais valorizado. Produz óleo fino, de cor amarelo claro (cor de óleo de soja) que atinge os melhores preços. Na safra 2022 foi comprada na região a R\$ 45,00/quilo e vendida em Humaitá por até R\$ 120,00. Um (01) litro tem peso superior a um quilo.
- Copaíba angelim - De textura mais grossa e mais pesada. Valor de mercado abaixo da mari-mari, mas ainda considerada boa.
- Copaíba cuiarana – produz óleo de coloração mais escura e textura mais grossa, lembrando uma graxa. Pouco vendável, é utilizada para proteção de madeira e balsas.
- Copaíba jacaré – óleo de baixa qualidade. É uma das maiores árvores da floresta.

Os principais compradores de copaíba na região são:

- José Nogueira Parente Munduruku - morador da Aldeia Pau Queimado
- Valmir - morador da comunidade de Santa Luzia
- Luís Naveca - compra e vende em Auxiliadora

3.5.4 - O açaí

O aproveitamento comercial do açaí é citado desde o ano de 1997, porém é a partir de 2004 que a compra se torna mais frequente e estruturada com compradores locais e envio para Humaitá, onde passa a ser processado para comercialização regional (Porto Velho) e nacional. O açaí tem se mostrado o produto extrativo com maior potencial atual para geração de renda em bases sustentáveis. Seu potencial de mercado e demanda crescente tem estimulado investimentos em plantio e transformado ele no único produto extrativista encarado com perspectivas positivas pelos entrevistados.

“É a única produção que está valendo à pena, quem é do ramo está trabalhando. Eu não tenho feito farinha para vender há pelo menos 1 ano e meio.” (Daniel Munduruku, Aldeia Pau Queimado)

Foto 23 açai secando na aldeia Vera Cruz



A espécie de açai nativo no rio Madeira é a *Euterpe precatoria*. Está presente nas margens dos igarapés e nas matas de terra firme com ou sem presença de castanheiras, onde ocorre predominantemente em áreas baixas e sujeitas a inundação. É também muito frequente nas capoeiras das roças e nos quintais. Nas proximidades das casas plantam o açai nativo (*E. precatoria*) e o açai de touceira (*Euterpe oleracea*), esta última espécie dominante nas proximidades da foz do rio Amazonas no Pará. Identificam esta espécie localmente como açai do Pará.

Com a intensificação do aproveitamento do açai diversos plantios foram estimulados pela assistência técnica oficial do Estado do Amazonas, realizada pelo IDAM, especialmente nas proximidades da cidade de Humaitá. A espécie utilizada nos plantios é o *E. oleracea*. Apenas na Aldeia de São José do Lagunho tivemos referência de iniciativas de manejo que lançam mão de estratégias preconizadas pela assistência técnica, como: raleio e plantio em áreas nativas, com adensamento. Nessa aldeia manejam uma área com cerca de 50 mil pés, praticam o transplante de

mudas de raiz nua e o açaí é consorciado com várias espécies como: bacaba, inajá, castanha, tucumã, seringa, muruci, palha preta, marí-marí.



Foto 24 açaizal manejado, aldeia S. José do Laguinho.

A ausência de manejo implica na coleta em áreas nativas com palmeiras de até 15 metros de altura, o que dificulta a colheita que é manual, com subida auxiliada pela peconha. Os cachos são debulhados no local e os frutos são transportados em paneiros forrados com folhas de banana brava ou sororoca. A safra do açaí não é uniforme ao longo do rio Marmelos. Começa nas áreas mais próximas da foz no rio Madeira e vai subindo em direção aos igarapés do médio Marmelos. Segundo os coletores a safra *“acaba primeiro na Aldeia Palmeira e depois vem pretejando, subindo o Marmelos”* (Pedro Barbudo – aldeia Vera Cruz)

“A produção ao longo do Marmelos não é por igual, vai do Baixo Marmelos para cima pretejando”. (Rosivilton - Cacique da Aldeia São José)

“Açaí vem madurando subindo o Rio” (Natal Munduruku – Aldeia São Raimundo)

O prazo razoável entre a colheita e o beneficiamento é de até cinco dias, o que torna o beneficiamento centrado em Humaitá mais complexo. A comercialização é feita nas aldeias e igarapés, por regatões. Em entrevista, um desses comerciantes nos relatou que a principal forma de pagamento é em dinheiro. O preço varia ao longo do rio, diminuindo à medida que se distancia da foz com o Madeira. Coletores da Aldeia São José do Laguinho, a mais próxima da foz, comercializam direto com os “recreios” (barcos de passageiros) obtendo melhores preços. As frutas são transportadas pelos barcos recreios a partir do rio Madeira, em sacos de munhão (tipo de cebola), por cerca de 17 horas de viagem.

“É serviço mais dos homens. Quando o tempo está sem chuva a produção na aldeia (Palmeira) chega a até 65 latas por semana. Sua produção é cada vez mais constante a cada ano. O preço deste ano (2022) está em R\$ 22,00.” (Suely – Aldeia Palmeira)

As coletas no Marmelos se estendem até o Igarapé Santa Júlia, acima da Aldeia Estirão Grande, que já fica na Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), em função da viabilidade do acesso aos barcos compradores. A safra do açaí acontece na estação seca, época em que o acesso dos regatões só é viável até a citada Aldeia dos Tenharim. Acima o acesso só é viável por rabetas.

Principais compradores de açaí no baixo Marmelos:

- Pedro Ferreira – Cacique da Aldeia Vera Cruz – nos informou em entrevista ter mobilizado 13 mil latas de açaí em 2021. Neste ano, ainda no começo da safra, em finais de maio, já comprou 6 mil latas, demonstrando potencial de passar a marca anterior. Sua rede de fornecedores inclui: maioria das Ideias do território reivindicado do Baixo Marmelos; Terra Indígena Torá; Aldeia Tenharim do Estirão na Terra Indígena Gleba B e o Povo Pirahã das aldeias na boca do rio Maici. Comercializa com os Pirahã na base da troca por rancho. Vende a produção “no caroço” para Humaitá. “Produção vai para fora!” (Pedro Barbudo – cacique Aldeia vera Cruz)
- Luís Torres – Comunidade São Raimundo no rio Madeira.
- Antônio Breve – Distrito de Auxiliadora.
- Antônio – Aldeia Panorama (T.I. Torá) /Auxiliadora – informe impreciso de que comercializou 2000 latas em 2021.
- Raimundo Leão – Comunidade Bom Suspiro no rio Madeira (compra muito açaí).

3.5.5 - A andiroba

O nome popular andiroba engloba mais de uma espécie nativa da floresta amazônica. A espécie mais comum no baixo Marmelos é de baixa produtividade, segundo Rubemar Calisto, liderança da Aldeia Baixo Grande. A espécie mais produtiva, conhecida na região como andirobarana, cujo processamento do óleo é popularmente reconhecido como mais fácil, existe, porém, rara.

“O sistema da andiroba tem crença pra tirar. O serviço só pode ser realizado por meninos. Cozinha, coloca para esfriar, depois de 22 dias volta a mexer. Quebra, amassa com madeira, tira polpa, amassa e deixa em girau para gotejar. A cada dia tira do sereno.” (Rubemar - Aldeia Baixo Grande).

As crenças e o processamento demorado aparentemente desestimulam seu uso com fins comerciais. Neste estudo apenas uma família da Aldeia Baixo Grande foi identificada como produtora de óleo de andiroba.

3.5.6 - A madeira

“O Juqui foi o cofre da madeira de onde tiraram muita coisa. Nos anos 80. A (principal madeira) retirada foi a itaúba araçá. Trabalhava com o mesmo padrão da sorva, tirando casqueiros com machado – Francisco Lima de Auxiliadora, parente do Naveca.

A exploração madeireira na região não é recente, tendo implicado no potencial esgotamento dos estoques de espécies como o pau rosa e a itaúba. Esta última explorada para produção de artesanatos – cascos e remos, e também para exportação de madeira serrada. Com a delimitação das terras indígenas no entorno do Baixo Marmelos, ampliação da fiscalização e dos requisitos para a exploração (leia-se exigência de elaboração de planos de manejo), a incidência da grande exploração na região diminuiu.

São poucas as famílias que se dedicam exclusivamente à exploração madeireira como fonte de renda. A atividade é limitada pelo período do ano em que é viável, pelo capital de giro disponível (rancho, transporte, combustível) e pela resistência de parte das lideranças e comunidades sobre a atividade.

Não obstante, sem nunca ter cessado, a exploração de baixo impacto segue sendo realizada pelos próprios indígenas. Consideramos de baixo impacto a exploração de madeira realizada por pequeno grupo de homens, de madeira serrada nas áreas de corte e transportada em pequenas e médias embarcações, para venda regional e produção de remos, cascos e casas.

3.5.7 - Confeção de Remos

Nimuendaju cita os Torá como excelentes remadores, mas as comunidades relatam que esse era ofício onde todos eram explorados. “Torá tem fama de remador, mas todo mundo remava” (Dona Ila, parteira Aldeia São José). Contemporaneamente são renomados como fabricantes de remos, ofício em decadência que já mobilizou grande produção comercializada no Rio Madeira, desde o Marmelos até Porto Velho, em esquema de industriano localizado na Aldeia Torá de Baixo Grande.

“Chegou a ver remadores, até cerca de 30 anos, remando faias para subir e cortar seringa no inverno até o rio Branco. Até que no tempo de 1987 as rabetas começaram a aparecer” (Daniel Munduruku – Aldeia Pau Queimado).

A produção de remos é, assim, uma arte tradicional Torá que durante muitos anos foi importante para geração de renda, especialmente na Aldeia Baixo Grande, onde existiu uma estrutura voltada ao industriano de remos.

“Maior parte da criação da família foi produzindo remo” (Raimundo - Aldeia Baixo Grande).

“Trabalhavam o ano todo, especialmente no contratempo do garimpo e de uma rocinha pra comer. Derrubavam madeira, tiravam toras no

tamanho dos remos, cortavam lascas na espessura para posteriormente lavar em casa” (Osmar – Aldeia Baixo Grande).

Segundo relatos endossados por Rubemar, nosso interlocutor na Aldeia Baixo Grande, tiveram grande produção de remos, desde “quando vieram do Tarumã” no tempo de seu bisavô. A base da produção é a árvore de itaúba, tendo a produção intensa implicado no esgotamento da espécie em áreas próximas da Aldeia Baixo Grande. Encerraram a produção em 2016. “*Acabaram com as itaubeiras. Madeira está muito longe*” (Rubemar - Aldeia Baixo Grande).

A alta produção de remos pelo Torá da Aldeia Baixo Grande buscava atender a demandas regionais e os ligava a outras cadeias produtivas articuladas fora do Marmelos pelos mesmos comerciantes responsáveis pelo aviamento de produtos extrativistas. O principal comprador, citado pelos entrevistados, era o Senhor Amadeu Alecrim de Auxiliadora. Ele entregava pra “*Valdenor, que vendia em Porto Velho*” (Osmar – Aldeia Baixo Grande). O sistema de aviamento se mostra presente não só na prática extrativista, mas em todas as iniciativas de comercialização. Segundo Rubemar: “*nada tem resultado, atravessadores toda a vida*”.

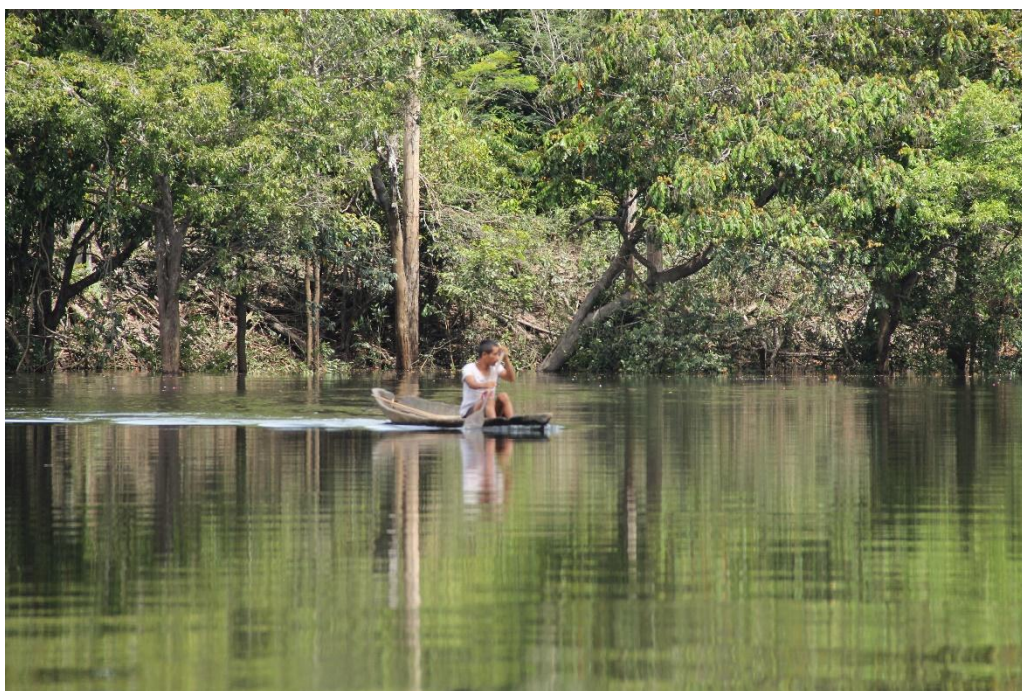


Foto 25 canoa no rio Marmelos

3.5.8 - Confeção de Cascos

A produção de cascos é um trabalho artesanal tradicional. São canoas de pequeno porte preparadas diretamente a partir do tronco que é cavado e submetido a aquecimento com fogo até que tome o formato desejado, sem emendas. Em geral tem de 23 a 30 palmos de comprimento e

podem ser feitos com diversas espécies, entre elas: o angelim e a castanha. Esta última espécie somente quando morre por algum motivo espontâneo.

Para a construção do casco, o tronco é derrubado e cortado em seções já na medida desejada e transportada para área de produção mais próxima da residência ou acampamento, onde será manipulada por vários dias. Cada seção é cortada ao meio e rende duas canoas.

“Mede onde vai ser o talho; Cava com machado, ou com motosserra e depois com enxó; coloca em um suporte acima de um fogo de chão e deixa até cozinhar, vai forçando a abertura da parte superior. Faz o arremate com enxó, incluindo o preparo das proas. Coloca os bancos. A preparação de uma canoa é serviço de cerca de uma semana de um homem” (Natal Munduruku, Aldeia São Raimundo).



Foto 26 confecção de canoa, aldeia Baixo Grande



Foto 27 confecção de canoa

Em entrevista, o senhor Natal Munduruku da Aldeia São Raimundo nos informa que “na produção de cascos de angelim, trabalhou três semanas para produzir quatro cascos da mesma árvore, retirada no Igarapé Peixe Boi (próximo da Aldeia)”. Trabalha por encomenda e o preço é em função do tamanho. Até 25 palmos ou cinco metros cobra de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 (em 2022). Trabalha com aviamento “sempre acostumado a trabalhar com esse padrão, o Klebson que é do Baixo Grande”. Muitos extrativistas têm na produção de cascos sua fonte de renda concomitante à coleta de castanha, vendendo para compradores individuais. O Conselho Indigenista Missionário – CIMI, foi o principal comprador de cascos, nos tempos em que fornecia aos Pirahã.

A seguir a tabela 20 apresenta a listagem das árvores e outras espécies florestais nativas conhecidas e utilizadas pelos povos do Baixo Marmelos e apresentadas ao longo do estudo.

Tabela 20 Lista de árvores nativas conhecidas e utilizadas

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Abiu	Pouteria caimito	Mata	médio, alto	Fruta	Várias qualidades/ espera anta
Açaí	Euterpe precatória	mata, capoeiras	médio	Fruta	fruta. mata, nas baixas inundáveis
Acapu	Vouacapoua americana	Igapó		Madeira	Assoalho
Amanim		Mata	alto	Madeira	madeira âmago - tábuas, água
Amapazeiro	Parahancornia amapa	Mata	alto	Látex	
Angelim	Dinizia excelsa Ducke	Mata	alto	Madeira	Canoas
Apuanã		mata, capoeiras	alto	Madeira	Assoalho
Apuí	Ficus insipida	Igapó	?	Fruta	pesca, cipó - madeira flexível
Aquariquara	Minquartia guianensis	mata/igapó	alto	Madeira	Chão
Arara tucupi	Parkia sp.	Igapó	médio, alto	Veneno	envenenar pontas de flecha, leite da casca
Arumã	Ischnosiphon Ovatus	Mata	baixo	Palheira	artesanato - peneira
Açacu	Hura crepitans	Mata	alto	Madeira	madeira flutuante
Babaçu	Attalea speciosa	Capoeira	alto	Palheira	cobertura de casa
Bacaba	Oenocarpus bacaba	Mata	alto	Palheira	Fruta
Bacaba pau	Oenocarpus sp.	Igapó	alto	Fruta	Fruta
Bacabeira da Campina	?	Campina	alto	Fruta	Fruta
Bacabinha	Oenocarpus minor	Mata	baixo	Fruta	Fruta
Bacuri	Platonia insignis	Mata	alto	Fruta	fruta. Carimbo
Balata	Manikara bidentada	Mata	médio	Leite	Artesanato
Bambu	Bambusa sp	Mata	alto	Madeira	corpo de flechas, artesanatos, construções
Bananinha	?	Igapó	baixo	Fruta	

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Boia	?	Igapó	médio	Madeira	Artesanato
Breu grande	Protium heptaphyllum (Aubl) March.	Igapó	médio	Fruta	Medicinal
Breuzinho	Protium sp.	Igapó		Fruta	caça, espera, pesca
Buriti	Mauritia flexuosa	Chavascal	alto	Fruta	fruta, espera - anta
Cacau azul	Theobroma angustifolium	Mata	baixo	Fruta	maduro com casca verde
Cacau comum amarelo	Theobroma cacao	Mata	baixo	Fruta	
Cacau jacaré	Theobroma speciosum	Mata	baixo	Fruta	Fruta
Caju rama	Ecclinusa guianensis	Mata	baixo	Fruta	Pesca
Caju-açu	Anacardium giganteum Hancock. ex Engl.	Mata	alto	Fruta	
Cajurana	Anacardium Nanum	Igapó	médio	Fruta	
Campineiro	?	Campina	médio		
Carapanauba	Aspidosperma nitidum	?	alto	Madeira	madeira cabo de machado. medicinal amarga - dor de cabeça
Carioba	Rinorea guianensis Aubl.	Igapó	médio	Madeira	Esteio
Castanheira	Bertholletia excelsa	Mata	alto	Fruta	castanha, tintura
cedrinho da Capoeira	Cupressus lusitanica	Capoeira	alto	Madeira	sem contato com água, paredes, mesas
Cedro	Cedrela fissilis	Mata	alto	Madeira	madeira, sem contato com água
Cipó Imbé	Philodendron Imbe	Mata	alto	Cipó	Artesanato
Cipó cravo	Tynanthus fasciculatus Miers	Mata	alto	Cipó	Medicinal
Cipó cururu	Stigmaphyllon sinuatum Juss.).	Mata	alto	Cipó	medicinal. super explorado nos anos 2000, pouco achado
Cipó titica	Heteropsis flexuosa, (H.B.K.) G. S. Bunting	Mata	alto	Cipó	artesanato. 77 pedaços de 04 palmos

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Cipó tracuá	Philodendron megalophyllum (Araceae),	Mata	alto	Cipó	Cipó
Cipó ubi	?	Mata	alto	Cipó	Cipó
Copaíba cuinha	Copaifera spp.	Mata	alto	Óleo	Óleo
copaíba jacaré	Copaifera spp.	Mata	alto	Óleo	Óleo
Copaíba mari-mari	Copaifera reticulata Ducke	Mata	alto	Óleo	Óleo
Coquirana ou balata brava	Chrysophyllum ucuquirana-branca	Mata	alto	Leite	Látex
Cumaru rama	Dipteryx sp.	Mata	rasteiro	Remédio	cumaru falso
Cumaru verdadeiro	Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.	Mata	alto	Remédio	
Cupuzinho		Mata	baixo	Fruta	
Envira mura	Duguetia sp.	Mata	médio	Cipó	envira, corda de arco, comida de peixe
Flecha curupira	?	Aberto	baixo	Gramínea	corpo de flechas
Goiaba de anta	Bellucia dichotoma Cogn	Capoeira	baixo	Fruta	Espera
Guajará	Chrysophyllum venezuelanense	Igapó	baixo	Fruta	Pesca
Inajá branco	Attalea maripa	mata, capoeiras	médio/alto	Palheira	fruta, comem cozido. caça, pesca, artesanato do coco
Inajá vermelho	Attalea	Mata		Palheira	fruta, comem cozido
Ingá	Inga sp.	Mata	médio		Várias qualidades
Ingarana	Inga paraenses	Igapó	médio	Fruta	madeira para arco
Itaúba araçá	?	Mata	alto	Madeira	Madeira
Itaúba da mata	Mezilaurus itauba	Mata	alto	Madeira	remos, canoas, madeira dura - esteios

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Itaúba da várzea	<i>Leptolobium nitens</i>	Igapó	alto	Madeira	
Jacareúba	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Igapó	médio	Madeira	
Jacitara	<i>Desmoncus polyacanthos</i>	Restinga	baixo	Palheira	artesanato. Tipiti
Jarazeiro	?	Restinga	baixo	Palheira	artesanato. tipo bacaba, com capa de pelos trançados no tronco
Jatobá grande	<i>Hymenaea courbaril</i>	Mata	alto	Madeira	Alimentação
Jatobá miúdo	<i>Hymenaea reticulata</i>	Mata	médio	Madeira	Alimentação
Jutaí	<i>Hymenaea parvifolia</i>	Mata	alto	Madeira	não explorada, muito dura
Louro preto	<i>Ocotea fragrantissima</i>	Igapó	alto	madeira, fruta	pesca (fruta), madeira
Louro chumbo	<i>Nectandra maynensis</i> Mez.	Igapó	alto	Madeira	para contato com água- balsas
louro espírito santo		Igapó	alto	madeira	paredes, assoalhos, caibro
Louro rosa	<i>Nectandra rubra</i> (Mez) C. K. Allen	Mata	alto	Madeira	em extinção
Maçaranduba	<i>Manilkara bidentata</i>	Igapó	alto	Fruta	
Maparajuba	<i>Manilkara bidentata</i>	Igapó	alto	látex, fruta, madeira	espera - anta e veado
Marajá	<i>Bactris maraja</i> Mart.	igapó	baixo	Fruta	isca de pesca - jundiá, bagre, outros de couro
Marapiranga		Mata	alto		madeira âmago
Muirapuama	<i>Ptychopetalum olacoides</i> Benth.	Mata	baixo	Medicinal	Medicinal
Mari gordo	<i>Couepia</i> sp.	Mata	baixo	Fruta	espera - paca, tatu, cutia, veado
Marupá	<i>Simaba</i> sp.	Mata	alto	Madeira	mole, móveis
Matamatá	<i>Eschweilera ovalifolia</i>	Mata			Envira

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Muirapiranga	Eperua sp.	Mata	alto	Madeira	madeira. vermelha e resistente pro chão
Muru-muru	Astrocaryum murumuru Mart.	Mata	médio	Palheira	alimento animais - porco
Murupi	Murupi linearis sp.	Igapó		Fruta	
Muubaa	Bellucia dichotoma	Igapó	médio	Fruta	caça, tintura escura
Palha preta		Capoeira	baixo	Palheira	cobertura de casa
Pariri	Pouteria pariry (Ducke) Baehni	Mata	baixo	Folha	folha para forrar paneiro
Patauá	Oenocarpus bataua	Mata	médio	Palheira	Fruta
pau rosa	Aniba rosiodora Ducke	Mata	alto	Madeira	Madeira
Paxiúba	Iriarteia deltoidea	Mata	médio	Fruta	fruta, assoalhos, paredes, cercas
Pé de jabuti	Duguetia stenantha	Mata	baixo	Fruta	Espera
Piquiá	Aspidosperma araracanga Marc.-Ferr.	Mata	alto	Fruta	cozido ou assado
Piranheira	Piranhea trifoliata Baill.	Igapó	médio	Fruta	Pesca
Pororoca	Dialium guianense	Igapó	médio	Fruta	pesca. pra gente e bicho comer
Purui	Alibertia stipularis	Mata	alto	Fruta	fruta. fruta mole, faz vinho, madeira idêntica aquariquara
Saboarana	Swartzia laevisarpa Amshoff Caesalpiniaceae	Igapó	médio	Fruta	Pesca
Sacaca	Croton cajucara	Igapó	baixo	Madeira	assoalho - madeira vermelha e branca
Sapopemba	Sloanea retusa	Mata	alto	Madeira	Madeira
Sapucaia	Lecythis zabucajo	Mata	alto	Castanha	Castanha
Saracura	Ampelozizyphus amazonicus	Mata	rasteiro	Medicinal	medicinal - fígado, estômago

Nome	Nome Científico	Ambiente	Extrato	Tipo	Usos
Seringa do igapó	?	Igapó	média	Fruta	pesca, leite
Seringueira	Hevea microphylla	Mata	alto	Látex	extrativismo, pesca (fruta)
Sororoca	Stromanthe stromanthoides	mata capoeiras	baixo	Outros	Utilitário
Sorva	Couma macrocarpa	Igapó	alto	Látex	Extrativismo
Sorvinha	Parahancornia krukovii	Igapó	médio	Látex	Extrativismo
Sumaúma	Ceiba samauma	Mata	alto	Madeira	Madeira
Taquari	Mabea taquari	Igapó	médio	Fruta	época igual seringa
Tauari	Couratari tauari	Mata	alto	Madeira	madeira. papel para cigarro
Taxizeiro	Tachigali myrmecophila	Igapó	alto	Fruta	madeira caibro e ripa
Tenturana	?	Igapó	médio	Madeira	
Tucumã	Astrocaryum chambira	mata, capoeiras	médio, alto	Palheira	fruta, espera. Cru, cozido, só dos pés bons
Tucumaí	Astrocaryum sp.	Mata	Baixo	Palheira	artesanato, anéis.
Ubi	?	?	Baixo	Palheira	Fibra de arco, preparo após molho na água. não usam mais para cobertura de casas. Tingir de escuro
Ucuuba	Virola minutiflora	Igapó	médio	Fruta	
Urucurana	Bixa urucurana	Igapó	médio	Fruta	Pesca
Uxi coroa	Endopleura uchi	Mata	Alto	Fruta	Espera
Uxi liso	Endopleura sp.	Mata	Alto	Fruta	espera. medicinal
Vinagreira da mata	Hibiscus furcellatus	Mata	Baixo	?	medicinal. assa e chupa para gripe
Xicuru	?	Mata	Alto	?	fruta. casca - remédio
Xixua	?	Mata	Alto	?	medicinal. estômago, inflamação
Xuru copão	Allantoma lineata	Mata	Alto	Fruta	fruta. macaco prego, quebra a fruta com pau ou pedra

A riqueza e variedade das atividades produtivas dos povos do Baixo Marmelos, embasada em conhecimentos e práticas ancestrais repassadas entre as gerações, é, decerto,



Foto 28 crianças da aldeia São Raimundo.

Responsável pela qualidade de vida e saúde das aldeias dos povos do Baixo Marmelos.

IV – QUARTA PARTE: MEIO AMBIENTE

- a) Identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;**
- b) Explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias.**

Esta parte do relatório foi dividida em vários itens, abordando a caracterização ambiental do referido território com base de categorias científicas; algumas categorias etnoambientais coletadas junto aos moradores indígenas habitantes das comunidades do baixo rio Marmelos; conflitos e ameaças ambientais; as expedições realizadas juntamente com eles nos locais que consideravam fundamentais para a delimitação de uma proposta de Terra Indígena que garanta a sustentabilidade para a atual e futuras gerações, a partir da análise dos recursos naturais existentes e do contexto socioeconômico do seu entorno. Com base nesses dados, foi elaborada uma descrição das “*áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar*”, conforme previsto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988.³⁹

³⁹ Esta parte do relatório tem como principal fonte e referência o Relatório Ambiental de Augusto Santiago (2022), anexo, que integrou o Grupo de Pesquisa da FINATEC.

4.1 - Caracterização ambiental da região

A área em estudo está localizada nos municípios de Humaitá e Manicoré, no sul do estado do Amazonas, mas sua área está localizada predominantemente em Manicoré, no limite entre os dois municípios, conforme pode ser visto no Mapa 1 apresentado no início do relatório.

O rio Marmelos, referência desta ocupação, é afluente da margem direita do rio Madeira. O rio Madeira é o maior afluente do Rio Amazonas. Possui uma extensão de 3.330 km, sendo o 17º maior rio do planeta em extensão (MUNIZ, 2013). Ele se diferencia da maioria dos rios amazônicos por percorrer diferentes formas de relevo (SANTOS, 2018). Suas cabeceiras e alguns de seus tributários são de origem andina, percorrendo a área sudoeste da bacia amazônica. Os formadores do leste, entretanto, têm sua origem no Escudo Brasileiro, percorrendo áreas geologicamente muito mais antigas e erodidas que os formadores andinos. Apresenta na margem direita, longos tributários e de maior caudal: Ipixuna, Marmelos, Manicoré, Atininga, Arauá, Mariepauá e Aripuanã. (PY-DANIEL et al., 2007).

O rio Madeira é um rio de águas fortemente barrentas ou “brancas”, caracterizado pela presença de áreas de várzea nas suas margens (com vegetação e solos adaptados aos ciclos de enchente e vazante do rio) alternadas a áreas de terra firme (vegetação e solo fora do alcance dos níveis máximos da água do rio), enquanto seus tributários, com origem no escudo brasileiro, apresentam águas claras. Os maiores destes tributários de águas claras, tipo rio Aripuanã e rio Machado (Ji- Paraná), estão localizados na margem direita. O rio Madeira apresenta ainda tributários de menor porte com águas pretas (PY-DANIEL et al., 2007). O Rio Marmelos é um desses tributários de água preta, com nascentes no Estado do Mato Grosso.

O rio Madeira drena três unidades morfoestruturais principais: a cordilheira dos Andes (15%), o escudo Brasileiro (41% da bacia) e a planície Amazônica (44%), com litologia e geomorfologia distintas (SANTOS, 2018).

O escudo Brasileiro tem geomorfologia baixa, constituído de platôs e colinas (SANTOS, 2018). O mosaico de rochas que compõem as cabeceiras e o médio curso dos afluentes da margem direita do rio Madeira, entre eles o rio Marmelos, incluem rochas ígneas e metamórficas.

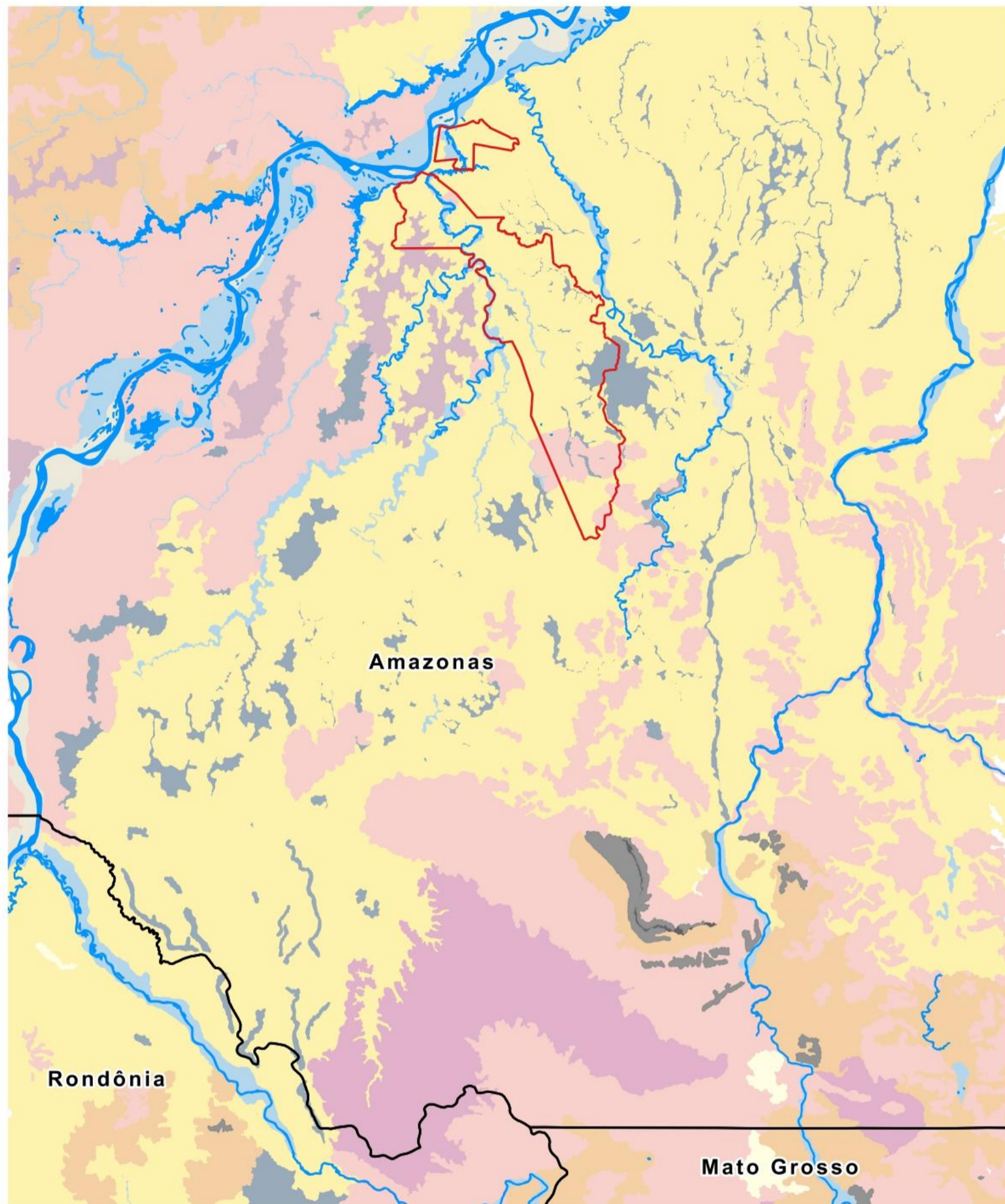
Apesar das águas dos tributários serem quimicamente heterogêneas, nota-se que as dos tributários da margem direita (Marmelos, Canumá, Manicoré e Aripuanã) e a do Madeirinha da margem esquerda formam um grupo quimicamente distinto das águas do Madeira. (HORBE et al., 2013).

Nas planícies, a altitude não atinge os 100 m, com baixas declividades, baixa taxa de erosão e desenvolvimento de áreas de inundação, contendo uma grande concentração de sedimentos em suspensão, que aumenta consideravelmente no período das chuvas. A declividade do rio Madeira é de 1,7 cm/km, correspondendo a uma variação de 19 m entre Porto Velho e sua desembocadura no rio Amazonas (SANTOS, 2018).

A bacia do rio Madeira contribui com 50% do total da carga de sedimentos suspensos transportados pelo rio Amazonas. Entretanto, a carga sedimentar não é totalmente transferida para o oceano, sendo estocada parcialmente nas planícies aluviais. (ADAMY, 2016). Daí a relevância dos processos de cheia e vazante na produtividade dos ecossistemas, influenciados pelo aporte de minerais e nutrientes. Da mesma forma na qualidade, quantidade e biodiversidade de peixes e animais aquáticos ou na produtividade dos ambientes terrestres adubados anualmente com forte influência sobre a vida das populações locais.

A bacia do baixo e médio Marmelos, bem como de seus demais afluentes, é descrita como relativamente uniforme, com topografia plana com interflúvios tabulares e algumas colinas. As maiores altitudes se iniciam a partir do médio e alto curso dos rios Maici e Sepoti, não ultrapassando os 100 metros (Mapa Físico da Região Norte, IBGE, 2013). Nos interflúvios, ocorrem terraços e planícies fluviais, que apresentam solos hidromórficos gleizados e aluviais eutróficos (PY-DANIEL et al., 2007). Ou seja, a região é dominada por solos formados e até hoje altamente influenciados pelas cheias.

MAPA DE SOLOS DA REGIÃO DE ESTUDO DA PROPOSTA DO TERRITÓRIO BAIXO MARMELOS



Território Proposto Baixo Marmelos
 Limite Estadual

Tipos de Solos (Subordem)

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Afloramento Argissolo Vermelho - Amarelo Cambissolo Háplico Espodossolo Ferri-Humulúvico Gleissolo Háplico Latossolo Amarelo Latossolo Vermelho - Amarelo | <ul style="list-style-type: none"> Neossolo Flúvico Neossolo Litólico Neossolo Quartzarênico Planossolo Háplico Plintossolo Argilúvico Plintossolo Háplico Corpo d'água continental |
|---|--|

1:1.350.000

0 25 50 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal SIRGAS2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE
 Resp. Técnica: Carolina Boccato Dias de Góes

Mapa 6 Solos da região de estudo da proposta da Terra Indígena Baixo Marmelos

As principais classes de solos descritas no Mapa de Solos do Brasil (IBGE, 2001) para a região são:

- Gleissolos - Dominam as margens do rio Madeira e de seus afluentes, especialmente na porção mais próxima a foz, como no caso do Rio Marmelos – são Gleissolos Háplicos (Gx8), Sódicos (Gxz) ou Órticos (Gj), cuja formação está associada à deposição de sedimentos e condições alagáveis. Os Gleissolos ocorrem, principalmente, nas Planícies Fluviais e caracterizam-se por ambientes virtualmente livres de oxigênio dissolvido, em razão de saturação por água por um longo período, associado à demanda de oxigênio pela atividade biológica (EMBRAPA, 2006). São aqueles solos com característica cor cinza dos locais sujeitos a alagamento.

- Latossolos Amarelos - Dominam boa parte do curso baixo e médio do Rio Marmelos. Aparecem em uma série de combinações associadas à sua formação com ou sem influência hidromórfica. Os solos Latossolos Amarelos distróficos são os mais frequentes, aparecendo também os Latossolos Vermelho Amarelos distróficos. Ambos classificados como “distróficos” em função de sua formação caracteristicamente pobre em nutrientes (EMBRAPA, 2006). Compreendem solos constituídos por material mineral, ou bastante profundo, com boa drenagem, formados sem influência da água. (MU, 2019). Os Latossolos Amarelos possuem ótimas condições físicas que, aliadas ao relevo plano ou suavemente ondulado onde ocorrem, favorecem sua utilização com as mais diversas culturas. Por serem ácidos, com baixa presença de nutrientes e elevado alumínio, esses solos requerem sempre correção de acidez e fertilização (MU, 2019).

- Plintossolos – Muitíssimo frequentes nas faixas marginais ao rio Madeira, em áreas inundadas com menor frequência encontramos Plintossolos Háplicos, que também ocorrem na região das cabeceiras do rio Marmelos. Compreendem solos minerais formados sob condições de restrição ao escoamento da água, sujeitos ao efeito temporário de excesso de umidade, de maneira geral imperfeitamente ou mal drenados. Caracterizam-se, fundamentalmente, por apresentarem expressiva plintitização com ou sem petroplintita (EMBRAPA, 2006). São aqueles solos com camadas com muitas “pedras vermelhas” (plintitas). É comum ocorrer, nesses solos, o horizonte B textural sobre ou coincidente com o horizonte plíntico ou com o horizonte concrecionário. São solos com baixa fertilidade natural, com problemas de toxicidade por alumínio. (MU, 2019). Ou seja, abaixo da primeira camada do solo apresentam uma camada que impede sua drenagem e a “saída” de elementos tóxicos como o alumínio.

No Mapa 6, acima, sobre os solos da região, podemos visualizar em azul, nas margens do rio Madeira e na foz do Marmelos a presença predominante dos solos Gley que, embora sejam mais férteis, apresentam limitações relacionadas à drenagem (baixa permeabilidade à água), PH, teores de alumínio e ao manejo. Em laranja mais claro solos Latossolos Amarelos que

predominam no território e em laranja escuro solos Latossolos Vermelho Amarelos que dominam as áreas em direção às cabeceiras dos rios Marmelos e seus afluentes e são cobizadas pelo agronegócio.

Ao longo dos trabalhos de campo verificamos poucas vezes a prática da agricultura em áreas com solo sujeitos a inundação, como foi o caso das roças cultivadas pelos indígenas da Aldeia Palmeira na margem esquerda do rio Marmelos. Não obstante a prática era circunstancial e relacionada à presença de animais na margem direita, onde está localizada a aldeia. Boa parte das aldeias estão localizadas na margem direita mais alta e a maior parte das roças e capoeiras estão localizadas nos fundos das aldeias em solos pouco sujeitos a inundação, em antigas áreas de grandes matas de terra firme com frequentemente presença de castanhais.

Foram identificadas Terras Pretas Arqueológicas no município de Manicoré. As terras pretas arqueológicas (TPA) ou Terras Pretas de Índio compreendem solos caracteristicamente de coloração escura com fragmentos de cerâmica e/ou líticos incorporados aos seus horizontes mais superficiais. Os solos apresentam horizonte "A" antrópico, sugerindo fatores antrópicos que promoveram sua formação. Os horizontes antrópicos de todos os perfis amostrados na região tinham caráter eutrófico e teores altos a muito altos de fósforo disponível, sempre maiores que os dos horizontes subjacentes. (CAMPOS et al., 2011).

A presença de Terras Pretas de Índio foi citada nas aldeias de Pau Queimado e São José do Laguinho. As terras ao fundo da Aldeia Pau Queimado são consideradas as mais férteis pelos habitantes da região, vindo dali os relatos de maior produção de farinha e outros produtos agrícolas no passado. Estas manchas de solo fértil não estão representadas no mapa 6.

A região drenada pelo rio Madeira caracteriza-se pelo clima quente e úmido com estação seca pouco pronunciada, do tipo "Am" na classificação de Köppen (1948). A temperatura anual média varia entre 25 e 27 °C. A umidade relativa do ar é de aproximadamente 85% e a precipitação de até 2200 mm por ano. O período mais chuvoso na região é de janeiro a março, e a época mais seca é de junho a agosto. As menores temperaturas verificam-se de junho a julho, com mínimas absolutas de 10 °C a 16 °C (CPRM 2001).

Particularidades da área do rio Madeira já haviam sido detectadas por Wallace (1852), a partir das suas observações com primatas. Wallace sugeriu a presença de um eixo Norte-Sul na Amazônia que funcionaria como divisor de comunidades de primatas e aves. O trecho sul incluiria as áreas de interflúvio Madeira-Tapajós⁴⁰. Um padrão semelhante foi observado para a mastofauna, onde a diversidade de mamíferos parece ser maior a oeste do que a leste do rio Madeira (da SILVA et al. 2001). Além disto, o interflúvio Madeira-Tapajós contém áreas de endemismo de sagüis (macacos do gênero *Callithrix*) e pássaros (dos gêneros *Capito* e *Rhegmatorhina*, entre outros), que sugerem um grau de variação geográfica e endemismo

⁴⁰ Área do estudo.

biológico maior que em qualquer outro lugar na Amazônia. De forma semelhante, estudos com primatas revelaram que cada interflúvio entre afluentes do rio Madeira é habitado por uma espécie diferente de sagüi (*Cebuella* ssp. e *Callithrix* spp.) (ROOSMALEN et al. 1998). Não se sabe ainda se outros organismos menos estudados mostram esta mesma taxa de endemismo local. Dados não publicados (PY-DANIEL et al., 2007).

A variação geográfica na estrutura das comunidades de mamíferos na Amazônia envolve principalmente marsupiais, roedores, primatas e morcegos, em contraste com edentados, carnívoros e ungulados cujas faunas são excepcionalmente uniformes em toda a região. Há ainda indícios de espécies novas de mamíferos, o que transforma a região em um dos locais mais interessantes de toda a Amazônia do ponto de vista de conservação da biodiversidade (PY-DANIEL et al., 2007).

O efeito do clima está principalmente relacionado à precipitação anual e à duração do período de seca. Os gradientes de solo (textura e nutrientes) e variações na topografia (altitude e declividade) estão fortemente relacionados com a composição florística e o volume de biomassa em diferentes escalas espaciais na Amazônia (PERIGOLO, 2014 apud CLARK et al. 1998).

As áreas de florestas que ocorrem nos terraços baixos das planícies de alagação quaternárias ao longo dos rios de grande porte, na região Amazônica, recebem o nome popular de Várzea ou Igapó dependendo do grau de inundação do terreno, designações adaptadas para a literatura científica como sendo florestas inundáveis por águas barrentas (várzea) ou águas pretas/transparentes (igapó) (PRANCE, 1979; PIRES; PRANCE, 1985). No sistema de classificação de Veloso et al. (1991) as várzeas e igapós são incluídas na Floresta Ombrófila Densa Aluvial (PY-DANIEL et al., 2007).

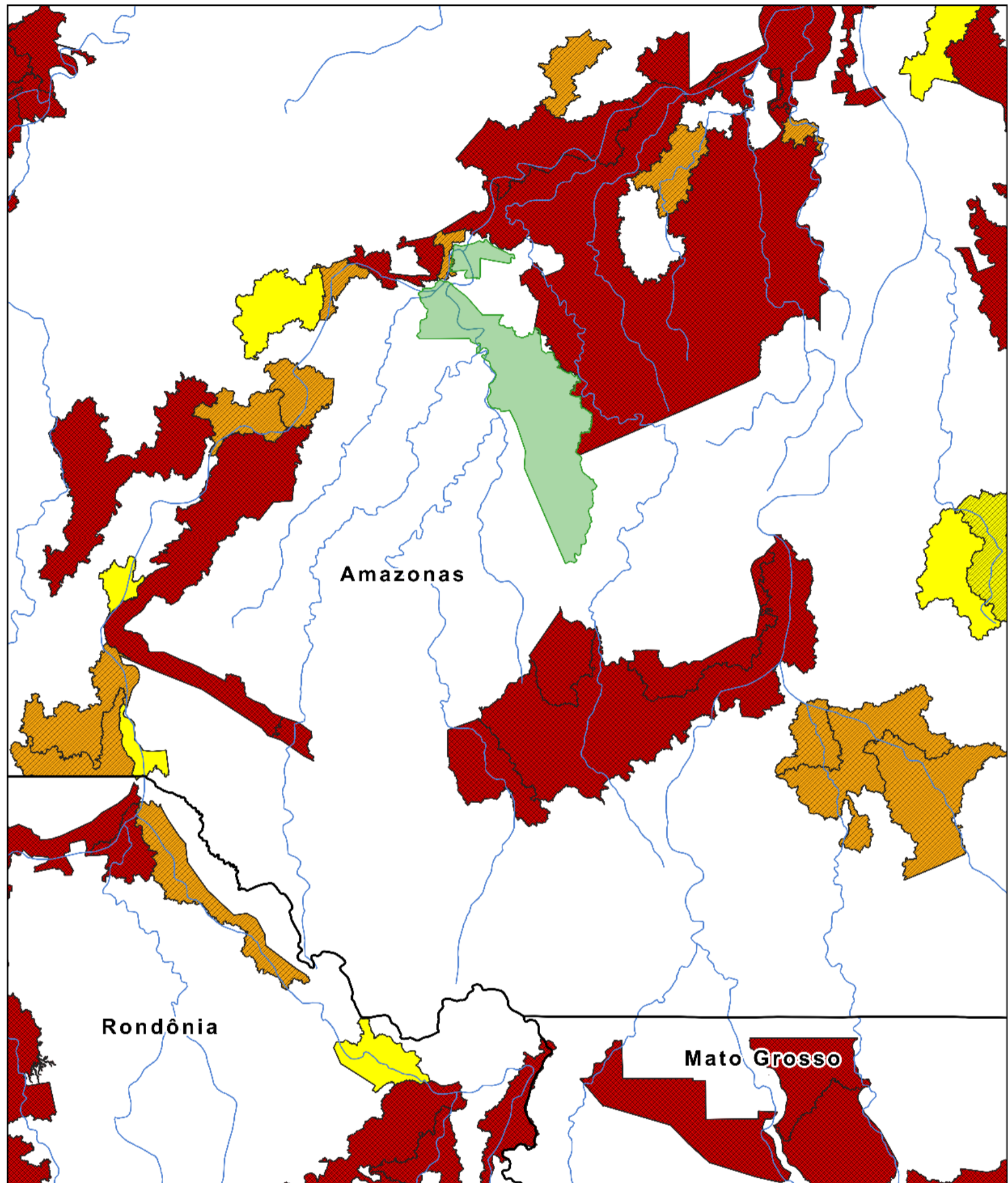
As áreas de mata encontradas em alguns trechos de terraços aluviais do rio Madeira e em seus tributários de maior importância, como o rio Aripuanã, Mariépauá, Maturá e Marmelos, podem ser caracterizadas como Floresta Tropical Densa. Estas áreas assoreadas apresentam um solo hidromórfico gleyzado (PY-DANIEL et al., 2007).

Nas áreas dos interflúvios tabulares, a vegetação dominante é a de Floresta Tropical Densa não aluvial, com uma composição florística um pouco diferenciada da Floresta Tropical Densa não aluvial. Árvores como angelim-pedra (*Dinizia excelsa*) e castanheira (*Bertholletia excelsa*) são comuns (PY-DANIEL et al., 2007).

A região constitui-se na área com maior número de polígonos prioritários para conservação da Amazônia Legal, a região BX (incluindo o Baixo Madeira; Seminário de Macapá, 1999), tem 64% de sua extensão classificada como de “extrema importância”, 39% como “prioritária para criação de unidades de conservação” e o maior percentual de áreas “prioritárias para conservação” (19%). Com uma baixa densidade populacional, essa área ainda conserva 95% de sua cobertura florestal e apresenta nível de pressão antrópica muito baixo. Entre os polígonos identificados como de extrema relevância no Estado do Amazonas, o do Médio Madeira (BX 049)

merece destaque (PY-DANIEL et al., 2007). O Mapa 7 abaixo, apresenta um recorte do Mapa das Áreas Prioritárias da Amazônia, que consta da 2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade de 2018. Neste recorte destacamos os polígonos localizados no entorno do território Baixo Marmelos.

Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira – 2ª Atualização



Território Proposto Baixo Marmelos
 Limite Estadual

Importância biológica

Extremamente Alta
 Muito Alta
 Alta

Prioridade de ação

Extremamente alta
 Muito alta
 Alta

1:1.750.000

0 25 50 km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal SIRGAS2000



Fonte: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Adaptado por Carolina Boccato Dias de Góes FINATEC

Mapa 7 Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira

Esta área compreende paisagens diversas de várzea, igapó, floresta ombrófila densa de terras baixas e submontanas, campinaranas e campinas, importantes para a manutenção da diversidade local e regional de espécies. Está localizada na confluência do rio Aripuanã com o Médio Madeira, abrangendo em parte dois importantes interflúvios, o Purus-Madeira e o Madeira-Tapajós, reconhecidamente relevantes como zonas biogeográficas (PY-DANIEL *et al.*, 2007).

A Floresta domina grande parte da região e o cerrado ocupa apenas ilhas no seu interior, próximo ao limite entre Rondônia e Mato Grosso (SANTOS, 2018 apud TEREZO *et al.* 1975). As Campinaranas formam um mosaico na paisagem com um gradiente que varia de formações florestais e campestres, podendo ser dividida em quatro subtipos: Campinarana Florestada (Cf), Arborizada (Cd), Arbustiva (Cv) e Gramíneo-Lenhosa (Cg). Essas formações ocorrem somente na margem direita, ao sul do rio Madeira, em planície formada por sedimentos aluvionares sujeita à inundação sazonal pelo afloramento do lençol freático (PERIGOLO, 2014). As cabeceiras do rio Juqui, principal afluente do baixo curso do Marmelos ao sul da área proposta, são dominadas por vegetação de cerrado em variações de Campinaranas, sob solos preponderantemente arenosos. A Fitofisionomia característica dá nome a uma unidade de conservação criada na região, a APA Campos Amazônicos.

Os tipos vegetacionais mais comuns na região apresentam variação estrutural desde uma típica vegetação florestal, com dossel médio de 25 metros de altura da Floresta Ombrófila Densa, até vegetação predominantemente campestre, na Campinarana Gramíneo-Lenhosa. As fitofisionomias registradas diferem pela estrutura, composição de espécies, características de solo e nível do lençol freático (DUCKE; BLACK, 1954).

Floresta Ombrófila Densa Aluvial contribui bastante para a diversidade florística geral, sua composição em espécies muda entre as diferentes regiões e localmente, em função de pequenas variações topográficas e do gradiente de inundação. O nível dos rios amazônicos pode flutuar em média de 7 a 13 m durante o ano e, dependendo da profundidade e duração da inundação, as variações topográficas provocam mudanças dramáticas na vegetação, com predomínio de comunidades arbustivas baixas nos níveis mais baixos do terreno, e outra comunidade arbórea nos níveis mais altos (PERIGOLO, 2014). Estas diferenças relacionadas a profundidade e tempo de inundação são utilizadas pelas comunidades para diferenciação entre diferentes fitofisionomias, como as: Ressacas, Restingas, Cacaia, Igapó.

A diversidade de ecossistemas florestais inclui as seguintes fitofisionomias:

- Floresta Ombrófila Densa (Floresta de Terra Firme Densa)
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Várzea)
- Floresta Ombrófila Aberta (Floresta de Terra Firme Aberta)
- Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras
- Floresta Ombrófila Aberta com sororoca
- Floresta Ombrófila Aberta com bambu
- Campinarana

- Campinarana Florestada
- Campinarana Arborizada
- Campinarana Arbustiva
- Campinarana Gramíneo-Lenhosa

Dentre as fitofisionomias encontradas na região a Floresta Ombrófila Densa Aluvial se destacou em solos mais férteis (S: 8,13-11,22 cmolc/dm³), com maior concentração de fósforo (P: 45,35-85,40 mg/dm³) e baixo teor ou ausência de alumínio. Entre os subtipos de Campinaranas a textura variou de mais siltosa e pH menos ácido na Campinarana Florestada, aumentando o conteúdo de areia e diminuindo o pH nos subtipos com estrutura vertical mais baixa, Arborizada e Gramíneo-Lenhosa. O subtipo Arbustiva apresentou maior concentração de areia e pH ácido intermediário (PERIGOLO, 2014).

O termo Campinarana define um tipo de vegetação raquítica, com árvores finas e pequenas, sobre solo hidromórfico (podzol e areias quartzosas) das planícies aluviais. A Campinarana é encontrada em manchas disjuntas e pouco extensas de vegetação baixa, envolvida pela Floresta de Terra Firme em toda a Amazônia. A Campinarana possui uma heterogeneidade estrutural e florística, variando desde áreas campestres, muito abertas, até uma estrutura florestal, mais fechada. Embora muito variável, as divisões de Campinarana constituem um contínuo, com algumas características em comum (PERIGOLO, 2014).

A Campinarana pode ser associada a características que sugerem estresse fisiológico das plantas, por exemplo, arbustos e árvores comparativamente pequenos, galhos finos, copa pequena e alta penetração de luz no sub-bosque. Possui alto endemismo e baixa diversidade - comparando-se à Floresta de Terra Firme - e uma tendência de uma ou poucas espécies dominam sobre as demais, embora estas possam variar de uma Campinaranas para outra (PERIGOLO, 2014). Na caracterização local denominam-se estas áreas com predomínio de uma única espécie como – Campinas, e citam a existência de campinas de copaíba, ou de outras espécies madeireiras como o angelim.

A variação da estrutura, composição e diversidade das Campinaranas tem sido relacionada a dois fatores: flutuação do lençol freático, de seca extrema à inundação sazonal e fatores edáficos como textura do solo e disponibilidade de nutrientes. Apesar de diversas tentativas de apontar o fator mais relevante para determinar a especificidade de habitat nas Campinaranas, nenhuma característica foi significativa para ser apontada como a principal determinante deste tipo fitofisionômico (PERIGOLO, 2014) apud COOMES & GRUBB 1996).

As observações empíricas em campo correspondem às indicações bibliográficas que descrevem a influência do solo e topografia sobre as características da vegetação. Áreas com solos rasos nas zonas de interflúvio entre os rios Manicoré e Marmelos são dominados por Campinaranas. Da mesma forma, à medida que subimos em direção às cabeceiras do rio Juqui,

ao sul do território, os solos se apresentam mais arenosos e aparentemente menos férteis, e a vegetação cada vez mais baixa e densa.

Considerando a composição florística, algumas espécies podem ser indicadoras de fitofisionomias, como por exemplo: A *Attalea speciosa* (babaçu) e *Eschweilera coriacea* na Floresta Ombrófila Aberta com palmeiras. A Floresta Ombrófila Aberta com sororoca que apresenta manchas adensadas de sororoca (*Phenakospermum guyannense*, Strelitziaceae), que pode chegar a cerca de 8 m de altura. Além disso, não ocorre babaçu e a palmeira mais comum é *Oenocarpus bataua*. (PERIGOLO, 2014).

Fitofisionomias com presença de espécies úteis – como o babaçu e a sororoca, denotam possibilidade de sua ocorrência em função da presença humana nesses habitats, influenciado pela implantação de roçados e a utilização mais ou menos intensa dessas e de outras espécies, o que inclui seu transporte e dispersão e até mesmo eventual plantio.

4.2 - Classificações locais associadas ao uso dos recursos naturais

A heterogeneidade paisagística presente na bacia do rio Madeira garante alta diversidade por oferecer ambientes distintos como campinas, cerrados, florestas de terra firme e de várzea, buritizais, tabocais, e águas barrentas, pretas e transparentes. (ORG.PY-DANIEL ... [ET AL.], 2007). Essas paisagens são classificadas pelas comunidades indígenas em diferentes classes apresentadas no quadro abaixo:

Tabela 21 Caracterização indígena de fitofisionomias

Nome popular	Caracterização ambiental
Cacaia	Lugar inundado com populações de árvores de pequeno número de espécies, como taxi. Área bastante fechada, com baixa produção de frutas e alimentos para os peixes.
Igapó	Área inundada sazonalmente, com bastante diversidade de espécies, algumas das quais também vivem em áreas não inundáveis. Abundância de alimentos para os peixes na época inundada e para outros animais na seca. Área mais aberta onde é possível entrar para pescar.
Campina	Áreas com predomínio de uma mesma espécie, vegetação baixa, geralmente áreas mais abertas, com árvores. Exemplo de campinas de copaíba; campinas com espécies de madeira.
Campo fechado	Algumas árvores altas e sub-bosque com predominância de plantas rasteiras como a aveia.
Capoeira	Vegetação que cresce após a colheita das roças e abandono das áreas.
Capoeira melhorada	Capoeira atípica, com ocorrência de espécies selecionadas, plantadas nas roças ou nascidas após serem utilizadas nos ranchos temporários das roças. Influência humana na composição das espécies responsáveis pela sucessão vegetal.
Mata bruta ou Mata Alta – “matona”	Floresta de grande porte, em áreas altas de terra firme, com ocorrência de espécies de grande porte e dossel. Sub bosque com sucessão vegetal de espécies primárias, secundárias e clímax.
Chavascal	Cabeceiras de igarapés, áreas de interflúvios. Ocorrência de buriti, patauí. Vegetação densa, de baixo porte, sobre grande influência do lençol freático.
Campo Natural	Área aberta com predomínio de gramíneas.
Bamburral	Área com capim amolado, onde ninguém pesca.
Baixas	Áreas onde só entram na cheia, a partir dos rios. Pontos de acesso entre o rio e áreas de alagamento, onde medram gramíneas nos períodos secos.
Lagos	Áreas alagadas, próximas aos rios. Podem ser formados por antigos cursos de rio. Muitas vezes secam, ficando só o canal com água. Nesses períodos, nas áreas secas ocorre o campo limpo.
Campo limpo	Áreas cobertas com gramíneas sazonalmente, na época da seca, em leito de lagos.
Várzea	Áreas na margem de rios de água branca. Vão sazonalmente para o fundo, período em que são fertilizadas pelos nutrientes presentes nas águas barrentas.

Nome popular	Caracterização ambiental
Restinga	Áreas nas margens dos rios de água preta, sazonalmente inundáveis. São as últimas a secarem. Ocorrem em faixas paralelas aos rios, separando esses dos lagos.

Os interlocutores do estudo identificam diversos tipos de água. Diferenciam a água preta do Marmelos da água preta do Juqui. Este último, segundo os informantes têm a água mais escura e mais fria.

As classificações são utilizadas para melhor localização e identificação de áreas de uso e manejo.

4.3 - Conflitos socioambientais

Os impactos ambientais mais relevantes na macrorregião onde está localizada a Terra Indígena Baixo Marmelos estão relacionados aos grandes projetos, especialmente os de energia e infraestrutura e seus fluxos econômicos e sociais. Regionalmente as dinâmicas econômicas das cidades de Humaitá e Manicoré impactam a vida cotidiana nas aldeias.

Ao longo do tempo, o extrativismo vegetal, a extração do ouro e a exploração madeireira foram ciclos mais importantes.

Na década de setenta, investimentos foram realizados na construção de estradas que cruzavam esta faixa da Amazônia como a BR-230 (Transamazônica). A abertura da rede viária incrementou novas levas migratórias e a implantação de programas de colonização permitiu a ocupação e incorporação de novas terras ao processo produtivo. O projeto de integração da Amazônia e o incentivo à implementação da “empresa agrícola” por governos militares estimulou a doação de terras e a implantação de fazendas com financiamento público cuja exigência fundamental ao crédito era a derrubada da floresta.

A partir dos anos 2000, entre os possíveis impactos sobre o território, os de maior amplitude são aqueles promovidos por políticas e programas de desenvolvimento projetados para a região e implantados sem consulta aos povos e comunidades tradicionais. Notadamente o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, programas com impacto globais mais relevantes por implementarem numa ponta, projetos de eixos interoceânicos para dissolver os chamados “gargalos físicos” e na outra, iniciativas de convergência regulatória para destravar os “gargalos institucionais” (ALMEIDA, 2009).

Wagner e outros autores classificam como Complexo Madeira a área de influência da construção de quatro hidrelétricas na Bacia do Rio Madeira nas cachoeiras - Santo Antônio, Jirau/Ilha do Padre (no Brasil), Ribeirão e Esperanza (na Bolívia), para implantar a hidrovia que almeja tornar navegável os rios Madeira, Mamoré, Guaporé (Brasil), Madre de Dios (Peru) e Beni

(Bolívia), para facilitar o escoamento de grãos (soja) rumo ao Oceano Atlântico (ALMEIDA, 2009).

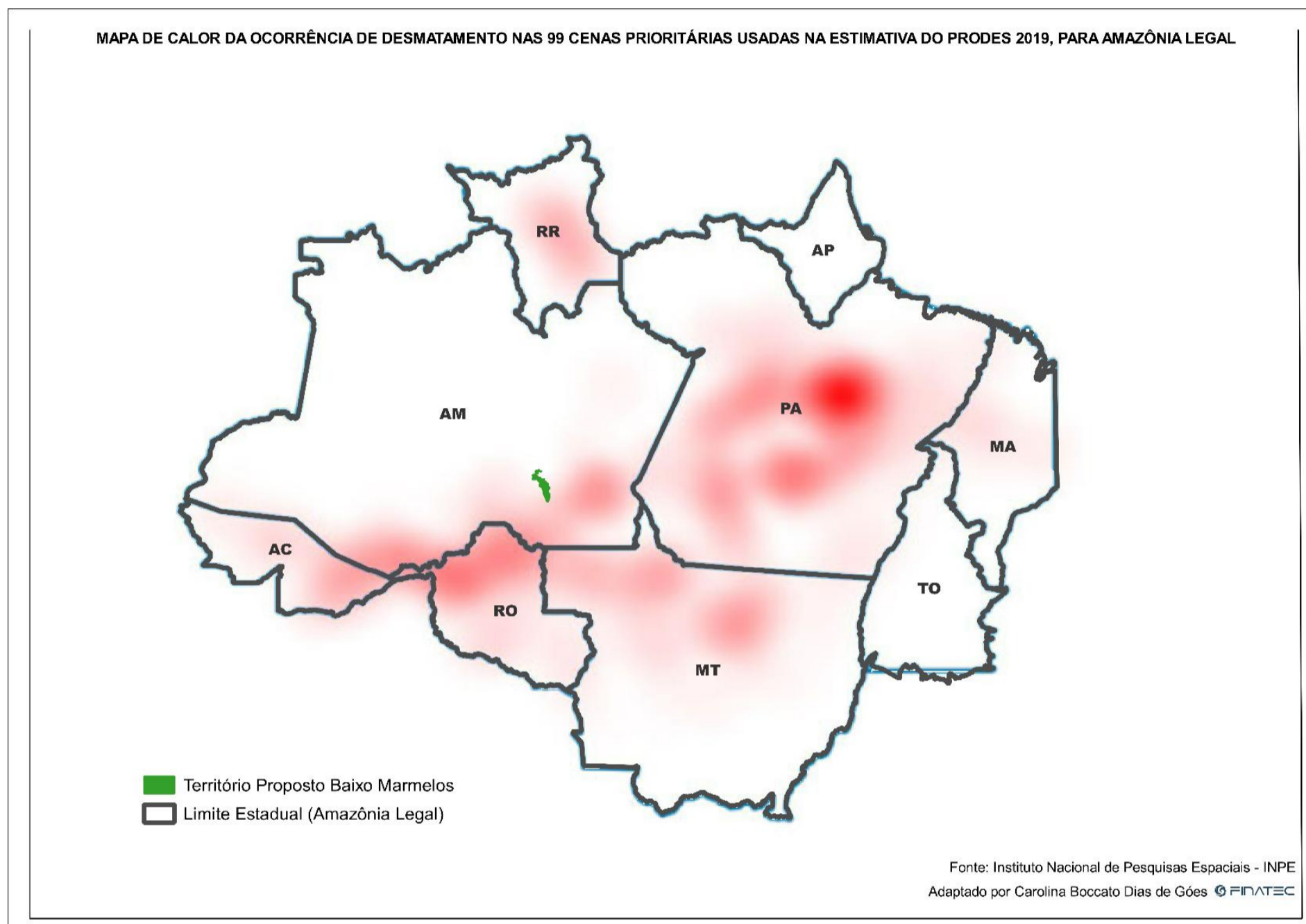
Até os anos 2015 foram relevantes projetos, programas, planos e um conjunto de medidas, dentre as quais vale sublinhar além dos componentes do PAC o Plano Decenal de Energia (PDEC) e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O sul do Amazonas e Rondônia figuram no Brasil como áreas mais críticas em termos de conflitos e tensão social, junto com o Sudeste do Pará e Maranhão. Esta situação apresenta-se fortemente agravada nos municípios do sul e sudeste do Amazonas como Lábrea, Boca do Acre, Humaitá, Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã, cuja economia tradicionalmente baseada no extrativismo vegetal e agricultura familiar recentemente concentram as mais importantes frentes de expansão agropecuária do estado. Os municípios em questão notabilizaram-se nos últimos anos por índices significativos de desflorestamento, ocasionados pela expansão do plantio de soja, da pecuária extensiva e da extração ilegal de madeira (ALMEIDA, 2009). Tais municípios integram a faixa do chamado “arco do desflorestamento” e sofrem a pressão da expansão da fronteira agropecuária dos estados vizinhos.

Terras indígenas e comunidades ribeirinhas abrangem áreas bastante preservadas no interflúvio Madeira-Tapajós, com cobertura vegetal expressiva e fontes de água conservadas, contrastando com os elevados índices de desmatamento dos empreendimentos agropecuários circundantes. Não obstante a exploração madeireira ser importante fonte de renda desde a década de noventa na região, o impacto do agronegócio, principalmente das pastagens, em termos de mudança do uso do solo alcança maiores proporções.

As pressões por desmatamento são maiores ao sul, na zona de influência da rodovia transamazônica, BR – 230. O Mapa 8 - Mapa de calor da ocorrência de desmatamento nas 90 cenas prioritárias usadas na estimativa do PRODES, 2019, para Amazônia Legal, abaixo, mostra o arco do desmatamento que sobrepõe o território

Mapa 8 Mapa de calor da ocorrência de desmatamento nas 90 cenas prioritárias usadas na estimativa do PRODES, 2019, para a Amazônia Legal

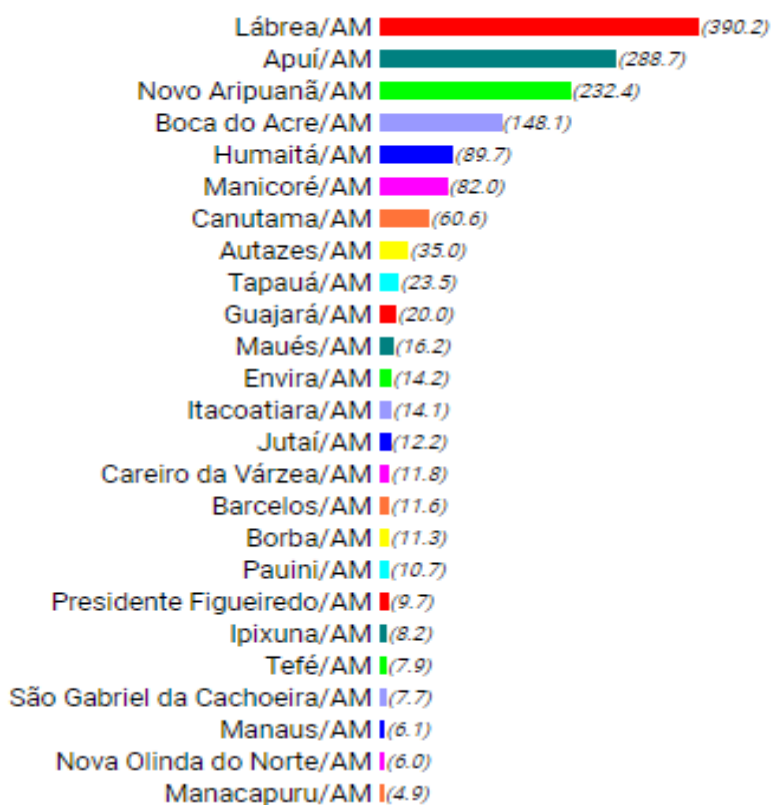


estudado e a figura 16 mostra o incremento do desmatamento nos municípios de Humaitá e Manicoré, respectivamente em quinto e sexto lugar do ranking dos municípios que mais desmataram em 2019 no Estado do Amazonas.

A regularização de terras públicas escancarou a regularização da grilagem, ampliando efeitos negativos da Medida Provisória a MP 458/09, que permitia a regularização a ocupação de terras da União permitindo que sejam repassadas, sem licitação, áreas com até 1.500 hectares aos que detinham a posse destas áreas antes de primeiro de dezembro de 2004. Sancionada com a Lei 11.952/09 que, para a PGR, “institui privilégios injustificáveis” em favor de grileiros que, no passado, se apropriaram ilicitamente de vastas extensões de terras públicas (ALMEIDA, 2009).

Figura 16 distribuição por município do incremento do desmatamento 2018/2019 no AM.

Distribuição dos 1591.1 km2 de INCREMENTO 2018/2019 no AM



O Mapa 14, Pressões e Ameaças sobre o Território Baixo Marmelos, ver página 225, indica como áreas com maior pressão por desmatamento o entorno do distrito de Auxiliadora,

Humaitá e áreas nas cabeceiras do rio Juqui. Esta última sobre grande influência de frente de expansão madeireira a partir do município de Manicoré.

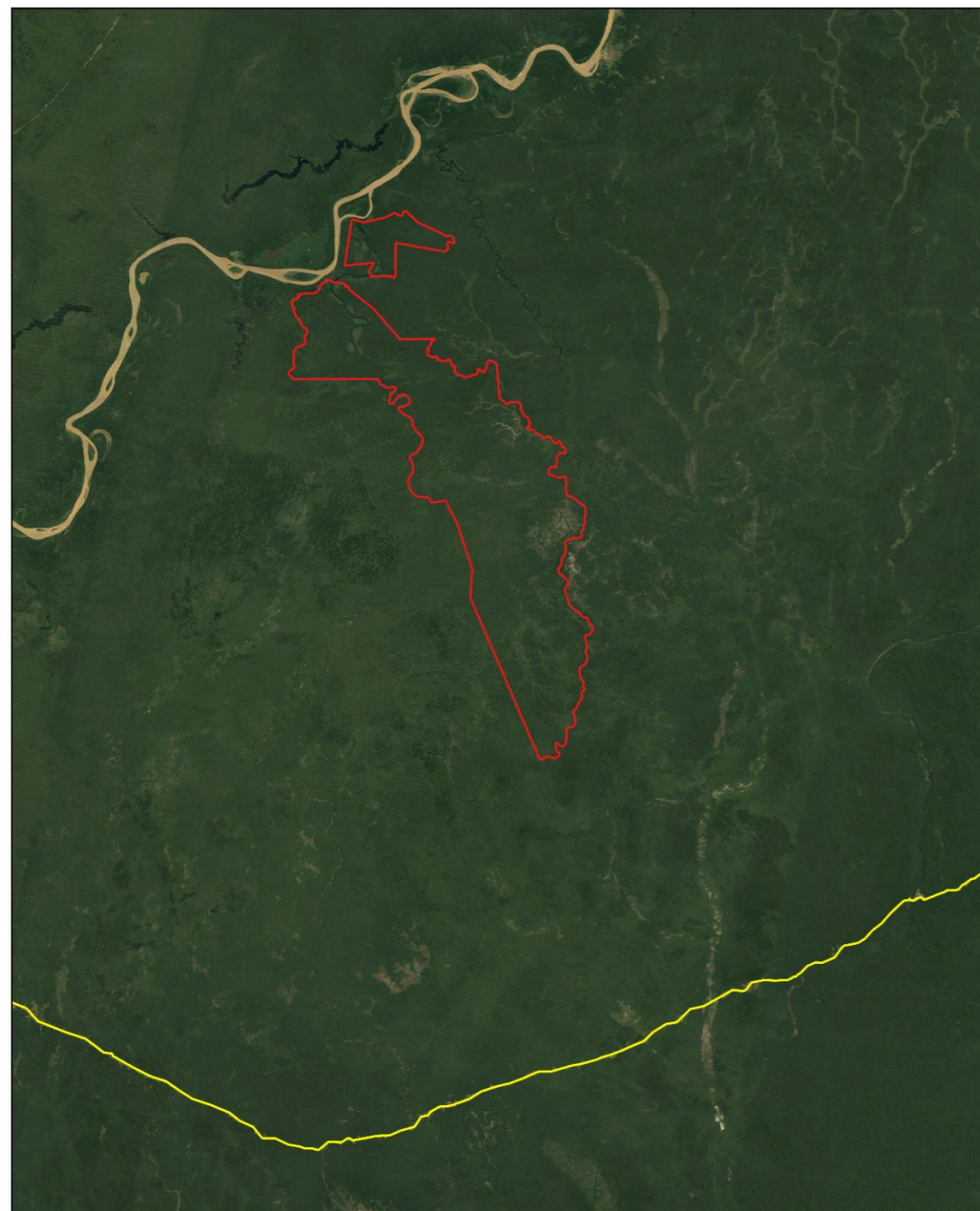
Segundo levantamento do Incra, 48 milhões de hectares de terra em 17 municípios do sul do Amazonas estavam nas mãos de grileiros. Duas outras áreas críticas em relação à prática da grilagem no Sul do Amazonas estão na Rodovia Transamazônica, a primeira é a Rodovia do Estanho, localizada no km 150 da Transamazônica, a partir de Humaitá. A área tem grande ocupação de produtores de soja que instalaram na região importante aparato de produção e armazenamento de grãos e utilizam o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) para obtenção de créditos de bancos e agências de fomento para ampliar as áreas de cultivo de soja. A segunda área crítica é o Km 180 da Transamazônica, no município de Manicoré, a área é considerada o maior centro de comércio de terras públicas do Brasil (ALMEIDA, 2009).

No Mapa 9, Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020, pág. 165, apresentamos a partir de imagens de satélite do Google contraste do status de ocupação dessa região ao longo dos últimos 28 anos. O mapa mostra imagens datadas dos anos de 1992 e 2020 e dá visibilidade a ocupações ao sul do território Baixo Marmelos. O Mapa 14, Pág 225, também representa a mesma região e dá maior relevância para os impactos do desmatamento no entorno da BR -230, ao sul da área.

A contenção da grilagem e o avanço do agronegócio exercidos por instituições do Estado têm favorecido antigas reivindicações por terra de povos tradicionais e se traduzido na expansão de novos projetos de assentamentos, terras indígenas, quilombos e reservas agroextrativistas. Segundo informações dos funcionários do Incra em Humaitá, a grande meta para a área é a criação e expansão de assentamentos rurais por eles chamados de “assentamentos ribeirinhos”, visto que são estes grupos os beneficiários majoritários do novo estatuto territorial (ALMEIDA, 2009).

Tais iniciativas, à primeira vista absolutamente louváveis, e cujo objetivo é impedir a perda definitiva da posse da terra por seus ocupantes tradicionais, podem encobrir identidades indígenas e impedir seu reconhecimento legal.

Contraste da Ocupação da Região da Rodovia Transamazônica no Sul do Amazonas



Fonte: Imagem Google Earth 12/1992

Legenda


- BR-230 (Transamazônica)
- Território Proposto Baixo Marmelos



Fonte: Imagem Google Earth 12/2020

Legenda

- BR-230 (Transamazônica)
- Território Proposto Baixo Marmelos

Resp. Técnica: Carolina Boccato Dias de Góes 

Mapa 9 Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020

4.4 - Ameaças ao ambiente e conflitos segundo a percepção indígena

As mudanças ambientais são percebidas pelas comunidades indígenas no âmbito da produção extrativista, na caça e na pesca, embora aparentemente não associem a variação na produção da castanha com mudanças no clima. Não sabem qual a origem das variações na produção da castanha, apontam que o castanhal que antes produzia até 200 latas, em 2021 só produziu 120 latas e em 2022, apenas 6 latas (conversa em grupo em excursão ao Juqui – Rubemar, Daniel, Bernabel e Zé Cumprido).

Segundo o cacique Osmar da aldeia Baixo Grande *“a gente percebe diferença na abundância da caça e da pesca. Vista Alegre, por exemplo, tinha fartura de pesca e hoje não tem mais. Passa o dia todo no lago e não pesca.”* (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande)

A grande seca de 2015 que atingiu toda a região amazônica foi identificada como evento climático extremo. Segundo nos informaram não há na história oral relatos de ocorrências semelhantes. Foi observado grande migração de pássaros para o Baixo Marmelos, com impacto sobre a produção das frutas, notadamente sobre a produção de tucumã, alimento preferencial de araras que, em função disso, foi a espécie observada com maior ênfase.

“Quando tudo secou - igarapés e lagos, só ficou o rio. Achamos que os peixes fossem todos morrer”

“A chuva tá diferente, chove direto e com mais raios.” (Rubemar - Aldeia Baixo Grande)

Ao longo das entrevistas, cujo roteiro apresentava pergunta específica sobre ameaças ambientais sobre o território reivindicado e conflitos (existentes ou latentes), foram identificados e ranqueados os seguintes principais problemas ambientais listados a seguir:

- **Madeireiros** e a realização de levantamentos de espécies (Planos de Manejo) em extensas áreas em diversos pontos do território. Agravado pelo fato de a entrada no território ser facilitada por habitantes que em geral são os que realizam os trabalhos de campo.
- **Peixeiros** “de fora” na boca do Marmelos – pesca predatória realizada por pescadores profissionais (destinada à venda), com malhadeira, morte de peixes pequenos e descarte de espécies com baixo apelo comercial, muitas vezes no período do defeso. As espécies preferenciais são o jaraqui e o tucunaré.
- **Povo Tenharim** – O turismo e a gestão do território são as atividades onde vem à tona o conflito com o povo Tenharim, signatários da Terra Indígena Tenharim Marmelos, que segundo os Torá e demais povos do Baixo Marmelos nunca habitaram essa região. O turismo no rio Marmelos, iniciado a partir de 1994, é o foco mais antigo deste conflito que registra uma série de eventos com as comunidades, notadamente episódios ocorridos em 2015. A tentativa de bloquear o usufruto de castanhais, a caça e a pesca são episódios mais recentes, mas não menos traumáticos.
- **Garimpo** – o garimpo tem sido uma alternativa de trabalho e renda para boa parte das famílias, com efeitos positivos sobre a renda. Seus efeitos negativos são visualizados por parte dos entrevistados. Além do impacto do mercúrio (pouco visualizado localmente), o

manuseio de produtos poluentes e a respiração em meio a gases dos motores são observados como problemas ambientais. As relações de trabalho e o ambiente eventualmente violento, a jornada de trabalho extenuante e o constante medo de operações fiscalizatórias são problemas sociais identificados.

- **Queimadas** provocadas também têm causado impactos perceptíveis.

4.4.1 - Madeireiros

“Os madeireiros são o maior perigo atualmente. O problema é que a terra não é demarcada.”
(Cacique Raimundo, Aldeia São José do Laguinho)

“Reserva que não está demarcada, todo mundo quer invadir. A exploração é de brancos de fora e índios que tiram (madeira), mas teriam outras alternativas. Ontem mesmo baixou um barco chapado de madeira.” (Amair, ancião da Aldeia Vista Alegre)

A pressão pela exploração em larga escala do potencial madeireiro do Baixo Marmelos e de seu principal afluente, o rio Juqui, é relevante e tem trazido preocupação para a comunidade. A estratégia utilizada hoje pelos empreendedores do ramo, com forte atuação na área, é promover levantamentos do potencial madeireiro por meio de Planos de Manejo. Os planos são picadões abertos com distância de cerca de 50 metros entre si, delimitando parcelas onde todas as árvores de interesse são identificadas e plaqueadas, com numeração. A partir desses levantamentos são propostos os Planos de Manejo aos órgãos competentes.

De posse das referidas autorizações, passam a requerer a legalização das terras, por meio da legislação apresentada anteriormente. O Mapa do Serviço Florestal Brasileiro – Mapa 13 - Cadastro Nacional das Florestas Públicas, apresentado na Sexta Parte - Levantamento Fundiário na página 215, mostra as terras do baixo Marmelos descritas como “florestas não destinadas”, ficando dessa forma mais propensas a investidas de madeireiros e grileiros.

Três iniciativas têm preocupado as lideranças do Baixo Marmelos. O picadão que vem desde Manicoré até o Rio Juqui, na altura do Igarapé Santa Rosa, onde está localizado o Castanhão de mesmo nome⁴¹.

Outro picadão desde as proximidades com o rio Manicoré, mais ou menos paralelo a este e na altura das aldeias São José do Laguinho até as aldeias Vera Cruz e Palmeira. E a terceira no rio Juqui, *“estão marcando terras, fazendo picadão e marcando árvores, no rio Juqui (na altura da colocação) Deus do Céu.”* (Daniel Munduruku – liderança, Aldeia Pau Queimado).

O município de Manicoré é palco de intensa disputa pelo potencial madeireiro de suas terras. A margem direita do rio Madeira entre Novo Aripuanã e Manicoré já se encontra totalmente devastada pelas madeiras (ORG.PY-DANIEL ... [ET AL.], 2007). A criação da RDS Rio Manicoré é resultado da mobilização histórica das comunidades contra o avanço dos madeireiros.

⁴¹ Cujo responsável pela abertura é o Senhor Antônio Duarte.

Áreas ao sul do território Baixo Marmelos concentram as maiores pressões relacionadas a desmatamento, constituindo um vetor de pressão a partir da Br 230 em direção à Unidades de Conservação e ao território reivindicado, conforme pode ser constatado no Mapa 9.

4.4.2 - Peixeiros

Pescadores na boca do Marmelos causam o maior impacto negativo. Na época da piracema fecham a boca do Marmelos, pescam tudo e jogam fora branquinha e outros peixes pequenos ou pouco comerciais. Barcos de Manaus, Itacoatiara, Rio Negro. Buscam o jaraqui e a jatuarana. *“Pescam antes dos peixes desovarem, mesmo sendo cadastrados e sabendo que não podem, mesmo recebendo o defeso. Produzem de novembro a março.”* (Amair, ancião da Aldeia Vista Alegre).

“Jatuarana e tucunaré tinham bastante, agora tá sumido” (Dona Ila – Parteira – Aldeia São José).

4.4.3 - Conflitos com o povo Tenharim

“Quem habita aí somos nós, (estão aí nossas) maiores áreas de caça, pesca e castanhais” (Rubemar Calisto – Aldeia Baixo Grande).

“Os Tenharim estavam no Rio Preto, de lá vieram para o Estirão” (Sr. Jesuíno – ancião Aldeia Baixo Grande)

As aldeias habitantes do Baixo Marmelos só reconhecem como de usufruto do povo Tenharim o território acima da cachoeira do Paricá no Rio Marmelos. Assim a origem do conflito remonta à delimitação da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), que incluiu na demarcação áreas de ocupação tradicional dos outros povos indígenas que habitam o Baixo Marmelos. Portanto a demarcação da Terra indígena Tenharim Marmelos (Gleba B) tem gerado diversos conflitos relacionados ao usufruto de seus recursos naturais ao longo do rio Marmelos com os demais povos habitantes do Marmelos.⁴² As áreas estão descritas nas Tabelas 22 e 23 e também georreferenciadas no mapa de habitação e ocupação tradicional do Baixo Marmelos (Mapa 10).

Após a demarcação da Terra Tenharim Marmelos (Gleba B), as aldeias do Baixo Marmelos afirmam ter diminuído as excursões à porção do território com vistas a evitar conflitos, porém algumas famílias necessitam manter atividades produtivas em castanhais do Rio Marmelos que lhes são a única fonte de renda.

“Não tem conflito com Tenharim do Estirão, mas com Tenharim do km 180 (T.I. Tenharim Marmelos), que por vezes ficam no Estirão como base para fiscalização da área. Casos em que tentaram tomar peixes, castanha, caça, a título de cobrar renda. Torá não aceitam cobrança de renda, pois consideram que tem direito sobre a área.” (Daniel Munduruku, liderança – Aldeia Pau Queimado)

⁴² Na parte 1 e 2 deste Relatório, apontamos as áreas historicamente habitadas pelos Torá e Matanawi no curso do rio Marmelos.

“Em 2022 Tenharim do km 180, na pessoa do Sr. Zelito Tenharim, ficaram na Aldeia Estirão (T.I. Sepoti), onde tem parentes, com policiais militares armados revistando parentes que tentavam subir ou descer o rio.” (Daniel Munduruku, liderança – Aldeia Pau Queimado)

“Caso de revista durante pesca abaixo da Aldeia Estirão, fora de qualquer outra terra indígena. Policiais militares e Tenharim abordando sobre o que estariam fazendo naquele ponto, mesmo que abaixo do Estirão.” (Bernabel, extrativista – Aldeia Vista Alegre)

“Marcaram presença com policiais militares a partir do verão de 2021, em turnos de 15 dias, com substituição de equipes de policiais, impedindo a passagem de todos para o alto curso, fazendo medo em crianças, sob o comando do Zelito da CTL da Transamazônica.” (Rubemar Calisto – Aldeia Baixo Grande)

“Na companhia de outro servidor da FUNAI – Senhor Ribamar de Humaitá, o Senhor Zelito Tenharim queria tomar objetos do Sr. Zé Cumprido (da aldeia São Raimundo) lá na praia do Folharal Grande (médio curso do Marmelos, dentro da T.I. Tenharim Marmelos (Gleba B).” (Rubemar Calisto – Aldeia Baixo Grande)

“O povo evita passar por conta do constrangimento.” (Zé Cumprido - da aldeia São Raimundo)

Além dos enfrentamentos relacionados ao usufruto dos castanhais situados na TI Tenharim Marmelos (Gleba B), os conflitos no âmbito das iniciativas turísticas empreendidas pelos Tenharim do Rio Marmelos, em parceria com empresas com sede em Manaus, geraram os conflitos mais significativos e traumáticos. As primeiras iniciativas de turismo no rio Marmelos são relatadas a partir de 1994. Em 2015, já no auge de uma série de enfrentamentos, as desavenças chegaram às vias de fato.

No conflito em 2015, cada comunidade enviou dois ou três representantes, reunindo 15 indígenas do Baixo Marmelos, que impediram a entrada de barco de turistas na altura da Aldeia Vista Alegre. Segundo relatos, “os Tenharim desceram com a polícia”. O conflito foi uma oportunidade de união da comunidade, que se mobilizou como nunca tinha feito até então, segundo o Cacique Rosivilton da Aldeia São José.

“Se reuniram em torno da ameaça do turismo em 2015 e planejaram estratégias conjuntas para barrar a entrada. Foi quando mais gente se reuniu, cerca de 200 pessoas.” (Cacique Rosivilton, da Aldeia São José)

A atividade turística implica em um grande fluxo de barcos, desde os de grande porte com hospedagem até pequenas embarcações como lanchas e voadeiras, com grande impacto sobre o cotidiano na região. Não obstante a quantidade de visitantes não há nenhum envolvimento das comunidades, não mobilizam mão de obra local, não adquirem alimentos ou peixes. Na lista de efeitos negativos do turismo às comunidades enumeram a redução da produtividade da pesca (muito afetada – Amair, Aldeia Vista Alegre) e o lixo.

“Antes outra empresa já atuou, a CLEODINE, com pesca predatória.” (Daniel Munduruku – Aldeia Pau Queimado). A operadora atual estimula a soltura dos peixes, o que segundo os moradores não impede sua morte em função dos danos sofridos. Apesar dos conflitos em 2015 as atividades foram retomadas no ano seguinte. Em 2017 fizeram acordo com recebimento de recursos, via associação dos Povos do Baixo Marmelos.

4.4.4 - O Garimpo

“O garimpo tem sido a alternativa de renda para as famílias, se é ilegal, como continuam comprando o ouro? Foi como conseguiu colocar os filhos pra estudar” (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande)

Osmar, cacique do Baixo Grande, relata que antigamente o garimpeiro era gente de fora e a violência imperava. Seu testemunho é de que hoje a turma *“é gente conhecida, ribeirinhos que anualmente se reencontram”*. Daqui para Porto Velho a escolha de onde encostar não envolve hoje disputas violentas. Segundo ele, pelo contrário, as balsas se juntam para mover com mais pressão e força uma área maior, mobilizando um volume maior e mais profundo. Trabalham na areia, *“no barro as dragas não conseguem”*. Seu Osmar já fez muita roça quando os filhos eram pequenos, além de outros ramos. *“A renda cada vez mais baixa da roça e o grande investimento em tempo e trabalho não paga a pena.”* Já seu Rubemar diz : *“Já teve o tempo da sorva, borracha, castanha foi só exploração. O povo ainda colhe açaí, mas o período é curto (safra) e a renda pouca.”* (Rubemar Calisto – Aldeia Baixo Grande).

No caso das roças, a conexão dos grandes comerciantes locais com outros mercados também reprime o mercado interno. Há *“alguns anos teve falta de farinha”*, apesar dos muitos plantios de mandioca. *“Pareceu ser uma oportunidade”* para os produtores, mas a conexão dos comerciantes locais com Belém, acabou *“inundando a região com farinha de fora”*, levando a queda geral do preço e *“maior desânimo ainda”* dos agricultores da região (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande).

“A grande cheia de 2004 acabou com a agricultura familiar na região, inundando áreas de roça e plantios de árvores permanentes antes não alcançadas. O apoio aos produtores foi pouco efetivo e no período de seca seguinte a procura pelo garimpo como alternativa de renda aumentou muito.” (Alto Pinho Barbosa – enfermeiro, ex-militar, morador de Humaitá)

“Já teve associação em Manicoré, mas ninguém quer mais pagar a taxa de R\$ 500,00 por mês, porque nunca adiantou nada. Quando a polícia batia, aquele papel não valia nada. No tempo da Cooperativa de Manicoré inventaram conversas para recolher rejeito e vieram buscar nos primeiros meses, depois não vieram mais.” (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande)

Nas balsas do garimpo o tamanho é função da capacidade do motor. Motores de 5, 8 ou 9 HP de potência são os mais comuns, movendo bombas com proporcional capacidade de chupar o fundo do rio, especialmente nas praias. O tamanho do motor implica em diferentes tamanhos de caixas, onde ficam carpetes nos quais a areia misturada ao ouro fica retida. Funcionam por turnos em geral de 20 horas, depois das quais param para “limpar o carpete”, para retirada do material que é recolhido e “batido” (agitado) com o “azougue” (mercúrio), o que concentra ouro e mercúrio no fundo do recipiente.

Para o funcionamento das balsas precisam de no mínimo 02 pessoas para cada um de seus motores. Alguns acordos são típicos quanto à divisão da renda, por exemplo: 40% da renda vai para o mandador que é o gerente e os outros 60% da renda vai para despesa do dono. As despesas incluem diesel semanal e rancho. Para uma produção estimada em 30 gramas semanais, a média de lucro é de 3-4 gramas. A produção de uma balsa com motor de 8 HP em média chega a 40-50 gramas por semana. Acima de 30 gramas por semana, a atividade começa a valer a pena. O mandador divide sua parte com os demais trabalhadores. Quem mora perto consegue fazer turnos de 1 mês no garimpo por uma semana em casa.

Algumas pessoas enfatizam em sua percepção o garimpo como fonte de renda em um contexto histórico de muitas dificuldades para geração de renda. O garimpo é uma atividade sazonal, embora haja garimpo o ano todo em algumas áreas do rio Madeira. Praticamente todas as famílias têm alguns de seus homens na atividade.

"A maior parte dos garimpeiros não tem atividades na entressafra, pois não são de famílias com castanhais. A renda do garimpo é a renda pro inverno" (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande).

Desta forma é possível se considerar que o garimpo se impõe sempre que falta outras oportunidades para geração de renda.

“Após muito trabalho com pouco retorno, fome por algumas vezes, foi com o garimpo que consegui criar os filhos e conquistar o pouco que tenho! Meu desejo era mostrar aos que chegam para destruir balsas de garimpo o seu funcionamento, o dia a dia do garimpeiro, suas dificuldades e desafios. A verdade é que quando me aposentar não quero mais saber de garimpo” (Cacique Osmar – Aldeia Baixo Grande).

Entretanto, muitos outros não pensam assim e há uma percepção coletiva muito clara dos impactos negativos:

“Só vejo pontos negativos no garimpo. Poluição do rio e do ar e ainda tem a questão da polícia. As pessoas investem buscando uma saída para a pobreza.” (Nailson – jovem professor e dono de balsa – Aldeia São José)

As aldeias identificam como problemas associados ao garimpo as seguintes questões:

- Influência sobre preços locais - “se as coisas hoje estão caras é por conta dos garimpeiros;
- Aparecimento de “doenças perigosas” a partir da contaminação pelo azougue;
- Poluição do rio por óleo diesel, outros óleos e reparos em motores;
- “Poluição das pessoas” – condições de trabalho, relações desumanas (trabalhar molhado à noite, turnos sem descanso suficiente”;
- Desestabilização e desbarrancamento de barrancos próximos às comunidades.

No percurso de ida para campo, em viagem de 8h, no dia 12 de maio, contabilizamos 295 balsas e algumas dragas de Humaitá até o rio Marmelos. Segundo o senhor Osmar, Cacique da Aldeia Baixo Grande, apenas 20% das balsas já tinham descido para o Madeira. A maioria estava esperando o rio baixar.



Foto 29 - Garimpo na boca (foz) do rio Marmelos

Em um outro contexto político e socioambiental, com maior presença do Estado e garantia de direitos constitucionais da população indígena, incluindo a regularização fundiária da Terra Indígena Baixo Marmelos, é muito possível que o garimpo não tivesse o espaço que ocupa atualmente na região.

O Mapa 14 - Pressões e Ameaças sobre o Território Baixo Marmelos, Pág. 225, inclui dados do PRODES (1988 até 2019) sobre desmatamento e dados do DNPM. Este último georreferencia áreas de acordo com a fase em que se encontra no processo de autorização minerária. Ao sul da área, nas cabeceiras do rio Juqui, existe indicação de requerimento de autorização para pesquisa (DNPM, 2019).

Durante o trabalho de campo foi indicado local onde foi realizada pesquisa garimpeira no curso do rio Juqui, não obstante não observamos qualquer atividade de pesquisa ou garimpo no interior do Baixo Marmelos ou no Juqui durante o estudo.

4.5 - Identificação das áreas imprescindíveis

A despeito do avanço de áreas antropizadas e dos crescentes índices de desmatamento, a região da bacia do Madeira, onde localiza-se a TI Baixo Marmelos, ainda se encontra em bom estado de preservação, muito devido à dificuldade de acessos rodoviários e à presença do mosaico de áreas protegidas que incluem Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

Para se garantir a preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural dos povos indígenas do baixo Marmelos, é necessário:

- 1- A proteção da foz do rio Marmelos;
- 2- A inclusão das duas margens do rio Marmelos em direção montante até o ponto no qual este rio adentra a Terra Indígena Tenharim Marmelos;
- 3- A inclusão das duas margens do rio Juqui, afluente da margem direita do rio Marmelos, englobando na totalidade as sub-bacias de seus afluentes, até um ponto acima do igarapé do Mutum, onde se limita com a Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré.

Nas palavras das lideranças e demais moradores,

“é necessário garantir o uso dos nossos recursos naturais, tanto da coleta da castanha, copaíba e açai, que são nossas principais fontes de renda, como as áreas de roça, de caça com a inclusão dos principais “chupadores” e de pesca, assegurando que a boca do rio Marmelos fique totalmente dentro da nossa TI, para que a pesca predatória realizadas pelos peixeiros no período de piracema não acabe com a reprodução dos peixes. É necessário também se proteger todo o baixo curso do rio Marmelos, em ambas as margens, que não estavam totalmente protegidas, protegendo também toda a bacia do Rio Juqui que é tradicionalmente ocupada por nós, povos indígenas do Baixo Marmelos.”

Tendo em vista esses critérios e as justificativas apresentadas, segue abaixo a descrição das áreas necessárias incluídas na proposta de delimitação, consideradas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar das comunidades do Baixo Marmelos, e que podem ser visualizadas no Mapa 10 Áreas Indispensáveis às Atividades Produtivas, à Conservação e ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais Essenciais à Reprodução Física e Sociocultural .

A Terra Indígena Torá divide a área de ocupação tradicional dos povos do Baixo Marmelos em duas metades. A primeira metade se localiza próxima à foz do rio Marmelos, no paranã do Marmelos. Ali estão localizadas três aldeias na margem direita do Marmelos, no entorno das quais se encontram vários pontos de coleta de açaí e castanha. Em direção a Terra Indígena Manicoré se estende longa área de coleta de castanha, caça e retirada de madeira sob gestão das três aldeias próximas. Na margem esquerda áreas inundáveis do rio Marmelos delimitam diversos lagos permanentes e temporários utilizados como pesqueiros das aldeias, além de áreas de caça e coleta de açaí.

Uma segunda gleba engloba as duas margens do rio Marmelos e todo o curso do rio Juqui, até suas cabeceiras. Tem como referência histórica a comunidade de Tarumã, localizada na margem do Rio Madeira. A partir dessa comunidade segue uma linha seca em direção sudeste que, após atravessar o rio Marmelos, segue contornando as cabeceiras do rio Manicoré pelo interflúvio entre esse e as cabeceiras do Marmelos, seguindo os limites da Terra Indígena Torá. Esta porção do território delimita áreas de uso de cinco aldeias nas margens do Marmelos. A área do território localizado entre o rio Marmelos e a Terra Indígena Torá é ocupada por aldeias, áreas de roça, capoeiras, áreas de extrativismo. Nesse trecho, em ambas as margens do rio Marmelos, o território é repleto de áreas de caça e coleta, com destaque para a presença de açaiçais.

Subindo o rio Marmelos, acima das aldeias está localizada a aldeia Estirão Grande que pertence a Terra Indígena Sepoti. Esta aldeia fica em um apêndice localizada nos limites da Terra indígena demarcada. As áreas localizadas no entorno dessa aldeia são de usufruto dos povos do Baixo Marmelos. Áreas de uso tradicional distantes das residências e onde utilizam desde tempos históricos os recursos naturais. A equipe do estudo não subiu o rio Marmelos dentro dos limites da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), portanto os pontos aí representados foram feitos por indicação nos mapas feitos em oficinas nas aldeias. Os pontos indicados no rio Juqui e Marmelos (fora das terras indígenas) foram marcados por GPS pela equipe. Foram representados 58 pontos indicativos de áreas de caça, pesca e extrativismo.

As áreas indicadas como usufruto dos povos do Baixo Marmelos, no rio Marmelos, dentro da Terra Indígena Tenharim Marmelos (Gleba B), se estendem desde seu encontro com o rio Juqui até a cachoeira do Paricá. As áreas no Rio Juqui se estendem até as cabeceiras do Rio Juqui.

Abaixo, na Tabela 22, Pág. 178, - Áreas sob influência das aldeias com uso atual;histórico, apresentamos listas de áreas de referência e usufruto de cada uma das oito aldeias do Baixo Marmelos, citadas ao longo das entrevistas e georreferenciadas no Mapa 10 , apresentado na página 194. Em seguida apresentamos a Tabela 23 - Áreas de usufruto atual ou histórico nos rios Marmelos, Juqui, Mayci e Sepoti, que apresenta lista de localidades, de acordo com seu uso, tomando como referência os rios. Estas áreas também estão representadas no mapa citado acima.

Tabela 22 Áreas sob influência das aldeias com uso atual/ histórico

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação
Aldeia São José do Laginho	Igarapé Repartimento	Pesca	a leste da boca do Marmelos	madeira, pesca predatória, por comunidades de São Pedro e Barreira do Curuçá	Fartura de peixes até 2006. Povoados concentrados no garimpo, pouco exploram castanhais e açazais
	Igarapé do Paulino	Caça	Idem	Idem	
	Igarapé Preguiça	caça e pesca	Idem		
	Castanhal do I. Preguiça	Castanhal	Idem		
	Castanhais do Miriti	Castanhal	subindo I. do Paulino. Acesso pelo furo das três casas	comunidades São Pedro e Barreira do Curuçá	Acordos com moradores, mestiços. Não admitem isopor com gelo
	Castanhal do Patauá	castanhal, caça	último castanhal no Alto do Paulino – 12 h de rabetá		todos pontos de caça, onça vermelha e pintada
	Chupador de Anta do Boial	Caça			
	Castanhal do Boial	Castanhal			
	Castanhais ao logo do Rio	Castanhal	entre Patauá e Boial		
	Castanhal do Jatuarana	Castanhal	Igarapé do Palmeira		
	Morada (antiga) do Mauro	Açaizal			
	igarapé do centro	Açaizal			
	Igarapé Terra Preta	pesca, açai, roças	T.I. SEPOTI, afluentes do Mayci. Uso articulado com		
	Igarapé do Quatazinho	Castanhal			
rio Mayci	Castanhal				

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação
	Igarapé Camujá	Copaíba	Aldeia Estirão Grande.		
Região entre rios Marmelos e Madeira. Aldeias S. J.do Laguinho, Vera Cruz e Palmeira.	baixa da frente	pesca, caça, açazal	próximo a Aldeia S. J. do Laguinho		
	baixa do Jacá	pesca, caça, açazal			
	baixa do Filó	pesca, caça, açazal			
	baixa do Chororó	pesca, caça, açazal			
	baixa do Lourival	pesca, caça, açazal			
	baixa do Tambaqui	pesca, caça, açazal			
	Baixa do Igarapé Escondido	pesca, caça, açazal			
	Lago do Tambaqui	pesca, açai	próximo a Aldeia S.J. do Laguinho. Entrando pela Baixa do Tambaqui se alcança diversos lagos, um depois do outro	Áreas que sustentam no verão - Aldeias Laguinho, Vera Cruz e comunidades Vida Nova, Bom Suspiro	
	Lago do Peixe Boi	pesca, açai			
	Lago da Bacaba	pesca, açai			
	Ilha do Uxi	madeira, caça			
	Ilha do Itaúbal	madeira, caça			
	Igarapé Tabocal	pesca, açai			
	Igarapé Palhal	pesca, açai			
Aldeia Baixo Grande	Igarapé Cacimba	Açai	Cabeceira	importante porto de açai nos anos 2000.	
	Igarapé Grande	Castanha		Conflito com Amadeu Queiroz, que arrendou para Aldeia Palmeira.	Referência o ancião Jesuíno
	estrada para comunidade Tarumã	capoeiras, açazal, palhal, Luz para todos			

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituooso	Observação
	Castanhal do Calisto	Castanhal/açaí		Hoje no entorno de pasto de fazenda	
	Ponta de Castanha do Saúba	castanhal		Amadeu Queiroz tomou. Sebastião Pereira vendeu Saúba e Igarapé Grande	
	Açúcar		Na frente da Baixo Grande faz parte do São José		
	Igarapé Água mijada	castanhal/açaí			
Aldeia Palmeira	Igarapé do Mário Pinto	Açaí			
	Igarapé do Desterro	tabuleiro de tracajua, desova na tabatinga	do outro lado do Rio	Tenharim moravam no I. Desterro	
	Igarapé Alfaia	Açaí			
	Igarapé Folharal	Açaí		limite do plano de manejo	
	Igarapé Peixe boi	caça e pesca			
	Igarapé Samaúma	Açaí	Picada T.I. Torá passa nas cabeceiras		
	Igarapé da Palmeira	Açaí	braços de cima, baixo, centro		
	lago do Peixe Boi	pesca e tracajua			no verão recreação. Tucunaré, surubim, jiju, cará, traíra.
	Ressaca do Peixe Boi	Pesca	vários furos, entradas e ligações		
	Morada Graziela				

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação
	Morada Rufino	Moradas antigas. De cerca de 80 anos. Capoeiras antigas, açai, cupuaçu, seringa, mangueiras, copaiba.	Margem esquerda do Marmelos		
	João de Melo				
	Morada Jacob				
	São Benedito - Tio Joaquim				
	Montevideu - Dona. Ana				
	Desterro - Dona Jardimina				
	Mário Pinto				
	Roças	Roça			
	Caminho	Desterro-Laranjal, pelo Escondido.			
Aldeia Pau Queimado	Castanhal Nova Vida	Castanha	Rio Marmelos, T.I. Gleba B		muita árvore, pouca produção
	Castanhal Terra Preta	Castanha			
	Castanhal Maranhão	Castanha			
	Castanhal Ludovico	Castanha			
	Castanhal Três Bocas	Castanha			
	Castanhal Folharal	Castanha			
	Castanhal Piritó	Castanha			
	Castanhal Nova Vida	Castanha			
	Roças	roça em terras pretas de índio.	fundos das casas.		"Tudo no entorno é capoeira, vai longe de tanta roça"
	Igarapé boiadeiro	Roça			

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação
	Lago do Borrador	Pesca			tucunaré e peixe liso
	Castanhal do Tabocal	Castanha	fundos da aldeia		
	Castanhal da Barriga		fundos, 1 h Caminho		
	Açaí	Açaí	capoeiras ao fundo		
	Três bocas	área de uso intenso	T.I. Gleba B		
Aldeia São Raimundo	Cantagalo	açaí, caça		"desaparecimento de mulher na mesma noite visita dos Pirahã"	chupador de anta
	Lago do Palhalzinho	Pesca	Rio Marmelos, T.I. Gleba B		pesca de tucunaré
	Igarapé Palhalzinho	castanha, caça		brancos saíram - Zilo Garcia.	
	Igarapé do Dico	Castanha		Não reconhecidos, parente do Sr. Domingos	Abaixo do Palhalzinho o Marmelos é navegável o ano todo. Acima só de canoa no verão
	Igarapé dos olhos	Açaí		próximo Estirão Grande	
	Igarapé Cipoal	pesca e caça		brancos saíram - Seno Nunes.	
	Igarapé do Peixe Boi	açaí, caça, copaíba, madeira, palha		varadouro até o Pau Queimado	
	Igarapé Pau grande	pesca, caça (paca)			
	Castanhal São Raimundo	castanha, roças	20 minutos aldeia		ambos lados do Marmelos
	lago São Raimundo	Pesca	não seca		
Aldeia São José	Igarapé pindoal	Açaí			20 latas por semana
	Quintais	Açaí			2500-3000 latas de açaí
	Livramento	Castanhal	Rio Juqui		Estruturas permanentes utilizadas anualmente
	São João	Castanhal			

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação		
	Estação	Castanhal					
	Pedral	Castanhal					
	Santo Amaro	Castanhal					
	Deus do Céu	Castanhal					
Aldeia Vera Cruz	Igarapé Camujá	morada antiga			Áreas de compra de açaí do cacique Pedro Cunha		
	Pau Chato	morada antiga					
	Chico de Lima	morada antiga					
	Igarapé Pano Queimado	Balata					
	Igarapé Preguiça	Açaí					
	Igarapé Escondido	Açaí					
	Igarapé Desterro	Açaí					
	Igarapé do centro	Açaí					
	Morada Antônio Alves	morada antiga				confronte Estirão Grande, outro lado rio	Avô Pedro Cunha
	Passa bem	Açaí				T.I. Pirahã	
	Frechal	Açaí					
	Capoeira	Açaí					
	Poção	Açaí					
	boca do Mayci	Açaí					
castanhal Terra Preta	Castanha	T.I. Gleba B	velho Oliveira e filho Benar				
Aldeia Vista Alegre	castanhal Terra Preta	Castanhal	Rio Marmelos, T.I. Gleba B	velho Oliveira e filho Benar			
	Pote	Castanhal					

Aldeia	Nome do Local	Uso	Localização	Uso conflituoso	Observação
	Praia da Gaivota	Ovos			
	Cachoeira Palmeira	Castanhal			
	Cachoeira Pedra de amolar	pedras de amolar			
	Cachoeira Caixão	Castanhal			
	Cachoeira cabeça de Anta	Caça			
	Cachoeira Jutaí	Castanhal			
	Castanhal do Piritó	Castanhal			
	Castanhal Terra Preta	Castanhal	T.I. Gleba B		
	rio Maici	sorva, borracha	vários pontos Mayci		antes da demarcação
	Cabeceira do I. Miri	Castanhal	rio Maici		antes da demarcação

Tabela 23 Áreas de usufruto atual/histórico nos rios Marmelos, Juqui, Mayci e Sepoti.

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
Rio Juqui	Praia Três bocas	praia de desova	Daniel Munduruku	Pau Queimado				
	São Sebastião	Castanhal	Paulo Marcos de Lima Munduruku	Vista Alegre		40		No Juqui tem um padrão pra troca
	Livramento	Castanhal	Salvador Ferreira Parente Munduruku	Vista Alegre	Vanderlino / Roseane. Amálio	300		morada extrativista temporária

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
	São Francisco	Castanhal	Salvador Ferreira Parente Munduruku	Vista Alegre		80		
	São João	Castanhal	Leilton Nogueira Parente Munduruku e Domingo Carril Parintintim	Pau Queimado		100	Açaí	castanhal pequeno. muito açaí
	Cachoeirinha	Castanhal	Oswaldino Tenharim	Panorama		80	Copaíba	castanhal pequeno.
	São José	Castanhal	Leilton Nogueira Parente Munduruku	Pau Queimado		100		
	Estação	Castanhal	Bernaldino e José Gomes Munduruku	São Raimundo	gente de fora	400		morada extrativista temporária
	Bom Jardim	Castanhal	José Gomes e Daniel Rodrigues da Silva Munduruku (Barone)	Pau Queimado		200		
	Santo Amaro	Castanhal	Sabá e Manuel	São Raimundo e Vista Alegre		200		estrutura permanente casa de madeira telha
	Deus do Céu	Castanhal	Sabá e Manuel			50		morada extrativista temporária
Igarapé Santa Rosa	Santa Rosa	castanhal, praia de desova	Pedro Barbudo, relata que seu avô vivia aí	-	Antigo – Ponciano há 50 anos atrás. Hoje Luís Torres			Luís Torres - a serviço do Antônio Duarte. Estrutura permanente, várias casas de madeira e teto de palha

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
(afluente Juqui)	Pedral	Castanhal	Francisco Parente Munduruku	São Raimundo		150		morada extrativista temporária
	Pau D´arco	Castanhal	Francisco Parente Munduruku e filhos	São Raimundo	Antônio Duarte	80		Cacique Vera Cruz, relata coleta de sorva, balata e castanha
	Terra Preta	Castanhal	Bernaldino e Francisco Parente Munduruku	Vista Alegre				próximo a Manicoré
	Queimadonha	Castanhal	Leilton Nogueira Parente Munduruku	Pau Queimado		30		
Rio Marmelos	Clareira	caça e pesca						fizeram clareira grande, entrando pelo rio Manicoré
	Palhalzinho	castanhal	Raimundo e Leilton	São Raimundo Pau Queimado		30		açazal, copaíba
	Japonesa	Castanhal	José – Auxiliadora					
	Praia Alta	pesca e coleta de ovos					pacu	
	Igarapé Boial	Castanhal	Território Pirahã		O Sr. Benal		chupador, pesca, copaíba, açai	Quem tirava lá era Pelé de Auxiliadora. O Sr. Bado de Auxiliadora, branco, casado com Tenharim

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
	Igarapé Água azul	Castanhal	Em parte, Território Pirahã. Torá Zé cumprido - São Raimundo, Mosa - São José)		O Sr. Luís Alecrim	300		Bado, coloca moradores de Auxiliadora p coleta
	Igarapé Chororó	Castanhal	Mosa - São José		S. Lulito (falecido) Filha	100	madeira, copaíba	morador da boca do Marmelos.
	Terra Preta	Castanhal	Natal - São Raimundo		Bená de Auxiliadora - diz ter documento	190	pesca, caça, madeira (Itaubal)	Filho (Cristiano da SEMA) tem buscado articular atividade turística.
	Praia Maranhão	Castanhal	T.I. Torá - Aldeia Panorama - Sr. Timóteo, Mario Cesar			600	tracaju, jacaré açu, copaíba, açai	Ponto de festa tradicional da região 1975. Atraía gente remando de Manicoré, Capanã, Baeta e Acará.
	Igarapé Flechal	Castanhal	Natal Munduruku	São Raimundo	O Sr. Benal	100	copaíba, flechal	Morada antiga, hoje capoeira grande, pés de limão.
	Igarapé Santa Rita	Castanhal	Paulo Afonso Munduruku (04 famílias)	São Raimundo	O Sr. Luís Alecrim	300	copaíba, caça e pesca	

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
	Igarapé Ludovico Novo	Castanhal	Paulo Afonso Munduruku (04 famílias)	São Raimundo	Luís Alecrim (originalmente de sua irmã falecida)	200		variação: em 2021 - (1788) latas. Em 2022 - (09) latas de castanha produzidas. Tem uma espécie de contrato, vendem apenas para o dono que não paga o preço do mercado. Outros produtos como cascos, copaíbas, não são comercializados via os donos.
	Igarapé Ludovico Velho	Castanhal	Paulo Afonso Munduruku (04 famílias)	São Raimundo	O Sr. Luís Alecrim	?		
	Igarapé Santa Júlia	Castanhal	Lazo	Pau Queimado	Francisco Lima (falecido) Família Lima; outros donos: Bernal	200	açaí, copaíba,	Produção máxima - 900 latas. Gleba B. Hoje trabalhador de fora
	Rio Sepoti	Castanhal	Tenharim do Estirão - Não utilizam	São José do Laguinho	indígenas da T.I. Sepoti			
	Igarapé e lago Três Bocas	Castanhal	Daniel Munduruku Avô Leonel Parente da Costa Munduruku, bisavô Miguel Parente do Jauari, casado com a Sra. Belarmina da Costa que	Pau Queimado	Gleba B	200	copaíba, pesca, caça, matamatá	A família explorou a vida todo esse castanhal, conflitos a partir de 2013. Já tirava castanha, balata, caucho e morava lá no inverno e verão.

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
			"falava feio e tinha orelha grande"					
	Igarapé e lago do Livramento		"Quem chegar primeiro tira castanha lá". Incluso, pessoal do Estirão, embora não tenham limite com a área, "tem costume de explorar"			40	pesca, copaíba	
	Igarapé Copaibal	Copaíba	Bernabel e irmãos	Vista Alegre e São Raimundo			pesca, caça	
	Igarapé Folharal Grande	Castanhal	Raimundo Aladino Munduruku, casado com tenharim do Estirão, cuja família também explora o castanhal	São Raimundo	Silvério Lima de Andrade (falecido), pai do Naveca	500	copaíba, pesca, caça, matamatá	lago bem grande- lago do Folharal, maior parte dentro da T.I. Sepoti. Lugar assombrado após morte de jovem de 14 anos em 1976, corpo nunca encontrado. A família abandonou o lugar.
	Igarapé do S	Copaíba	Bernabel e irmãos				caça e pesca	

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
	Igarapé do Finado	pesca e caça						anta, veado
	Lago do Segundo	pesca e caça						anta, veado
	Igarapé do Sucuriçu	pesca e caça						
	Igarapé Seringalzinho	Copaíba	Zé Cumprido, Manuel Rodrigues Parente Munduruku, Natal Rodrigues Munduruku			78 (2004); 80 Kg (2018)		Não sabem se já teve seringal?
	Igarapé do Poço das Cobras	Pesca						subsistência
	Igarapé Piquiá	Copaíba					casco, pesca	
	Praia do Quati	pesca e caça					pesca, ovos de tracajá e tartaruga	pesca
	Paneiro	Castanhal	Mosa - São José (hoje morador de Auxiliadora)		Luís Alecrim	80		
	Piritó	Castanhal	José Nogueira Parente Munduruku e família		Francisco Lima (falecido) - Auxiliadora, filha casada com	100		em frente ao Paneiro

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
					João Nogueira do Estirão			
	Igarapé Tracajá	pesca e caça						
	Praia do Jauari	pesca e caça						
	Igarapé do Amâncio	pesca e caça						praia com ovos de tracajá e tartaruga. "Onde uma onça matou um rapaz chamado Amâncio na praia e não carregou porque não deixaram". Trabalhador do Caucho na década de 1950
	Praia Maçaranduba	Copaíba	Paulo Afonso da Silva Rodrigues	São Raimundo			copaíba, casco, pesca	
	Poço do pote	Pesca e caça		Pau Queimado	Gleba B			baixio do Igarapé papagaio
	Igarapé Papagaio	Castanhal	José Claudio Callisto e Ronigleison Rodrigues Calisto	Baixo Grande		28		muito longe. Já foi morada de Osmar
	Praia da gaivota	pesca e ovos	Pesca					
	Igarapé da Viúva							

Rio	Nome do local	Uso principal	Família indígena que opera/trabalhadores	Aldeia dos usuários	"Proprietários"	Produção média	Outros produtos extrativos	Observação
	Igarapé do Pano Queimado							
	Amazônia							
	Cachoeira da Palmeira							30 minutos do rio Amazônia
Rio Maici	?	pau rosa – extrativismo	Trabalhavam com família, Lázaro Parente					Destino Manicoré, 1978. No tempo da subida a remo. 10 homens 20 toneladas. "as coisas eram mais baratas, mas o Pau rosa era ainda mais..."
	Igarapé da Cachoeira	Sorva	Sebastião Pereira Rego, de Jutai.		Moisés		fatura de peixes, pirarucu	década de 70. trabalhavam na sorva de inverno e verão

A partir das informações levantadas e apresentadas até aqui foi elaborado o Mapa 10, pág 194, que dá visibilidade à terra tradicionalmente ocupada e ao território indispensável às atividades produtivas, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais essenciais à reprodução física e sociocultural dos povos que habitam o Baixo Marmelos. Consideramos como as "*áreas utilizadas para suas atividades econômicas*" (como requer o preceito constitucional) além das áreas de roça, as áreas utilizadas até a presente data para caça, pesca e coleta de produtos extrativistas.

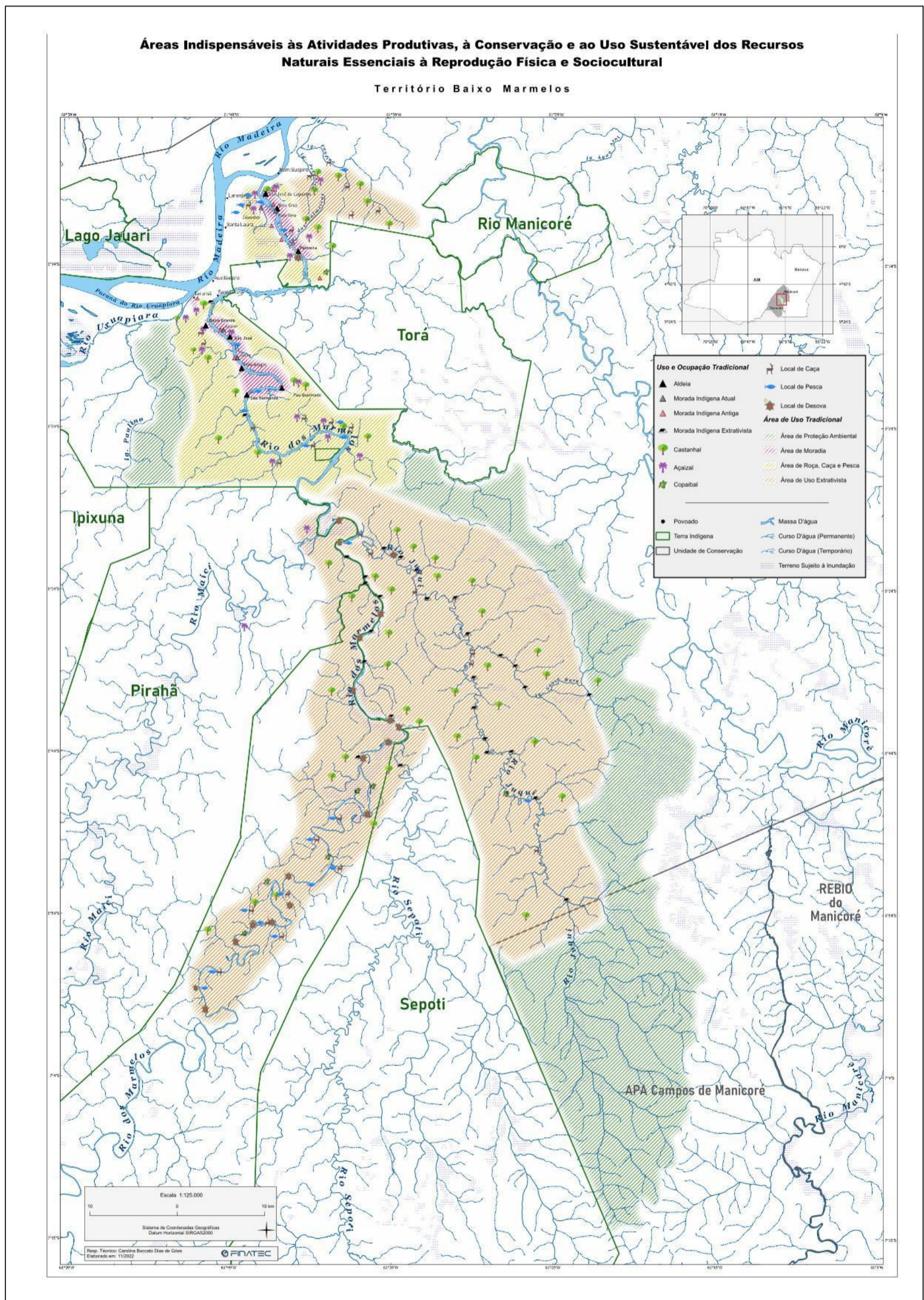
Os pontos georreferenciados neste mapa encontram-se nas tabelas 22 e 23, localizadas nas páginas anteriores, as quais apresentam informações detalhadas sobre cada um dos pontos georreferenciados no mapa.

Estão representadas as oito aldeias dos povos do Baixo Marmelos. Os pontos indicativos de *moradas antigas* representam lugares de antigas aldeias. As *moradas indígenas extrativistas* indicam pontos com casas utilizadas apenas durante a temporada de coleta.

Neste mapa não está delimitada a área proposta por esse Estudo. Além das áreas e pontos de uso pelas comunidades do Baixo Marmelos, é necessária a delimitação de uma área de proteção ambiental indispensável para a preservação destes recursos naturais, conforme já foi justificado nesta parte.

Pode-se verificar que parte do território utilizado pelos povos do Baixo Marmelos encontra-se dentro da TI Tenharim Gleba B, o que tem ocasionado, por vezes, algumas tensões entre estes povos, o que marca a importância e urgência de se garantir aos povos indígenas atuais, moradores do Baixo Marmelos, o usufruto e acesso pleno do restante de seus recursos naturais.

Mapa 10 - Áreas Indispensáveis às Atividades Produtivas, à Conservação e ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais Essenciais à Reprodução Física e Sociocultural



V – QUINTA PARTE REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

- a) **Dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;**
- b) **Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc. explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;**
- c) **Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim. Identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicitando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim.**

5.1- Reprodução física e cultural

Esta parte trata da construção pelos atuais povos indígenas do Baixo Marmelos da sua identidade indígena atual e de sua territorialidade; ou seja, das estratégias construídas para continuarem ocupando o seu território, garantindo assim sua “*reprodução física e cultural*” apesar do esbulho sofrido.

As diversas dimensões da dinâmica demográfica – seja natalidade, mortalidade ou migração – dos povos indígenas são ainda muito pouco conhecidas. E, mais difícil ainda, quando se trata de povos como os Torá e Matanawi, cuja invisibilidade como indígenas torna os dados não confiáveis.

Além da qualidade das fontes de dados serem muito precárias, essas informações podem oscilar, ao longo do tempo, de acordo com interesses políticos das comunidades ou das pessoas em relação a sua identidade. Sabemos o quanto a invisibilidade de povos indígenas com muito tempo de contato e que sofreram perdas e perseguições foi a estratégia adotada para sua sobrevivência física.

O modo com que estes povos “inviabilizados” pensam e constroem suas identidades não se baseia em cortes intransponíveis. Seu pensamento identitário está centrado pela possibilidade de transformação, a questão é dominar horizontes mais vastos possíveis, seja nos espaços urbanos das vilas e cidades, seja nos espaços políticos do movimento indígena ou das comunidades indígenas locais ou, ainda, como beneficiários de políticas públicas específicas, acionando assim identidades diversas.

Portanto, para se pensar na reprodução física e cultural destes povos temos que nos deter em 2 questões fundamentais para a compreensão das relações estabelecidas entre as diversas

aldeias consideradas na proposta de delimitação da TI Baixo Marmelos: o que significa uma comunidade se reconhecer e ser reconhecida como uma aldeia indígena? E a qual “etnia” pertencem cada uma das pessoas identificadas como indígenas? Estas são questões que trataremos ao longo deste capítulo.

As diversas comunidades/aldeias da TI Baixo Marmelos, ainda que apresentem certa autonomia do ponto de vista político, não se constituem em unidades isoladas e fechadas sobre si mesmas, como já apontado na parte 2 deste Relatório. Essas comunidades/aldeias podem ser pensadas como um sistema de redes multilocais de intercâmbio e comunicação que as interligam garantindo sua reprodução física e cultural e indicando os ricos processos por meio dos quais esses grupos se reclassificam permanentemente aos outros e a si mesmos.

Do ponto de vista demográfico, parece haver uma certa estabilidade; os dados populacionais das 8 aldeias apresentados no levantamento realizado pelo Cimi em 2018 somam 505 moradores. Passados 5 anos encontramos nestas mesmas comunidades um total de 504 moradores⁴³.

5.2 - A construção de uma identidade indígena na situação atual

Adriana Athila, em sua dissertação “Índios de Verdade: territorialidade, história e diferença entre os Mura da Amazônia Meridional”, (UFRJ -1998) apresenta um balanço crítico da história desse povo desde o século XVIII ao XX e mostra como via de regra os documentos oficiais expressam depreciativamente os povos com muito tempo de contato, sempre considerados como “miseráveis”, de “costumes acabocladados”, que teriam perdido parte do que é chamado de “acervo cultural” e de como estariam “dispersos nas povoações de regionais”. De modo geral, as referências oficiais a estes índios levavam a crer na extinção dos Mura enquanto povo indígena diferenciado (1998:18/19). O mesmo poderia ser aplicado aos Torá e Matanawi, considerados como extintos até a década de 80 quando são “descobertos” por Lange & Heringer, mas continuam apagados nas referências bibliográficas e documentos oficiais, praticamente até o confronto dos Torá e demais comunidades do Baixo Marmelos com os Tenharim.

Assim refletir sobre a territorialidade destes povos do Baixo Marmelos e as estratégias construídas por estes para sua reprodução física e cultural, exige que nos defrontemos com a questão colocada por Athila, ao refletir sobre os Mura, “*quem são estas pessoas que se dizem indígenas ou não?*” (1998:18). Como estas pessoas pensam a si mesmas estabelecendo diferenças (ser índio) em relação aquelas, “civilizadas”, as quais foram reduzidas como idênticas? Como estabelecem estas diferenças se “*encontram-se completamente descaracterizados desconhecendo língua e costumes originais*”? De que modo a permanência histórica do preconceito, atribuída

⁴³ O total apresentado na primeira parte deste Relatório aponta para um total de 598 indígenas moradores do Baixo Marmelos, porque aí estão referidos os 94 indígenas que residem na comunidade do Escondido.

aos índios em geral e aos Torá, Mura, Munduruku e Matanawi em particular, expressa a discriminação sofrida e influencia a construção desta identidade?

Ainda hoje, a figura do *índio* é caracterizada por uma ausência daquilo que nós consideramos como atributos morais constitutivos da civilidade. Os índios são definidos *por aquilo que não têm*. Eles, os índios, *não têm vergonha, não têm moral, não obedecem a ninguém, não gostam de trabalhar* ou no afirmativo, *são preguiçosos, são traiçoeiros, são puros, são selvagens, são coisas do passado*. Esses são os estereótipos mais comuns. Todos carregados com um denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização. E que, paradoxalmente, os legitima enquanto indígenas, detentores de direitos especiais. (Ladeira,ME. 1998)

Para a maioria das pessoas saber se um grupo indígena realmente tem direitos a terra e proteção especial, implica em verificar se eles *são índios de verdade*, se nele cabem as características de *primitividade* contidas na imagem genérica existente sobre os índios.

Por outro lado, estes índios também têm merecido pouca atenção por parte da etnografia brasileira, pois *não sabem mais fazer seus rituais tradicionais, não falam mais a língua* (são monolíngues no português), *não usam nenhuma marca diferenciadora externa* (pinturas ou adornos) etc... E, ainda não se diferenciam de um conjunto de outros povos na mesma situação, ou seja, compartilham o mesmo “cenário social” com muitos povos amazônicos contatados no século XVIII, cujas referências históricas são extensas e precisas em suas diversidades, mas que atualmente estas diferenças estão reduzidas apenas ao pertencimento a uma origem e uma ancestralidade comum, e, principalmente, a um histórico de esbulho compartilhado.

Estes povos indígenas, despojados da “primitividade” e “tradicionalidade”, marcadores construídos pela sociedade nacional para definir os “índios verdadeiros”, com direitos a ocupação e posse de seu território, se vêm assim, como muitos outros povos indígenas, com a obrigação de construir novos marcadores para si em seu relacionamento com a sociedade nacional. (Ladeira, 1998)

Estão sendo lentamente introduzidos ao discurso da *indianidade*, e construindo representações de uma imagem indígena tendo em vista a obtenção de uma maior visibilidade para reconhecimento de direitos específicos, e neste esforço muitos vêm tentando apagar os marcadores negativos, principalmente o de preguiçosos.

Pensar em terras indígenas para povos indígenas reconhecidos na historiografia, mas apagados na atualidade enquanto “índigenas” pelo senso comum e pelo ideário nacional, nos obrigou a compreender a história de seus territórios pelas elaborações que sobre si constroem e que modificam temporalmente e que foi apresentada na segunda parte deste Relatório.

Retomando, uma das questões importantes para a definição dos limites a serem reconhecidos como Terra Indígena é a designação de quem pode ou deve ser reconhecido como índio⁴⁴. E como essa identidade vem sendo reconstruída.

5.3 O sistema social: as relações de aliança

As formas de organização social destes povos correspondem a sociedades com fronteiras sociológicas fluidas e pouco precisas. Pertencer a uma aldeia/comunidade corresponde a morar e compartilhar a vida comum e reconhecer a autoridade de uma liderança. Os constantes intercassamentos e realocações dos membros em comunidades/aldeias próximas ou mesmo nas cidades e vilas vizinhas não constituem um empecilho para a continuidade dos grupos, já que aqueles que saíram para trabalhar, estudar ou casar nas cidades ou nas vilas do entorno, acabam por se constituir como importantes articuladores de redes de troca e ajuda mútua mais extensa. E, através das alianças matrimoniais entre si garantem a ocupação da terra.

Nas genealogias em anexo pode-se verificar estas relações e alianças, incluindo as relações genealógicas com as cidades e vilas do entorno.

Conforme aponta Peggion:

“o parentesco religioso, o compadrio, faz parte da complexa rede de relações regional, estabelecendo um laço entre adultos através dos filhos. Assim, quando alguém quer estreitar vínculos com outrem, convida-o para que seja padrinho de algum filho. Apesar da relação entre padrinho e afilhado, a que importa realmente é aquela entre os compadres”. (Peggion. E, 2018).

Na parte 2, Habitação Permanente, discorreremos sobre a formação e consolidação das aldeias existentes e as relações estabelecidas entre elas fundadas nas alianças matrimoniais. Vimos uma certa orientação existente quando dos casamentos, muito comum entre povos indígenas de várias regiões do Brasil, em que o marido, quando vindo de outra aldeia, deve residir junto à família de sua mulher (uxorilocalidade). Entretanto, para um homem esta é uma decisão muito difícil. Deste modo ele tende a buscar uma esposa nas comunidades onde existam outros parentes consanguíneos, reforçando ainda mais as alianças já dadas entre estas comunidades, por exemplo os casamentos são frequentes entre as comunidades de S. Raimundo, Vista Alegre e Pau Queimado bem como entre as comunidades de Baixo Grande e S. José do Pindobal. Quando os

⁴⁴ A FUNAI até 2004, principalmente no Amazonas, sempre que solicitada, emitia um *registro de índio* para aqueles que reconhecia como indígena, por meio de pesquisa nos controles de nascimento, para quem se casa com um índio, e na sequência, para seus filhos e os cônjuges destes filhos. Via de regra, a FUNAI local aceitava também, para a emissão do *registro de índio*, a indicação feita pela liderança da comunidade. Independentemente da discussão ética de *quem é índio*, ou mais diretamente quem deve ter “direitos especiais” assegurados pelo Estado Brasileiro, a política da emissão dos registros de índios agrega novos marcadores para a definição da identidade indígena.

maridos não são “gente do Marmelos”, o casal reside na vila/cidade de origem do marido, geralmente Auxiliadora, Bom Suspiro, Humaitá, Manicoré e Porto Velho.

Na verdade, estas vilas e cidades são pontos potenciais de moradia, não só para o “povo do Marmelos”, na verdade, são espaços originários de ocupação indígena e que estes povos continuam utilizando com as suas formas atuais de ocupação. Como foi apontado na primeira parte deste Relatório, o rio Madeira e seus afluentes são territórios imemoriais de ocupação indígena, principalmente no caso específico dos Mura, Torá e Matanawi.

5.4 - Organização política: a formação de comunidades e as dissensões políticas entre as comunidades da TI Baixo Marmelos e as da TI Torá

A formação jurídica/ política de “comunidades/aldeias”, tal como são apresentadas hoje, é recente na história destes povos e surge em decorrência do modelo imposto pela sociedade nacional para estabelecimento da interlocução índio/Estado. A sua identidade está embasada na necessidade da visibilidade para o acesso aos benefícios da política indigenista oficial advindos com a Constituição de 1988, benefícios específicos e direcionados aos povos indígenas.

Até trinta/quarenta anos atrás as famílias se estabeleciam ao longo do rio Marmelos, em espaços do território tradicional configurados pelas relações de aliança entre as famílias. As margens do Madeira, do Marmelos eram ocupadas pelas famílias que se relacionavam entre si, o acesso aos recursos naturais era o *motus* das disputas e alianças.⁴⁵

Se, no começo do século, no auge da borracha, o “ser índio” pouco significava, tendo sido esta identidade, na medida do possível, apagada do horizonte, ela começa a ser colocada e reavivada como algo que poderia ter algum valor a partir da década de 70.

A figura jurídica da comunidade/aldeia trouxe novos ingredientes às dissensões políticas tradicionais, agravada ainda nestas regiões do Madeira pelos recortes territoriais dados pela delimitação/demarcação de Terras Indígenas ou Reservas Extrativistas. Como exemplo, a parentela do que hoje se constitui como TI Torá conseguiu, pelas alianças políticas, o poder das indicações de quais comunidades deveriam estar inclusas na TI Torá, não considerando a situação das comunidades de Baixo Grande e Vera Cruz, além daqueles moradores Torá das demais comunidades do Baixo Marmelos que se auto identificam como Mura e Munduruku. No falar do seu Jesuíno Pereira dos Santos Torá, “*não sei porque o compadre Marciano, cacique do povo Torá, deixou de fora o Baixo Grande*”.

Após a demarcação, nos anos 80 e 90, das Terras Indígenas que fazem limite com a atual proposta de delimitação da TI Baixo Marmelos⁴⁶, as comunidades aí existentes passaram a se mobilizar para conter, não só o avanço das explorações de seus castanhais pelos de fora, mas também para enfrentar as desavenças, principalmente com os Tenharim, em cuja terra demarcada encontram-se muitas das áreas de uso das comunidades do Baixo Marmelos (ver Mapa 10, pág. 194) e pela utilização do rio Marmelos para um projeto de turismo, como foi apontado na parte 4 deste Relatório.

Como estas comunidades foram excluídas dos processos administrativos da FUNAI para o reconhecimento e delimitação das Terras Indígenas da região, se viram na obrigação de se pronunciar mais veementemente como indígenas, para ter a merecida atenção do Estado e de suas políticas públicas.

⁴⁵ As estratégias para esta ocupação são tratadas na parte terceira deste Relatório.

⁴⁶ O detalhamento e consequências destas regularizações são tratadas na primeira parte deste Relatório.

Assim tiveram que se defrontar com a questão de se autodeclararem e se identificarem como *indígena*. Mas o que significa uma comunidade ser reconhecida como Indígena? “*A maioria das famílias são indígenas, só que não querem ser*”

Nem todas as comunidades existentes na região do Baixo Marmelos se autodeclararam como comunidades indígenas, apesar da maior parte de seus moradores serem identificados como parentes, portanto como indígenas, pelos moradores das demais aldeias: É o caso das 3 comunidades de Vista Nova, Escondido e Tarumã.

A chegada da SESAI para o atendimento das 8 aldeias atuais do Baixo Marmelos (S. José do Lagunho, Palmeira, Vera Cruz, Baixo Grande, S. José do Pindobal, Pau Queimado, Vista Alegre, S. Raimundo) levou a uma reconfiguração social em que muitas das famílias indígenas residentes nas comunidades autointituladas não indígenas vêm se registrando como indígenas e se cadastram para efeito de atendimento em uma das comunidades indígenas onde residem seus parentes, garantindo assim o atendimento da SESAI. É o caso das 3 comunidades citadas: Vista Nova, Escondido e Tarumã. Sendo que grande parte das famílias da Vista Nova e Escondido são cadastradas na comunidade indígena de Vera Cruz e Palmeira.

O mesmo acontece com o grande número de famílias indígenas residentes nas vilas de Santa Luzia, Bom Suspiro e Auxiliadora, que também recebem o atendimento da SESAI. Auxiliadora e Santa Luzia devem ser pensadas como os espaços urbanos destas comunidades/aldeias indígenas ribeirinhas, seus espaços potenciais de ocupação: onde enviam seus filhos mais velhos para estudar, onde fazem compras, participam de torneios, votam etc. Segundo informações do Sr. Rubermar Torá existem 37 famílias cadastradas como indígenas em Auxiliadora e 32 famílias em Santa Luzia e que recebem a atenção primária da SESAI.⁴⁷

Mas, para além do atendimento da SESAI e da atenção da FUNAI, o que significa uma comunidade se reconhecer e ser reconhecida como indígena? Significa que tem um modo próprio de compartilhamento do território fundamentado em relações de aliança e parentesco e referenciado por uma memória histórica da ocupação. Significa, ao menos, que são representadas por caciques. Significa que devem ter um discurso político coeso em relação às intervenções vindas do exterior.

Neste sentido as 3 comunidades, Vista Nova, Escondido e Tarumã, que não se autodeclararam como comunidades indígenas, o fazem, não porque seus moradores não sejam identificados como indígenas, mas, fundamentalmente, para não estarem subordinadas às orientações tomadas em conjunto pelas demais 8 aldeias do Baixo Marmelos. Não querem fazer parte do conjunto de relações e alianças no qual estas estão articuladas.

Nos parece assim que, para além de estarem se subtraindo ao preconceito em relação a “ser indígena”, a relutância em se autodeclarar como comunidades indígenas é para não estarem

⁴⁷ Não tivemos acesso aos dados da SESAI.

“subordinadas” à organização política que orienta as ações e demandas das demais comunidades/aldeias indígenas do Baixo Marmelos.

As 8 comunidades que se auto identificam como indígenas do Baixo Marmelos estão organizadas em uma associação, “Associação dos Povos Indígenas do Baixo Marmelos”. Cada comunidade/aldeia possui seu cacique, geralmente da família fundadora, e existem caciques gerais para cada povo que habita o Baixo Marmelos, independente das comunidades/aldeias em que “seu povo” esteja morando.

Por exemplo, seu João Bosco, cacique da aldeia Palmeira, é o representante dos Mura residentes no Marmelos. E numera a existência de 5 famílias na sua comunidade, Palmeira, de 6 famílias na comunidade não indígena de Vista Nova, 2 famílias na comunidade não indígena do Escondido, e 1 família na comunidade não indígena do Bom Suspiro, mas, segundo ele, existem muito mais nessa comunidade, mas que não querem ser reconhecidos. Nesta lógica, cada uma das comunidades/aldeia do Baixo Marmelos se identifica predominantemente como:

- Baixo Grande - Torá/ cacique Sr. Osmar Calisto
- São José do Pindobal - Munduruku/ cacique Sr. Rosivalto
- Palmeira – Mura/ cacique Sr. João
- Pau Queimado - Matanawi/Munduruku, cacique Ivo Rodrigues Parente
- São Raimundo - Munduruku/ cacique Sr. Francisco
- Vista Alegre - Torá /Munduruku; cacique Dona Amália
- Vera Cruz - Torá/ cacique Seu Pedro.
- São José do Laginho - Tenharim/ cacique Raimundo

Do ponto de vista da política local, as decisões maiores são indicadas pela comunidade Torá da aldeia do Baixo Grande, já que a precedência de ocupação do território é reconhecida aos Torá. Até pouco tempo atrás a definição de pertencimento a uma ou outra “etnia” era indiferente. Esta questão veio atrelada à ação da FUNAI na emissão do “Registro de Índio”, o reconhecimento por parte do Estado Brasileiro de que o indivíduo tinha direitos específicos e regulados pela Constituição e, para este registro era necessário a informação a qual “etnia” a pessoa pertencia.

A Funai nem sabia da existência dos Matanawi, por isso essa indicação foi apagada em qualquer referência. As indicações foram dadas arbitrariamente pelos servidores da Funai, prevalecendo a referência aos Munduruku, mais conhecidos, independente deles terem chegado na região apenas no começo do século 20 e se casado com mulheres Matanawi e Torá.

Mas o acréscimo dos sobrenomes aos nomes individuais, obedecendo as regras do sistema de nomeação brasileiro em que se mantém o sobrenome paterno, veio reforçar ainda mais a tendência de identificação das pessoas como Munduruku, apesar da referência constante, *“mas a minha mãe veio do Acará, e se veio do Acará é Mura”, “a minha mãe conta que vivia na beira,*

e quem vive na beira é Mura". Há um contingente de ascendência materna Mura significativo, mas que some frente ao fato de que é mais vantajoso ser Munduruku (eles são mais conhecidos e temidos), e sem dúvida, na época da borracha, veio um contingente masculino Munduruku junto com os nordestinos, como discorrido na parte 2 deste Relatório.

Os Torá se referem aos filhos dos indígenas com não indígenas como "peixe boi", porque eles são a mistura de sangues diferentes. Entretanto um indivíduo "peixe boi" é reconhecido por eles como indígena. Se a mãe for "branca", não tem problema porque ele continua com o sobrenome paterno (indígena) transmitido a ele. Se o pai for "branco" e o casal residir na aldeia, eles vão adicionar, via de regra, também o sobrenome de seu "sangue indígena". Se o pai for desconhecido ou foi embora, ele fica apenas com o sobrenome que marca o seu "sangue indígena". Desta forma marcam o pertencimento indígena e seu direito ao usufruto dos recursos naturais.

Este foi um dos pontos que levou ao apagamento da presença Matanawi na região do Baixo Marmelos. Os Matanawi, segundo o que nos foi relatado, habitavam dois pontos principais no Baixo Marmelos no começo do século passado, próximo de onde hoje estão as localidades do Pau Queimado e Escondido. A descendência Matanawi existente hoje é resultado do casamento de mulheres Matanawi com homens Munduruku⁴⁸ e a pouca descendência masculina Matanawi que permaneceu no Baixo Marmelos optou em se declarar apenas como Munduruku, apagando a identidade Matanawi, já que o que se estava marcando era o "*ser indígena*"

Entretanto todos sabem as origens e parentesco de todos e os sobrenomes, na lógica acima, são marcadores desta identidade de origem: Calisto é indicativo de Torá, Parente é indicativo de Munduruku, Rodrigues de Matanawi.

Diferenças no modo de vida e de uso dos recursos naturais ou de hábitos domésticos são inexistentes, neste ponto são todos "gente do Marmelos", apesar de reconhecerem a antiguidade da ocupação Torá e Matanawi na região.

5.5 - Deslocamentos e evasões: as aldeias potenciais e a população potencial

Athila, em seu estudo sobre os Mura, chama a atenção que os deslocamentos pelo território tradicional levam em conta o que denomina como "aldeia potencial". Ou seja, que os destinos das migrações comumente observados, das "andanças", característica da forma de ocupação e controle do território de ocupação tradicional, leva em consideração alguns fatores. Quais são os fatores/motivações que levam os Torá e Munduruku a determinarem locais de aldeias potenciais? Aldeias potenciais, como localidades passíveis de serem habitadas. Vimos, na parte 2 deste Relatório, como estes locais de formação de novos núcleos se dá nas proximidades de locais

⁴⁸ Ver relatos dos casamentos e constituição das comunidades atuais na parte 2 deste Relatório

anteriormente ocupados. Locais anteriormente ocupados guardam cemitérios, guardam árvores e quintais plantados e legitimam para cada um dos grupos em questão a dominância daquele espaço, aberto pelos seus “antigos”, pais, avós.

Na parte 2 deste Relatório descrevemos a constituição das atuais comunidades e as relações de aliança entre elas e vimos como estas comunidades se reproduzem, se realocam em um espaço já dado por uma ocupação referenciada a espaços já ocupados em um passado.⁴⁹

Estes povos, em específico os Torá, Matanawi, Munduruku e Mura da TI Baixo Marmelos têm sido alvo de esbulhos e exploração de seus recursos naturais e do seu contingente populacional no decorrer da história, o que inevitavelmente traz algumas particularidades quanto à questão das “andanças” entre estes povos. A política loteadora do SPI, com suas concessões e arrendamentos, contribuiu para a configuração e padrão atual de ocupação de um dado território, mesmo quando o reconhecimento de uma identidade indígena não era colocado por estes povos.

O trabalho temporário, geralmente, é responsável pela mudança de alguns membros mais novos de algumas das famílias que compõem a TI Baixo Marmelos para vilas do entorno (Auxiliadora, Bom Suspiro) e as cidades próximas (Manicoré e Humaitá e Porto Velho) e, muito raramente para a capital, Manaus. É nestas vilas do entorno onde também os pais mandam seus filhos para estudar. Aqueles cuja comunidade/aldeia fica mais distante voltam nos finais de semana, mas o pessoal da aldeia do Baixo Grande, por exemplo, que fica bem próximo da vila de Auxiliadora, vai e volta todos os dias.

Estamos entendendo aqui por comunidade indígena toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros. Em outras palavras, se as comunidades apontadas neste Relatório são realidades espaciais, há, entretanto, a existência de outras comunidades extensivas fundadas, principalmente, nas relações de parentesco e que se encontram dispersas espacialmente pelas cidades e vilas do rio Madeira.

Sabe-se que muitas das pessoas que residem fora continuam mantendo vínculos com a sua comunidade de origem, servindo como apoio para aqueles “parentes” que querem estudar, ou estão em tratamento de saúde, ou mesmo buscar emprego. E, nestes centros urbanos continuam a manter a tradição histórica do emprego da mão-de-obra indígena em tarefas domésticas ou servis (SPI 1926:379/0322), mas gradativamente começam a ocupar, devido ao estudo, outros empregos. Nas genealogias em anexo pode-se observar a quantidade significativa de pessoas nascidas no Baixo Marmelos e que vão residir nas vilas e cidades da região do Madeira.

No contexto atual, podemos dizer que a população indígena do Baixo Marmelos estende ao espaço urbano o conceito de “aldeia potencial”. Podemos entender o movimento de vivência nestes espaços urbanos no sentido da extensão/ ampliação da ocupação em regiões antes tradicionalmente controladas apenas por estes povos.

⁴⁹ Ver mapa 5 “Formação e parentesco entre as aldeias/comunidades do Baixo Marmelos” (Parte 2)

Esta é, sem dúvida, uma estratégia para garantir um crescimento demográfico e a manutenção sustentável da ocupação de seus territórios de origem. O estar na cidade é interpretado como uma situação não-permanente e as comunidades/aldeias do Baixo Marmelos consideradas como o lugar de habitação daqueles indivíduos, e para o qual sempre podem voltar, inclusive onde grande parte são enterrados.

Via de regra, dos que se casam com não indígenas e permanecem nos centros urbanos, a primeira descendência ainda retorna para a aldeia de origem de um de seus genitores nas férias escolares e pode em situações extremas retornar a residir na comunidade indígena. Entretanto a probabilidade do retorno da segunda geração é muito remota (Ladeira. ME, 1998).

A despeito da memória viva das correrias e servidão que marcaram essas regiões da Amazônia, estes povos não pretendem nos dias de hoje travar uma disputa com os “brancos” das cidades, mas, pelo contrário, procuram abrir espaço para cultivar interações possíveis. Procuram conciliar a possibilidade da vida nas cidades com a vida nas comunidades/aldeias. O que exige uma política interna de estarem enviando para estes centros urbanos parte de seus jovens e de utilizar com frequência nas cidades a rede já criada por sua parentela.

Esta situação de retração populacional é, assim, decorrente em grande parte da insegurança em relação ao futuro, em relação à disponibilidade de terras, sem conflitos, para garantir o crescimento populacional do grupo em moldes tradicionais garantindo a conservação dos recursos naturais. Esta tendência de controle demográfico pode ser amenizada pela demarcação de uma área que comporte a situação atual e necessária, mas igualmente a possibilidade futura de um crescimento demográfico, ainda que este crescimento demográfico continue se estendendo também para seus “territórios urbanos”, as cidades e vilas da região do rio Madeira.

5. 6 - Áreas imprescindíveis à reprodução física e cultural

A área a ser demarcada como Terra Indígena deverá atender a demanda das 8 comunidades/aldeias indígenas declaradas (Baixo Grande, S. José do Pindobal, Pau Queimado, Vista Alegre, São Raimundo, S. José do Laguinho, Vera Cruz, Palmeira) e das 3 comunidades com uma significativa presença de famílias que se reconhecem (e são) indígenas, mas que, como vimos, não se declaram como tal (Escondido, Vista Nova, Tarumã), garantindo a possibilidade de crescimento demográfico no interior da Terra Indígena, diminuindo a evasão para os centros urbanos e o subemprego pelo trabalho temporário nas vilas e cidades da região.

Assim, a área necessária para a reprodução física e cultural da gente do Marmelos é aquela que atualmente vem ocupando (ver mapa 10), garantindo-se:

- 1- As áreas de moradia das comunidades/aldeias indígenas com seus cemitérios e ocupação, incluindo as roças;
- 2- Os locais das antigas aldeias;
- 3- As áreas utilizadas como áreas de caça, pesca, coleta de castanha, açaí, de reserva de lenha e madeira para construção das suas casas e barcos;
- 4- E o acesso livre aos recursos naturais que vêm utilizando conforme seu uso, costume e tradições.

O reconhecimento da totalidade destas áreas possibilitará aos povos indígenas do Baixo Marmelos uma vida digna e sua reprodução física e cultural conforme seus usos, costumes e tradições.

VI – SEXTA PARTE LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

- a) Identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) Descrição da(s) áreas(s) por eles(s) ocupadas, com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) Informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) Informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor.

Nesta parte do RCID, a Portaria 14/MJ/96 determina que deve constar “a identificação e censo de eventuais ocupantes não indígenas; a descrição das áreas por eles ocupadas, com a respectiva extensão, datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias realizadas; informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem; informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor”.

Neste sentido esta parte do Relatório apresenta um panorama da situação fundiária da região. Os levantamentos de natureza fundiária que subsidiaram este relatório seguiram as diretrizes estabelecidas pelo artigo 231 da Constituição Federal, pela Lei nº 14.701/2023, pelo Decreto nº 1.775/1996 e pelas Portarias MJ nº 14/1996 e nº 2.498/2011.

A fim de atender integralmente os itens e subitens da portaria ministerial nº 14/1996 Levantamento Fundiário, conforme disposto na Lei nº 14.701/2023, tem por objetivo identificar os ocupantes e as ocupações não-indígenas incidentes na área de estudo e oportunizando a participação, contraditório e ampla defesa de quais interessados.

Com o objetivo de identificar, mapear e caracterizar as ocupações não indígenas incidentes na área delimitada, os estudos de natureza fundiária envolveram a análise dos aspectos dominiais, jurídicos, socioeconômicos e territoriais, a partir da consolidação de dados de bases fundiárias oficiais e de informações coletadas em campo pelo Grupo Técnico (GT) instituído pela Portaria Pessoal FUNAI nº 395, de 6 de maio de 2025, alterado em seu artigo 1º pela Portaria de Pessoal Funai nº 638, de 15 de julho de 2025.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.701/2023 e na Portaria MJ 2498/2011, a Prefeitura Municipal de Humaitá, Prefeitura Municipal de Manicoré e Governo do Estado do Amazonas foram oficiados e convidados a participar dos estudos, indicando profissionais para compor o grupo técnico. No entanto, apesar de constar no processo administrativo o recebimento

dos ofícios via AR (Aviso de Recebimento), apenas o Governo do Estado indicou representante, o qual, contudo, não participou da etapa de levantamento de campo.

Metodologia

A metodologia adotada neste levantamento fundiário seguiu os dispositivos previstos na legislação indigenista vigente, especialmente a Lei nº 14.701/2023 e o Decreto nº 1.775/1996 e as diretrizes do Manual de Orientações Básicas para Estudo de Natureza Fundiária na Etapa de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas. As atividades ocorreram em dois momentos diferentes e complementares: pesquisas de gabinete e a etapa de campo. O levantamento de gabinete realizou consultas e análises de bases de dados oficiais, visando à identificação preliminar de imóveis e registros fundiários incidentes na área da terra indígena.

Tabela 24 - Bases de dados utilizados na análise fundiária de gabinete

Base de Dados	Sigla	Órgão Responsável	Finalidade Principal	Natureza Jurídica
Base de Assentamentos da Reforma Agrária	SIPRA	INCRA	Cadastro dos assentamentos rurais vinculados à reforma agrária, incluindo dados georreferenciados e socioeconômicos.	Pública e administrativa
Base de Terras Indígenas	–	FUNAI	Limites oficiais das terras indígenas em diferentes fases do processo administrativo.	Pública e administrativa
Base de Territórios Quilombolas	–	INCRA	Registro dos territórios quilombolas, titulados, delimitados ou em processo de regularização.	Pública e administrativa
Cadastro Ambiental Rural / Sistema Nacional do CAR	CAR / SICAR	MGI	Registro ambiental dos imóveis rurais, com informações sobre APP, Reserva Legal e uso do solo.	Pública, administrativa e autodeclaratória
Cadastro Nacional de Florestas Públicas	CNFP	SFB	Registrar e gerenciar as florestas públicas da União, Estados e Municípios.	Pública e administrativa
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	CNUC/ SNUC	MMA	Consolidar e disponibilizar os limites oficiais das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.	Pública e administrativa

Sistema de Gestão Fundiária	SIGEF	INCRA	Registro georreferenciado de imóveis rurais públicos e privados, com controle dos limites e situação fundiária.	Pública e administrativa
Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais	SNCI	INCRA	Sistema anterior ao SIGEF, responsável pela certificação dos imóveis rurais.	Pública e administrativa

Mapas preliminares, contendo informações fundiárias e territoriais, foram elaborados para subsidiar a etapa de campo.

Nesse momento foram realizadas reuniões técnicas com servidores da Funai e com representantes dos entes federativos indicados. O levantamento de campo baseou-se na identificação e notificação de ocupantes não indígenas, que forneceram, na maioria das vezes, descrições das áreas ocupadas, número de famílias e ocupantes, estimativa de extensão da área ocupada, tempo de ocupação e informações sobre a natureza da ocupação. Para tanto foram aplicados Formulários de Levantamento Fundiário (LF) buscando registrar informações relativas aos ocupantes, incluindo dados pessoais, localização geográfica (coordenadas), área ocupada (quando possível), tipo de uso da terra, benfeitorias e tempo de ocupação.

Em observância do disposto na Lei n.º 14.701/2023, os ocupantes não indígenas identificados em campo foram notificados, visando dar ciência do procedimento demarcatório e oportunizando a participação com apresentação de elementos de natureza fundiária que pudessem ser considerados neste relatório.

Os dados de campo e de gabinete foram sistematização e analisados. Essa consolidação resultou em um Quadro de Ocupantes Não Indígenas, com a identificação detalhada das ocupações cadastradas e em um Mapa Cadastral de Ocupantes Não Indígenas, contendo a representação espacial das ocupações incidentes na área em estudo Baixo Marmelos.

6.1 - Breve Histórico do processo de colonização da região

Durante o século XIX, a estrutura econômica da Amazônia continuava fundamentada na extração de recursos naturais, mantendo a tradição da exploração das "drogas do sertão" que caracterizava os períodos anteriores. O sistema produtivo dependia essencialmente de uma força de trabalho composta por negros escravizados, mestiços e, predominantemente, por expressivos contingentes de indígenas desvinculados de suas tribos originais, os quais recebiam a denominação genérica de tapuios. Essa mão de obra era a base sobre a qual se sustentava a atividade extrativista na região.

O intervalo entre 1840 e 1920 representou um marco transformador para a Amazônia, especialmente com o ciclo da borracha entre 1879 e 1910. Esse período caracterizou-se pela

exploração intensiva das gomas elásticas, fenômeno que provocou uma profunda alteração demográfica na região. Levas expressivas de nordestinos, expulsos de suas terras pela seca e pela concentração fundiária, migraram para a Amazônia, somando-se a imigrantes de diversas nacionalidades que buscavam oportunidades na extração do látex. Esses migrantes nordestinos constituíram a principal força de trabalho nos seringais e foram responsáveis pela expansão da fronteira extrativista sobre territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas.

A partir de 1850, os seringueiros iniciaram uma penetração sistemática no vale do Xingu, processo que resultou na prática dizimação dos grupos indígenas que ali habitavam. Dando continuidade a esse movimento expansionista, partindo do Pará, os extratores de seringa avançaram progressivamente para oeste, alcançando primeiramente o rio Madeira e, subsequentemente, as bacias do Purus e do Juruá. Essas incursões provocaram profundas transformações nos padrões de mobilidade dos povos indígenas que ocupavam essas regiões, impondo novos arranjos territoriais e populacionais.

Nesse contexto de expansão extrativista, a presença missionária ainda se manifestava na região, embora com intensidade significativamente menor do que em séculos anteriores. Em 1852, foi criada uma missão destinada ao rio Madeira, entregue à ordem dos Franciscanos, que se estabeleceu em 1854 na margem direita do rio, recebendo a denominação de São Pedro Alcântara. Anos mais tarde, em 1871, os mesmos religiosos fundaram nas proximidades da ilha das Pupunhas a missão do Apóstolo Pedro, erguida onde anteriormente existira um aldeamento mura, possivelmente no mesmo local da antiga São Pedro Alcântara.

No ano seguinte, os franciscanos expandiram sua atuação fundando no rio Preto, afluente da margem direita do rio Machado, a missão de São Francisco. Este núcleo missionário abrigava inicialmente 46 famílias dos indígenas Tora e Arara, vindo posteriormente a receber também índios das etnias Urupa, Jaru e Matanawi. Paralelamente a essas atividades missionárias estabelecidas, os religiosos mantinham vínculos com os grupos Karipuna e Pama, localizados na região das cachoeiras do rio Madeira, demonstrando a abrangência de sua atuação na área.

Entretanto, os empreendimentos missionários enfrentaram crescentes dificuldades na região. Em 1874, chegou a ser estudada a possibilidade de estabelecer uma nova missão no rio dos Marmelos, onde se encontravam aldeados índios Torá, Matanawi e Pirahã, porém a iniciativa não se concretizou. Os constantes atritos com comerciantes regatões que atuavam na área, somados aos conflitos com as próprias autoridades da província do Amazonas, desestimularam progressivamente o trabalho dos franciscanos no rio Madeira, levando ao declínio de suas atividades por volta de 1880.

Em síntese, a ocupação colonial que deu origem a Humaitá e Manicoré está profundamente enraizada no ciclo da borracha e na exploração das populações indígenas. O povoamento de Humaitá começou em 1869, quando o comerciante José Francisco Monteiro se fixou nas proximidades da antiga Missão de São Francisco, porém os constantes conflitos com os

índios forçaram a transferência da sede da freguesia em 1888 para o local atual da cidade. O município foi criado em 1890, com território desmembrado de Manicoré, e elevado à cidade em 1894, consolidando-se como importante entreposto comercial na hidrovia do Madeira durante o auge da borracha (Berta Ribeiro, 1990; Menéndez, 1981).

Manicoré, por sua vez, surgiu como ponto de passagem dos migrantes nordestinos que se dirigiam aos seringais do Acre, intensificando-se após a Grande Seca de 1877-1878. Elevada à vila em 1877 e à cidade em 1896, consolidou sua importância estratégica no transporte e comércio do látex às margens do Rio Madeira. Entretanto, essa expansão colonizadora teve um custo humano devastador para os povos indígenas, resultando em massacres, escravidão e dizimação de etnias inteiras. Os Tenharim, por exemplo, tiveram sua população reduzida a pouco mais de duzentos sobreviventes com a chegada dos colonizadores e, posteriormente, com a abertura da Rodovia Transamazônica na década de 1970 (Berta Ribeiro, 1990; Menéndez, 1981).

6.2- Caracterização e situação fundiária

A área levantada nos estudos fundiários compreende a última porção da bacia hidrográfica do rio Marmelos, doravante chamado de Baixo Marmelos. Faz limite com as Terras Indígenas Torá, Manicoré, Ipixuna, Pirahã, Tenharim Marmelos (Gleba B) e Sepoti. O território engloba por todos os lados a Aldeia Estirão Grande, pertencente à Terra Indígena Sepoti. Faz ainda limite com o rio Uruapiara, com Paranã do rio Madeira do mesmo nome e com o Paranã do Marmelos. Ao Sul seus limites incluem integralmente o rio Juqui, afluente mais significativo desse trecho do Marmelos e todas as suas cabeceiras. Localidade em que se sobrepõe com a APA Campos de Manicoré e limita-se com a REBIO Manicoré.

Em 2009 o Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” (PNCSA), cita o Fórum de Ribeirinhos do município de Humaitá e apresenta uma lista de 58 comunidades ribeirinhas articuladas ao fórum (Wagner, 2009). Esta lista só inclui comunidades de não indígenas. A vila de Auxiliadora, importante centro “urbano” de referência para os povos da TI Baixo Marmelos, consta da lista abaixo extraída por Wagner (2009: 300) do PNCSA.

QUADRO 04: RELAÇÃO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS.

Comunidades Ribeirinhas			
01	Urucuri	30	Belo Horizonte
02	Descanso	31	Carapanatuba
03	Samauma	32	Malvinas
04	Livramento	33	Pariri
05	Valparaíso	34	Prainha
06	São Braz	35	Juma do Getal
07	Palhau	36	Ilha do Juma
08	Boca do Champanhe	37	Retiro
09	Santa Civita	38	Boa Ventura
10	Terra Preta	39	Cristal
11	Boa Vista	40	Alegria
12	Bom Futuro	41	Juma do Postigo
13	São Raimundo	42	Muanense
14	São Domingos	43	Vista Alegre
15	São Sebastião do Tapuru	44	Restauração
16	Canteiro do Caiari	45	Cintra
17	Trapiche	46	Baltazar
18	Lavras	47	Andirobal
19	Meriti	48	Nazaré das Piraíbas
20	São Salvador	49	São Francisco I e II
21	Indianópolis	50	São Paulo
22	São Sebastião	51	São Pedro
23	Laguinho	52	Namor
24	Santa Luzia	53	Santa Rosa
25	São Bernardino	54	Lago das Pupunhas
26	São Marcos	55	Auxiliadora
27	Tabuleta	56	Bom Jesus
28	Carará	57	Primavera
29	Joara	58	Paranapanema

Fonte: Diocese de Humaitá – Área Missionária do Beiradão. Levantamento de dados do Trabalho de Campo. PNCSA - Agosto/2008

Figura 17 - Quadro sobre Comunidades ribeirinhas na região

Estes territórios como um todo, inclusas as Terras Indígenas, abrangem as áreas mais preservadas na região do Madeira, com cobertura vegetal expressiva e fontes de água conservadas, contrastando com os elevados índices de desmatamento dos empreendimentos agropecuários circundantes.

Do ponto de vista histórico, como já tratado nos capítulos anteriores, a região Sul do Amazonas foi colonizada no final da Segunda Guerra Mundial por trabalhadores atraídos pelas oportunidades oferecidas pelo extrativismo da borracha e castanha. Na década de setenta, em decorrência das políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento e integração da Amazônia, largo investimento foi realizado em construção de estradas que cruzavam esta faixa da Amazônia como a BR-230 (Transamazônica) e posteriormente a BR-319 (Manaus – Porto-Velho) e BR-364

(Rio Branco-Porto Velho). A abertura da rede viária incrementou a migração por meio da implantação de programas de colonização por incorporação de novas terras ao processo produtivo, e que veio a afetar várias terras indígenas, reconhecidas administrativamente ou não pelo Estado brasileiro.

6.3 - Levantamento fundiário nas bases de dados oficiais

Pelo levantamento em bases públicas foram identificadas a sobreposição de imóveis em cinco bancos de dados nos dois perímetro da terra indígena: CNUC, SIPRA, SIGEF, CNFP e SICAR. Não foram identificadas sobreposições com imóveis particulares ou públicos registrados no sistema SNCI, nem nas bases de áreas quilombolas.

Há cinco tipos de categorias fundiárias em sobreposição à área em estudo: APA de Proteção Federal, assentamentos (PAE), SIGEF público e privado, Florestas Públicas não destinadas e por fim Cadastros Ambientais Rurais (CAR).

A tabela a seguir apresenta uma síntese destas categorias no perímetro 1 (Áreas 1 e 2 do memorial descritivo).

Tabela 25 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos – Áreas 1 e 2

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Proteção	Unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI (aproximadamente)
CNUC	Área de Proteção Ambiental Federal	APA dos Campos de Manicoré	Uso Sustentável	1	60.139,83	24,6%

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Município	Unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à TI (aproximadamente)
SIPRA / INCRA	Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE Urupiara	Humaitá	1	28.272,11	12%

Fonte	Categoria Fundiária	Status	Unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI (aproximadamente)
SIGEF	Público	Certificada	3	84.617,34	34,60%
		Registrado	5	5.618	2,3%
	Privado	Certificado	4	5.030	2%

--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte	Categoria	Unidades	Área sobreposta (ha)	% da área sobreposta à proposta de TI	Governo	Estágio	Município
CNFP	APA dos Campos de Manicoré	1	60.139,83	24,6%	Federal		Manicoré
	Gleba Arrecadada	2	119.102,50	48,84%	Estadual Federal	Identificação Certificada	Humaitá, Manicoré
	Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	1	28.192,40	11,56%	Federal	–	Humaitá

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Unidade	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI (aproximadamente)
MGI	SICAR	Diversos	61	138.550,36	57%

A Gleba 2 (Área 3 do memorial descritivo), por sua vez, apresenta quatro tipos de categorias fundiárias em sobreposição à área em estudo: assentamentos, SIGEF público e privado, Florestas Públicas não destinadas (CNFP) e Cadastros Ambientais Rurais (CAR).

A tabela a seguir apresenta uma síntese destas categorias na Gleba 2.

Tabela 26 - Categorias fundiárias incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos – Gleba 2

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Município	Unidade	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI (aproximadamente)
SIPRA INCRA	Assentamento	PAE Santa Fé	Humaitá	1	3.583,66	19%

Fonte	Categoria Fundiária	Status	Unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI (aproximadamente)
SIGEF	Público	Certificada	1	5.052,48	26,80%
	Privado	Registrado	1	3.036,20	16%

Fonte	Categoria	Quantidade de unidades	Área total (ha)	% da área sobreposta	Governo	Municípios
CNFP	Gleba Arrecadada	2	10.426,28	55,31%	Estadual, Federal	Humaitá, Manicoré
	PAE Santa Fé	1	3.583,66	19,01%	Federal	Humaitá

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Quantidade de unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI
MGI	SICAR	Diversos	7	7.769,92	41,2%

6.3.1 Área de Proteção Ambiental

Na porção sul da área de estudo da TI Baixo Marmelos, localizada na Área 1, verifica-se uma sobreposição de aproximadamente 60.139,80 hectares, correspondente a aproximadamente 24,6% da área total, pela Área de Proteção Ambiental (APA) dos Campos de Manicoré, conforme informado pelo ICMBio de Humaitá.

A Área de Proteção Ambiental (APA) dos Campos de Manicoré foi criada por um Decreto s/n em 11 de maio de 2016, estabelecendo 152.410,20 hectares de unidade de conservação federal no município de Manicoré, estado do Amazonas. Seu decreto de criação, no §3º do artigo 2º, proíbe a titulação de terras públicas federais e particulares na área.

A APA se encontra em uma área extremamente preservada e protegida, rodeada pela Terra Indígena Sepoti, REBIO do Manicoré e Território de Uso Comum (TUC) do Rio Manicoré. A unidade não possui conselho gestor e plano de manejo instituído até o momento e, embora seja uma APA, não possui exploração, população e uso em seu interior conhecidos pela gestão da unidade.

Encontramos nos registros do SIGEF-INCRA a sobreposição com duas glebas públicas federais, a Juqui e a Sepoti, ambas certificadas. Assim como 13 parcelas particulares sobrepostas à APA, algumas com processo de regularização fundiária abertos no ICMBio. Esses processos encontram-se desde o ano de 2021, em sua maioria, aguardando o envio de documentações que comprovem o domínio.

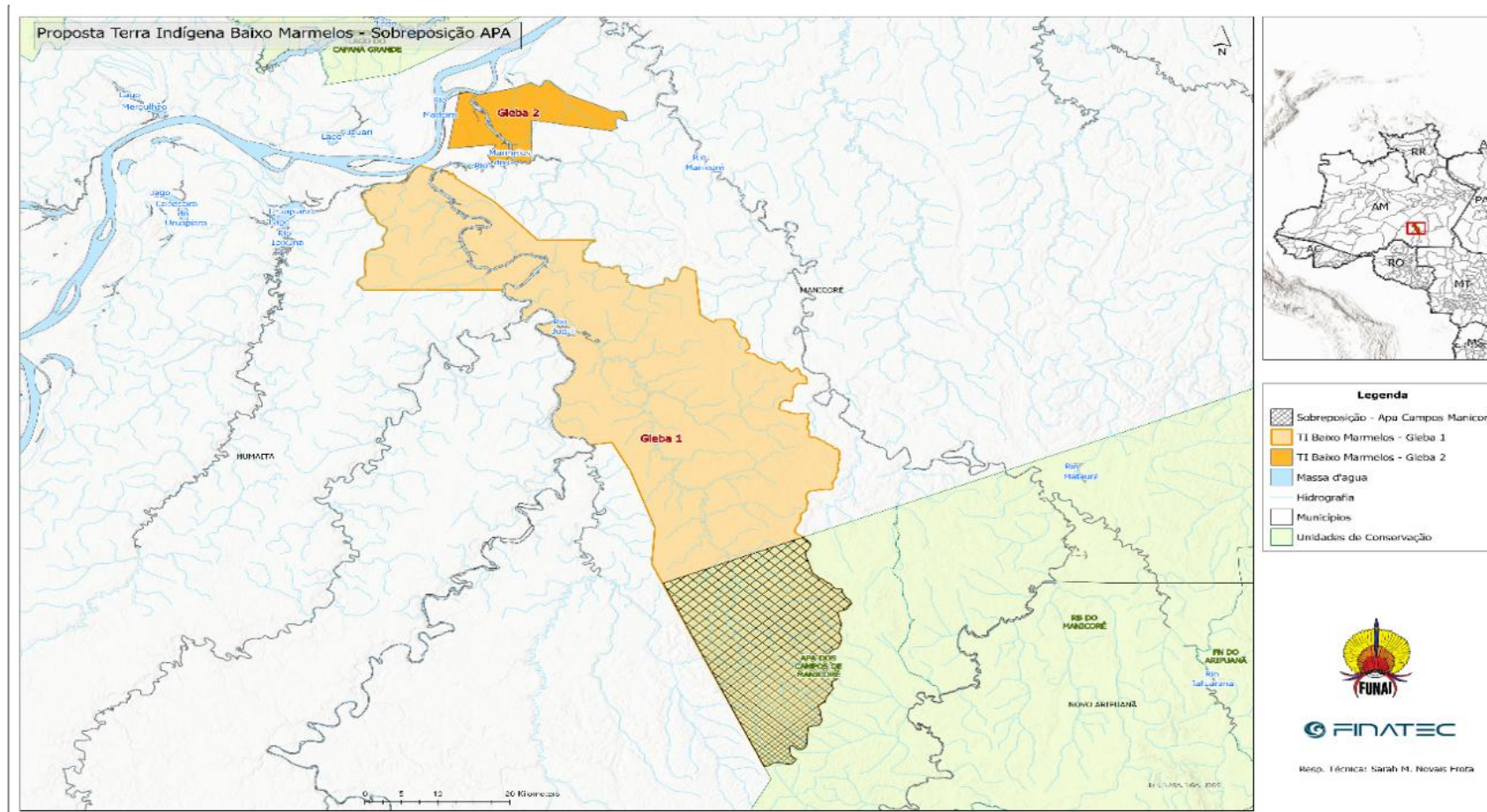
O Ramal Milton Maia passa pelo interior da APA, planejava-se ampliá-lo e trazer ocupações e usos para as áreas da UC, porém na última consulta feita pelo Ministério Público Federal no Amazonas em 2023, a gestão da unidade constatou que não há expansão da vicinal Milton Maia.

Existem vinte e dois requerentes de licenciamento de planos de manejos florestais no interior da APA, nenhum deles possui o reconhecimento de titularidade das respectivas áreas. Em 2019 o IPAAM suspendeu todas as licenças de operação concedidas. Em 2022 a SEMA, no âmbito do Auto n.º 0678503-29.2022.8.04.0001, revogou a suspensão para três requerentes, que ingressaram com um novo pedido de exploração junto ao IPAAM em 2022. O ICMBio já solicitou a documentação para o IPAAM e está acompanhando a situação. Vale ressaltar que a gestão da unidade nunca apoiou a exploração florestal da área por se tratar de locais sem comprovação de titularidade.

Cadastrados no sistema do SICAR (Cadastro Ambiental Rural) encontramos cinquenta áreas sobrepostas à unidade. O CAR não é comprovativo fundiário, porém, por ser autodeclaratório, representa os interesses daqueles que se inscreveram. Nenhum dos cadastros está aprovado e a maioria foi criado após a criação da unidade de conservação.

O mapa abaixo mostra a sobreposição da APA com a porção da Gleba 1 (Áreas 1 e 2 do memorial descritivo) da área de estudo da TI Baixo Marmelos:

Mapa 11 - Sobreposição APA dos Campos de Manicoré à proposta da Gleba 1 da TI Baixo Marmelos



6.3.2 - Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)

Na classe de assentamentos, foram constatadas duas sobreposições incidentes sobre as Glebas 1 e 2: o PAE Uruapiara e o PAE Santa Fé, respectivamente. Na Gleba 1, o PAE Uruapiara ocupa uma área de 28.272,11 hectares, correspondendo a aproximadamente 12% da porção analisada. Já na Gleba 2, o PAE Santa Fé abrange 3.583,66 hectares, o que representa cerca de 19% da área de estudo. Somados, os dois PAEs totalizam aproximadamente 31.855,77 hectares. As tabelas, abaixo, indicam os registros:

Tabela 27 - Informações relacionadas aos assentamentos sobrepostos à proposta da TI Baixo Marmelos - Gleba 1

Fonte	Categoria Fundiária	Ano de criação	Nome	Município	Unidade	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI
SIPRA / INCRA	Assentamento	2007	PAE URUAPIARA	Humaitá	1	28.272,11	12%

Tabela 28 - Informações relacionadas aos assentamentos sobrepostos à proposta da TI Baixo Marmelos - Gleba 2

Fonte	Categoria Fundiária	Ano de criação	Nome	Município	Unidade	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta da TI
SIPRA / INCRA	Assentamento	2007	PAE Santa Fé	Humaitá	1	3.583,66	19%

Na leitura fundiária, esses PAEs (Projetos de Assentamento Agroextrativista) são classificados na categoria de Assentamentos de Reforma Agrária; uso sustentável, voltados para populações tradicionais. Diferente de um PA (Projeto de Assentamento comum), o PAE foi pensado para comunidades que vivem do extrativismo, pesca, agricultura de subsistência, etc., com regras específicas para conciliar produção sustentável e conservação ambiental. São áreas federais, geridas pelo Incra, de concessão de uso coletivo, com contratos e concessões de uso com famílias.

No quadro fundiário, geralmente eles aparecem como:

Categoria	Proteção	Tipo	Governo	Situação / Estágio
PAE	Uso Sustentável	A	Federal	Criado / Reconhecido pelo INCRA

O mapa abaixo ilustra a situação das áreas sobrepostas à proposta da Terra Indígena Baixo Marmelos.

6.3.3 SIGEF Privado e Público

Mapa 12 - Sobreposição Assentamentos

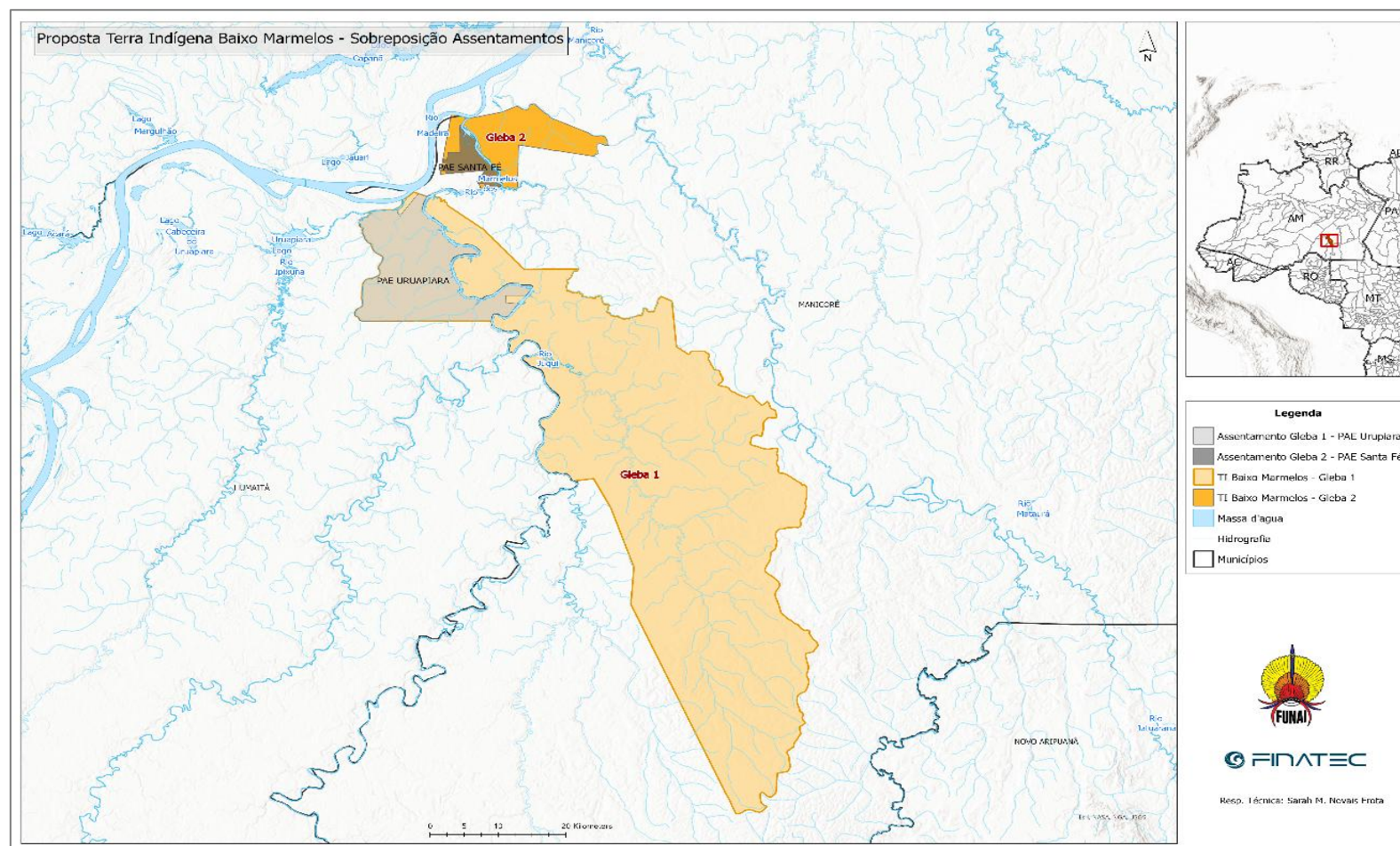


Tabela 29 - Relação SIGEF privado – Gleba 1

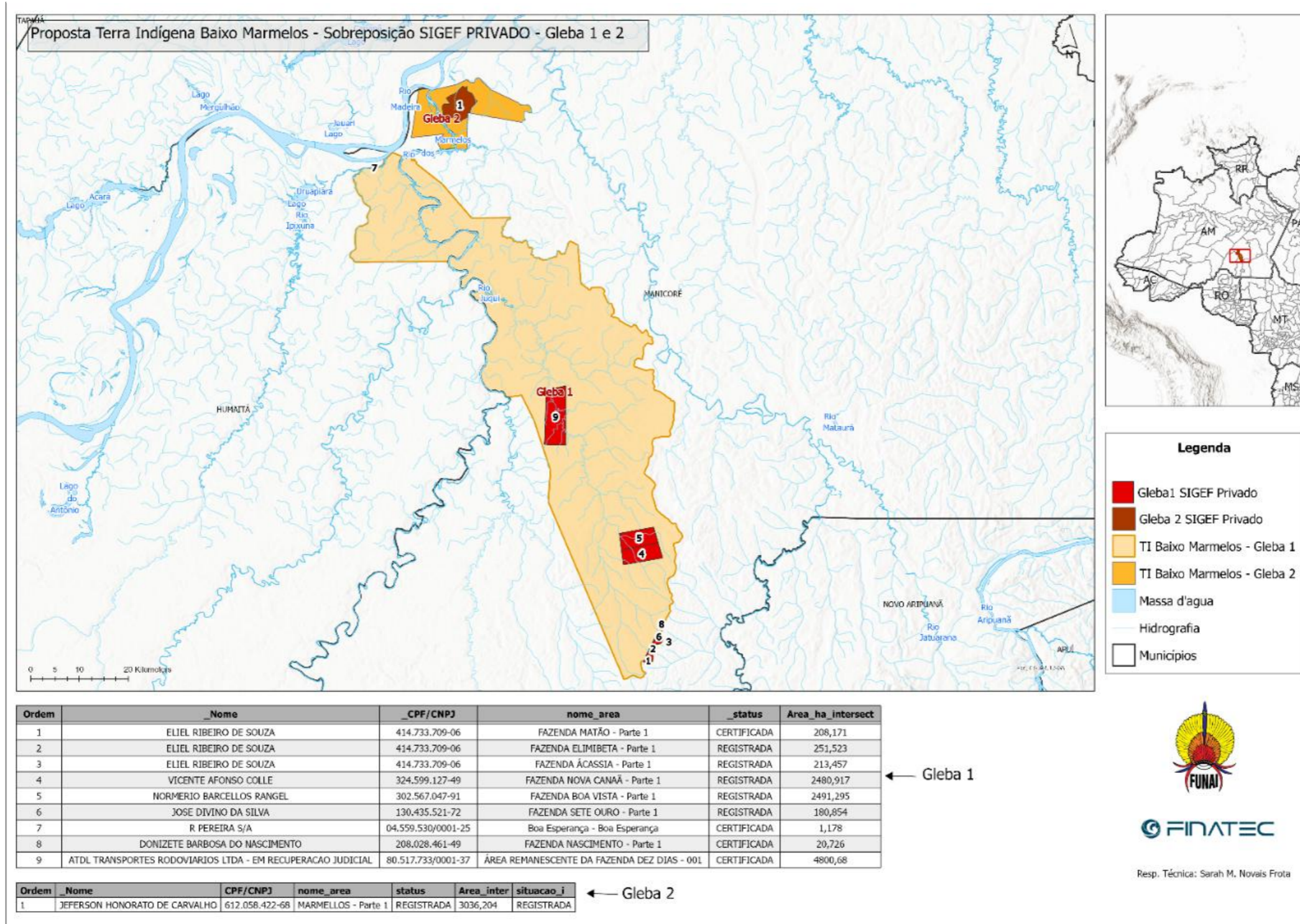
Nome	CPF / CNPJ	Situação	Status	Nome do imóvel	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à TI
Eliel Ribeiro de Souza	414.***.709-06	Registrada	Certificada	Fazenda Matão – Parte 1	208,171	0,085
Eliel Ribeiro de Souza	414.***.709-06	Registrada	Registrada	Fazenda Elimibeta – Parte 1	251,523	0,103
Eliel Ribeiro de Souza	414.***.709-06	Registrada	Registrada	Fazenda Acássia – Parte 1	213,457	0,088
Vicente Afonso Colle	324.***.127-49	Registrada	Registrada	Fazenda Nova Canaã – Parte 1	2480,917	1,017
Normerio Barcellos Rangel	302.***.047-91	Registrada	Registrada	Fazenda Boa Vista – Parte 1	2491,295	1,022
José Divino da Silva	130.***.521-72	Registrada	Registrada	Fazenda Sete Ouro – Parte 1	180,854	0,074
R Pereira S/A	04.***.***/0001-25	Registrada	Certificada	Boa Esperança	1,178	0,01
Donizete Barbosa do Nascimento	208.***.***-49	Registrada	Certificada	Fazenda Nascimento – Parte 1	20,726	0,008
ATDL Transportes Rodoviários LTDA - em recuperação judicial	80.***.***/0001-37	Registrada	Certificada	Área remanescente da Fazenda Dez Dias - 001	4800,68	1,96

Na Gleba 2 foi encontrada apenas uma incidência, totalizando uma área de 3.036,20 hectares ou aproximadamente 16% da área em estudo.

Tabela 30 - Relação SIGEF privado – Gleba 2

Nome	CPF/CNPJ	Situação	Status	Nome área	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à TI
Jeferson Honorato de Carvalho	612.058.422-68	Registrada	Registrada	Marmellos Parte 1	3.036,204	16%

Mapa 13 - Sobreposição SIGEF privado - glebas 1 e 2 da TI Baixo Marmelos



Na categoria SIGEF Público, foram constatadas sobreposições de unidades federais nas Glebas 1 e 2 da terra indígena.

Na Gleba 1 foram identificadas três unidades que totalizam uma área de 84.617,3 hectares, aproximadamente 34,6% de sobreposição com a proposta da Terra indígena Baixo Marmelos.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dessas informações.

Tabela 31 - Relação SIGEF Público – Gleba 1

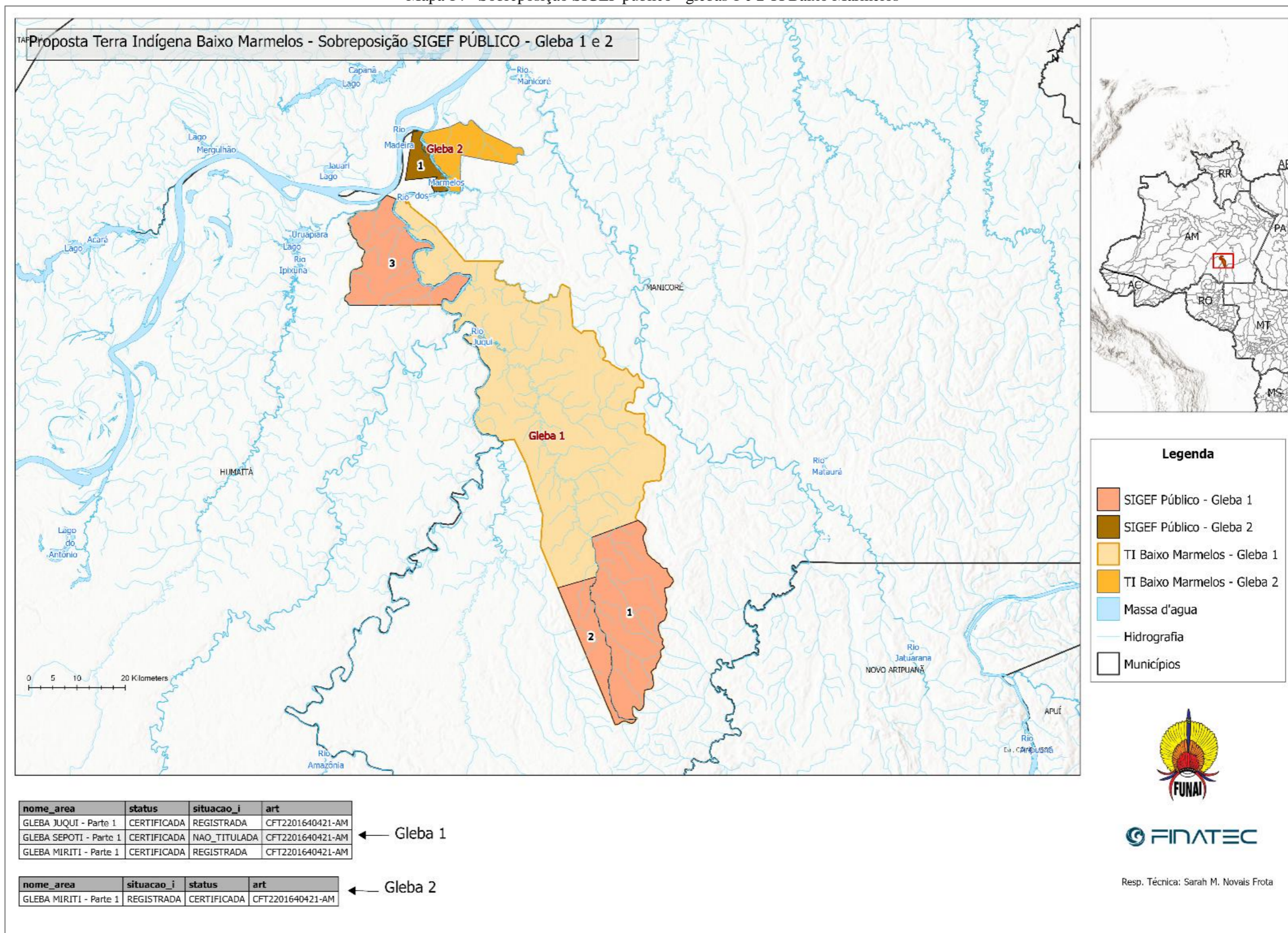
Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Status	Qtde. de unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à proposta de TI (aproximadamente)
SIGEF	Público	Gleba Juqui - Parte 1	Certificada	1	43.312,51	17,761
		Gleba Sepoti - Parte 1	Certificada	1	12.272,59	5,033
		Gleba Miriti - Parte 1	Certificada	1	29.032,25	11,905

Na Gleba 2 foi identificado apenas um imóvel na categoria SIGEF Público, com área aproximada de 5.052 hectares, apresentando sobreposição em aproximadamente 26,8%. A seguir, apresenta-se a relação detalhada dessas informações.

Tabela 32 - Relação SIGEF Público – Gleba 2

Fonte	Categoria Fundiária	Nome	Status	Quantidade de unidades	Área (em ha) sobreposta à TI	% da área sobreposta à TI
SIGEF	Público	Gleba Miriti - Parte 1	Certificada	1	5.052,48	26,80%

Mapa 14 - Sobreposição SIGEF público - glebas 1 e 2 TI Baixo Marmelos



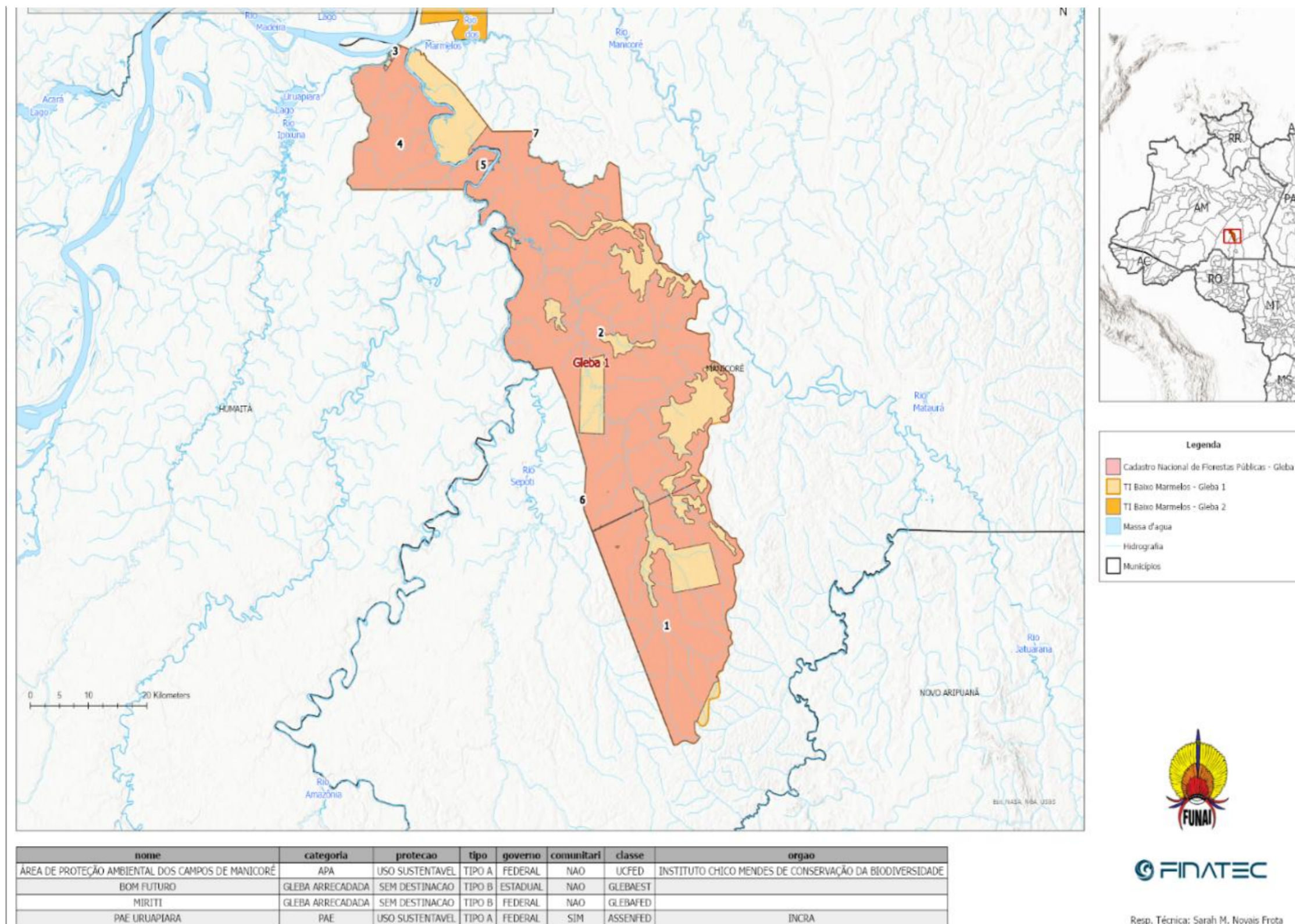
6.3.4 Cadastro Nacional Florestas Públicas

Na categoria de Florestas Públicas, foram identificadas quatro sobreposições na Gleba 1, abrangendo domínios federal e estadual, situados nos municípios de Manicoré e Humaitá. Dentre essas áreas, duas estão classificadas como Tipo B — Gleba Bom Futuro e Gleba Miriti. No total, a área sobreposta corresponde a 207.434,69 hectares, o que representa aproximadamente 85% da proposta da Gleba 1 da TI Baixo Marmelos. A seguir, apresenta-se a relação detalhada dessas informações.

Tabela 33 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 1

Nome	Categoria	Proteção	Tipo	Governo	Estágio	Município	Área (em ha) sobreposta à TI (aproximadamente)	% da área sobreposta à TI (aproximadamente)
APA dos Campos do Manicoré	APA	Uso sustentável	A	Federal		Manicoré	60.139,83	24,6
Bom Futuro	Gleba arrecadada	Sem destinação	B	Estadual	Identificação	Manicoré	118.912,35	48,762
Miriti	Gleba arrecadada	Sem destinação	B	Federal	Certificada	Humaitá	190,14	0,078
PAE Urupiará	PAE	Uso sustentável	A	Federal		Humaitá	28.192,37	11,561

Mapa 15 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 1



Na categoria de Florestas Públicas, foram identificadas três sobreposições na Gleba 2, abrangendo um domínio estadual e dois federais, localizados nos municípios de Humaitá e Manicoré. Dentre essas áreas, duas estão classificadas como Tipo B — Marmelos Atininga e Miriti —, o que indica que já se encontram aptas para destinação.

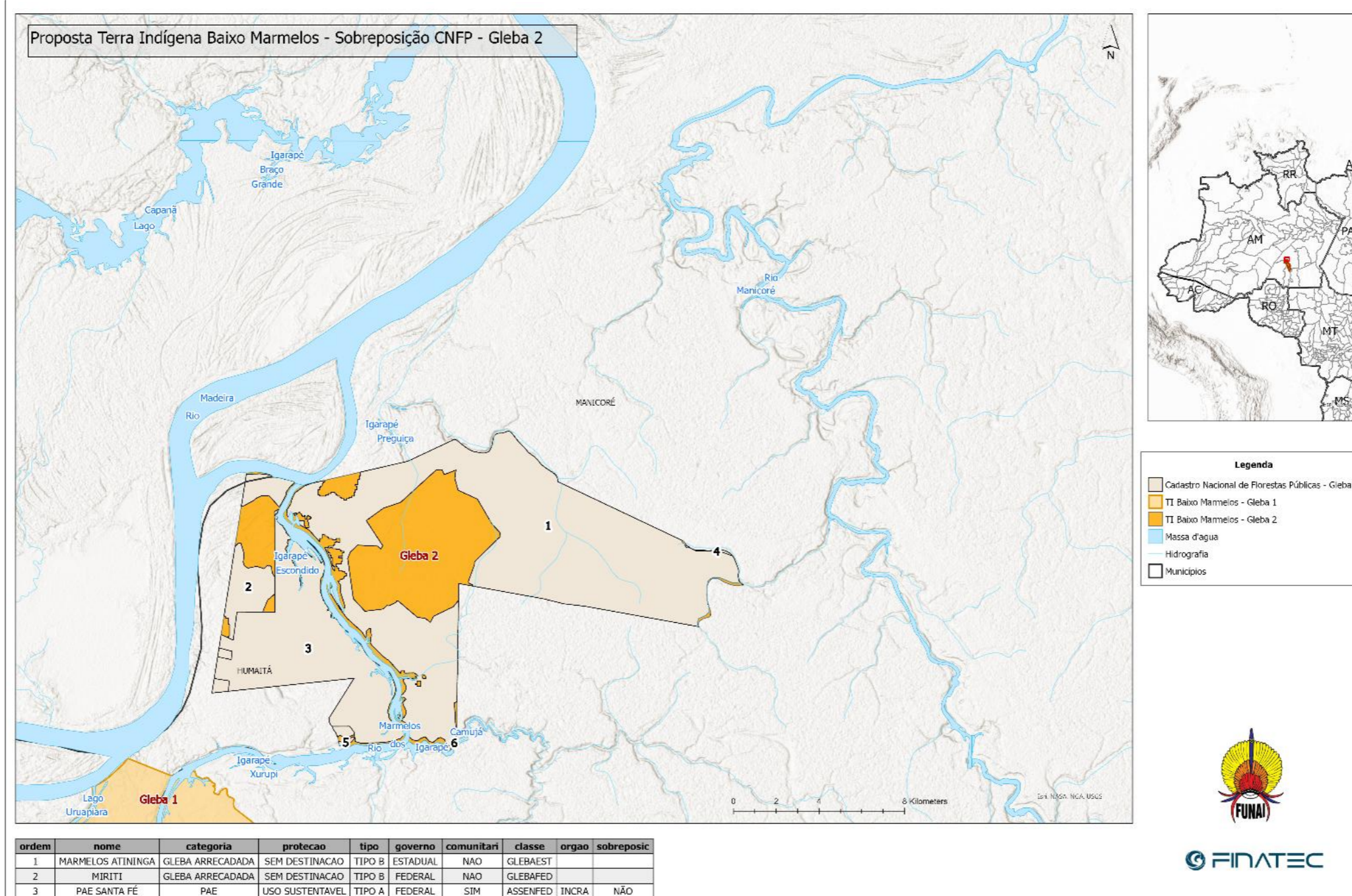
No total, a área sobreposta corresponde aproximadamente 14.009,94 hectares, o que representa aproximadamente 74% da proposta da Gleba 2 da Terra Indígena Baixo Marmelos.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dessas informações.

Tabela 34 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 2

Nome	Categoria	Proteção	Tipo	Governo	Município	Área (em ha) sobreposta à TI (aproximadamente)	% da área sobreposta á TI (aproximadamente)
Marmelos Atininga	Gleba arrecadada	Sem destinação	B	Estadual	Manicoré	9.564,64	50,74
Miriti	Gleba arrecadada	Sem destinação	B	Federal	Humaitá	861,64	4,57
PAE Santa Fé	PAE	Uso sustentável	A	Federal	Humaitá	3.583,66	19,01

Mapa 16 - Cadastro Nacional de Florestas Públicas – Gleba 2



6.3.5 Cadastro Ambiental Rural – CAR

Na área em estudo da Gleba 1, foram identificados 61 (sessenta e um) registros no SICAR que se sobrepõem à área em estudo, e sobre várias outras categorias, totalizando 138.550,36 ha, o que equivale a 57% da área.

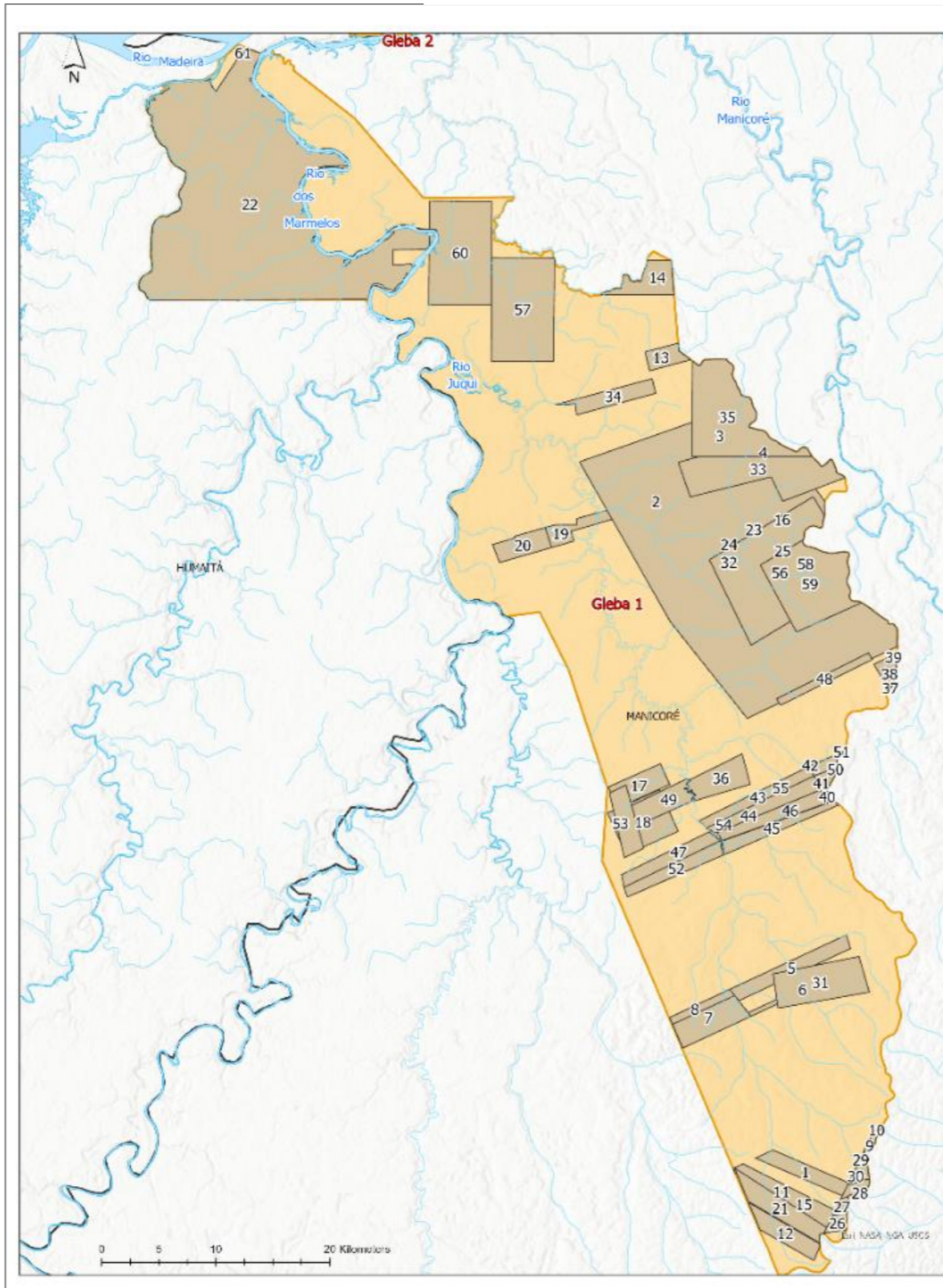
A tabela a seguir, apresenta a relação desses imóveis e suas principais características, enquanto o Mapa seguinte, logo abaixo, apresenta a distribuição espacial desses imóveis sobre a área em estudo.

Tabela 35 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 1

Nº de ordem	Nome do ocupante	CPF/CNPJ	Nome do imóvel	Município	Status*	Tipo**	Área do imóvel (ha)	Módulo fiscal
1	Assentamento Pae Urupiara	----	Pae Uruapiara	Humaitá	At	Ast	40,909.3977	15.152
2	Adriana Maria Silveira	086.***.***-12	Fazenda Juqui	Manicoré	At	Iru	1,012.3906	101.239
3	Adriano Calixtro Hajdasz	016.***.***-50	Fazenda Maravilha	Manicoré	At	Iru	9.804.660	98.047
4	Alex Diéverson Dias Carneiro	994.***.***-49	Sítio Tinepu	Manicoré	At	Iru	5.167.331	51.673
5	Andreas Oliveira Da Costa	640.***.***-91	Sítio Oliveira	Manicoré	At	Iru	7.792.570	77.926
6	Bernardo Silva Coelho	126.***.***-63	Fazenda Mapiguari	Manicoré	At	Iru	1,078.8382	107.884
7	Caroline Mesquita Maciel	057.***.***-88	Fazenda Linda Vista	Manicoré	At	Iru	9.794.203	97.942
8	Cezar Augusto Cruz De Castro	457.***.***-34	Sem Denominação	Manicoré	At	Iru	8.546.797	85.468
9	David Hungria De Freitas	956.***.***-15	Fazenda Pau D'álho	Manicoré	Pe	Iru	3.993.468	39.935
10	Deosmar Bras Gonzalez	674.***.***-20	Fazenda Fundao	Manicoré	At	Iru	9.947.660	99.477
11	Diomédes Do Prado Girão	078.***.***-87	Montanha	Manicoré	Pe	Iru	1,949.1597	194.916
12	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Boa Esperança	Manicoré	At	Iru	2,663.9175	266.385
13	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Nascimento	Manicoré	At	Iru	2,368.3473	236.848
14	Ediane Da Silva Bispo Vieira	906.***.***-20	Sítio Verde Oliva I	Manicoré	Pe	Iru	6,117.8881	611.789
15	Eduardo Zucolotto Da Silva	866.***.***-87	Fazenda Santa Luzia	Manicoré	At	Iru	3.987.299	39.873
16	Elia Rodrigues Dias	011.***.***-07	Sítio Machado Gleba Imovel Sepoti	Manicoré	At	Iru	9.988.001	99.880
17	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Acássia	Manicoré	At	Iru	2,494.8924	249.488
18	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Elimibeta	Manicoré	Pe	Iru	2,493.6052	249.362
19	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Matão	Manicoré	Pe	Iru	2,498.8168	249.882
20	Emerson Alan Henriques Da Silva	869.***.***-87	Fazenda Pedra Branca	Manicoré	At	Iru	9982023,00	99.820
21	Erika Araujo Da Veiga Cabral	082.***.***-52	Fazenda Santa Erika	Manicoré	At	Iru	1,052.0536	105.205
22	Eriton Chagas Azevedo	438.***.***-15	Santa Maria	Manicoré	At	Iru	2,000.2005	200.020
23	Francineide Mendes De Almeida	974.***.***-04	Fazenda Santa Érika	Manicoré	At	Iru	1,052.0536	105.205
24	Francisco Da Silva Maciel Junior	804.***.***-15	Fazenda Doce Sabor	Manicoré	At	Iru	9.891.168	98.912
25	Frederico Botelho Nolasco	135.***.***-28	Fazenda Verde Esperança	Manicoré	At	Iru	9.968.179	99.682
26	Georgia Paula Coutinho	977.***.***-49	Fazenda Santa Carolina	Manicoré	At	Iru	1,005.5921	100.559
27	Gilmar Nogueira Rocha	317.***.***-04	Fazenda Bahia	Manicoré	At	Iru	3.997.119	39.971
28	Helio Rodrigues Dias	779.***.***-00	Fazenda Noia I	Manicoré	Pe	Iru	1,103.9136	110.391
29	Hélio Rodrigues Dias	129.***.***-00	Fazenda Rodrigues	Manicoré	Pe	Iru	1,239.3889	123.939
30	Idson Bruce Campos	861.***.***-68	Fazenda Campos	Manicoré	At	Iru	9.872.724	98.727
31	Jheniely De Oliveira Silva Araujo	028.***.***-76	Imóvel Araújo-Título Provisório De Posse N° 230712	Manicoré	Pe	Iru	8.647.880	86.479
32	Joao Bosco Nali	978.***.***-53	Imovel Nali	Manicoré	At	Iru	5,206.4669	520.647
33	João Bosco Souza De Azevedo	745.***.***-53	Santo Antonio	Manicoré	At	Iru	1,000.1476	100.015
34	José Divino Da Silva	130.***.***-72	Fazenda Sete Ouro	Manicoré	Pe	Iru	2,413.2988	241.330
35	Josefina Panetto Nali	688.***.***-53	Imovel Josefina	Manicoré	At	Iru	9.922.340	99.223
36	Lindomara Alves De Moura	617.***.***-87	Fazenda Moura	Manicoré	At	Iru	8.428.591	84.286
37	Luiz Carlos Fernandes Da Rocha	772.***.***-91	Fazenda Do Meio	Manicoré	At	Iru	1,200.9348	120.093
38	Marcelo Paula Coutinho	909.***.***-91	Fazenda Ouro D'água	Manicoré	At	Iru	9.547.576	95.476
39	Maria Das Graças Bueno Mesquita Maciel	755.***.***-04	Fazenda Recanto Do Brasil	Manicoré	At	Iru	9.956.526	99.565
40	Natalicia Do Rosario Da Silva Souza	290.***.***-00	Gleba Miriti - Setor Auxiliadora - Lote N° 27 - São Francisco	Humaitá	At	Iru	282.729	0.2827
41	Normerio Barcelos Rangel	302.***.***-91	Fazenda Boa Vista	Manicoré	At	Iru	2,489.8319	248.983
42	Ocelio Pereira De Brito	651.***.***-72	Fazenda Sumauma II	Manicoré	At	Iru	5,000.6619	500.064

43	Paulo Cezar Macedo Ferraz	806.***.***-53	Fazenda Nossa Senhora De Fátima	Manicoré	Pe	Iru	3.914.807	39.148
44	Paulo Roberto Dos Santos	053.***.***-27	Fazenda Independência	Manicoré	At	Iru	1,374.3666	137.437
45	Rafael Calebe Pereira Lima	018.***.***-74	Fazenda Calebe - Gleba Bom Futuro - Parcela 1	Manicoré	At	Iru	6.000.473	60.005
46	Rita De Cassia Bastos De Araujo	561.***.***-04	Fazenda Santa Rita	Manicoré	At	Iru	1,012.0708	101.207
47	Rubens Antonio Da Silva	906.***.***-30	Fazenda São Sebastião	Manicoré	Pe	Iru	1,816.4288	181.643
48	Samile Geisiele Do Amaral Saraiva	965.***.***-15	Fazenda Saraiva	Manicoré	At	Iru	9.269.212	92.692
49	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral	302.***.***-20	Fazenda Mapinguari	Manicoré	Pe	Iru	1,078.5821	107.858
50	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral Junior	086.***.***-27	Fazenda Heitor Do Espírito Santo	Manicoré	At	Iru	9.760.227	97.602
51	Sueli Rodrigues	399.***.***-72	Fazenda Santa Fé	Manicoré	At	Iru	5,000.7061	500.071
52	Suely De Paula Coutinho	623.***.***-49	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré	Pe	Iru	9.464.047	94.640
53	Tania Mari Scusiato	000.***.***-86	Fazenda Terra Brasilis 5	Manicoré	Pe	Iru	43,899.4346	4.389.943
54	Tereza Cardoso Mendes	698.***.***-04	Fazenda Mendes	Manicoré	At	Iru	9.547.576	95.476
55	Tomas Leao Ursi	398.***.***-50	Fazenda Natureza Viva	Manicoré	At	Iru	9.969.662	99.697
56	Valmir Martins De Paula	780.***.***-72	Fazenda Gavião	Manicoré	Pe	Iru	105,901.9712	1,059.0197
57	Vicente Afonso Colle	324.***.***-49	Fazenda Nova Canaã	Manicoré	Pe	Iru	2,480.8655	248.087
58	Victoria Neves Maciel	190.***.***-58	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré	At	Iru	9.462.642	94.626
59	Wallisson Alves Lima	024.***.***-23	Fazenda Lima	Manicoré	Pe	Iru	8.490.151	84.902
60	Wesley Marchesim De Oliveira	007.***.***-78	Lote 7	Manicoré	At	Iru	10,315.8687	1.031.587
61	Zaqueu Pinheiro De Carvalho	697.***.***-87	Fazenda Pinheiro	Manicoré	Pe	Iru	1,424.3652	142.437

Mapa 17 - Imóvel rural (CAR) incidente na área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 1



Proposta Terra Indígena Baixo Marmelos - Sobreposição SICAR - Gleba 1

Ordem	Nome dos	CPF ou CN	Nome Imóvel	Status	
1	Ela Rodrigues Dias	011	07	Sítio Machado Gleba Imóvel Segolj	AT
2	Alex Diêverson Dias Carneiro	994	-49	Sítio Tinepu	AT
3	GILMAR NOGUEIRA ROCHA	317	-04	FAZENDA BAHIA	AT
4	DAVID HUNGRIA DE FREITAS	956	-15	FAZENDA PAU D'ALHO	PE
5	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	053	-27	FAZENDA INDEPENDENCIA	AT
6	EDUARDO ZUCOLOTTI DA SILVA	866	-87	FAZENDA SANTA LUZIA	AT
7	RUBENS ANTONIO DA SILVA	906	-30	FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	PE
8	PAULO CEZAR MACEDO FERRAZ	806	-53	FAZENDA NOSSA SENHORA DE FATIMA	PE
9	DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO	208	-49	FAZENDA NASCIMENTO	AT
10	DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO	208	-49	FAZENDA BOA ESPERANÇA	AT
11	HÉLIO RODRIGUES DIAS	129	-00	FAZENDA RODRIGUES	PE
12	Idson Bruce Campos	861	-68	Fazenda Campos	AT
13	EMERSON ALAN HENRIQUES DA SILVA	869	-87	FAZENDA PEDRA BRANCA	AT
14	DIOMÉDES DO PRADO GIRÃO	078	-87	MONTANHA	PE
15	HELIO RODRIGUES DIAS	779	-00	FAZENDA NOIA I	PE
16	WALLISSON ALVES LIMA	024	-23	FAZENDA LIMA	PE
17	JOÃO BOSCO SOUZA DE AZEVEDO	745	-53	SANTO ANTONIO	AT
18	ERITON CHAGAS AZEVEDO	438	-15	SANTA MARIA	AT
19	ANDREUS OLIVEIRA DA COSTA	640	-91	SÍTIO OLIVEIRA	AT
20	CEZAR AUGUSTO CRUZ DE CASTRO	457	-34	Sem denominação	AT
21	ZAQUEU PINHEIRO DE CARVALHO	697	-87	FAZENDA PINHEIRO	PE
22	PAE URUAPIARA			PAE URUAPIARA	AT
23	LINDOMARA ALVES DE MOURA	617	-87	FAZENDA MOURA	AT
24	SAMILE GEISELE DO AMARAL SARAIVA	965	-15	FAZENDA SARAIVA	AT
25	JHENIELY DE OLIVEIRA SILVA ARAUJO	028	-76	IMÓVEL ARAUJO-TÍTULO PROVISÓRIO DE POSSE Nº 230712	PE
26	ELIEL RIBEIRO DE SOUZA	414	-06	FAZENDA MATÃO	PE
27	ELIEL RIBEIRO DE SOUZA	414	-06	FAZENDA ELIMIBETA	PE
28	ELIEL RIBEIRO DE SOUZA	414	-06	FAZENDA ACÁSSIA	AT
29	JOSE DIVINO DA SILVA	130	-72	FAZENDA SETE OURO	PE
30	NORMERIO BARCELOS RANGEL	302	-91	FAZENDA BOA VISTA	AT
31	VICENTE AFONSO COLLE	324	-49	FAZENDA NOVA CANAÃ	PE
32	TANIA MARI SCUSIATO	000	-86	FAZENDA TERRA BRASILIS 5	PE
33	EDIANE DA SILVA BISPO VIEIRA	906	-20	SÍTIO VERDE OLIVA I	PE
34	Adriano Calixtro Hajdasz	016	-50	Fazenda Maravilha	AT
35	Valmir Martins de Paula	780	-72	Fazenda Gavião	PE
36	LUIZ CARLOS FERNANDES DA ROCHA	772	-91	FAZENDA DO MEIO	AT
37	CAROLINE MESQUITA MACIEL	057	-88	FAZENDA LINDA VISTA	AT
38	MARIA DAS GRAÇAS BUENO MESQUITA MACIEL	755	-04	FAZENDA RECANTO DO BRASIL	AT
39	FRANCISCO DA SILVA MACIEL JUNIOR	804	-15	FAZENDA DOCE SABOR	AT
40	GEORGIA PAULA COUTINHO	977	-49	FAZENDA SANTA CAROLINA	AT
41	ERIKA ARAUJO DA VEIGA CABRAL	082	-52	FAZENDA SANTA ERIKA	AT
42	MARCELO PAULA COUTINHO	909	-91	FAZENDA OURO DÁGUA	AT
43	SUELY DE PAULA COUTINHO	623	-19	FAZENDA SANTA RITA DE CASSIA	PE
44	SIDNEY LUIZ SILVA DA VEIGA CABRAL	302	-20	FAZENDA MAPINGUARI	PE
45	SIDNEY LUIZ SILVA DA VEIGA CABRAL JUNIOR	086	-27	FAZENDA HEITOR DO ESPIRITO SANTO	AT
46	RITA DE CASSIA BASTOS DE ARAUJO	561	-04	FAZENDA SANTA RITA	AT
47	Frederico Botelho Nolasco	135	-28	Fazenda Verde Esperança	AT
48	RAFAEL CALEBE PEREIRA LIMA	018	-74	FAZENDA CALEBE ? GLEBA BOM FUTURO - Parcela 1	AT
49	ADRIANA MARIA SILVEIRA	086	-12	FAZENDA JUQUI	AT
50	FRANCINEIDE MENDES DE ALMEIDA	974	-04	FAZENDA SANTA ERIKA	AT
51	TEREZA CARDOSO MENDES	698	-04	FAZENDA MENDES	AT
52	TOMAS LEAO URSI	398	-50	FAZENDA NATUREZA VIVA	AT
53	DEOSMAR BRAS GONZALEZ	674	-20	FAZENDA FUNDADO	AT
54	Bernardo Silva Coelho	126	-63	Fazenda Mapiguari	AT
55	Victoria Neves Maciel	190	-58	Fazenda Santa Rita de Cassia	AT
56	WESLEY MARCHESIM DE OLIVEIRA	007	-78	LOTE 7	AT
57	SUELI RODRIGUES	399	-72	FAZENDA SANTA FÉ	AT
58	JOSEFINA PANETTO NALI	688	-53	IMÓVEL JOSEFINA	AT
59	JOAO BOSCO NALI	978	-53	IMÓVEL NALI	AT
60	OCELIO PEREIRA DE BRITO	651	-72	FAZENDA SUMALIMA II	AT
61	NATALICIA DO ROSARIO DA SILVA SOUZA	290	-00	GLEBA MIRITI - SETOR AUXILIADORA - LOTE Nº 27 - SÃO FRANCISCO	AT

Dos 61 (sessenta e um) imóveis analisados, cinco estão classificados como grandes propriedades rurais, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993, e dois como imóveis de médio porte. o Quadro 15, a seguir, ilustra essa informação.

Tabela 36 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Baixo Marmelos – Gleba 1

Tipo de imóvel	Tamanho do imóvel (ha)	Módulo fiscal ⁵⁰	Nº de imóveis (CAR) em sobreposição
Minifúndio	< 100	< 1	0
Pequena propriedade	100 a 400	1 a 4	1
Média propriedade	400 a 1500	4 a 15	13
Grande propriedade	> 15000	> 15	47

Módulo fiscal é fixado pelo INCRA para cada município, assim a dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. No caso do município de Humaitá e Manicoré o módulo fiscal equivale a 100 hectares.

Destaca-se, nesse conjunto, o expressivo domínio de ocupações caracterizadas como grande propriedade. Foram identificados alguns pontos que merecem atenção:

- Donizete Barbosa do Nascimento aparece duas vezes (linhas 12 e 13) com dois imóveis diferentes.
- Eliel Ribeiro de Souza aparece três vezes (linhas 17, 18 e 19) com imóveis diferentes.
- Hélio / Hélio Rodrigues Dias aparece duas vezes (linhas 28 e 29), mas com CPFs diferentes → podem ser pai e filho ou homônimos.
- Sidney Luiz Silva da Veiga Cabral aparece duas vezes (linhas 49 e 50), um como pai e outro como Júnior.
- Coutinho aparece em 3 registros diferentes (Georgia Paula, Marcelo Paula e Suely de Paula) → pode indicar parentesco.
- Maciel aparece em pelo menos 3 registros diferentes (Caroline, Francisco da Silva Maciel Jr. e Maria das Graças
- Bueno Maciel, além de Victoria Neves Maciel).

- Araújo também aparece repetido em Erika, Jheniely, Rita de Cássia e outras combinações.

Na Gleba 2 foram identificados sete cadastros incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos, sendo um deles referente ao Assentamento PAE Santa Fé, totalizando 7.769,92 hectares ou 41,2% da área. Observa-se ainda a recorrência do sobrenome Prestes em diferentes registros, o que sugere a presença de um núcleo familiar com ocupações na área.

Tabela 37 - Relação de imóveis rurais (CAR) sobrepostos à área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 2

n.º	Nome do ocupante	CPF/CNPJ	Nome do imóvel	Município	Status*	Tipo**	Área do imóvel (ha)	Módulo fiscal
1	PAE Santa Fe	-----	PAE Santa Fé	Humaitá	Ativo	Ast	4,771.0438	0.5964
2	Pedro De Brito Prestes	073.828.122-00	Bananal Do Tio Pedro	Manicoré	Ativo	IRU	392.513	0.3925
3	Raimundo Dos Prazeres Prestes	044.200.572-54	Santa Clara	Manicoré	Ativo	IRU	120.854	0.1209
4	Antônio De Brito Prestes	160.896.772-72	Recreio	Manicoré	Ativo	IRU	836.099	0.8361
5	Angela Dos Prazeres Prestes	018.724.772-24	Sítio Robert	Manicoré	Ativo	IRU	129.986	0.1300
6	Jeferson Honorato De Carvalho	612.058.422-68	Fazenda Marmellos	Manicoré	Ativo	IRU	3,035.2537	303.525
7	Deuzalina Monteiro Da Costa	683.498.072-53	Conceição	Manicoré	Ativo	IRU	1,700.0986	170.010

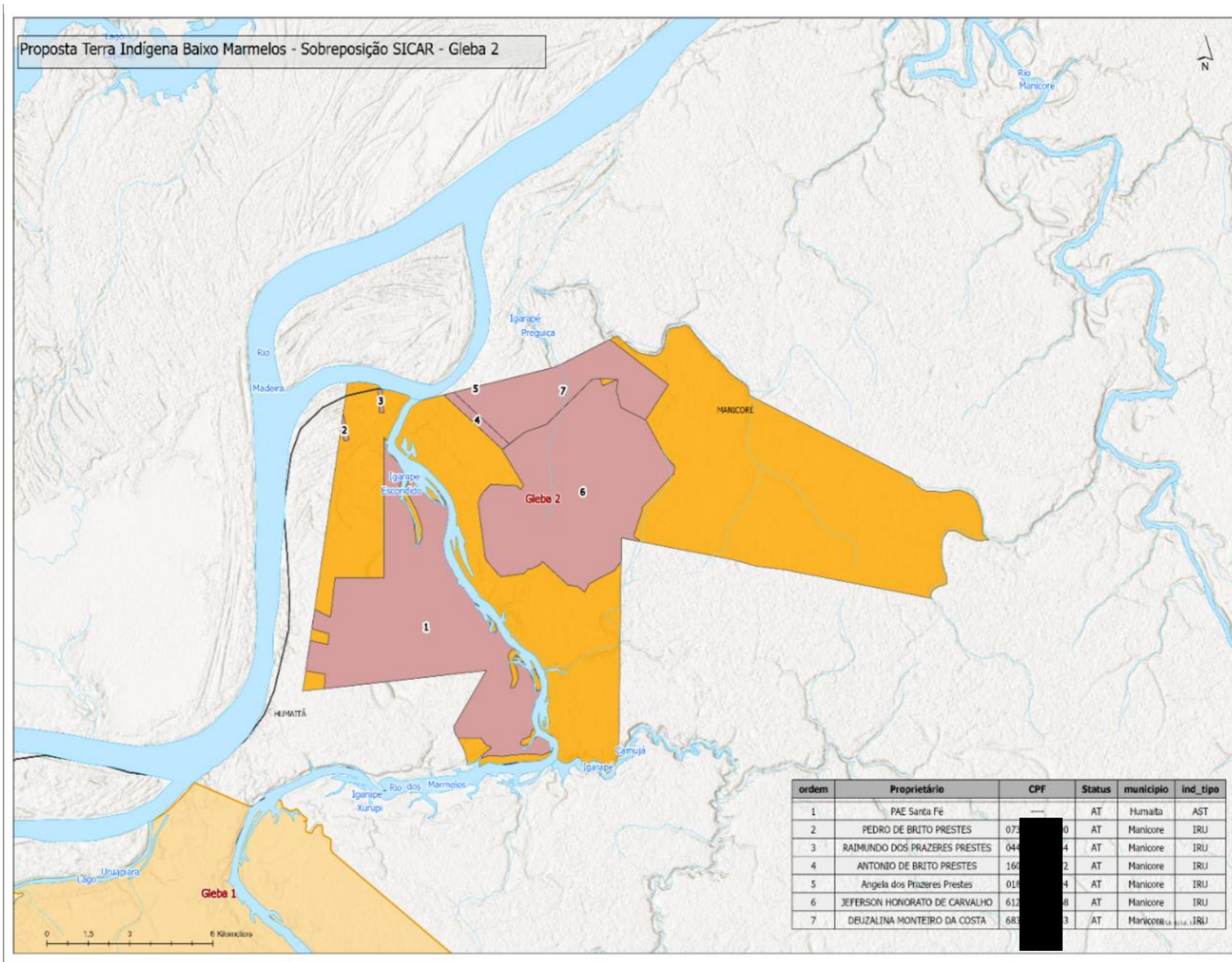
Dos sete imóveis analisados, três estão classificados como pequena propriedade rural, um como média propriedade e três como grande propriedade, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993. A tabela a seguir ilustra essa informação.

Tabela 38 - Classificação dos imóveis rurais (CAR) com sobreposição à TI Baixo Marmelos – Gleba 2

Tipo de imóvel	Tamanho do imóvel (ha)	Módulo fiscal	Nº de imóveis (CAR) em sobreposição
Minifúndio	< 100	< 1	0
Pequena propriedade	100 a 400	1 a 4	3
Média propriedade	400 a 1500	4 a 15	1

Grande propriedade	> 15000	> 15	3
--------------------	---------	------	---

Mapa 18 - Imóvel rural (CAR) incidente na área em estudo Baixo Marmelos – Gleba 2



6.4 - A implantação da BR-319 e as políticas públicas

O governo federal e o governo do Amazonas, ao proporem a reconstrução da rodovia BR-319, propuseram também para mitigar os impactos socioambientais, que iriam ser e estão sendo gerados por essa estrada, implementar um mosaico de unidades de conservação – UCs, na sua região de influência, denominada Área sob Limitação Administrativa Provisória – ALAP da BR-319. A TI Baixo Marmelos, objeto deste estudo, está situada nesta área de influência da Área sob Limitação Administrativa Provisória- ALAP da BR-319⁵¹. A ALAP para a BR-319 compreende aproximadamente 15.393.453 hectares e abrange 22 municípios do Amazonas, entre eles Humaitá e Manicoré. (ECI/BR319- 2020).

O decreto ao criar a ALAP suspende atividades e empreendimentos, efetiva ou potencialmente, causadores de degradação ambiental, bem como a exploração e corte da floresta e demais formas de vegetação nativa. Todavia, permite-se a continuidade de atividades agropecuárias, além de outras atividades econômicas em andamento e obras públicas, desde que licenciadas na forma da Lei. O documento excluiu as Terras Indígenas reconhecidas e as Unidades de Conservação criadas anteriormente à data de publicação (ECI/BR319, 2020).

⁵¹ A criação desta medida de proteção foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) por meio do Decreto s/nº de 02 de janeiro, com base no Artigo 22A da Lei nº 9.985/00. A redação final foi dada pela Lei nº 11.132/05.

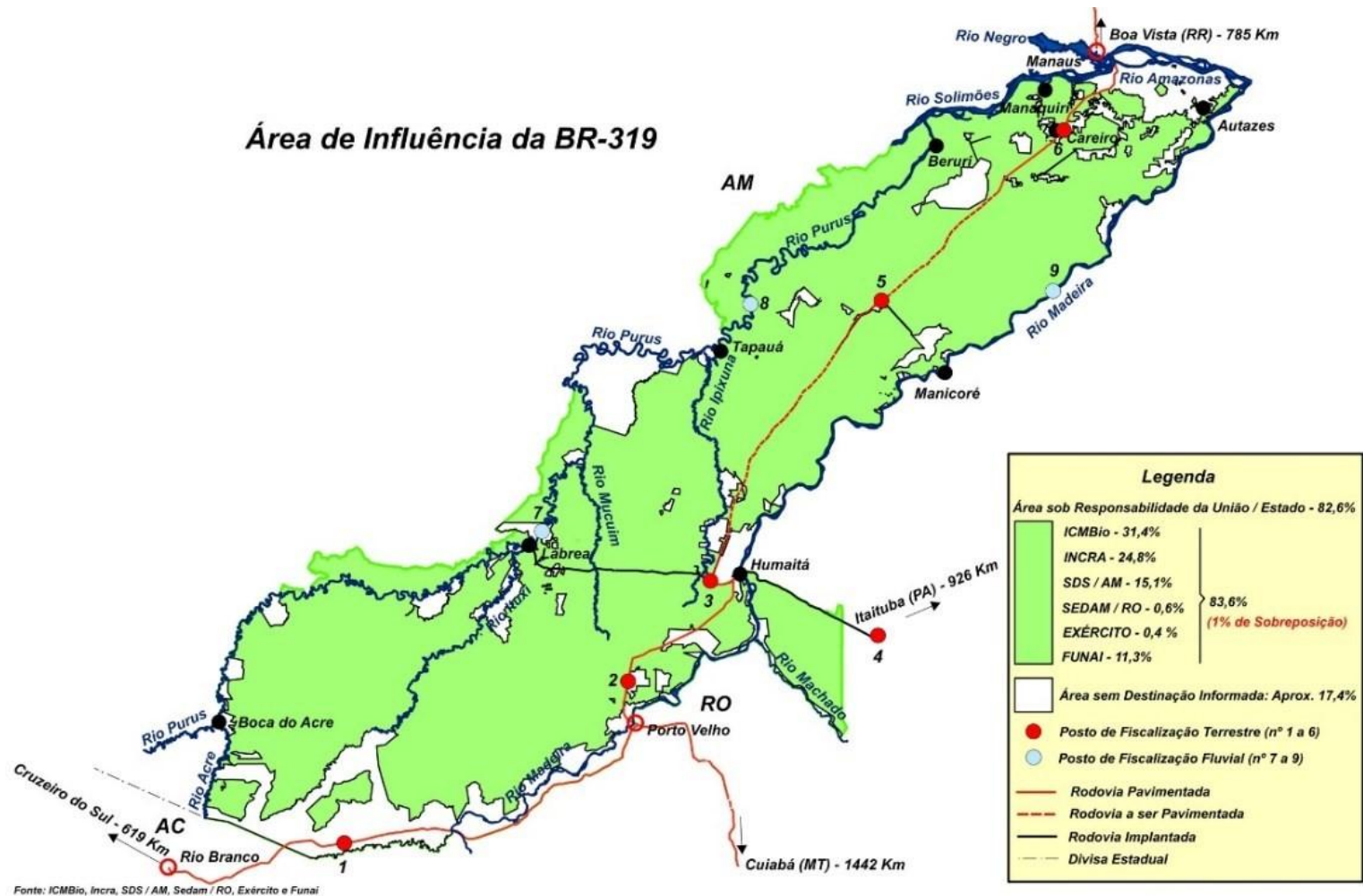


Figura 18 - Área de Influência da BR-319. Estudo de Componente Indígena da BR-319.

Vejamos a Área sob Limitação Administrativa /ALAP sob responsabilidade do INCRA,

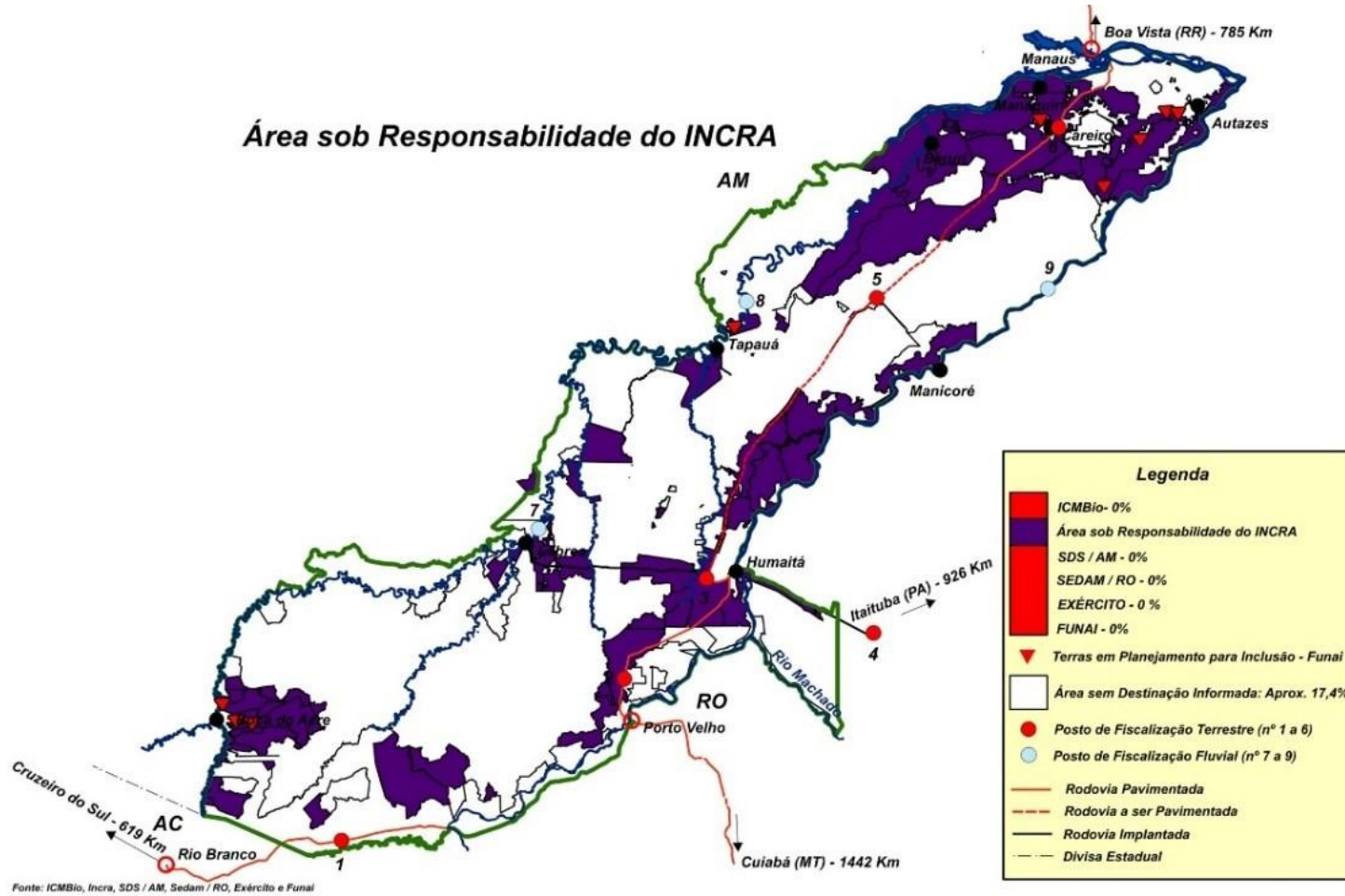


Figura 19 - Área de responsabilidade do Incra/ assentamentos na área de influência da BR-319

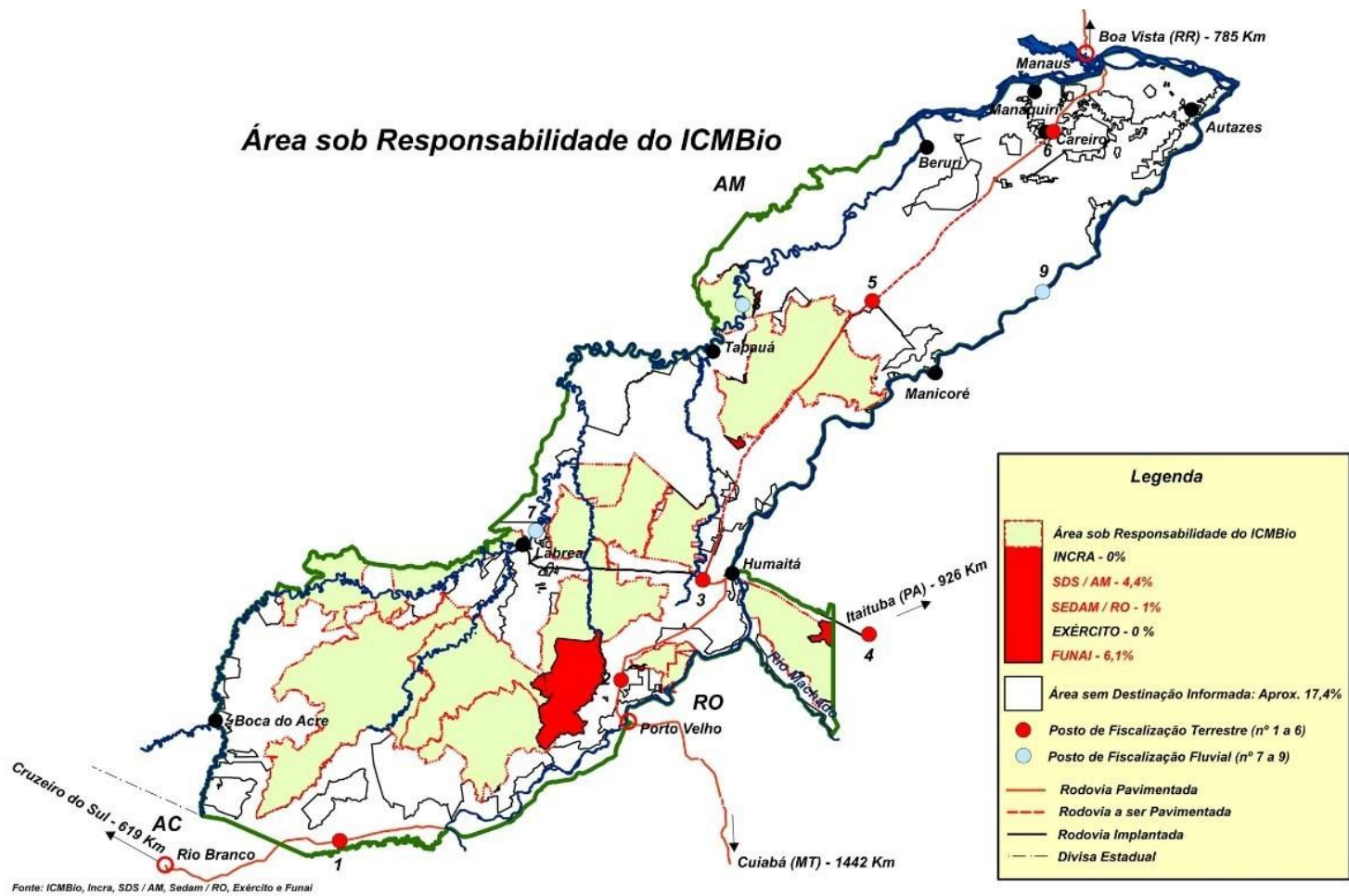


Figura 20 - Área sob Limitação Administrativa /ALAP sob responsabilidade do ICMBio

Como apresentado na Parte 4 deste Relatório, atualmente a região da área de influência da BR-319 conta com um conjunto de 11 Unidades de Conservação (UC) federais e 9 estaduais. Estas unidades somam mais de 8,8 milhões de hectares de área protegida do bioma amazônico com alto grau de integridade, formando grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo ambientes savânicos, áreas com Campinaranas e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre, juntamente aos rios de várias ordens de grandeza, igapós e lagos.

A criação dessa mescla de categorias de áreas protegidas na região teve como objetivo abrigar e proteger, ante os potenciais efeitos deletérios da abertura e melhorias da BR-319, com o conseqüente incremento populacional na região, os distintos modos de vida e as díspares relações de apropriação e reivindicação dos recursos naturais, que reflete de maneira geral o padrão histórico de ocupação regional.

Nas regiões do Purus e do Madeira convivem populações ribeirinhas, extrativistas e indígenas que dependem da comercialização dos recursos naturais provenientes da pesca e da coleta/extrativismo para a sobrevivência e subsistência. Essa dependência dos recursos, as vezes escassos ou insuficientes dentro dos limites demarcados das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas, muitas vezes leva ao conflito e disputas tanto internas como externas. Contribuem ainda para as relações conflituosas de acesso aos recursos naturais os objetivos distintos inerentes para a criação das diferentes categorias de áreas protegidas, e mais recentemente, as pressões de ocupação decorrentes de um novo modo de vida e de apropriação e transformação da paisagem devido ao avanço da fronteira agrícola e os projetos de infraestrutura que chegam a reboque (ECI/BR319, 2020).

O mosaico de unidades de conservação no interflúvio Purus-Madeira, incluindo as unidades federais e estaduais, é produto do processo de ocupação da região e atua sobre os conflitos pelo uso dos recursos naturais, como as atividades extrativistas e a exploração dos recursos naturais. De acordo com o Plano de Manejo da FLONA Humaitá (ICMBio, 2018), a diversidade de categorias e, conseqüentemente, objetivos das unidades, sobreposta a contextos locais distintos, nos quais se mesclam os perfis de ocupação histórica regional (indígenas, ribeirinhos e produtores agropecuários), estabelecem uma série de conflitos e de sobreposições territoriais, tais como terras indígenas e unidades de conservação; comunidades ribeirinhas extraindo recursos de unidades de conservação de proteção integral; pressões de ocupação resultantes do avanço da fronteira agrícola (ECI/BR319, 2020).

As unidades de conservação, juntamente com as UC estaduais e Terras Indígenas, formam um grande conjunto funcional de ambientes naturais que, conectados, constituem grandes corredores terrestres e aquáticos. A divisão da Amazônia em regiões ecológicas similares em termos de composição florestal e mais recentemente em Unidades de Paisagem Naturais (UPN) torna-se útil para análises comparativas e diagnósticos ambientais, pois permite um refinamento

na distribuição e listagem das espécies de fauna e flora, apesar da delimitação complexa entre as unidades. Para as análises socioambientais da Alap (interflúvio Purus-Madeira) da BR-319 que subsidiaram a criação das Unidades de Conservação e seus posteriores planos de manejo, foram identificadas as 14 UPNs delimitadas para a Amazônia Legal (ICMBio, 2018 apud ECI/BR319, 2020).

A criação destas Unidades de Conservação foi uma das saídas encontradas pelo Governo Federal para tentar conter a ação devastadora às quais estão submetidas as florestas localizadas no entorno da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, principalmente a grilagem de terras e o desmatamento.

Assim, considerando que a instalação e, principalmente, o asfaltamento de rodovias na Amazônia tem reconhecido impacto sobre o aumento do desmatamento e como vetor de impulso para a ocupação regional, criou-se no interflúvio Purus-Madeira um mosaico de unidades de conservação federais e estaduais, combinado com terras indígenas, como programa de compensação ambiental à retomada do processo de implantação da BR-319.

Considerada uma das mais efetivas maneiras de evitar o desmatamento oriundo da ocupação desordenada na região amazônica, as áreas protegidas foram consideradas primordiais no estabelecimento de medidas visando impedir a descaracterização dos ambientes naturais ao longo da estrada. Porém, para que essas UC venham a desempenhar seus objetivos de forma plena, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas que propicie não apenas a sua proteção, baseada em ações concretas de comando e controle, mas também possibilite o pleno desempenho das atividades vinculadas aos processos de implementação, consolidação e gestão dessas unidades (ECI/BR319, 2020).

No eixo da BR-319 a exploração madeireira não constitui atividade econômica importante, mas mais da metade dos oito milhões de hectares propostos para criação de UCs serão florestas nacionais (flonas), tendo em vista a produção de madeira, principalmente. Não obstante isso, os planejadores mantiveram extensas áreas sem destinação na parte mais próxima de Manaus e do porto graneleiro de Itacoatiara. Esse porto viabilizou a soja no oeste do Mato-Grosso e sul de Rondônia, a mais de 1.000 km de distância, com redução de 38% do seu custo de escoamento, em relação aos portos do Sul, e é de se imaginar o que não poderá provocar nessa área dele distante apenas 300 km.

Também não dá para desconsiderar o potencial de "vazamento" demográfico e de atividades econômicas que grandes obras como as pretendidas no Alto Madeira vão gerar e empurrar para o sul do Amazonas, pela valorização das terras em áreas de ocupação consolidada.

A TI Baixo Marmelos, entre outras Terras Indígenas da região, se insere no contexto ambiental do denominado "Interflúvio Purus-Madeira", região que representa uma extensa área com 27.800.104 hectares ocupando parte dos Estados do Amazonas e Rondônia, aproximadamente 5,5% da área total da Amazônia Legal. No âmbito do processo de

licenciamento ambiental da BR-319, a região do interflúvio Purus-Madeira conta uma administração específica em caráter provisório, a fim de promover planos e estudos que viabilizassem o desenvolvimento da região em bases sustentáveis com o objetivo de conter o avanço da fronteira agrícola (ECI/BR319, 2020).

Em suma, a abertura da BR-319 e da Transamazônica nas décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, as obras de pavimentação da rodovia BR-319 no trecho Porto Velho – Humaitá trouxeram para os municípios de Humaitá e Manicoré, municípios em que está inserida a TI Baixo Marmelos, uma leva de migrantes da região sul do País, e, conjuntamente, a especulação e as disputas fundiárias ao redor das rodovias; invertendo a lógica e a dependência econômica do rio Madeira e suas áreas marginais, predominantes até então (ECI/BR319. 2020).

6.5 - Desmatamentos e a fronteira agropecuária

O rápido avanço da fronteira agropecuária e a ocupação ilegal de terras públicas são características marcantes dos municípios situados nas calhas do Rio Madeira e Purus. Esta situação apresenta-se fortemente agravada nos municípios do sul e sudeste do Amazonas como Lábrea, Boca do Acre, **Humaitá**, Apuí, **Manicoré** e Novo Aripuanã, áreas com economia tradicionalmente baseada no extrativismo vegetal e agricultura familiar e que recentemente concentram as mais importantes frentes de expansão agropecuária do estado. Os municípios em questão notabilizaram-se nos últimos anos por índices significativos de desflorestamento, ocasionados pela extração ilegal de madeira, expansão do plantio de soja e da pecuária extensiva (Wagner, 2009: 231). Neste contexto, Manicoré é um dos municípios da área de influência da BR-319 com o maior crescimento de rebanho bovinos, atrás apenas de Lábrea, e abertura de pastagens, devido principalmente ao distrito de Matupi, na BR-230 (IDESAM, 2018).

O município de Manicoré (AM) apresentava até o ano de 2016 um desmatamento acumulado de 191.110 ha, índice que colocava o município, à época, no 4º lugar entre os municípios do Amazonas, apesar de possuir um ordenamento territorial onde a delimitação de áreas protegidas representa cerca de 52% da área total do município, percentual que não leva em consideração as áreas de assentamentos de uso especial (PAE ou PDS) (6%) (IDESAM, 2018). Outro problema apresentado pelo município é a demanda por regularização da atividade do garimpo no rio Madeira.

Esses planos governamentais (dos anos dois mil) preveem grandes investimentos abrangendo uma gama de setores a partir da: exploração mineral; a ampliação de gasodutos para facilitar a venda do petróleo; a criação de hidrovias para facilitar a abertura ao comércio entre países vizinhos e países associados e a reativação de rodovias como a BR-319 no Amazonas e a Interoceânica que liga Brasil-Peru e Bolívia. Com essa expansão, a região norte será interligada

desde a Venezuela, passando por Manaus, a outras vias como o Pacífico, seja por terra ou por meio fluvial, possibilitando o comércio no Pan Amazônia (Wagner, 2009: 294⁵²).

Através do Programa Terra Legal lançado em 2009, o governo federal, em ação conjunta com estados e municípios, titulou a propriedade de terras públicas ocupadas por posseiros na Amazônia Legal⁵³ (Wagner, A, 2009). Entretanto esta medida, sem que a Funai tivesse reconhecido e regularizado a ocupação indígena na região, trouxe uma série de conflitos fundiários entre índios e invasores, pela sobreposição de interesses e também de “apagamento”, quando possível, das identidades indígenas. Situação que se repetiu em muitas terras indígenas.

Em 2009, a Medida Provisória a MP458/09, transformada pelas emendas da Câmara no Projeto de Lei de Conversão 9/09, regulariza a ocupação de terras da União permitindo que sejam repassadas, sem licitação, áreas com até 1.500 hectares aos que detinham a posse destas áreas antes de primeiro de dezembro de 2004.

Dentre estas áreas mais críticas de conflitos e tensão social, além do Sudeste do Pará e do Maranhão, acham-se Rondônia e regiões do Sul do Amazonas. Estas últimas regiões correspondem a quase dois terços das solicitações de regularização. Tal percentual mostra a “grande região do Madeira” como diretamente afetada pelos megaempreendimentos e sujeita às tendências de alta de preços do mercado de terras (Wagner, 2009).

Pode-se afirmar que o “Complexo Madeira” acha-se apoiado numa vigorosa intervenção do governo federal, deixando evidente que o Estado permanece sendo o principal indutor do “crescimento econômico”, disciplinando inclusive o mercado de terras ao disponibilizar o estoque de terras públicas a transações comerciais efetivadas por aqueles que delas se apossaram ilicitamente nesta última grande fronteira amazônica (Wagner, 2009).

A opção por uma via de desenvolvimento calcada na abertura de estradas, construção de barragens, instalação de fazendas e a abertura de novas áreas de garimpo teve como um de seus mais importantes efeitos o progressivo deslocamento de indígenas, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas. Esses segmentos sociais tiveram sua existência ignorada por estas políticas públicas, visto que não tendo uma identidade reconhecida e valorizada, constituíam apenas obstáculos ao progresso (Wagner, 2009).

O processo mais frequente de implantação destas atividades inicia-se com o desmatamento de áreas e posterior plantio de pasto para garantir a titulação da terra ou para prevenir futuras ocupações. A pastagem configurou-se como o mecanismo mais barato de ocupar terras desmatadas, possibilitando lucro substancial quando a terra é revendida. A partir de 2003,

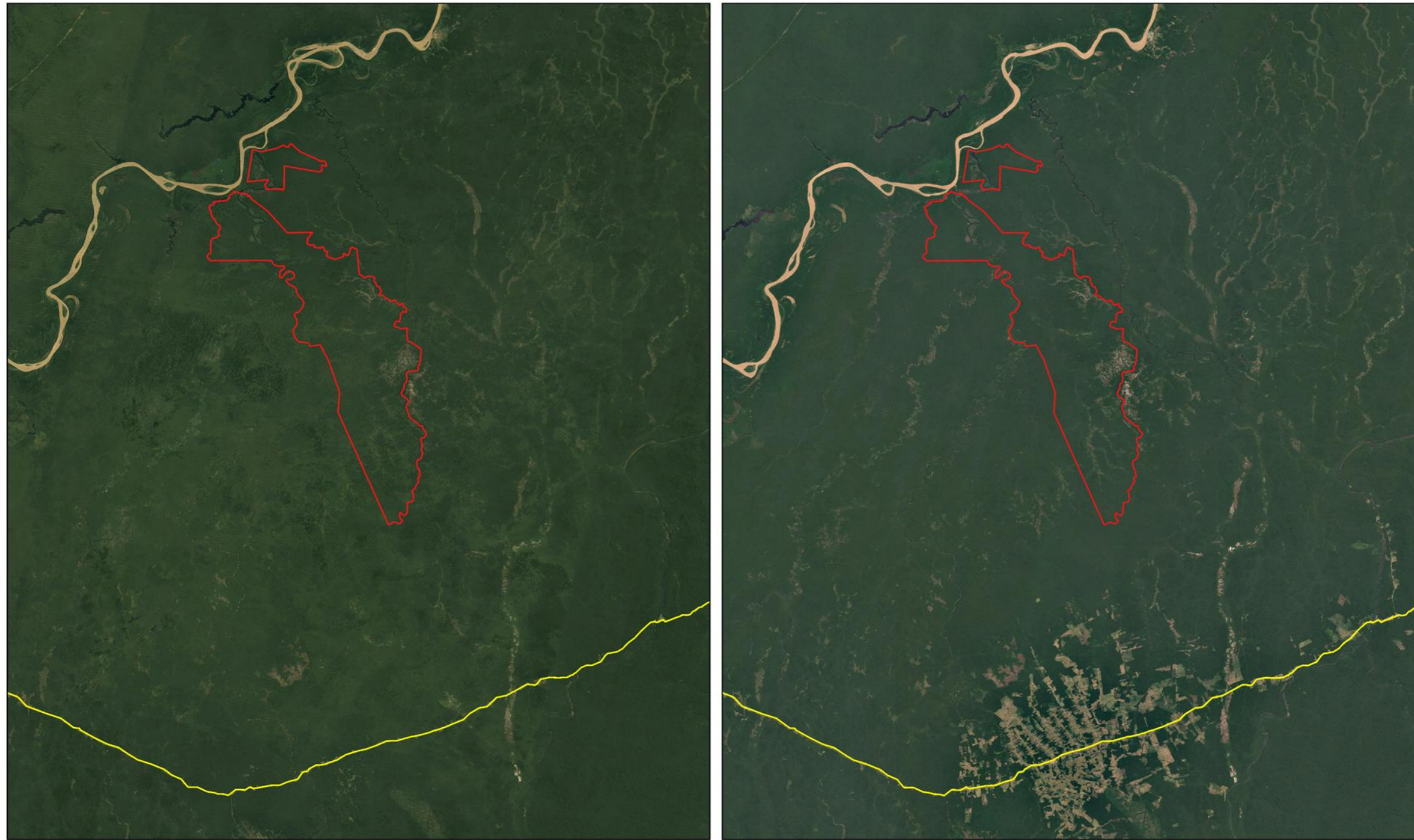
⁵² Wagner e outros autores realizaram em 2009 relevante estudo sobre o projeto desenvolvimentista preparado para a região e seus impactos sobre povos e comunidades tradicionais, o qual foi nossa maior referência para este capítulo sobre impactos e conflitos

⁵³ Ver figura da ALAP de responsabilidade do INCRA já apresentada.

o aumento da produção brasileira concentrou-se na Amazônia e registrou-se a transferência de grandes rebanhos do resto do país para a região (Wagner, 2009).

Na parte 4 deste relatório apresentamos o Mapa 09 - Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020 – que segue novamente abaixo e que aponta o contraste do status de ocupação dessa região ao longo dos últimos 28 anos. O mapa mostra imagens datadas dos anos de 1992 e 2020 e dá visibilidade a ocupações ao sul do território Baixo Marmelos.

Contraste da Ocupação da Região da Rodovia Transamazônica no Sul do Amazonas



Fonte: Imagem Google Earth 12/1992


Legenda

- BR-230 (Transamazônica)
- Território Proposto Baixo Marmelos

Fonte: Imagem Google Earth 12/2020

Legenda

- BR-230 (Transamazônica)
- Território Proposto Baixo Marmelos

Resp. Técnica: Carolina Boccato Dias de Góes 

Mapa 19 Contraste da Ocupação da região da Rodovia Transamazônica entre os anos de 1992 e 2020.

A crescente expansão dos cultivos tem gerado conflitos institucionais no tocante aos processos de licenciamento e regularização de terras na região. Licenças concedidas pelo órgão ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) não são reconhecidas pelo Ibama devido à impossibilidade de enquadramento nas normas do Governo Federal. O Incra não pode legalizar parcelas com mais de 100 hectares e, sem esta, o Ibama não pode conceder licença para desmatamento e queimada. Os entraves burocráticos contribuem para a opção de madeireiros, pecuarista e produtores de soja de atuarem na ilegalidade, sobretudo face ao precário sistema de fiscalização na região (Wagner, 2009).

O PAC e a IIRSA atuam em forma de pinça (re) territorializante. Numa ponta, projetos de eixos interoceânicos para dissolver os chamados “gargalos físicos”, dezenas de mega corredores de exportação sulcados por centenas de projetos de infraestrutura considerados matriciais e ordenadores dos demais. Na outra ponta, iniciativas de convergência regulatória para destravar os “gargalos institucionais”, novas reformas privatizantes e flexibilizadoras para franquear recursos naturais, setores de energia, transportes e comunicações. No centro, sob duplo tensionamento, físico e político-ideológico, vão sendo varridos os povos, repostos depois como novos assalariados ou sub-assalariados, com ampla serventia nos mercados precarizados (Wagner, 2009: 151).

Os fluxos atuais são dos assentamentos do INCRA em direção aos centros urbanos em um novo ciclo de reconcentração fundiária e pecuarização das terras.

Ainda que a soja venha se expandindo rapidamente, é a pecuária extensiva de baixa produtividade e a exploração de madeira que geralmente abrem espaço para a cultura de grãos, constituindo atividades características dos vales do Madeira e Purus.

A área de floresta na região de Humaitá tem características de frente de expansão de fronteira, mas o padrão clássico de “espinha de peixe”, envolvendo a dispersão da ocupação por piquetes abertos na mata para além das estradas não é uma situação incomum nesta região da Amazônia. A ocupação é linear ao longo das rodovias, limitada ao fundo das propriedades pelas áreas de preservação ambiental, como o Parque Nacional do Mapinguari, a Floresta Nacional de Humaitá, a Floresta Nacional de Balata-Tufari e a Estação Ecológica de Cuniã, além dos Territórios Indígenas de Jiahuí, Juma, Nove de Janeiro e Tenharim-Marmelos.

Há também conflitos com Unidades de Conservação. O documento sobre Áreas Prioritárias para Conservação apresenta o seguinte comentário sobre a presença de Terras indígenas. *“A presença de várias reservas indígenas na região é vista por uns como uma forma de proteção ambiental e por outros como mais uma ameaça antrópica”* (Org. Py Daniel [et al.], 2007)

A contenção da grilagem e o avanço do agronegócio exercidos por instituições do Estado têm favorecido antigas reivindicações por terra de povos tradicionais e se traduzido na expansão de novos projetos de assentamentos, terras indígenas, quilombos e reservas agroextrativistas.

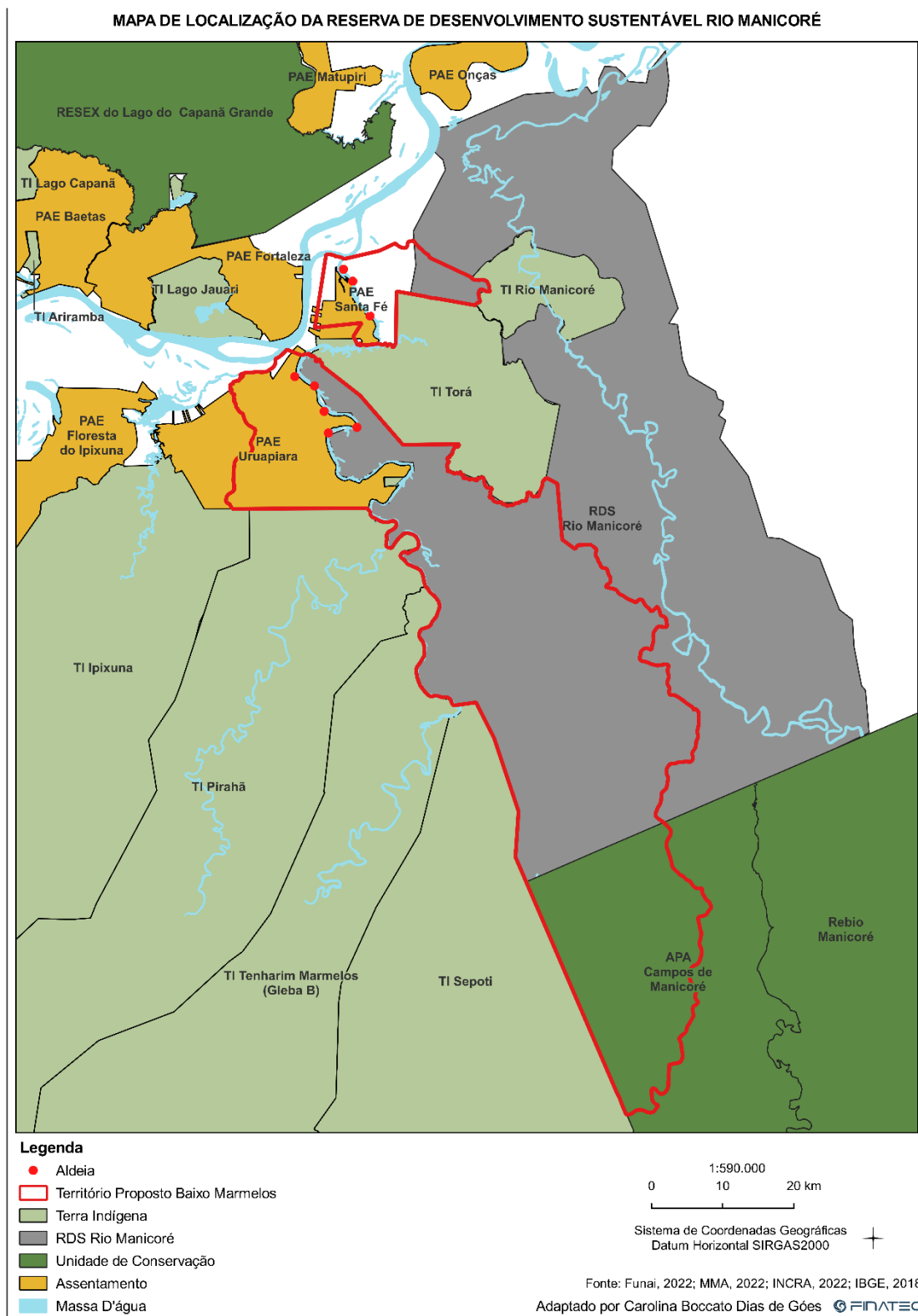
Segundo informações dos funcionários do Incra em Humaitá, a grande meta para a área é a criação e expansão de assentamentos rurais por eles chamados de “assentamentos ribeirinhos”, visto que são estes grupos os beneficiários majoritários do novo estatuto territorial. (ALMEIDA, 2009)

Tais iniciativas, à primeira vista absolutamente louváveis, e cujo objetivo é impedir a perda definitiva da posse da terra por seus ocupantes tradicionais, podem encobrir identidades indígenas e impedir seu reconhecimento legal.

Outra iniciativa que está em curso é o processo de delimitação da RDS Rio Manicoré. Esta Reserva de Desenvolvimento Sustentável inclui territórios requeridos por comunidades ribeirinhas do rio Manicoré e ao incluir áreas do Baixo Marmelos, se sobrepõe à boa parte do território indígena do Baixo Marmelos. Tal iniciativa poderá em prazo inferior à delimitação da T.I. Baixo Marmelos proteger o território da ação de madeireiros e grileiros, não obstante, o temor é que impeça o reconhecimento étnico e territorial dos Povos do Baixo Marmelos, acirrando-se conflitos como os que a TI Lago Capanã (também situada no rio Madeira) e as demais comunidades Mura e Munduruku do Madeira tem com a RDS Lago Capanã (ECI/BR319. 2020).

Abaixo, no Mapa 12, podemos observar que a proposta da RDS Rio Manicoré abrange quase que a totalidade da área reivindicada como TI Baixo Marmelos.

Mapa 20 - Mapa de localização da RDS Rio Manicoré⁵⁴

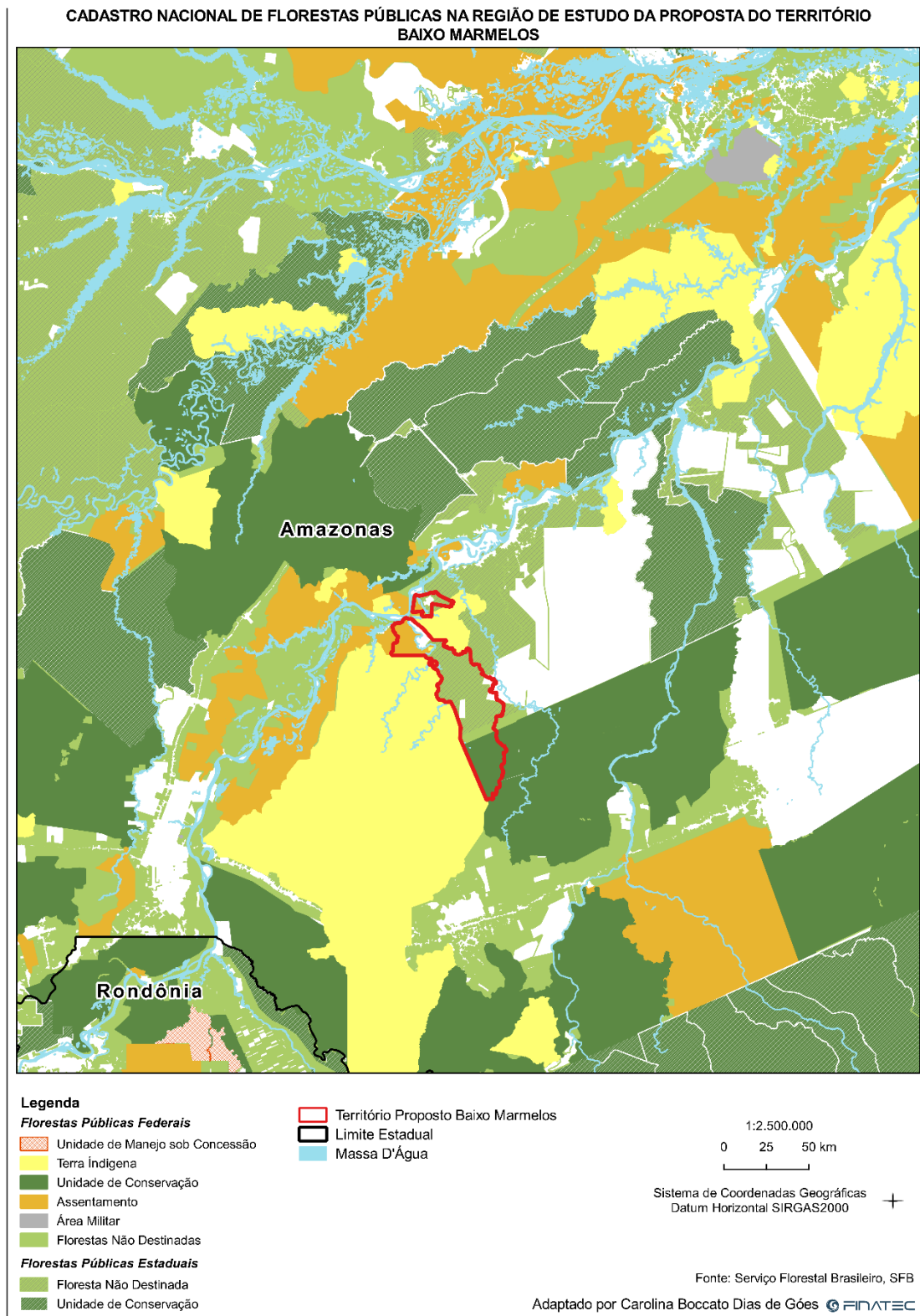


⁵⁴: [informativo obr 319 n29 marco 2022 v3.pdf \(panda.org\)](#)

E abaixo, no mapa 21, Pág. 252, podemos observar que grande parte da área da TI Baixo Marmelos são de “florestas não destinadas”, o que a torna mais passível de invasão, daí talvez a proposta de criação da RDS Rio Manicoré. Outra parte é destinada à Unidade de Conservação, a APA dos Campos de Manicoré e finalmente, a parte norte da proposta da TI Baixo Marmelos, aparece como área destinada a assentamentos. Entretanto, segundo informação do sr. Rubermar Calisto Torá *“o senhor procurador já recomendou ao INCRA a não criação de assentamentos nessa área, já que é uma área reivindicada pelos indígenas do Baixo Marmelos”*.

A preocupação é com o crescimento demográfico de ambos os municípios (Humaitá e Manicoré) que tendem a se constituir cada vez mais como polos de atração para uma população rural e ribeirinha. A reconstrução da rodovia BR319, que corta a Amazônia Central e um dia interligou Manaus e Porto Velho (e os ramais viários que decerto serão abertos ligando as comunidades a rodovia), é um fator de mudança no quadro fundiário da região e de pressão sobre as Terras Indígenas e os povos indígenas que ali habitam e que ainda não tem sua terra reconhecida, como é o caso das aldeias/comunidades que compõem a TI Baixo Marmelos.

Mapa 21 - Cadastro Nacional De Florestas Públicas na Região de Estudo da Proposta do Território Baixo Marmelos.



6.6 - A pressão do garimpo

Nas regiões do seu médio e baixo curso a mineração das aluviões do rio Madeira é tida como uma das possíveis atividades anuais dos chefes de família, inclusive indígenas, como foi apresentado na parte 4 deste estudo. Há uma crescente pressão para a atividade garimpeira nas áreas ocupadas pelos povos indígenas. Esta pressão se dá na incorporação de alguns chefes de famílias ou jovens para que trabalhem nas balsas garimpeiras que exploram o rio Madeira, mas mais recentemente, há um certo incentivo para que eles mesmo tenham suas próprias balsas com as consequências danosas e potencialmente conflituosas.

O ouro encontrado nos aluviões mineralizados do rio Madeira é de granulometria bastante fina, peculiaridade que dificulta a separação manual desse minério das demais partículas extraídas; por falta de opção faz-se necessário o uso do mercúrio (Hg) no processo de extração do ouro (Queiroz; Horbe; Moura, 2011).

Estudos relativos ao alto curso do rio Madeira indicam que as mineralizações auríferas são encontradas nas praias, ilhas, margens e no próprio leito do rio Madeira. Embora o volume dos sedimentos mineralizados seja considerável, os teores são irregulares. Em inúmeras catas localizadas adjacientemente, os teores variaram entre 30 e 3 g/m³, em um mesmo nível mineralizado de cascalho (Bastos, 1988).

O Mapa de Recursos Minerais do Estado do Amazonas – CPRM/CIAMA/AM indica ocorrência das seguintes substâncias nos respectivos municípios na região de influência da Terra Indígena: Seixo em Novo Aripuanã; Argila e Laterita em Manicoré; Ouro e areia para Humaitá e Manicoré; Ouro em Manicoré e Apuí; Estanho em Manicoré; Ouro em Novo Aripuanã; Manganês para Manicoré/Apuí/ Novo Aripuanã.

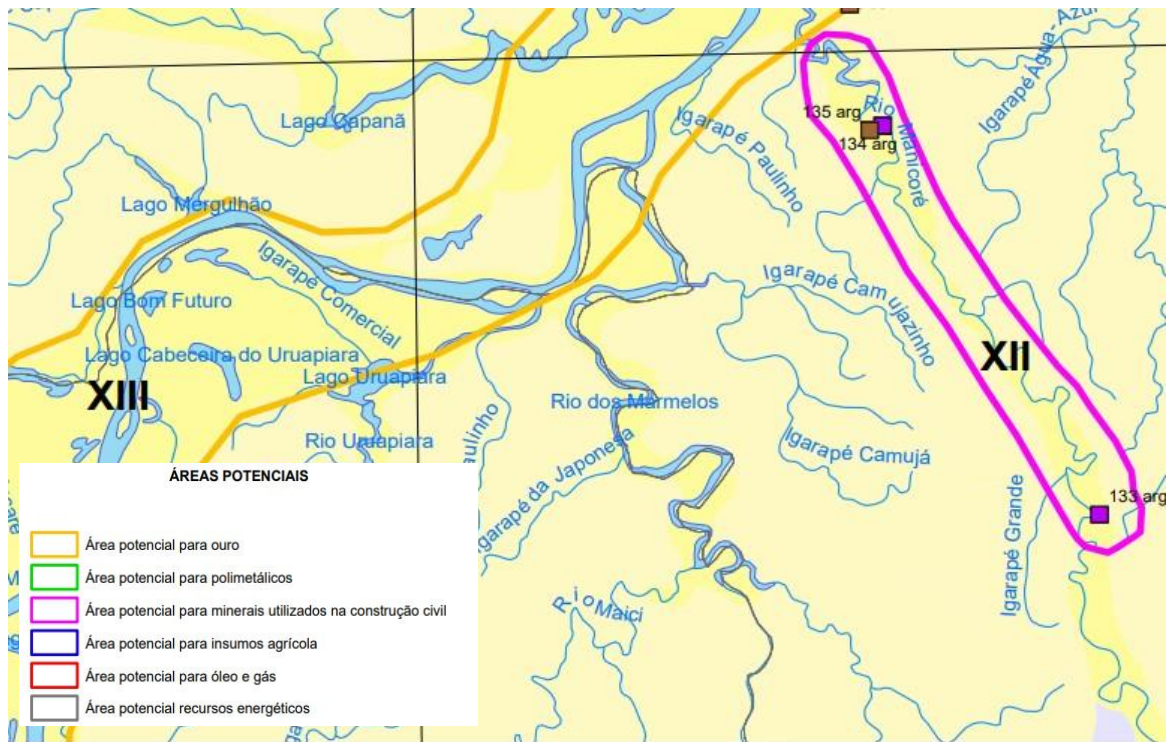


Figura 21 Áreas com Potencial de lavra Mapa de Recursos Minerais do Estado do Amazonas – CPRM/CIAMA/AM.

A chamada Reserva Garimpeira do Rio Madeira, totaliza 17.554,47 ha, estendendo-se desde a fronteira de Rondônia com o Estado do Amazonas até as proximidades do limite norte do Município de Manicoré com Novo Aripuanã. Nos quadros a seguir apresentados estão nomeados os lugares georreferenciados pelo DNPM com Licença de Ocupação, que é atualizada anualmente (Wagner, A. 2009; 284). As tabelas abaixo apresentam localidades identificadas no DNPM com Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) no município de Humaitá. Segundo a Tabela 25 (abaixo), as 8 primeiras localidades estão situadas a montante da sede do Município de Humaitá e 28 a jusante, no perímetro desse município (Wagner, A. 2009; 284-6).. A figura seguinte identifica a quantidade de Permissões de Lavra Garimpeira no município de Manicoré (Queiroz; Horbe; Moura, 2011).

QUADRO 1 - LOCALIDADES IDENTIFICADAS PELO DNPM NAS PERMISSÕES DE LAVRA GARIMPEIRA (PLG), NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ

Quantidade	No município de Humaitá	Quantidade	No município de Humaitá
1	Salmão	19	Carapanatuba
2	Goiabal	20	Restauração
3	Gaivota	21	Tabuleta
4	Farinha	22	Zé Marques
5	Tadeu	23	Zeca Diabo
6	Barreira	24	Boca do Lago do Antônio
7	Ilha do Tambaqui	25	Trapiche
8	Igarapé Tambaquinhos	26	Duca
9	Paruzinho	27	Tapuru
10	Santa Rosa	28	Boa Sorte
11	Joana	29	São Domingos
12	Pacoval	30	Baiano
13	Sintra	31	Boca do Acará
14	Piraíbas	32	Bom Futuro
15	Retiro	33	Valparaíso
16	Três Casas	34	Umari
17	Prainha	35	Praia Bom Intento
18	Malvinas	36	Santa Cruz

Fonte: DNPM, localidades georreferenciadas, 2008. Organização: Ana Paulina Aguiar Soares

Figura 22 - Quadro de Localidades identificadas pelo DNPM nas permissões de lavra garimpeira (PLG), no município de Humaitá

QUADRO II - LOCALIDADES IDENTIFICADAS PELO DNPM NAS PERMISSÕES DE LAVRA GARIMPEIRA (PLG), NO MUNICÍPIO DE MANICORÉ

Quantidade	No município de Manicoré	Quantidade	No município de Manicoré
01	Auxiliadora	14	Coló
02	Laranjal	15	Correnteza
03	Boca do Marmelos	16	Pato Rouco
04	Bom Suspiro	17	Bom Jardim
05	Praia do Marmelos	18	Matupiri
06	Arubatuba	19	Verdum
07	Boca do Capanã	20	Aldeia Caiapé
08	Fortaleza	21	Laguinho
09	Mato Verde	22	Ilha do Meio
10	Pandegal	23	Colares
11	Nazaré	24	Itapirima
12	Praia de Manicoré	25	Goiabas
13	Manicoré	26	São Pedro
		27	Conceição

Fonte: DNPM, localidades georreferenciadas, 2008. Organização: Ana Paulina Aguiar Soares

Figura 23 - Quadro de Localidades identificadas pelo DNPM nas permissões de Lavra garimpeira (PLG), no município de Manicoré.

Dentre as 27 localidades georreferenciadas no município de Manicoré segundo o presidente da COEMFAM, aparecem Bom Suspiro (n.04) e Auxiliadora (n.01). Lembramos que os povoados de Auxiliadora e Bom Suspiro fazem limite com a proposta de delimitação para a TI Baixo Marmelos aqui apresentada.

Abaixo segue a quantidade das permissões de Lavra Garimpeira referente as cooperativas de Humaitá e Manicoré, e que apresentavam há 15 anos atrás (2008) a regularização para quase 800 balsas.

OS NÚMEROS DAS COOPERATIVAS NOS MUNICÍPIOS DE HUMAITÁ E MANICORÉ

Segundo dados da Cartilha do Garimpeiro, da SDS, até a safra de 2008, havia 2.122 cooperados, nos dois municípios. A produção média de ouro por balsa, semanalmente, é de 36g, o que significa uma renda individual por mês que “varia de R\$345,00 a R\$1.300,00 podendo chegar a uma renda por balsa/mês, de R\$2.600,00 a R\$9.620,00”; o uso de mercúrio é de 0,7kg/mês/balsa, e 94% das balsas já utilizam a retorta (cadinho). Em 2002 registrou-se, extra oficialmente, um total de 1.600 balsas em atividade.

COOPERATIVA DOS EXTRATIVISTAS MINERAIS FAMILIARES DE HUMAITÁ – COOPEMFAH

- Permissão de Lavra Garimpeira - PLG nº 27/2005 (DNPM - 880191/2005)
- Licença de operação - L.O. n.º 481/2005 (IPAAM)
- Área de abrangência 9.142,00 ha
- 392 balsas e 1042 pontos de emprego e renda

COOPERATIVA DOS EXTRATIVISTAS MINERAIS FAMILIARES DE MANICORÉ – COPEFAM

- Permissão de Lavra Garimpeira - PLG nº 26/2005 (DNPM - 880190/2005)
- Licença de operação - L.O. n.º 482/2005 (IPAAM)
- Área de abrangência 8.412,47ha
- 360 balsas e 1.080 pontos de emprego e renda

Fonte: Cartilha do Garimpeiro (SDS, 2008)

Figura 24 - Dados sobre Cooperativas de Extrativistas minerais em Manicoré e Humaitá. SDS, 2008 (Fonte: Wagner A, 2009:286)

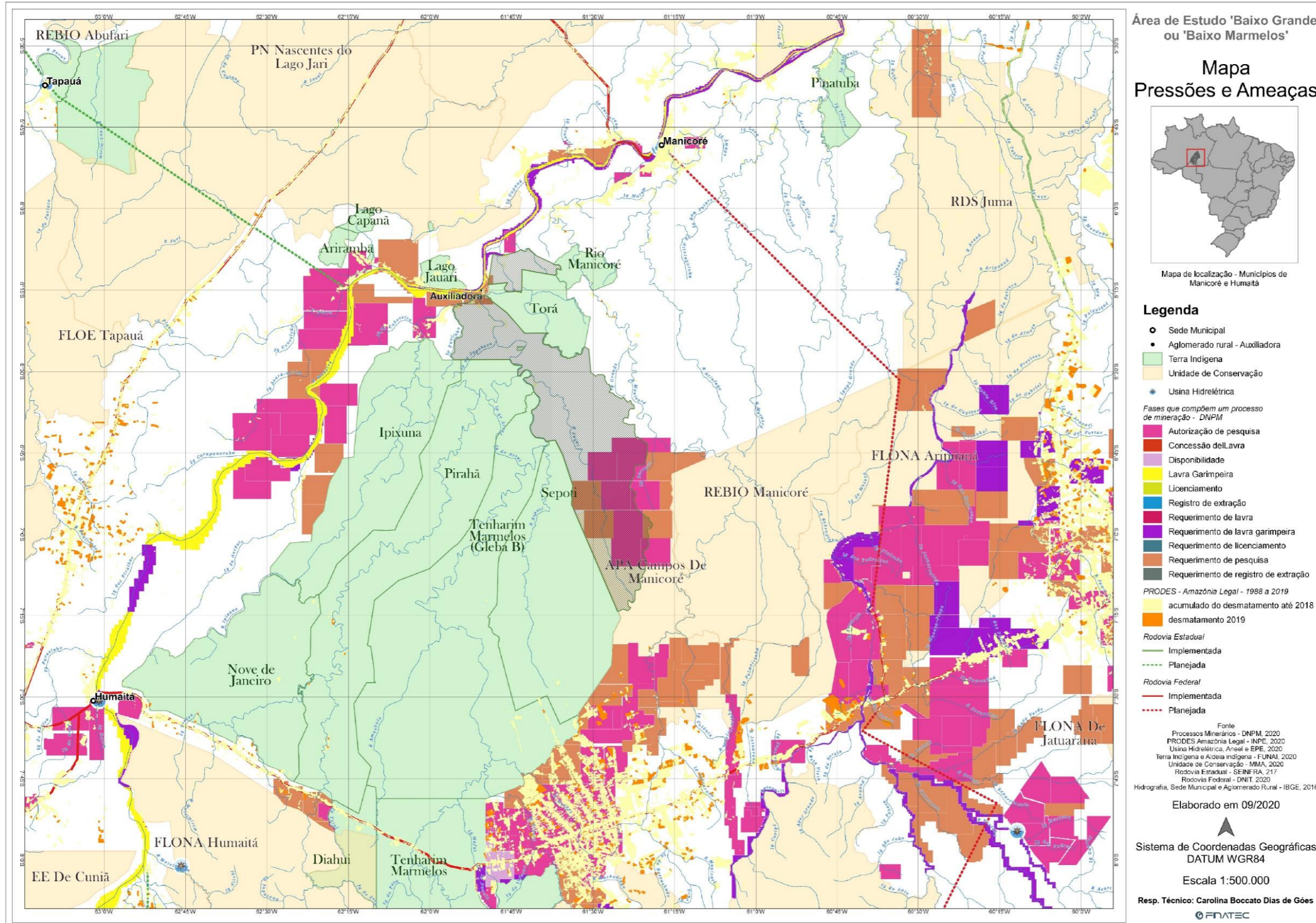
O mesmo documento, entretanto, aponta a existência há 20 anos atrás de 1600 balsas operando no rio Madeira. Entretanto, a enchente de 2013 que acabou com grande parte da lavoura da região, levou, segundo informações obtidas junto aos garimpeiros, a um aumento significativo do número de balsas. A este ponto soma-se a falta de empregos formais e a avaliação de que o rendimento obtido pela atividade garimpeira, sem nenhum imposto e com pouca vigilância dos governos estadual e federal, é muito acima do rendimento possível com demais serviços. E, veio a ocasionar também um incremento populacional.

A situação de ilegalidade destas balsas e a conseqüente impossibilidade de qualquer controle da situação de trabalho dos garimpeiros e os arranjos para o escoamento do ouro tende a reforçar a região em uma região potencialmente conflituosa.

6.7 - Mapas síntese

Seguem, na sequência, dois mapas que resumem, o primeiro, as pressões e ameaças que pairam sobre a região a TI Baixo Marmelos, e o segundo a estrutura fundiária da região.

Mapa 22 - Pressões e Ameaças sobre o a área do Baixo Marmelos.



Mapa 23 - Estrutura fundiária da região da TI Baixo Marmelos

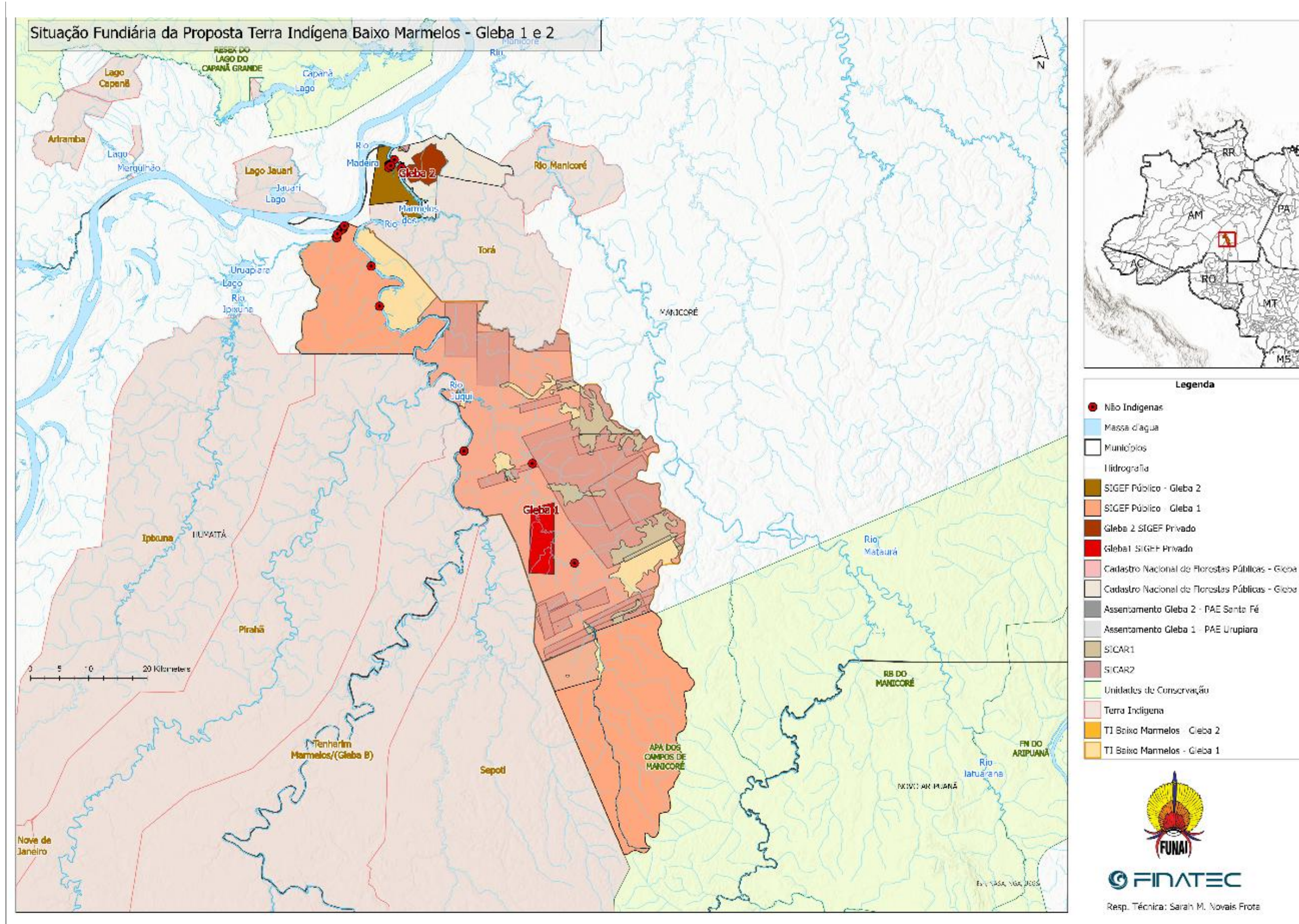


Tabela 39 - Informações relacionadas aos imóveis privados do SIGEF.

Identificador	Nome do imóvel	Código da parcela	Código do imóvel	Matrícula do imóvel	Link Info
1	Marmellos	3bc4fc8b-d590-454d-b766-a18c394e5229	0240310238334	2.298	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/3bc4fc8b-d590-454d-b766-a18c394e5229/
2	Área Remanescente da Fazenda Dez Dias	08fc2f64-1d4f-4a53-8f46-05db2a63459e	9501902231902	2.510	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/08fc2f64-1d4f-4a53-8f46-05db2a63459e/
3	Fazenda Boa Vista	fb5eecb4-fd2d-4d62-bd27-023bf8bfae75	9500925729936	453	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/fb5eecb4-fd2d-4d62-bd27-023bf8bfae75/
4	Fazenda Nova Canaã	a93229b4-daea-4078-94f2-e09bdd16de80	9500925730276	455	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/a93229b4-daea-4078-94f2-e09bdd16de80/
5	fazenda Nascimento	1474088c-0b49-4d49-a3e4-7cb8b5d9a83f	9500925730519	456	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/1474088c-0b49-4d49-a3e4-7cb8b5d9a83f/
6	Fazenda Sete Ouro	e65f9b00-1456-47f6-80e5-418637d7659a	9500925729006	440	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/e65f9b00-1456-47f6-80e5-418637d7659a/
7	Fazenda Ácassia	28645ab8-a80d-42e8-8ba9-2640fbcc2e80	9500926616353	449	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/28645ab8-a80d-42e8-8ba9-2640fbcc2e80/
8	Fazenda Elimibeta	79619a99-5e21-458f-b038-82d4655f7753	9500926617163	451	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/79619a99-5e21-458f-b038-82d4655f7753/
9	Fazenda Matão	c19d8ac9-d5c8-42ff-a14c-74ee7752bad6	9500926617163	448	https://sigef.incra.gov.br/geo/parcela/detalhe/c19d8ac9-d5c8-42ff-a14c-74ee7752bad6/

6.8 - Levantamento fundiário em campo

O levantamento de campo, realizado entre os dias 05/05/25 e 19/05/25, identificou 37 ocupações não indígenas, distribuídas em 5 comunidades: Tarumã, Escondido, São Francisco, Saúva e Vista Nova. A maior parte dos ocupantes identificados em campo (22 registros) reside nos respectivos imóveis, com residências classificadas como de uso permanente e por sua vez são posseiros. A situação fundiária predominante é a posse (22 casos), seguida por proprietário (6 casos) e usufrutuário (2 casos).

As atividades econômicas desenvolvidas são, majoritariamente, voltadas para a agricultura, o extrativismo e a pesca.

As benfeitorias verificadas in loco pela equipe do GT são, em sua maioria, compostas por edificações de uso residencial, produtivo e de apoio, incluindo moradias (casas), instalações para criação de animais (galinheiros, chiqueiros e canis), unidades de processamento (casas de farinha), depósitos e estruturas para abrigo de motor gerador de energia.

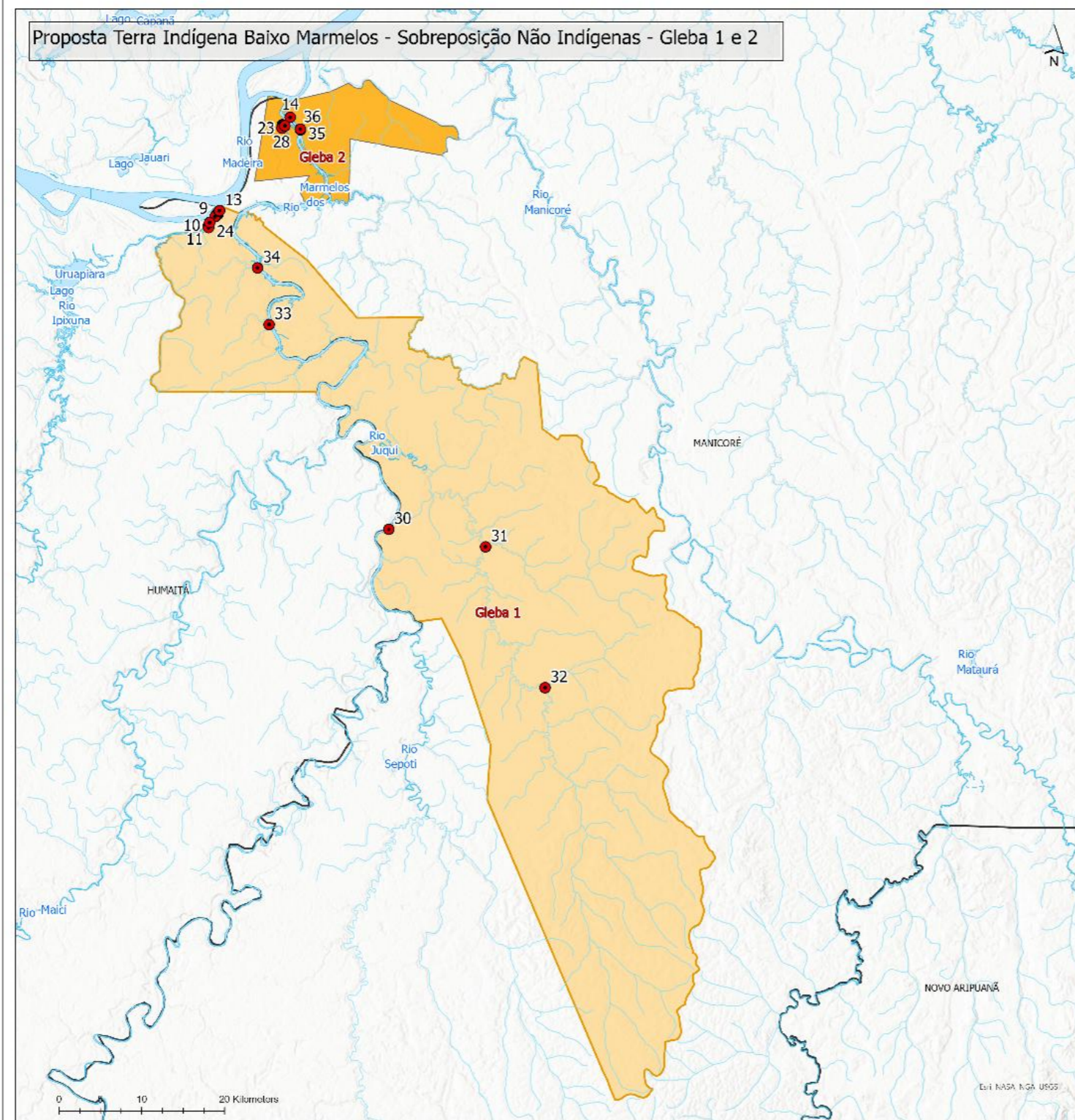
6.8.1 Descrição por comunidade e/ou localidade

- Comunidade Tarumã (LF 01 a 12 e 24): possui múltiplas ocupações permanentes, compostas por posseiros, proprietários, usufrutuários e outros tipos de ocupação. O tempo de exploração varia de um a 62 anos. As principais atividades desenvolvidas são agricultura, extrativismo e pesca. A população totaliza cerca de 59 pessoas, distribuídas em 14 famílias. Destacam-se ocupações de longa duração, como a do proprietário Sérgio Naveca de Lima (62 anos, não residente), e de usufrutuários como Raimundo Nelso de Souza (50 anos).
- Comunidade São Francisco (LF 13): apresenta um proprietário residente há cerca de 50 anos, com atividades voltadas para agricultura, extrativismo e pesca. A área de ocupação registrada soma 11,43 ha dentro da TI, abrigando 5 pessoas em 3 famílias.
- Comunidade Escondido (LF 14 a 23, 25 a 28, 37 e 38): concentra o maior número de ocupações, em sua maioria posseiros, com tempos de exploração variando de um a 64 anos. A localidade abriga aproximadamente 58 pessoas, distribuídas em 20 famílias. As atividades predominantes são agricultura, extrativismo e pesca. Destacam-se ocupações extensas e antigas, como a de Zilo Andrade da Silva (64 anos) e de Sesa Augusto Lima de Almeida (53 anos).

- Comunidade Terra Preta (LF 30): conta com uma ocupação antiga, de 82 anos, cujo responsável (Juvenal de Oliveira Lima) não reside no imóvel atualmente. Não há informações sobre famílias residentes.
- Comunidade Santa Rosa (LF 31): apresenta ocupação vinculada a “outros” (sem caracterização específica), com área explorada de cerca de 45 anos, sem residência fixa. Abriga apenas 1 pessoa de uma família.
- Comunidade Japonesa (LF 33): possui registro de propriedade não ocupada atualmente, com tempo de exploração estimado em 82 anos. Não há famílias residentes.
- Comunidade Saúva (LF 34): apresenta um proprietário residente há 60 anos, com área de 99,81 ha ocupada. São registradas 3 famílias, totalizando 8 pessoas, com atividades voltadas para agricultura, extrativismo e pesca.
- Comunidade Vista Nova (LF 35 e 36): possui duas ocupações, uma de posseiro com 50 anos de exploração e outra registrada como “outros”. No total, são 2 famílias com 6 pessoas residentes, que desenvolvem agricultura, extrativismo e pesca.
- De forma geral, a caracterização das ocupações coletadas em campo revela um quadro fundiário marcado pela predominância de posseiros, com ocupações voltadas para atividades de subsistência. Foram identificadas benfeitorias compatíveis com esse perfil, tais como casas de moradia, casas de farinha, galinheiros, chiqueiros, canis, depósitos e casas de motor de luz, que reforçam o uso doméstico e produtivo de pequena escala nas áreas ocupadas.

- O mapa, a seguir, apresenta a distribuição espacial das ocupações não indígenas cadastradas pela equipe de campo, enquanto a tabela seguinte sistematiza os dados coletados em campo e mencionados anteriormente com a caracterização e o perfil das ocupações não indígenas.

Mapa 24 - Mapa cadastral das ocupações não indígenas levantadas em campo



LF	Nome	Localidade	Nome do imóvel	Reside	LAT	LONG
1	Sérgio Fre	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'16"S	61°51'46"W
2	Raimunda S	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'12"S	61°51'44"W
3	Delmara Li	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'12"S	61°51'42"W
4	José Almei	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'11"S	61°51'41"W
5	Jackson Pe	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'11"S	61°51'40"W
6	Marildo Pe	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'09"S	61°51'41"W
7	Sebastiana	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'07"S	61°51'41"W
8	Elielson P	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'08"S	61°51'43"W
9	Antônio Do	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'21"S	61°51'52"W
10	Edino Márc	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'59"S	61°52'19"W
11	Sérgio Nav	Tarumã	Sem Denomi	Não	6°17'04"S	61°52'17"W
12	Raimundo N	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°15'59"S	61°51'36"W
13	Isaias Fer	São Franci	Sem Denomi	Sim	6°15'57"S	61°51'34"W
14	Zilo Andra	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°09'49"S	61°46'57"W
15	Leonil Bar	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'19"S	61°47'28"W
16	Adenilson	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'19"S	61°47'28"W
17	Nilson de	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'19"S	61°47'28"W
18	Aldenora O	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'18"S	61°47'28"W
19	José Augus	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'21"S	61°47'27"W
20	Iraci Andr	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'23"S	61°47'28"W
21	José Anchi	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'24"S	61°47'28"W
22	Joaquim Mo	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'26"S	61°47'27"W
23	Honório Ch	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'25"S	61°47'28"W
24	Odair José	Tarumã	Sem Denomi	Sim	6°16'44"S	61°52'13"W
25	Sesa Augus	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'29"S	61°47'28"W
26	Gustavo de	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'26"S	61°47'27"W
27	Fabiana de	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'30"S	61°47'28"W
28	Douglas Ar	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'32"S	61°47'29"W
30	Juvenal de	-	Terra Pret	Não	6°36'50"S	61°40'25"W
31	Marcos Aur	-	Santa Rosa	Não	6°37'58"S	61°34'04"W
32	Não Idetif	-	Sem Denomi	-	6°47'12"S	61°30'08"W
33	Alcimar Al	-	Japonesa	Não	6°23'25"S	61°48'18"W
34	Amadeu Fer	Saúva	Sem Denomi	Sim	6°19'42"S	61°49'04"W
35	Arlindo Za	Vista Nova	Sem Denomi	Sim	6°10'38"S	61°46'16"W
36	Adalberto	Vista Nova	Sem Denomi	Sim	6°10'35"S	61°46'17"W
37	Ivladimir	Escondio	Sem Denomi	Sim	6°10'23"S	61°47'18"W
38	Francinei	Escondido	Sem Denomi	Sim	6°10'22"S	61°47'18"W

Legenda

- Não Indígenas
- Massa d'água
- Municípios
- Hidrografia
- TI Baixo Marmelos - Gleba 2
- TI Baixo Marmelos - Gleba 1



Tabela 40 - Caracterização e o perfil das ocupações não indígenas.

Nº de ordem	Nº do LF	Nome do ocupante	Localidade	Nome do imóvel	Município	Situação da ocupação	Reside no imóvel	Tempo de existência da ocupação	Tempo de ocupação (anos)	Área do imóvel na TI (ha)	Nº de famílias	Nº de pessoas
01	1	Sérgio Freitas de Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	15	40	-	1	7
02	2	Raimunda Santos de Magalhães	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	1	24	-	1	4
03	3	Delmara Lima Carril	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	6	18	-	1	5
04	4	José Almeida da Silva	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Proprietário	Sim	6	6	-	2	10
05	5	Jackson Pereira Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	6	23	-	1	3
06	6	Marildo Pereira Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Outros	Sim	40	100	-	1	1
07	7	Sebastiana Pereira Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Outros	Sim	11	100	-	1	10
08	8	Elielson Pereira Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Outros	Sim	25	100	-	1	7
09	9	Antônio Domingos da Fonseca	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	23	23	-	1	3
10	10	Edino Márcio Amorim Duarte	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Usufrutuário	Sim	-	-	-	1	4
11	11	Sérgio Naveca de Lima	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Proprietário	Não	62	62	-		
12	12	Raimundo Nelso de Souza	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Usufrutuário	Sim	50	50	-	1	5
13	13	Isaias Ferreira de Souza	São Francisco	Sem Denominação	Humaitá	Proprietário	Sim	50	50	11,4366	3	5
14	14	Zilo Andrade da Silva	Escondido	Sem Denominação	Manicoré	Posseiro	Sim	64	64	-	1	8
15	15	Leonil Barata de Lima	Escondido	Sem Denominação	Manicoré	Posseiro	Sim	64	64	-	1	2
16	16	Adenilson Oliveira da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	64	-	-	1	3
17	17	Nilson de Oliveira da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	64	-	-	1	3
18	18	Aldenora Oliveira da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	64	-	-	1	3
19	19	José Augusto Andrade da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	49	49	-	1	3
20	20	Iraci Andrade da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	55	55	-	1	1
21	21	José Anchieta da Silva Araújo	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	60	-	-	1	6

22	22	Joaquim Monteiro Leão	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Proprietário	Sim	2	2	-	1	2
23	23	Honório Chagas de Araújo	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	1	1	-	1	1
24	24	Odair José Amorim Duarte	Tarumã	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	11	11	-	1	3
25	25	Sesa Augusto Lima de Almeida	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	53	53	-	1	3
26	26	Gustavo de Araújo Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	21	-	-	1	3
27	27	Fabiana de Araújo Zacarias	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	10	10	-	1	3
28	28	Douglas Araújo da Silva	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	7	7	-	1	5
29	30	Juvenal de Oliveira Lima	-	Terra Preta	Humaitá	-	Não	82	82	-		
30	31	Marcos Aurélio da Silva Duarte	-	Santa Rosa	Manicoé	Outros	Não	-	45	-	1	1
31	32	Não Idetificado	-	Sem Denominação	Manicoré	-	-	-	-	-	-	
32	33	Alcimar Almeida de Oliveira	-	Japonesa	Humaitá	Proprietario	Não	82	82	-	-	
33	34	Amadeu Ferreira de Queiroz	Saúva	Sem Denominação	Humaitá	Proprietário	Sim	60	60	99,8182	3	8
34	35	Arlindo Zacarias Melo	Vista Nova	Sem Denominação	Manicoré	Posseiro	Sim	50	50	-	1	4
35	36	Adalberto de Souza Silva	Vista Nova	Sem Denominação	Manicoré	Outros	Sim	-	-	-	2	6
36	37	Ivladimir Gama Sevalho	Escondio	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	-	-	-	1	3
37	38	Francinei da Silva Pereira	Escondido	Sem Denominação	Humaitá	Posseiro	Sim	46	46	-	1	3

6.9 - Pesquisa Cartorial

A pesquisa cartorial realizada no contexto do levantamento fundiário tem como objetivo identificar a existência de registros formais de posse e/ou domínio incidentes sobre a área em estudo, além de qualificar sua natureza, origem e situação atual. Essa etapa permite verificar se há títulos formalizados e avaliar sua regularidade jurídica.

Para esta etapa, foram utilizados como referência os dados dos ocupantes não indígenas levantados em campo, bem como os registros de imóveis sobrepostos identificados nas bases públicas, especialmente no CAR, SIGEF, CNFP e CNUC e INCRA.

Na lista dos ocupantes não indígenas e das propriedades identificadas nas bases oficiais, foram identificados 115 registros, contudo nem todos correspondem a ocupantes distintos. Em alguns casos, o mesmo nome aparece mais de uma vez, seja pela declaração de imóveis diferentes, seja pelo registro duplicado de um mesmo imóvel em bases distintas (como no caso do SICAR e do SIGEF, em que o imóvel pode constar também como “Parte 1”). Assim, o total efetivo é de 104 titulares de ocupações únicos, sendo que os demais casos representam repetições vinculadas a diferentes imóveis, conforme listados abaixo:

- Donizete Barbosa do Nascimento
Linha 49 – Fazenda Boa Esperança (SICAR)
Linha 50 – Fazenda Nascimento (SICAR)
Linha 113 – Fazenda Nascimento – Parte 1 (SIGEF)
Mesmo CPF: 208.***.***-49

- Eliel Ribeiro de Souza
Linhas 54, 55, 56 (SICAR) – Fazendas Acássia, Elimibeta e Matão
Linhas 106, 107, 108 (SIGEF) – mesmas fazendas com sufixo “Parte 1”
Mesmo CPF: 414.***.***-06

- Vicente Afonso Colle
Linha 94 (SICAR) – Fazenda Nova Canaã
Linha 109 (SIGEF) – Fazenda Nova Canaã – Parte 1
Mesmo CPF: 324.***.***-49

- Normerio / Normerio Barcel(l)os Rangel
Linha 78 (SICAR) – Fazenda Boa Vista
Linha 110 (SIGEF) – Fazenda Boa Vista – Parte 1
Mesmo CPF: 302.***.***-91

- José Divino da Silva
Linha 71 (SICAR) – Fazenda Sete Ouro
Linha 111 (SIGEF) – Fazenda Sete Ouro – Parte 1
Mesmo CPF: 130.***.***-72

- Jeferson Honorato de Carvalho
Linha 104 (SICAR) – Fazenda Marmellos
Linha 115 (SIGEF) – Marmellos – Parte 1
Mesmo CPF: 612.***.***-68

A tabela a seguir reúne os dados dos ocupantes e dos imóveis que foram incluídos na pesquisa cartorial.

Tabela 41 - Relação de imóveis e ocupantes não indígenas sobrepostos à área em estudo
Baixo Marmelos

Nº	Nº do LF ⁵⁵	Nome do ocupante	CPF/RG /CNPJ	Nome do imóvel	Município	Fonte
1	1	Sérgio Freitas De Lima	926.***.***-91	Sem Denominação	Humaitá	LF
2	2	Raimunda Santos De Magalhães	028.***.***-59	Sem Denominação	Humaitá	LF
3	3	Delmara Lima Carril	058.***.***-22	Sem Denominação	Humaitá	LF
4	4	José Almeida Da Silva	009.***.***-57	Sem Denominação	Humaitá	LF
5	5	Jackson Pereira Lima	082.***.***-20	Sem Denominação	Humaitá	LF
6	6	Marildo Pereira Lima	516.***.***-06	Sem Denominação	Humaitá	LF
7	7	Sebastiana Pereira Lima	022.***.***-20	Sem Denominação	Humaitá	LF
8	8	Elielson Pereira Lima	028.***.***-07	Sem Denominação	Humaitá	LF
9	9	Antônio Domingos Da Fonseca	160.***.***-48	Sem Denominação	Humaitá	LF
10	10	Edino Márcio Amorim Duarte	032.***.***-33	Sem Denominação	Humaitá	LF
11	11	Sérgio Naveca De Lima	238.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá	LF
12	12	Raimundo Nelso De Souza	926.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá	LF
13	13	Isaias Ferreira De Souza		Sem Denominação	Humaitá	LF
14	14	Zilo Andrade Da Silva	975.***.***-34	Sem Denominação	Manicoré	LF
15	15	Leonil Barata De Lima	711.***.***-00	Sem Denominação	Manicoré	LF
16	16	Adenilson Oliveira Da Silva	054.***.***-06	Sem Denominação	Humaitá	LF
17	17	Nilson De Oliveira Da Silva	018.***.***-65	Sem Denominação	Humaitá	LF
18	18	Aldenora Oliveira Da Silva	018.***.***-90	Sem Denominação	Humaitá	LF
19	19	José Augusto Andrade Da Silva	020.***.***-07	Sem Denominação	Humaitá	LF
20	20	Iraci Andrade Da Silva	862.***.***-04	Sem Denominação	Humaitá	LF

⁵⁵ Ressalta-se que o LF 06 foi preenchido em duplicidade por engano e que o LF 29 não existe.

21	21	José Anchieta Da Silva Araújo		Sem Denominação	Humaitá	LF
22	22	Joaquim Monteiro Leão	213.***.***-87	Sem Denominação	Humaitá	LF
23	23	Honório Chagas De Araújo	073.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá	LF
24	24	Odair José Amorim Duarte	712.***.***-90	Sem Denominação	Humaitá	LF
25	25	Sesa Augusto Lima De Almeida	833.***.***-91	Sem Denominação	Humaitá	LF
26	26	Gustavo De Araújo Silva	061.***.***-31	Sem Denominação	Humaitá	LF
27	27	Fabiana De Araújo Zacarias	061.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá	LF
28	28	Douglas Araújo Da Silva	091.***.***-77	Sem Denominação	Humaitá	LF
29	30	Juvenal De Oliveira Lima		Terra Preta	Humaitá	LF
30	31	Marcos Aurélio Da Silva Duarte	923.***.***-20	Santa Rosa	Manicoré	LF
31	32	Não identificado		Sem Denominação	Manicoré	LF
32	33	Alcimar Almeida De Oliveira	688.***.***-72	Japonesa	Humaitá	LF
33	34	Amadeu Ferreira De Queiroz	063.***.***-00	Sem Denominação	Humaitá	LF
34	35	Arlindo Zacarias Melo	831.***.***-91	Sem Denominação	Manicoré	LF
35	36	Adalberto De Souza Silva	854.***.***-91	Sem Denominação	Manicoré	LF
36	37	Ivladimir Gama Sevalho	594.***.***-15	Sem Denominação	Humaitá	LF
37	38	Francinei Da Silva Pereira	973.***.***-34	Sem Denominação	Humaitá	LF
38	--	Assentamento Pae Uruapiara	----	PAE Uruapiara	Humaitá	SICAR
39	--	Adriana Maria Silveira	086.***.***-12	Fazenda Juqui	Manicoré	SICAR
40	--	Adriano Calixtro Hajdasz	016.***.***-50	Fazenda Maravilha	Manicoré	SICAR
41	--	Alex Diéverson Dias Carneiro	994.***.***-49	Sítio Tinepu	Manicoré	SICAR
42	--	Andreas Oliveira Da Costa	640.***.***-91	Sítio Oliveira	Manicoré	SICAR
43	--	Bernardo Silva Coelho	126.***.***-63	Fazenda Mapiguari	Manicoré	SICAR
44	--	Caroline Mesquita Maciel	057.***.***-88	Fazenda Linda Vista	Manicoré	SICAR
45	--	Cezar Augusto Cruz De Castro	457.***.***-34	Sem Denominação	Manicoré	SICAR
46	--	David Hungria De Freitas	956.***.***-15	Fazenda Pau D'álho	Manicoré	SICAR
47	--	Deosmar Bras Gonzalez	674.***.***-20	Fazenda Fundão	Manicoré	SICAR
48	--	Diomedés Do Prado Girão	078.***.***-87	Montanha	Manicoré	SICAR
49	--	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Boa Esperança	Manicoré	SICAR
50	--	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Nascimento	Manicoré	SICAR
51	--	Ediane Da Silva Bispo Vieira	906.***.***-20	Sítio Verde Oliva I	Manicoré	SICAR
52	--	Eduardo Zucolotto Da Silva	866.***.***-87	Fazenda Santa Luzia	Manicoré	SICAR
53	--	Elia Rodrigues Dias	011.***.***-07	Sítio Machado Gleba Imóvel Sepoti	Manicoré	SICAR
54	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Acássia	Manicoré	SICAR
55	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Elimibeta	Manicoré	SICAR
56	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Matão	Manicoré	SICAR
57	--	Emerson Alan Henriques Da Silva	869.***.***-87	Fazenda Pedra Branca	Manicoré	SICAR
58	--	Erika Araujo Da Veiga Cabral	082.***.***-52	Fazenda Santa Erika	Manicoré	SICAR
59	--	Eriton Chagas Azevedo	438.***.***-15	Santa Maria	Manicoré	SICAR
60	--	Francineide Mendes De Almeida	974.***.***-04	Fazenda Santa Érika	Manicoré	SICAR
61	--	Francisco Da Silva Maciel Junior	804.***.***-15	Fazenda Doce Sabor	Manicoré	SICAR

62	--	Frederico Botelho Nolasco	135.***.***-28	Fazenda Verde Esperança	Manicoré	SICAR
63	--	Georgia Paula Coutinho	977.***.***-49	Fazenda Santa Carolina	Manicoré	SICAR
64	--	Gilmar Nogueira Rocha	317.***.***-04	Fazenda Bahia	Manicoré	SICAR
65	--	Helio Rodrigues Dias	779.***.***-00	Fazenda Noia I	Manicoré	SICAR
66	--	Hélio Rodrigues Dias	129.***.***-00	Fazenda Rodrigues	Manicoré	SICAR
67	--	Idson Bruce Campos	861.***.***-68	Fazenda Campos	Manicoré	SICAR
68	--	Jheniely De Oliveira Silva Araujo	028.***.***-76	Imóvel Araújo-Título Provisório De Posse N° 230712	Manicoré	SICAR
69	--	Joao Bosco Nali	978.***.***-53	Imóvel Nali	Manicoré	SICAR
70	--	João Bosco Souza De Azevedo	745.***.***-53	Santo Antônio	Manicoré	SICAR
71	--	Jose Divino Da Silva	130.***.***-72	Fazenda Sete Ouro	Manicoré	SICAR
72	--	Josefina Panetto Nali	688.***.***-53	Imóvel Josefina	Manicoré	SICAR
73	--	Lindomara Alves De Moura	617.***.***-87	Fazenda Moura	Manicoré	SICAR
74	--	Luiz Carlos Fernandes Da Rocha	772.***.***-91	Fazenda Do Meio	Manicoré	SICAR
75	--	Marcelo Paula Coutinho	909.***.***-91	Fazenda Ouro D'água	Manicoré	SICAR
76	--	Maria Das Graças Bueno Mesquita Maciel	755.***.***-04	Fazenda Recanto Do Brasil	Manicoré	SICAR
77	--	Natalícia Do Rosario Da Silva Souza	290.***.***-00	Gleba Miriti - Setor Auxiliadora - Lote N° 27 - São Francisco	Humaitá	SICAR
78	--	Normerio Barcelos Rangel	302.***.***-91	Fazenda Boa Vista	Manicoré	SICAR
79	--	Océlio Pereira De Brito	651.***.***-72	Fazenda Sumaúma Ii	Manicoré	SICAR
80	--	Paulo Cezar Macedo Ferraz	806.***.***-53	Fazenda Nossa Senhora De Fatima	Manicoré	SICAR
81	--	Paulo Roberto Dos Santos	053.***.***-27	Fazenda Independência	Manicoré	SICAR
82	--	Rafael Calebe Pereira Lima	018.***.***-74	Fazenda Calebe? Gleba Bom Futuro - Parcela 1	Manicoré	SICAR
83	--	Rita De Cassia Bastos De Araujo	561.***.***-04	Fazenda Santa Rita	Manicoré	SICAR
84	--	Rubens Antônio Da Silva	906.***.***-30	Fazenda São Sebastião	Manicoré	SICAR
85	--	Samile Geisiele Do Amaral Saraiva	965.***.***-15	Fazenda Saraiva	Manicoré	SICAR
86	--	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral	302.***.***-20	Fazenda Mapinguari	Manicoré	SICAR
87	--	Sidney Luiz Silva Da Veiga Cabral Junior	086.***.***-27	Fazenda Heitor Do Espirito Santo	Manicoré	SICAR
88	--	Sueli Rodrigues	399.***.***-72	Fazenda Santa Fé	Manicoré	SICAR
89	--	Suely De Paula Coutinho	623.***.***-49	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré	SICAR
90	--	Tania Mari Scusiato	000.***.***-86	Fazenda Terra Brasilis 5	Manicoré	SICAR
91	--	Tereza Cardoso Mendes	698.***.***-04	Fazenda Mendes	Manicoré	SICAR
92	--	Tomas Leao Ursi	398.***.***-50	Fazenda Natureza Viva	Manicoré	SICAR
93	--	Valmir Martins De Paula	780.***.***-72	Fazenda Gavião	Manicoré	SICAR
94	--	Vicente Afonso Colle	324.***.***-49	Fazenda Nova Canaã	Manicoré	SICAR
95	--	Victoria Neves Maciel	190.***.***-58	Fazenda Santa Rita De Cassia	Manicoré	SICAR
96	--	Wallisson Alves Lima	024.***.***-23	Fazenda Lima	Manicoré	SICAR

97	--	Wesley Marchesim De Oliveira	007.***.***-78	Lote 7	Manicoré	SICAR
98	--	Zaqueu Pinheiro De Carvalho	697.***.***-87	Fazenda Pinheiro	Manicoré	SICAR
99	--	Pae Santa Fe	----	PAE Santa Fé	Humaitá	SICAR
100	--	Pedro De Brito Prestes	073.***.***-00	Bananal Do Tio Pedro	Manicoré	SICAR
101	--	Raimundo Dos Prazeres Prestes	044.***.***-54	Santa Clara	Manicoré	SICAR
102	--	Antônio De Brito Prestes	160.***.***-72	Recreio	Manicoré	SICAR
103	--	Ângela Dos Prazeres Prestes	018.***.***-24	Sítio Robert	Manicoré	SICAR
104	--	Jeferson Honorato De Carvalho	612.***.***-68	Fazenda Marmellos	Manicoré	SICAR
105	--	Deuzalina Monteiro Da Costa	683.***.***-53	Conceição	Manicoré	SICAR
106	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Matão - Parte 1	Manicoré	SICAR
107	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Elimibeta - Parte 1	Manicoré	SICAR
108	--	Eliel Ribeiro De Souza	414.***.***-06	Fazenda Acássia - Parte 1	Manicoré	SICAR
109	--	Vicente Afonso Colle	324.***.***-49	Fazenda Nova Canaã - Parte 1	Manicoré	SICAR
110	--	Normerio Barcellos Rangel	302.***.***-91	Fazenda Boa Vista - Parte 1	Manicoré	SICAR
111	--	Jose Divino Da Silva	130.***.***-72	Fazenda Sete Ouro - Parte 1	Manicoré	SICAR
112	--	R Pereira S/A	04.***.***0001/25	Boa Esperança - Boa Esperança	Manicoré	SICAR
113	--	Donizete Barbosa Do Nascimento	208.***.***-49	Fazenda Nascimento - Parte 1	Manicoré	SICAR
114	--	ATDL Transportes Rodoviários Ltda - Em Recuperação Judicial	80.***.***0001/37	Área Remanescente Da Fazenda Dez Dias - 001	Manicoré	SICAR
115	--	Jeferson Honorato De Carvalho	612.***.***-68	Marmellos - Parte 1	Manicoré	SICAR

Esse quadro de ocupantes não indígenas, que consubstanciou dados de campo e de gabinete, subsidiou a consulta cartorial no 1º Registro de Imóveis de Manicoré e no Cartório Único da Comarca de Humaitá. Este último respondeu que foram feitas buscas nos livros 4 e 5 de registro de imóveis dos nome citados no quadro de ocupantes não indígenas e que não foram localizados bem imóvel para a maioria dos citados.

Das matrículas localizadas em nome de Sérgio Naveca de Lima (CPF 238.***.***-00), de Amadeu Ferreira de Queiroz (CPF 063.***.***-00) e do Assentamento PAE Urupiará, o cartório de Humaitá enviou Certidão de Inteiro Teor. Trata-se das Matrículas nº 4.507 Livro nº. 2-AB Fls. 106, de 26 de julho de 2018 e nº 1455, livro 2 de registro geral. Não houve manifestação do Cartório de Manicoré.

A matrícula nº 1455 corresponde a um lote rural situado na barreira do Urupiará, localidade Auxiliadora, município de Humaitá/AM. Encontra-se na quadra 07, lote 06, sem área ou medidas registradas na matrícula. O lote é resultado de desmembramento de área maior registrada no Livro 3-C, fls. 149, nº 1577, do 1º Ofício. O registro de propriedade data de 08/08/2000, sendo o

adquirente Sergio Naveca de Lima, brasileiro, solteiro, agricultor, RG 591.***, CPF 238.***.***-00, residente na localidade Auxiliadora. O título é uma Escritura Particular de Doação (Livro 3-D, nº de ordem 369, de 12/07/2000).

A matrícula nº 4.507 corresponde ao Projeto de Assentamento Extrativista Uruapiara, em Humaitá, registrada em 26/07/2018, 40.860,5917 ha e perímetro de 160.862,33 m. A matrícula contém descrição perimétrica completa, com azimutes e distâncias detalhados. Os limites confrontam com terras de particulares, Rio Marmelos, Terra Indígena Sepoti, Terra Indígena Pirahã, Terra Indígena Ipixuna e Lago Uruapiara. Trata-se de um imóvel rural coletivo, típico de assentamento extrativista, apresentando confrontações diretas com três terras indígenas e ampla interface com rios e lagos.

6.10 - Povoados limítrofes à TI Baixo Marmelos

Os povoados Auxiliadora, Santa Luzia e Bom Suspiro, que são limítrofes à TI Baixo Marmelos, não se reconhecem como indígenas e podem vir a se manifestar em relação à demarcação da TI Baixo Marmelos. Com o intuito de não levantarem discordância de seus moradores, as lideranças das aldeias da TI Baixo Marmelos alteraram a proposta inicial encaminhada pelo CIMI, deixando-as de fora da área delimitada, mesmo que para isso tenham sido obrigados a fracionar a Terra Indígena em 2 glebas descontínuas.

Auxiliadora é uma vila/povoado importante na região, servindo como um entreposto das comunidades situadas ao longo do Madeira, não só quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios processados e combustível vindos de Manicoré e Humaitá, mas também como porto fluvial para o acesso das populações locais, incluindo os indígenas, às grandes embarcações que se deslocam para Manicoré e Humaitá.

Como foi apresentado na parte 5 deste estudo, Auxiliadora é uma vila de referência aos povos indígenas da TI Baixo Marmelos, ela é formada por um grande contingente de famílias indígenas, muitas cuja origem são da TI Torá (demarcada) e TI Baixo Marmelos (aqui proposta) e onde os povos da TI Baixo Marmelos vão estudar, fazer compras, votar, participar de festas etc.⁵⁶

Os dados referentes à população e situação administrativa de Auxiliadora não foram encontrados. Em dados do portal do IBGE sobre Manicoré consta que o município de Manicoré perde, em 1981, parte de seu território para a criação de Auxiliadora como município, deixando, portanto, de ser um distrito de Manicoré. Entretanto na listagem atual dos municípios do Amazonas não há referência a Auxiliadora.

⁵⁶ Fomos informados (e as genealogias confirmam) da presença marcante de indígenas na cidade de Auxiliadora e que elas recebiam a atenção da SESAI. Entretanto estas informações não são públicas, assim não pudemos acessá-las.

Outras vilas significativas para os povos do Baixo Marmelos são a vila do Bom Suspiro e Santa Luzia, que também estão no limite da TI Baixo Marmelos e que também tem um contingente significativo de famílias indígenas, apesar de não se reconhecerem como comunidades indígenas. Com estas comunidades há, principalmente, relações de trocas e de compadrio. Bom Suspiro, bem menor que Auxiliadora, é a primeira comunidade do município de Manicoré para quem vem de Humaitá.

6.11 - Localidades que não se reconhecem como indígenas na TI Baixo Marmelos

As comunidades Tarumã, Vista Nova e Escondido não se reconhecem como indígenas, mas foram incorporadas à proposta da TI Baixo Marmelos. Estas comunidades foram tratadas no decorrer da parte 2 e 5 deste Estudo. Nas comunidades de Escondido e Vista Nova foi possível fazer o levantamento das famílias moradoras (ver genealogias) e da discussão sobre o reconhecimento de uma identidade indígena (afinal são todos parentes e nativos da região). Entretanto não foi realizado o levantamento na comunidade de Tarumã, apesar de muitos de seus moradores aparecerem nas genealogias apresentadas, já que são parentes consanguíneos de muitos Torá, principalmente os que residem na aldeia de Baixo Grande. Tarumã foi o nome, inclusive, de uma antiga aldeia Torá, situada no seu entorno.

As comunidades de Escondido e Vista Nova sabem que a proposta de delimitação da TI Baixo Marmelos incluirá suas áreas de ocupação, tendo este ponto sido objeto de reunião entre as lideranças da TI Baixo Marmelos. Entretanto, não visitamos a comunidade de Tarumã, e nos pareceu que as lideranças indígenas do Baixo Marmelos, até o presente momento (2022) não o fizeram, com receio de criar desavenças antes do tempo. Vale ressaltar que ela é uma localidade pequena e que sequer aparece discriminadamente nos dados do município de Manicoré.

6.12 Notificação / citação de ocupantes não indígenas

A notificação ou citação dos ocupantes não indígenas tem como objetivo garantir que essas pessoas sejam formalmente informadas de que suas ocupações estão dentro dos limites de uma Terra Indígena em estudo, em cumprimento à Lei nº 14.701/2023 e ao Decreto nº 1.775/1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. Esse procedimento assegura o direito à informação, permite que os ocupantes se manifestem e contribui para a transparência e segurança jurídica no processo de demarcação.

No âmbito deste levantamento fundiário, foram adotadas todas as medidas cabíveis para efetivar as notificações, por meio de entregas presenciais (*in loco*) durante as atividades de campo e publicação de Edital de Notificação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal local de

grande circulação, visando dar ciência a todo e qualquer interessado, em casos de não localização desses.

Em campo foram identificados 37 ocupações não indígenas, dos quais 35 titulares foram formalmente citados. A tabela a seguir apresenta, para cada ocupante, a realização ou não da citação, a data e a forma utilizada (presencial, ofício ou DOU).

Tabela 42 - Relação dos ocupantes não indígenas x realização da citação

Nº de ordem	LF	Nome	Citação Realizada (Sim/Não)	Data da Citação	Forma (<i>In loco</i> / Ofício / DOU)	Registro de Ocorrência - RO (Sim/Não)
1	1	Sérgio Freitas de Lima	Sim	13/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
2	2	Raimunda Santos de Magalhães	Sim	13/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
3	3	Delmara Lima Carril	Sim	13/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
4	4	José Almeida da Silva	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
5	5	Jackson Pereira Lima	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
6	6	Marildo Pereira Lima	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
7	7	Sebastiana Pereira Lima	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
8	8	Elielson Pereira Lima	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
9	9	Antônio Domingos da Fonseca	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
10	10	Edino Márcio Amorim Duarte	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
11	11	Sérgio Naveca de Lima	Sim	14/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
12	12	Raimundo Nelso de Souza	Sim	13/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
13	13	Isaias Ferreira de Souza	Sim	13/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
14	14	Zilo Andrade da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
15	15	Leonil Barata de Lima	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
16	16	Adenilson Oliveira da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
17	17	Nilson de Oliveira da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
18	18	Aldenora Oliveira da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
19	19	José Augusto Andrade da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
20	20	Iraci Andrade da Silva	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
21	21	José Anchieta da Silva Araújo	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
22	22	Joaquim Monteiro Leão	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
23	23	Honório Chagas de Araújo	Sim	15/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
24	24	Odair José Amorim Duarte	Sim	16/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
25	25	Sesa Augusto Lima de Almeida	Sim	17/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
26	26	Gustavo de Araújo Silva	Sim	17/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
27	27	Fabiana de Araújo Zacarias	Sim	17/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
28	28	Douglas Araújo da Silva	Sim	17/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
29	30	Juvenal de Oliveira Lima	Sim	17/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não
30	31	Marcos Aurélio da Silva Duarte	Sim	22/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Sim
31	32	Não Identificado	Não	22/05/2025	<i>In loco</i>	Sim
32	33	Alcimar Almeida de Oliveira	Sim	21/05/2025	<i>In loco</i> / DOU	Não

33	34	Amadeu Ferreira de Queiroz	Sim	16/05/2025	<i>In loco/ DOU</i>	Não
34	35	Arlindo Zacarias Melo	Sim	19/05/2025	<i>In loco/ DOU</i>	Não
35	36	Adalberto de Souza Silva	Sim	19/05/2025	<i>In loco/ DOU</i>	Não
36	37	Ivladimir Gama Sevalho	Sim	20/05/2025	<i>In loco/ DOU</i>	Não
37	38	Francinei da Silva Pereira	Sim	20/05/2025	<i>In loco/ DOU</i>	Não

Dos 37 formulários aplicados em campo, apenas um não resultou em citação, permanecendo como não identificado e, conseqüentemente, gerando um registro de ocorrência (RO). Além disso, foi realizado outro RO referente ao LF 31, totalizando dois registros de ocorrência.

Síntese fundiária da área em estudo

A área em estudo, Baixo Marmelos, integra um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação, porém é constituída por diversas sobreposições fundiárias.

Na Gleba 1 da terra indígena, tem-se a seguinte situação fundiária.

A APA dos Campos de Manicoré, criada em 2016, apresenta uma interação significativa com a área em estudo, com uma sobreposição territorial de 60.139 hectares (24,6% da área em estudo). O PAE, embora praticamente sem ocupação efetiva, se sobrepõe a 28.272,11 ha da terra indígena (12% da área em estudo). No SIGEF Público, foram identificadas três glebas federais que totalizam uma área de 84.617,3 hectares, aproximadamente 34,6% de sobreposição com a proposta da Terra indígena Baixo Marmelos. As três unidades são a Gleba Juqui - Parte 1, a Gleba Sapoti – Parte 1 e a Gleba Miriti – Parte 1. Na categoria de Florestas Públicas, foram identificadas duas sobreposições de glebas arrecadadas sem destinação do Tipo B. A Gleba Estadual Bom Futuro se sobrepõe a 118.912,35 ha, o que equivale a cerca de 48% da área em estudo. Já a Gleba Federal Miriti corresponde a menos de 1% da área em estudo. No SIGEF Privado, foram identificados 9 cadastros, sendo 5 registrados e 4 certificados, que somam uma área sobreposta de 10.648 hectares, equivalente a aproximadamente 4,3% da Gleba 1. No Sistema de CAR, sistema baseado no autocadastramento, foram identificados 61 registros que se sobrepõem à área em estudo, e sobre várias outras categorias, totalizando 138.550,36 ha, o que equivale a 57% da área. Dos 61 imóveis analisados, cinco estão classificados como grandes propriedades rurais, conforme os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 8.629/1993, e dois como imóveis de médio porte.

Na Gleba 2 da terra indígena, a situação fundiária é diferente.

O PAE Santa Fé abrange 3.583,66 hectares, o que representa cerca de 19% da área em estudo. No SIGEF Público foi identificado apenas uma gleba federal, a Gleba Miriti – Parte 1, com área aproximada de 5.052 hectares, apresentando sobreposição em aproximadamente 26,8%.

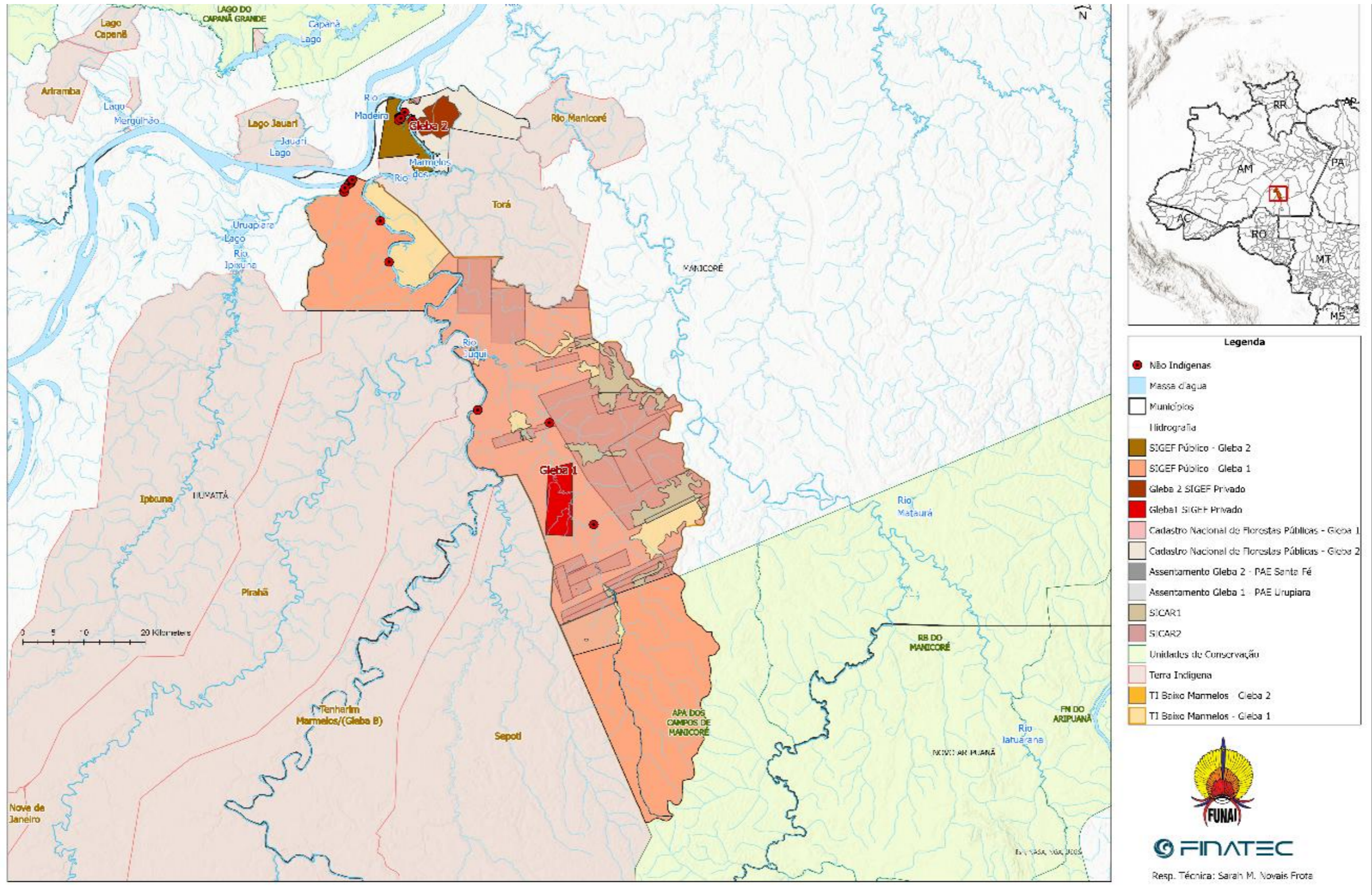
No SIGEF Privado, foi encontrada apenas uma incidência, totalizando uma área de 3.036,20 hectares ou aproximadamente 16% da área em estudo. Na categoria Florestas Públicas, foram identificadas duas sobreposições de glebas arrecadadas sem destinação do Tipo B: a Gleba Estadual Manicoré, que se sobrepõe a 9.564,64 ha ou cerca de 50% da área. Já a Gleba Federal Miriti corresponde a menos de 5% da área. No Sistema de CAR, foram identificados sete cadastros incidentes sobre a proposta da TI Baixo Marmelos, sendo um deles referente ao Projeto Agroextrativista Santa Fé, totalizando 7.769,92 hectares ou 41,2% da área. Três dos registros estão classificados como pequena propriedade rural, um como média propriedade e três como grande propriedade.

No levantamento de campo, registraram-se 37 ocupações não indígenas inseridas na área total em análise, distribuídas em 5 comunidades: Tarumã, Escondido, São Francisco, Saúva e Vista Nova. A população total das ocupações soma 138 pessoas, distribuídas em 39 famílias, com maior concentração nas comunidades Tarumã e Escondido. A comunidade Tarumã, por exemplo, tem uma população de cerca de 59 pessoas, distribuídas em 14 famílias, enquanto a comunidade Escondido abriga aproximadamente 58 pessoas, distribuídas em 20 famílias. A maioria dos imóveis apresenta ocupação permanente, com presença de residências fixas que revelam vínculos estáveis com o território. Do ponto de vista fundiário, predomina a condição de posse, seguida pela de usufrutuário, com um perfil de subsistência, fundamentado em atividades como agricultura, extrativismo e pesca.

Foi feita pesquisa cartorial em relação a todos os ocupantes registrados no SICAR e no levantamento fundiário de campo. Destes, foram encontrados apenas três registros no cartório de Humaitá, em nome de Sergio Naveca de Lima, de Amadeu Ferreira de Queiroz e do PAE Urupiara, registrado pelo INCRA.

O mapa abaixo demonstra a situação fundiária atual com as sobreposições e distribuições das ocupações não indígenas.

Mapa 25 - Panorama fundiário da região da proposta da Terra Indígena Baixo Marmelos



A análise realizada indica que a área em estudo, Baixo Marmelos, se encontra em grande parte sobreposta a registros do Cadastro Nacional de Florestas Públicas do Tipo B, situação que implica a expectativa de destinação futura. Todavia, apresenta sobreposições com praticamente todas as demais categorias de interesse para a análise, à exceção do SNCI.

No que se refere às ocupações não indígenas identificadas, trata-se, em sua maioria, de situações de posse, arrendamentos ou registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que, por sua natureza, não geram direito real sobre a terra nem se sobrepõem ao processo de demarcação, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei nº 14.701/2023, mas que demonstram uma pressão fundiária sobre a terra indígena, evidenciada pela presença de 68 imóveis rurais cadastrados no SICAR – 61 na Gleba 1 e 7 na Gleba 2.

Durante o trabalho de campo, foram registradas 37 ocupações não indígenas, com moradias distribuídas em 5 comunidades: Tarumã, Escondido, São Francisco, Saúva e Vista Nova. O perfil fundiário predominante é o de posse, seguido pela categoria de usufrutuário. As atividades econômicas são baseadas em agricultura, extrativismo e pesca, com caráter de subsistência.

Importante destacar que, conforme outras partes deste relatório, devido às circunstâncias históricas da região, as comunidades Escondido, Tarumã e Vista Nova são mistas, pois reúnem tanto indígenas quanto ribeirinhos não indígenas. Em Escondido, por exemplo, foram identificados 94 indígenas autodeclarados Torá e Matanawi convivendo com os moradores que não se reconhecem como indígenas.

A consulta cartorial realizada junto ao Cartório de Humaitá/AM (Ofício nº 959/2025) revelou que a maioria dos ocupantes identificados no campo não possui matrícula ou registro formal de propriedade. Foram localizadas apenas três situações registradas: o lote rural de Sérgio Naveca de Lima (Matrícula nº 1455), adquirido por doação da Diocese de Humaitá em 2000; um registro em nome de Amadeu Ferreira de Queiroz, sem detalhes adicionais; e o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Uruapiara.

No intuito de consolidar o diagnóstico fundiário, foram requisitados à Secretaria de Estado das Cidades e Territórios informações detalhadas sobre eventuais incidências e titulações estaduais sobrepostas às áreas em processo de identificação e delimitação no Amazonas. Foram formalmente encaminhadas a referida Secretária as propostas preliminares de delimitação de várias terras indígenas em estudo no Amazonas, incluindo a proposta preliminar da TI Baixo Marmelos, mas não houve resposta por parte do órgão estadual. Houve mais uma notificação sobre a sobreposição, mas sem resposta.

VII – SÉTIMA PARTE CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A proposta de área aqui apresentada foi discutida amplamente com os indígenas moradores das oito aldeias da proposta de delimitação para a TI Baixo Marmelos. O consenso obtido centrou-se no princípio, derivado do artigo 231 da Constituição Federal, que determina que as delimitações devam visar a garantia de um *futuro digno* para as populações indígenas *enquanto tais* - neste caso, as condições sociais, econômicas e ambientais necessárias para a ***reprodução física e cultural dos povos do Baixo Marmelos***.

Os *critérios* discutidos com os indígenas foram: atender o equilíbrio socioeconômico necessário para que a população indígena possa se reproduzir segundo seus usos, costumes e tradições (*sua viabilidade técnica*); considerar os fatores de pressão regional, isto é, o contexto social e político local (*sua viabilidade política*), definindo a base jurídica e legal possível para sua factibilidade (*sua viabilidade jurídica*).⁵⁷

Portanto, nos limites aqui estabelecidos, pretendemos garantir as terras de *habitação permanente* e aquelas utilizadas *para suas atividades produtivas* (áreas de roças, caça, pesca e criação) – que não foram consideradas no estudo e na portaria da Funai que reconheceu e demarcou a TI Torá. Pretende-se assim, delimitar as terras *necessárias para a preservação dos recursos ambientais fundamentais para o bem-estar* daquela população indígena - todas elas absolutamente necessárias para que os indígenas habitantes da TI Baixo Marmelos *possam se reproduzir física e culturalmente segundo seus usos, costumes e tradições*.

Torá e Matanawi têm observado estratégias particulares para garantir a ocupação atual sobre o seu território tradicional, inclusive pelas alianças matrimoniais com os Munduruku e nordestinos vindos no começo do século passado⁵⁸. No caso específico dos Matanawi esta situação é ainda mais séria, já que haviam sido considerados extintos, e cuja invisibilidade perdura praticamente até os dias de hoje, tendo muitos deles assumido uma identidade Munduruku ou Torá, cujo reconhecimento como indígenas atuais é bem maior.

As relações de parentesco, estabelecidas pelas alianças matrimoniais entre os moradores das diversas aldeias/comunidades, indicam de modo claro que eles continuam se pensando e sendo um povo distinto da sociedade local. De modo genérico poderiam ser confundidos com os demais “caboclos/ribeirinhos” amazonenses: falam somente a língua portuguesa, frequentam igrejas, circulam pelas cidades, em suma, seu modo de vida, sua culinária e sua aparência física muito pouco diferem da população local. Mas, de maneira particular, continuam mapeando um território ocupado atualmente pelos seus, casam-se entre si, visitam-se, sabem das famílias que

⁵⁷ Estes critérios foram sugeridos por Gilberto Azanha no RCID de Tauney-Ipegue.

⁵⁸ Estratégias que foram apresentadas, principalmente na parte 2 desse relatório.

vivem nas outras comunidades, observam um sistema próprio de nomenclatura interno às comunidades/aldeias, e guardam em suas falas o compartilhar uma história comum.

Ao longo deste relatório demonstramos como estes povos indígenas ao longo do processo de permanência e ocupação de seu território vem construindo uma identidade étnica mais genérica, *povos indígenas do baixo Marmelos*, reforçada, mais recentemente, com a luta pelo reconhecimento de uma Terra Indígena. Terra Indígena que se funda numa vizinhança, num compartilhamento territorial, numa memória social de suas vivências históricas, numa rede de alianças de parentesco e compadrio e em um posicionamento político consensual em relação ao processo de reconhecimento da TI do Baixo Marmelos.

Esta relação de pertencimento à região do Baixo Marmelos é praticamente o que os diferencia não só da sociedade local, mas também das outras “etnias”, principalmente em relação aos Tenharim e Parintintin, povos Kawahib, com quem tem desavenças históricas e atualmente pela dificuldade de uso de seus castanhais e áreas de caça que se encontram na TI Tenharim, gleba 2. “Etnia” é o termo empregado por eles também ao se referirem aos outros povos indígenas, em situação semelhante à deles, e aqueles que, “desregrados” de suas comunidades de origem, casam-se na comunidade e passam a fazer parte dela, sem deixar de serem referidos por eles como “indígenas de outras etnias”.

O que se observa atualmente é uma orientação positiva de tais povos em face de sua própria história. Os discursos e práticas atuais derivam de uma referência indígena, tida por eles como seu patrimônio cultural mais relevante. Na década de 1990, após a Constituição de 1988 e a mudança no entendimento da “indianidade” pela política indigenista oficial, muitas comunidades indígenas, e entre elas as que ocupavam a região do Marmelos, passaram a manifestar intenção de se manterem socialmente diferenciadas da sociedade nacional, com autonomia para deliberar sobre sua composição, suas formas de organização e de ocupação territorial, regimes de intercâmbio externo e suas modalidades de reprodução material e simbólica⁵⁹, processo ainda em curso envolvendo as comunidades de Vista Nova e Escondido.⁶⁰

Ao saírem de uma situação de invisibilidade, o que fazem é colocar em movimento sua história indígena de longa duração. A área da TI Baixo Marmelos, reivindicada neste relatório, corresponde a uma área histórica de ocupação indígena na região e necessária para a garantia da especificidade destes povos em sua *reprodução física e cultural, uma área em que vivem, se casam, trabalham, enterram seus mortos, guardam suas memórias e que vai possibilitar a segurança para uma maior permanência de seus jovens em suas aldeias*.

Pensar em estabelecer terras indígenas que englobem um conjunto de comunidades indígenas é a possibilidade de se otimizar as condições de sobrevivência, permitindo que os recursos naturais disponíveis sejam melhor utilizados. Permite também uma diminuição no

⁵⁹ Para esta questão ver Ladeira, Maria Elisa ;2008 RCID Mura Jauary.

⁶⁰ Este ponto foi tratado na Parte 5 deste Relatório.

êxodo para as cidades, contribuindo para o não crescimento da população indígena nas periferias das cidades de Humaitá, Manicoré e até Manaus, vivendo quase sempre em condições das mais precárias. Serve também como uma reserva alimentar para aqueles que vivem nas cidades do entorno, melhorando as suas condições de vida.

Assim procedendo, cumprem-se todas as disposições do § 1º do Art. 231 da atual Constituição Federal, visto que tais terras, ao mesmo tempo em que são individualmente utilizadas para suas atividades produtivas, preservam os recursos ambientais necessários ao bem-estar de seus habitantes, e se consideradas sob a ótica coletiva, propiciam a manutenção de um mecanismo empiricamente fundamental de reprodução física e notadamente cultural específico dos indígenas em questão, conforme o demonstrado.

No que se refere às áreas necessárias à reprodução física e sociocultural dos povos da Terra Indígena Baixo Marmelos, trata-se de territórios de ocupação tradicional, indispensáveis à manutenção dos modos de vida das comunidades aqui descritas. Essas áreas localizam-se, em sua maior parte, nas margens do referido rio, abrangendo os quintais, o entorno das aldeias, os espaços onde se situam roças e capoeiras, bem como áreas de porto, fontes de água potável e o curso dessas águas até suas respectivas cabeceiras. A proteção das cabeceiras e das nascentes é fundamental para assegurar o abastecimento de água própria para consumo.

Os quintais constituem espaços de grande relevância, destinados ao cultivo de frutíferas, à eventual criação de pequenos animais e a atividades de lazer. Neles também se encontram campos de futebol, sedes de instituições religiosas, escolas, casas de farinha e áreas livres de uso coletivo. Em algumas aldeias, as residências distribuem-se de forma mais dispersa, situando-se a distâncias consideráveis umas das outras.

No entorno imediato das zonas de habitação, além das áreas destinadas ao plantio anual, são igualmente essenciais as áreas ocupadas por capoeiras oriundas de antigas roças. Essas áreas são reservadas ao pousio e ao replantio, conforme os Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) praticados pelas comunidades. Para seu manejo adequado, tais sistemas exigem, após o plantio e a colheita, períodos de repouso que variam entre 10 e 20 anos. Assim, a área correspondente a uma roça anual de cada família deve ser multiplicada por até 20, considerando-se o tempo máximo médio de pousio tradicionalmente observado na região.

Essa dinâmica assegura a sustentabilidade das chamadas “roças de coivara”, baseadas em ciclos sucessivos de corte e queima, plantio, colheita e pousio (repouso), seguidos de novo ciclo de corte e queima, plantio e colheita, garantindo a renovação do solo e a continuidade do sistema produtivo tradicional.

Os quintais são áreas de plantios de frutíferas, eventual criação de pequenos animais e lazer. Estão aí localizados campos de futebol, sedes de instituições religiosas, escolas, casas de farinha e áreas livre. Algumas aldeias as casas se localizam distantes umas das outras.

Nos fundos das aldeias, todas localizadas na margem do rio Marmelos, se localizam áreas de extrativismo de produtos alimentares, como frutas; produtos destinados ao artesanato como os cipós e as palhas para cobertura de casas, entre outros. Eventualmente áreas de produção de árvores permanentes como a sorva, a borracha, a castanha, a bacaba, o cacau, sororoca, entre outros mais adaptados às matas que aos ambientes abertos dos quintais. Algumas áreas do entorno são ainda ocupadas por castanhais, copaibais, entre outras espécies com produção anual destinadas ao consumo e ao mercado.

O fornecimento de madeira para construção de casas de habitação, casas de farinha, entre outras demandas, deve prioritariamente ser suprido por áreas mais próximas às residências. Efeitos de borda sobre essas matas devem ser evitados de forma que no caso deste território Baixo Marmelo os limites recomendados, na altura da zona ocupada pelas aldeias, são as cabeceiras de todos os igarapés afluentes do Marmelos em seu baixo curso. Considerando a proteção dos mananciais de água recomenda-se que o limite da referida terra indígena seja as áreas de interflúvio entre as cabeceiras dos igarapés que abastecem o Baixo Marmelos e as cabeceiras dos igarapés que abastecem o Baixo Manicoré, com efeito sobre todas as aldeias localizadas na margem direita do rio Marmelos. Em relação às aldeias localizadas na margem esquerda, os limites devem ser com as terras indígenas do entorno.

Interligadas entre si por vínculos de diversas ordens, as aldeias se encontram também conectadas a redes de relações multilocais que envolvem a região do Madeira, tanto em referência às vilas da região (em grande parte constituídas pela população indígena que veio das aldeias e comunidades, tanto do baixo Marmelos como de demais comunidades indígenas da região do Madeira) como às demais comunidade e terras indígenas, fazendo com que seja “imprescindível ao seu bem estar” a garantia de livre acesso a todas estas zonas hídricas e culturais.

A Terra Indígena reivindicada como Baixo Marmelos se localiza entre as latitudes 6° e 7° Sul, e longitudes 61° e 62° Oeste. Grosso modo, segue da foz do rio Marmelos, onde este deságua em um paraná do rio Madeira, compreendendo as duas margens do rio Marmelos em direção montante até o ponto no qual este rio adentra a Terra Indígena Tenharim Marmelos, então segue compreendendo as duas margens do rio Juqui, afluente da margem direita do rio Marmelos, englobando na totalidade as sub-bacias de seus afluentes, até um ponto acima do igarapé do Mutum, onde sobrepõe uma parte da Área de Proteção Ambiental dos Campos de Manicoré (ver Mapa 16 na página 234).

Ao todo, a Terra Indígena Reivindicada Baixo Marmelos compreende uma área de 263.263,00 ha (duzentos e sessenta e três mil e duzentos e sessenta e três hectares aproximadamente), com perímetro de 514.792,00 m (quinhentos e quatorze mil setecentos e noventa e dois metros aproximadamente).

A partir dos levantamentos em campo, em 2022, foram acordadas algumas pequenas alterações em relação à proposta encaminhada pelo CIMI, a mais significativa foi em relação ao desdobramento em duas áreas, glebas 1 e 2⁶¹, que apesar de descontínuas integram a proposta da TI Baixo Marmelos. Esta decisão foi tomada pelas lideranças para excluir a área ocupada pela comunidade de Santa Luzia, mas englobar a boca do rio Marmelos. Nas palavras das lideranças e demais moradores das aldeias situadas no Baixo Marmelos, segue o detalhamento:

“Estes são os limites da TI Baixo Marmelos que vão garantir o uso dos nossos recursos naturais, tanto da coleta da castanha, copaíba e açaí, que são nossas principais fontes de renda, como as áreas de roça, de caça com a inclusão dos principais “chupadores” e de pesca, assegurando que a boca do rio Marmelos fique totalmente dentro da nossa TI, para que a pesca predatória realizadas pelos peixeiros no período de piracema não acabe com a reprodução dos peixes. Essa proposta protege também todo o baixo curso do rio Marmelos, em ambas as margens, que não estavam totalmente protegidas na TI Tenharim do Marmelos/gleba B e TI Pirahã.–Protegendo também toda a bacia do Rio Juqui que é tradicionalmente ocupada pelos povos do Baixo Marmelos.

Para não criar problemas com os moradores das comunidades de Santa Luzia e Bom Suspiro, que não se consideram indígenas, a TI do Baixo Marmelos está delimitada em 2 Glebas próximas, mas não interligadas, deixando de incluir nesta nossa proposta estas 2 comunidades.

Na Gleba 1 (áreas 1 e 2 do memorial descritivo) está garantido os recursos naturais utilizados pelas comunidades de Baixo Grande, São José, Vista Alegre, Pau Queimado e São Raimundo e das localidades de Saúva, Açúcar, formada por famílias indígenas e pela localidade de Tarumã e Vista Nova, comunidades ribeirinhas que contam com uma grande presença de famílias indígenas, nossos parentes daqui do Rio Marmelos.

Na Gleba 2 (área 3 do memorial descritivo) está garantido os recursos naturais utilizados pelas comunidades de Palmeira, São José do Laginho e Vera Cruz, além daquelas comunidades ribeirinhas de Escondido e Vista Nova, que contam com uma grande presença de famílias indígenas, nossos parentes daqui do Marmelos.

Limites da Gleba 1 (áreas 1 e 2 do memorial descritivo):

Limite nordeste /leste: saindo do ponto noroeste da TI Torá, já demarcada, em direção ao sul acompanhando todo o limite oeste e sul da TI Torá até a cabeceira do igarapé Camujá, quando segue em direção sul considerando como limite natural o divisor de águas das cabeceiras formadoras do rio Juqui, daquelas que são formadoras

⁶¹ Gleba é termo do vocabulário da Funai, para a região.

do rio Manicoré. Incorporando dessa forma todos as cabeceiras dos igarapés afluentes do Rio Juqui. Este limite se sobrepõe em parte à APA Campos de Manicoré.

Limite sul: segue em direção oeste protegendo as cabeceiras do Rio Juqui até o encontro da linha demarcatória da TI Sepoti, já demarcada.

Limite oeste: segue a linha em direção norte e depois oeste sempre acompanhando os limites das TI Sepoti, TI Tenharim Marmelos/Gleba B, TI Pirahã e a TI Ipixuna, todas já demarcadas.

Limite sudoeste: segue pelo limite da TI Ipixuna até encontrar o Igarapé Jacundá (Paulino), de onde desce até seu braço direito, um de seus afluentes, seguindo por este até sua cabeceira, de onde segue por linha seca em direção norte até chegar no rio Uruapiara.

Limite norte: segue em direção leste até a boca do Paranã do Uruapiara, deste sai uma linha seca até a foz do Igarapé do Matheus e deste segue em linha reta até encontrar o início do limite norte da TI Torá, incluindo o Lago Comprido e o Igarapé da Argentina, até encontrar o ponto inicial do limite da TI Baixo Marmelos, de modo que na nossa proposta para a TI do Baixo Marmelos fiquem de fora as áreas de moradia e uso das comunidades ribeirinhas da Santa Luzia e Bom Suspiro e o Distrito de Auxiliadora.

Com estes limites fica garantida a bacia do rio Juqui com todas as suas cabeceiras, locais de caça e pesca e os castanhais de uso das comunidades Baixo Grande, São José, Vista Alegre, Pau Queimado, São Raimundo. Ficam também garantidas as localidades de moradia e roça destas comunidades.

Limites da Gleba 2 (área 3 do memorial descritivo)

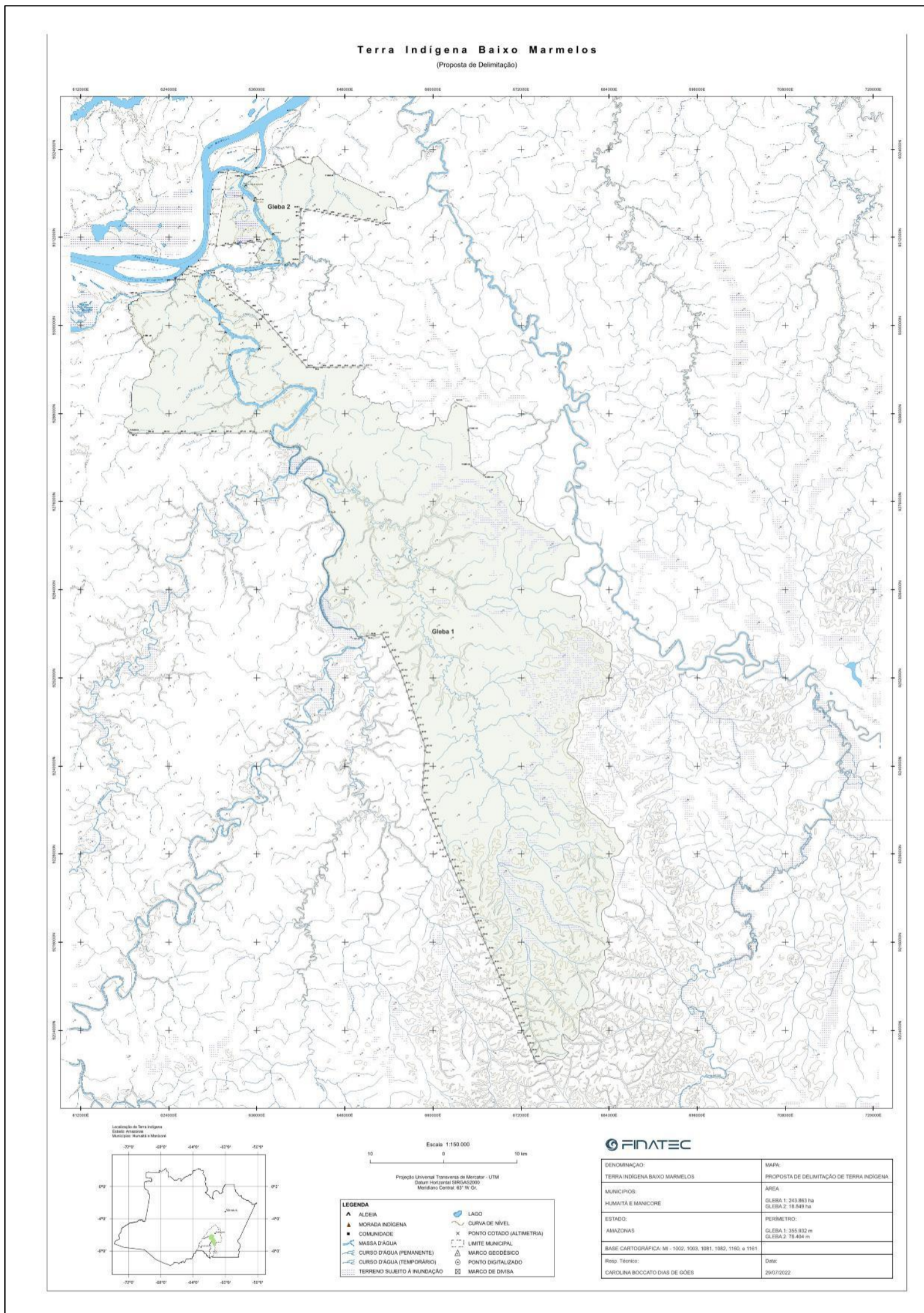
Segue o limite norte da TI Torá já demarcada até a TI Manicoré subindo até o ponto mais a oeste desta TI, de onde segue em direção a oeste em linha seca até a confluência do Igarapé Miriti (Paulino) com o primeiro igarapé da sua margem direita. Segue descendo o Igarapé Miriti até o Lago da Anta de onde sai uma linha seca em direção a oeste até encontrar o lago da Preguiça no Igarapé Preguiça. Deste sai uma linha reta em direção a oeste até a Boca do Marmelos de onde segue a margem direita do Paranã Marmelos por cerca de 2700 metros, garantindo que a boca do Marmelos fique por inteira dentro da TI. Dali sai uma linha reta em direção ao Sul até o limite da TI Torá nos fundos da comunidade Santa Fé.

Com estes limites ficam seguradas e protegidas as 2 margens do rio Marmelos e a sua boca, quando cai no Paranã do Marmelos; ficam também garantidas as localidades de moradia e roças, além de castanhais, açazais, áreas de caça a leste e a oeste, os lagos, campos alagáveis e áreas de pesca e coleta das comunidades de Palmeira, São José do Laguinho e Vera Cruz, e dos moradores das comunidades de Escondido e Vista Nova”

Ou seja, a reivindicação existente é na região do Baixo rio Marmelos, região da divisa entre municípios de Humaitá e Manicoré até as cabeceiras de alguns tributários da margem direita do rio Marmelos, alcançando o limite com Novo Aripuanã no Estado do Amazonas. Na área a ser considerada temos ainda a presença de aldeias Munduruku, Torá e a presença de indivíduos Mura, Matanawi e Apurinã e ainda provavelmente de outros povos, considerados extintos e que estão voltando a reconhecer sua identidade originária.

Vale ressaltar que a área (Baixo Marmelos) está cercada por povos de língua Tupi-Cawahiba: os Parintintin, inimigos históricos, tanto dos Torá como dos Munduruku, situados nas TI Ipixuna, Nove de Janeiro e os Tenharim, situados nas TIs Tenharim Marmelos e Tenharim Marmelos Gleba 2.

MAPA 26 - DELIMITAÇÃO DA TI BAIXO MARMELOS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES DE CASAL, M: *Corografia brasílica*. Belo Horizonte, Itatiaia/Editora USP, 1975.
- ADAMY, A. Dinâmica fluvial do Rio Madeira. *Porto Velho: cultura, natureza e território*, p. 120–147, 2016.
- ALMEIDA, Silbene: *Viagem à Nove de Janeiro, Torá, Pirahã e Ipixuna*. Relatório FUNAI, 2ª SUER, 1988.
- AMARAL, Ângelo Tomaz de: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1857*. 80
- AMOROSO, Marta Rosa: *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Cunha - Sapucaia*; Funai. 2001.
- ATHILA, Adriana: *Índios de Verdade. Territorialidade, História e Diferença entre os Mura da Amazônia Meridional*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 1998.
- AZANHA, Gilberto & Valadão, Virgínia: *Senhores destas Terras*. Editora Atual. São Paulo, SP. 9ª Edição. 1998.
- AZANHA, Gilberto: *RCID da TI Taunay-Ipegue*. FUNAI. 2002.
- AZEVEDO, Thales de: Catequese e aculturação. *In Leituras de Etnologia Brasileira*.
- BALDUS, Herbert: *Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, vol. I, 1954.
- BARBOSA, Theotônio: *Informação da aldeia dos Abacaxi (e rio Madeira) que manda o P. Missionário Theotônio Barbosa ao P. Provincial, anno de 1749*. COD.CXV/2-15, nº 4. Biblioteca Pública de Évora.
- BATES, Henry W: *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte, Itatiaia/Editora USP, 1979.
- BETENDORF, João: *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus*. Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, 72 1ª parte-1909. Rio de Janeiro, 1910.
- CAMPOS, M. C. C. et al. *Caracterização e classificação de terras pretas arqueológicas na Região do Médio Rio Madeira*. *Bragantia*, v. 70, n. 3, p. 598–609, 2011.
- CARTAGENES, Rosa e LOBATO, João Carlos. *Relatório de viagem às Áreas Indígenas Ipixuna, Tori e Pirahã*, OPAN, junho de 1989.
- CASTELNAU, Francis de: *Expéditions dans les parties centrales de l'Amérique du Sud. Histoire du voyage*. Paris. P. Bertrand Librairie –editeur, 1850/59.

CASTRO PEREIRA, M. L: *Relatório Preliminar de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mura de Sissaíma*. FUNAI. 2008.

CAYMARI, B., J. Gualdino e D. Olympio: *A Amazônia. Diário do Grão Pará*, 30. X. 1884 – V. Moreira Pinto.

CIMI. *Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Baixo Marmelos, municípios de Manicoré e Humaitá*, AM. [s.l: s.n.].

CORREA DE MIRANDA, Manoel Gomes: *Relatório do 1º Vice-presidente da Província do Amazonas*. 1852.

COUDREAU, Henri: *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte, Itatiaia/Editora USP, 1977. Estudo de Componente Indígena - ECI/BR319 – Através do Sítio eletrônico: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Rodovias/BR%20319%20AM%20segmento%20entre%20os%20km%20250%20e%20km%20655/EIARIMA/EIA%20RIMA%20ANEXO%202020/>

DUCKE, A.; BLACK, G. A. Notas sobre a fitogeografia da Amazônia Brasileira. *Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Norte*, v. 29, n. 29, p. 1–62, 1954.

EHRENREICH, P. Contribuições para etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v. 2, p. 7-135, 1948.

ETHNOECOLOGICAL SURVEYS: A methodological experience in indigenous lands and its lessons about environmental relations Abstract Keywords. *Estudos de Sociologia*, Recife, 2015, Vol. 2, n. 21, v. 2, n. XIV, p. 193–216, 2015.

FAULHABER, P e MONSERRAT, R (org.): *Tastevin e a Etnografia Indígena. Série Monografias*. Museu do Índio. FUNAI. RJ. 2008.

FERREIRA CREVELS, Christian: *Relatório em Prol da Demarcação da Terra Indígena Baixo Marmelos, municípios de Manicoré e Humaitá, AM. Conselho Indigenista Missionário-CIMI*. sem data.

FERREIRA PENNA, Herculano: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*, 1853.

FONSECA, José Severiano da: *Viagem ao redor do Brasil*. Tomo II. Rio. 1874.

FREIRE, CARLOS AUGUSTO DA ROCHA: *O SPI na Amazônia. Política Indigenista e conflitos regionais 1910-1932*. Museu do Índio. Funai. 2007.

FUNAI - SUAF: *Processo/FUNAI/BSB/MJDoc/28870.002585/1988-33. Identificação da TI Torá*.

_____ *Processo FUNAI/BSB/MJDoc/003074/83. Identificação da TI Torá*.

GALVÃO, Eduardo. *Áreas culturais indígenas do Brasil:1900-1959*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S., Belém, Pará, 1960.

GÓES, Carolina Boccato Dias de. “Baixo Grande e/ou Baixo Marmelos - Relatório de Seleção e Análise de Base Cartográfica e Imagens de Satélite para a Realização de 78 Estudos Enoterritoriais em Comunidades Indígenas na Amazônia Legal”. Projeto *Estudos Enoterritoriais*. Finatec, 2020.

GUERRA, Raïssa Míriam Nascimento. Relatório ambiental integrante do processo de identificação e Delimitação da Terra Indígena Torá Municípios de Manicorá e Humaitá – AM. *Estudos de Identificação e Delimitação da TI Torá*. n.p., 1998. [Processo FUNAI incluso MJDOC nº 28870.002585/88-33]

HORBE, A. M. C. et al. Geoquímica das águas do médio e baixo rio Madeira e seus principais tributários - Amazonas - Brasil. *Acta Amazonica*, v. 43, n. 4, p. 489–504, 2013.

KITAMURA, P. C.: *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 184p. 1994.

LADEIRA, M. Elisa: *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vista Alegre*. Brasília, DF. FUNAI. 1998.

_____*Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Jauary*. Brasília, DF. FUNAI. 1998.

_____*Estudos do Componente Indígena referente as TI Ariramba e Lago Capanã (Mura)* EIA RIMA da BR319. 2020.

LANGE, ANA E HERINGER, EZEQUIAS: Levantamento das populações indígenas do médio Madeira. (mimeo). Relatório Projeto Madeira. CIMI. Manicoré. 1981.

LEVINHO, José Carlos: *Relatório de Identificação da TI Torá*. FUNAI. 1985.

MATOS, J. H. DE: Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas (1845) por João Henrique de Matos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1979.

MATTOS, João Wilkens de: Relatório da Directoria Geral dos Indios, pelo Director Geral. *Relatórios da Presidência da Provincia do Amazonas: novamente publicados por ordem do Coronel Antonio Constantino Nery, ll*. Rio de Janeiro, Typographia do “Jornal do Commercio”, 1906.

MEIRA, M.; BARROS, M. C. & BORGES, L. C: A língua geral como identidade construída. *Revista de Antropologia* 39. 1996.

MELATTI, Júlio Cezar: *Áreas Etnográficas da América Indígena - Amazônia Centro-Meridional, capítulo D3*. UNB. 2018.

MENÉNDEZ, M.: “Uma Contribuição para a Etno-História da Área Tapajós-Madeira”. In *Revista do Museu Paulista. Nova Série*, Vol. XXVIII. USP. 1981/19.

“Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira” in *Revista de Antropologia*, USP, volume 27/28. 1984/1985.

“Relatório de avaliação da situação atual dos Tenharim dos rios Marmelos, Amazonas. outubro de 1984. FIPE- FUNAI.

“Relatório sobre os Tenharim do rio Marmelos e Igarapé Preto, fevereiro de 1985. UNESP – FUNAI.

MMA. *Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. [s.l: s.n.].

MORAN E. F.: *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes. 1990. 81

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo: *Os índios e a Ordem Imperial. Ministério da Justiça. CEDOC. FUNAI. Brasília. 2005.*

Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes. 1988.

MU, A. Solos. *Journal of Chemical Information and Modeling*, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2019.

NIMUENDAJU, Curt: Excursões pela Amazônia. *Revista de Antropologia*. USP. São Paulo.vol. 44.n.1 2001.

The Mura and Pirahã. In: Steward, J. (org.), *Handbook of South American Indians*. 255-68. Washington. 1948. 79

As tribos do Alto Madeira. In: *Textos Indigenistas*. São Paulo: Ed. Loyola.1982.

Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: IBGE. 1981.

OPAN: *Relatório de Saúde. Viagem às Áreas Indígenas. Ipixuna, Torá e Pirahã*. Equipe do Projeto Kawahib, setembro de 1989.

Levantamento populacional – áreas Indígenas Ipixuna, Torá, Estirão Grande do Marmelos e Pirahã. Comunidades Parintintim, Torá, Apurinã, Tenharim e Pirahã, junho de 1989.

Povos Indígenas – Município de Humaitá. -. *Projeto Kawahiba, solicitação da Fundação Projeto Rondon-Humaitá*, agosto 1990.

ORG.PY-DANIEL ... [ET AL.]. *Biodiversidade do Médio Madeira: bases científicas para propostas de conservação*. [s.l: s.n.].

PEGGION, Edmundo: “*Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Torá*”. FUNAI-PPTAL. 1998.

PEGGION, Edmundo. Verbete sobre o povo Torá in "*Povos Indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental*" / [Editores gerais Beto Ricardo e Fany Ricardo]; disponível em sítio eletrônico <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tor%C3%A1> e https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal acesso em novembro e dezembro de 2020 com última atualização informada pelo site em 2018.

PERIGOLO, N. A. *Caracterização dos tipos vegetacionais do médio rio Madeira, Rondônia*. 67, 2014.

PY-DANIEL, Lúcia Rapp; DEUS, Cláudia Pereira de; HENRIQUES, Augusto Loureiro; PIMPÃO, Daniel Mansur; RIBEIRO, Odirlene Marinho (orgs.). *Biodiversidade do Médio Madeira: bases científicas para propostas de conservação*. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Ministério do Meio Ambiente, 2007. 244

QUEIROZ, M. M. A.; HORBE, A. M. C.; MOURA, C. A. V. Mineralogia e química dos sedimentos de fundo do médio e baixo madeira e de seus principais tributarias - Amazonas - Brasil. *Acta Amazonica*, v. 41, n. 4, p. 453–464, 2011.

RAMOS FERREIRA., GUSTAVO ADOLPHO: *Relatório do 1º Vice-presidente da Província do Amazonas*, 1866.

RIVER, M. M. A composição dos custos de armação e a renda das expedições de pesca da frota pesqueira artesanal da região do Médio rio Madeira , Amazonas , Brasil 1 fishing fleet in the Medium Madeira River region , state of Amazonas. *Biologia*, v. 36, n. 92, p. 519–524, 2004.

RODRIGUES, Bartolomeu: *Carta do padre Bartolomeu Rodrigues ao padre Jacinto de Carvalho sobre as terras, rios e gentio do rio Madeira e outros do baixo Amazonas, da missão de Guaicurupa dos Tupinambaranas*, 1714 Cód. CXV/2. Biblioteca Pública de Évora. s

RODRIGUES DE MELLO, J: *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação de Mestrado. UFAM. Manaus. 2007.

RODRIGUES, João Barbosa: *Exploração e estudo do valle do Amazonas-rio Tapajós*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

SANTIAGO. Augusto. “Relatório Ambiental Terra Indígena Baixo Marmelos – Povos Torá, Apurinã, Matanawi, Munduruku, Mura e Tenharim”. *Projeto Estudos Etnoterritoriais*. Finatec, 2020.

SANTOS, D. W. L. DOS. *FISIOGRAFIA DO RIO MADEIRA: uma análise sobre a formação, estrutura e processos fluviais*. v. 01, p. 118–127, 2018.

SOUSA, Gabriel Soares de: *Tratado descritivo do Brasil, 1578*. São Paulo, Cia Editora Nacional/Editora da USP, 1971.

SOUZA, Cônego André Fernandes de: Notícias geographicas da Capitania do Rio Negro no grande Rio Amazonas. *Rev. do Instituto Hist. Geogr. Rio*. X. 1870.

SOUZA, Francisco Bernardino de. *Comissão do Madeira, Pará e Amazonas pelo encarregado dos trabalhos etnográficos*, Rio de Janeiro, 1874: 1875.

TEMPESTA, J. A. (ORGS. Orientações básicas para a caracterização ambiental de terras indígenas em estudo: leitura recomendada para todos os membros do grupo técnico. (Série Ind ed. Brasília: Funai/GIZ, 2013.

WAGNER, A e ALMEIDA, B: *Conflitos sociais no “Complexo Madeira”*. UEA. Ed. Manaus. 2009.

WAGNER, A.; ALMEIDA, B. DE. Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”. UEA Edições ed. Manaus: [s.n.].

WILCKENS DE MATTOS, J.: Alguns esclarecimentos sobre as missões da Província do Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XIX. 1856.

Sites:

Índice de

[cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/am/](ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/am/)

ftp://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/am/

[https://issuu.com/publicacoesufopa/docs/balata - cat logo](https://issuu.com/publicacoesufopa/docs/balata_-_cat_logo)

https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/informativo_obr_319_n29_marco_2022v3.pdf

ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO (GLEBA 1 – Áreas 1 e 2)

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 1)

Superfície : 28.284,00 ha (vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro hectares aproximadamente)

Perímetro : 106.641,00m (cento e seis mil seiscentos e quarenta e um metros aproximadamente)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto PT-01, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude) $6^{\circ}15'41,4562''S$ e (Longitude) $61^{\circ}51'22,7164''WGr$, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue por linha ideal até o Ponto PT-02, de coordenadas geográficas aproximadas $6^{\circ}16'06,5555''S$ e $61^{\circ}50'20,2603''WGr$, localizado na margem esquerda do rio Marmelos e confluência de um igarapé sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do rio Marmelos, a montante, até o Marco MC-01, de coordenadas geográficas $6^{\circ}25'24,6264''S$ e $61^{\circ}42'23,9372''WGr$, localizado na margem esquerda do rio Marmelos e no limite da Terra Indígena Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontado com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos seguintes marcos: Marco M-04, de coordenadas geográficas $6^{\circ}25'24,9335''S$ e $61^{\circ}42'54,4058''WGr$; Marco M-03, de coordenadas geográficas $6^{\circ}25'25,2571''S$ e $61^{\circ}43'26,8723''WGr$; Marco MC-02, de coordenadas geográficas $6^{\circ}25'25,5900''S$ e $61^{\circ}43'57,0660''WGr$; Marco M-02, de coordenadas geográficas $6^{\circ}25'36,9813''S$ e $61^{\circ}43'56,9461''WGr$; Marco MC-03, de coordenadas geográficas $6^{\circ}26'9,5090''S$ e $61^{\circ}43'56,6270''WGr$; Marco M-01, de coordenadas geográficas $6^{\circ}26'08,1342''S$ e $61^{\circ}43'39,5408''WGr$; Marco MSAT-1, de coordenadas geográficas $6^{\circ}26'05,3502''S$ e $61^{\circ}43'04,7168''WGr$; localizado próximo a margem esquerda do Rio Marmelos; deste, segue pela margem esquerda do rio Marmelos, até o Marco SAT-12, de coordenadas geográficas $6^{\circ}27'47,7913''S$ e $61^{\circ}45'13,4105''WGr$, localizado na foz do igarapé Cantagalo e no limite da Terra Indígena Pirahã; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Pirahã; passando pelos vértices marcos: Marco MF-45, de coordenadas geográficas $6^{\circ}27'48,0629''S$ e $61^{\circ}46'18,1816''WGr$; Marco MF-46, de coordenadas geográficas $6^{\circ}27'48,4522''S$ e $61^{\circ}47'31,9245''WGr$; Marco MF-47, de coordenadas geográficas $6^{\circ}27'48,7453''S$ e

61°48'33,3728"WGr; Marco MF-48, de coordenadas geográficas 6°27'49,0736"S e 61°49'40,7918"WGr; Marco MF-49, de coordenadas geográficas 6°27'49,3755"S e 61°50' 45,6340"WGr; Marco MF-50, de coordenadas geográficas 6°27'49,7214"S e 61°51'57,0883"WGr; Marco MF-51, de coordenadas geográficas 6°27'50,0941"S e 61°53'10,3219"WGr; MF-52, 6°27'50,4080"S e 61°54'16,9167"WGr, até o Marco MF-53, de coordenadas geográficas 6°27'50,7709"S e 61°55'29,6364"WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Paulino; deste, segue pelo igarapé Paulino, a jusante, até o Ponto PT-03, de coordenadas geográficas aproximadas 6°17'38,9600"S e 61°54'59,1993"WGr, localizado na confluência do igarapé Paulino com o rio Uruapiara; deste, segue pela margem direita do rio Uruapiara, a jusante, até o Ponto PT-04, de coordenadas geográficas aproximadas 6°16'24,4406"S e 61°52'12,7315"WGr, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue pelo rio Madeira, a jusante, até o Ponto PT-01, início da descrição deste perímetro.

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 2)

Superfície : 216.165,00 (duzentos e dezesseis mil, cento e sessenta e cinco hectares aproximadamente)

Perímetro : 328.863,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três metros aproximadamente)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto PT-01, de coordenadas geográficas (Latitude) 6°16'04,84705" e (Longitude) 61°49'49,8370"WGr, localizado na confluência do rio Marmelos com o igarapé Argentina; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, até o Ponto PT-02, de coordenadas geográficas 6°16'07,08200"S e 61°49'39,4500"WGr, localizado no limite da Terra Indígena Torá; deste, segue continuando pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Terra Indígena Torá, até o Marco SAT-11, de coordenadas geográficas 6°16'57,5079" S e 61°48'39,8625"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Argentina; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos Marcos: Marco M-54, de coordenadas geográficas 6°17'09,96030"S e 61°48'23,9277"WGr; Marco M-53, de coordenadas geográficas 6°17'31,5020"S e 61°47'56,3617"WGr; Marco M-52, de coordenadas geográficas 6°17'51,5471"S e 1°47'30,7097"WGr; Marco M-51, de coordenadas geográficas 6°18'11,5875"S e 61°47'05,06300"WGr; Marco M-50, de coordenadas geográficas 6°18'31,6298"S e

61°46'39,4127"WGr; Marco M-49, de coordenadas geográficas 6°18'51,6735"S e 61°46'13,7601"WGr, até Marco MC-04, de coordenadas geográficas 6°19'11,7145"S e 61°45'48,1097"WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Cabeça de Anta; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-48, de coordenadas geográficas 6°19'16,3625"S e 61°45'44,0781"WGr; Marco M-47, de coordenadas geográficas 6°19'40,9566"S e 61°45'22,7466"WGr; Marco M-46, de coordenadas geográficas 6°20'05,54763"S e 61°45'01,41698"WGr; Marco M-45, de coordenadas geográficas 6°20'30,5501"S e 61°44'39,7296"WGr; Marco M-44, de coordenadas geográficas 6°20'54,7346"S e 61°44'18,7512"WGr; Marco M-43, de coordenadas geográficas 6°21'19,3289"S e 61°43'57,4162"WGr; Marco M-42, de coordenadas geográficas 6°21'47,6176"S e 61°43'32,8759"WGr; Marco M-41, de coordenadas geográficas 6°22'9,15181"S e 61°43'14,1944"WGr; Marco M-40, de coordenadas geográficas 6°22'33,1067"S e 61°42'53,4125"WGr, até o Marco MC-03, de coordenadas geográficas 6°22'57,7039"S e 61°42'32,0718"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Mutum; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Torá, passando pelos marcos: Marco M-39, de coordenadas geográficas 6°22'57,4137"S e 61°41'59,0161"WGr; Marco M-38, de coordenadas geográficas 6°22'57,1317"S e 61°41'26,9660"WGr; M-37, de coordenadas geográficas 6°22'56,8448"S e 61°40'54,4139"WGr; Marco M-36, de coordenadas geográficas 6°22'56,5510"S e 61°40'21,1320"WGr; Marco M-35, de coordenadas geográficas 6°22'56,2703"S e 61°39'49,3638"WGr; Marco M-34, de coordenadas geográficas 6°22'55,9812"S e 61°39'16,7421"WGr; Marco M-33, de coordenadas geográficas 6°22'55,6932"S e 61°38'44,2573"WGr, até o Marco SAT-10, de coordenadas geográficas 6°22'55,4341"S e 61°38'15,0941"WGr, localizado no igarapé Camujá; deste, segue pelo referido igarapé, a montante, confrontando com a Terra Indígena Torá, até o Marco SAT-09, de coordenadas geográficas 6°25'29,2025"S e 61°31'34,6983"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Camujá; deste, segue por linha ideal passando pelos Pontos: Ponto PT-03, de coordenadas geográficas 6°30'12,2034"S e 61°30'21,82477"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do rio Manicoré; Ponto PT-04, de coordenadas geográficas 6°31'02,20744"S e 61°28'13,1142"WGr, localizado na confluência de igarapés sem denominação, formador do rio Manicoré, até o Ponto PT-05, de coordenadas geográficas 6°34'13,9065"S e 61°26'25,7464"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, formador do igarapé Grande; deste, segue por linha ideal,

acompanhando aproximadamente a linha de cumeada que separa os igarapés formadores da margem direita do rio Juqui e da margem esquerda do rio Manicoré, passando pelos seguintes Pontos: Ponto PT-06, de coordenadas geográficas 6°36'01,46695"S e 61°22'16,1562"WGr; Ponto PT-07, de coordenadas geográficas 6°38'36,9221"S e 61°23'05,42713"WGr; Ponto PT-08, de coordenadas geográficas 6°41'55,6560"S e 61°21'42,9741"WGr; Ponto PT-09, de coordenadas geográficas 6°43'25,5595"S e 61°20'09,61540"WGr; Ponto PT-10, de coordenadas geográficas 6°47'07,55358"S e 61°21'57,1334"WGr; Ponto PT-11, de coordenadas geográficas 6°58'22,4882"S e 61°18'57,5305"WGr; Ponto PT-12, de coordenadas geográficas 6°59'08,50019"S e 61°19'55,3871"W; Ponto PT-13, de coordenadas geográficas 7°02'28,4999"S e 61°19'51,1445"WGr; Ponto PT-13a, de coordenadas geográficas 7°03'10,0850"S e 61°20'34,6203"WGr; Ponto PT-14, de coordenadas geográficas 7°06'45,0074"S e 61°20'22,9849"WGr; Ponto PT-14a, de coordenadas geográficas 7°09'58,3535"S e 61°21'31,5585"WGr; Ponto PT-15, de coordenadas geográficas 7°10'14,3618"S e 61°22'06,6400"WGr; Ponto PT-16, de coordenadas geográficas 7°12'29,7651"S e 61°22'25,8860"WGr; Ponto PT-17, de coordenadas geográficas 7°12'00,37920"S e 61°23'31,9967"WGr; Ponto PT-18, de coordenadas geográficas 7°13'40,3880"S e 61°22'47,3074"WGr; até o Ponto PT-19, de coordenadas geográficas 7°14'13,9417"S e 61°25'24,4952"WGr, localizado no limite da Terra Indígena Sepoti; deste, segue linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: M-66, de coordenadas geográficas 7°13'55,9607"S e 61°25'32,2363"WGr; Marco M-65, de coordenadas geográficas 7°13'26,5037"S e 61°25'44,8906"WGr; Marco M-64, de coordenadas geográficas 7°12'56,5914"S e 61°25'57,7659"WGr; Marco M-63, de coordenadas geográficas 7°12'26,6472"S e 61°26'10,6406"WGr; Marco M-62, de coordenadas geográficas 7°11'56,8335"S e 61°26'23,4524"WGr; Marco M-61, de coordenadas geográficas 7°11'26,9546"S e 61°26'36,3284"WGr; Marco M-60, de coordenadas geográficas 7°10'56,6872"S e 61°26'49,2959"WGr; Marco M-59, de coordenadas geográficas 7°10'24,2086"S e 61°27'3,27056"WGr; Marco M-58, de coordenadas geográficas 7°9'55,3388"S e 61°27'15,7069"WGr; Marco M-57, de coordenadas geográficas 7°9'25,4625"S e 61°27'28,5181"WGr; Marco M-56, de coordenadas geográficas 7°8'55,6511"S e 61°27'41,3305"WGr; Marco M-55, de coordenadas geográficas 7°8'25,8073"S e 61°27'54,1751"WGr; Marco M-54, de coordenadas geográficas 7°7'55,9315"s e 61°28'7,01921"WGr; Marco M-53, de coordenadas geográficas 7°7'25,9589"S e 61°28'19,8944"WGr; Marco M-52, de

coordenadas geográficas 7°6'56,0839"S e 61°28'32,7387"WGr; Marco M-51, de
coordenadas geográficas 7°6'26,2744"S e 61°28'45,5516"WGr; Marco M-50, de
coordenadas geográficas 7°5'55,6532"S e 61°28'58,6773"WGr; Marco M-49, de
coordenadas geográficas 7°5'25,8767"S e 61°29'11,4909"WGr; Marco M-48, de
coordenadas geográficas 7°4'54,8331"S e 61°29'24,8381"WGr; Marco M-47, de
coordenadas geográficas 7°4'25,4478"S e 61°29'37,4627"WGr; Marco M-46, de
coordenadas geográficas 7°3'55,6730"S e 61°29'50,2441"WGr; Marco M-45, de
coordenadas geográficas 7°3'25,6383"S e 61°30'3,15172"WGr; Marco M-44, de
coordenadas geográficas 7°2'55,4088"S e 61°30'16,1540"WGr; Marco M-43, de
coordenadas geográficas 7°2'25,6028"S e 61°30'28,9352"WGr; Marco M-42, de
coordenadas geográficas 7°1'55,8618"S e 61°30'41,7175"WGr; Marco M-41, de
coordenadas geográficas 7°1'26,2836"S e 61°30'54,4373"WGr; Marco M-40, de
coordenadas geográficas 7°0'56,9660"S e 61°31'7,03120"WGr; Marco M-39, de
coordenadas geográficas 7°0'26,1210"S e 61°31'20,2848"WGr; Marco M-38, de
coordenadas geográficas 6°59'56,0568"S e 61°31'33,1926"WGr; Marco M-37, de
coordenadas geográficas 6°59'25,9273"S e 61°31'46,1647"WGr; Marco M-36, de
coordenadas geográficas 6°58'55,9611"S e 61°31'59,0418"WGr; Marco M-35, de
coordenadas geográficas 6°58'25,8980"S e 61°32'11,9500"WGr; Marco M-34, de
coordenadas geográficas 6°57'55,8998"S e 61°32'24,8594"WGr; Marco M-33, de
coordenadas geográficas 6°57'26,2595"S e 61°32'37,6117"WGr; Marco M-32, de
coordenadas geográficas 6°56'56,1648"S e 61°32'50,5523"WGr; Marco M-31, de
coordenadas geográficas 6°56'26,2656"S e 61°33'3,39850"WGr; Marco M-30, de
coordenadas geográficas 6°55'59,3562"S e 61°33'14,9894"WGr; Marco M-29,
coordenadas geográficas 6°55'29,1975"S e 61°33'27,9619"WGr; Marco M-28, de
coordenadas geográficas 6°54'59,4618"S e 61°33'40,7459"WGr, até o Marco SAT-1, de
coordenadas geográficas 6°54'29,5636"S e 61°33'53,6250" WGr, localizado na cabeceira
do igarapé das Pedras, afluente da margem direita do rio Sepoti; deste, segue por linha
ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-27,
de coordenadas geográficas 6°53'57,1912"S e 61°33'51,4465"WGr; Marco M-26, de
coordenadas geográficas 6°53'24,4637"S e 61°33'49,2630"WGr; Marco M-25, de
coordenadas geográficas 6°52'52,0583"S e 61°33'47,1180"WGr; Marco M-24, de
coordenadas geográficas 6°52'19,4920"S e 61°33'44,9386"WGr; Marco M-23, de
coordenadas geográficas 6°51'47,2160"S e 61°33'42,7646"WGr; Marco M-22, de
coordenadas geográficas 6°51'14,8427"S e 61°33'40,6224"WGr, até o Marco MC-05, de

coordenadas geográficas 6°50'59,8494"S e 61°33'39,6030"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Peruano, afluente da margem direita do rio Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-21, de coordenadas geográficas 6°50'28,8633"S e 61°33'49,9270"WGr; Marco M-20, de coordenadas geográficas 6°49'57,9430"S e 61°34'0,18713"WGr; Marco M-19, de coordenadas geográficas 6°49'27,2173"S e 61°34'10,4179"WGr; Marco M-18, de coordenadas geográficas 6°48'56,3950"S e 61°34'20,6475"WGr; Marco M-17, de coordenadas geográficas 6°48'25,1834"S e 61°34'31,0341"WGr; Marco M-16, de coordenadas geográficas 6°47'54,4591"S e 61°34'41,2331"WGr; Marco M-15, de coordenadas geográficas 6°47'23,6374"S e 61°34'51,4959"WGr; Marco M-14, de coordenadas geográficas 6°46'52,5245"S e 61°35'1,81964"WGr; Marco M-13, de coordenadas geográficas 6°46'21,7035"S e 61°35'12,0830"WGr; Marco M-12, de coordenadas geográficas 6°45'50,9806"S e 61°35'22,2830"WGr, até o Marco M-C-04, de coordenadas geográficas 6°45'24,5077"S e 61°35'31,0844"WGr, localizado na cabeceira do igarapé Cominação, afluente do rio Sepoti; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Sepoti, passando pelos marcos: Marco M-11, de coordenadas geográficas 6°44'55,4923"S e 61°35'45,7082"WGr; Marco M-10, de coordenadas geográficas 6°44'26,3144"S e 61°36'0,42728"WGr; Marco M-09, de coordenadas geográficas 6°43'57,2993"S e 61°36'15,0837"WGr; Marco M-08, de coordenadas geográficas 6°43'28,2523"S e 61°36'29,7398"WGr; Marco M-07, de coordenadas geográficas 6°42'59,2058"S e 61°36'44,3959"WGr; Marco MC-03, de coordenadas geográficas 6°42'39,2668"S e 61°36'54,4725"WGr; Marco M-06, de coordenadas geográficas 6°42'43,7382"S e 61°37'26,8468"WGr; até o Marco M-05, de coordenadas geográficas 6°42'48,2078"S e 61°37'59,2865"WGr, até o Marco PT-05, de coordenadas geográficas 6°42'51,6444"S e 61°38'26,1310"WGr, localizado na margem direita do rio Marmelos e no limite com a Terra Indígena Sepoti; deste, segue pela margem direita do rio Marmelos, a jusante, até o Ponto PT-01, início da descrição deste perímetro,

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO (GLEBA 2 – Área 3)

Terra Indígena : BAIXO MARMELOS (ÁREA 3)

Superfície : 18.814,00 (dezoito mil e oitocentos e quatorze hectares aproximadamente)

Perímetro : 79.288,00 (setenta e nove mil e duzentos e oitenta e oito metros aproximadamente)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto **PT-01**, de coordenadas geográficas aproximadas (Latitude) 6°08' 14,7321" S e (Longitude) 61°48' 24,1697" WGr, localizado na margem direita do rio Madeira; deste, segue pela margem direita do rio Madeira, a jusante, Ponto **PT-02**, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8' 38,2905" S e 61°47' 9,19334" WGr, localizado na margem esquerda do rio Marmelos; deste, cruzando o referido rio até o Ponto **PT-03**, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8' 44,2763" S e 61°46' 58,0190" WGr, localizado na outra margem do rio Marmelos; deste, segue por linha ideal até o Ponto **PT-04**, de coordenadas geográficas aproximadas 6°8' 8,52296" S e 61°44' 24,0568" WGr, localizado na margem do lago Preguica; deste, segue por linha ideal até o Ponto **PT-05**, de coordenadas geográficas aproximadas 6°7' 34,4029" S e 61°43' 9,54232" WGr, localizado na margem do lago da Anta e no igarapé Paulino; deste, segue pelo igarapé Paulino, a montante, até o Ponto **PT-06**, de coordenadas geográficas 6°8' 37,9962" S e 61°40' 30,7985" WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o igarapé Paulino; deste, segue por linha ideal até o Marco **SAT-22**, de coordenadas geográficas 6°10'13,8146"S e 61°37'17,8231"WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação e no limite da Terra Indígena Rio Manicore; deste, segue pelo igarapé sem denominação, a jusante, confrontando com a Terra Indígena Rio Manicore, até Ponto o **P-08**, de coordenadas geográficas aproximadas 6°11' 12,8921" S e 61°35' 50,7079" WGr, localizado na sua confluência com o igarapé Maloca ou Salsal; deste, segue pelo igarapé Maloca ou Salsal, a montante, confrontando com a Terra Indígena Rio Manicore, até o Marco **SAT-05**, de coordenadas geográficas 6°12' 18,3466" S e 61°36' 55,3797" WGr, localizado na margem esquerda do igarapé Maloca ou Salsal e no limite das Terras Indígenas Rio Manicore e Tora; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indígena Tora, passando pelos marcos: Marco **M-23**, de coordenadas geográficas 6°12' 16,3272" S e 61°37' 07,2301" WGr; Marco **M-22**, de coordenadas geográficas 6°12' 10,2616" S e 61°37' 40,9734" WGr; Marco **M-21**, de coordenadas geográficas 6°12' 04,8861" S e 61°38' 11,2808" WGr; Marco **M-20**, de coordenadas geográficas 6°11' 59,1883" S e 61°38' 43,3999" WGr; Marco **M-19**, de coordenadas geográficas 6°11' 53,5048" S e 61°39' 15,4342" WGr; Marco **M-18**, de

coordenadas geograficas 6°11' 47,5426" S e 61°39' 49,0335" WGr; Marco **M-17**, de coordenadas geograficas 6°11' 43,8298" S e 61°40' 21,7842" WGr; Marco **M-16**, de coordenadas geograficas 6°11' 36,2671" S e 61°40' 52,5615" WGr; Marco **M-15**, de coordenadas geograficas 6°11' 30,4694" S e 61°41' 25,2200" WGr; Marco **M-14**, de coordenadas geograficas 6°11' 24,7827" S e 61°41' 57,2456" WGr; Marco **M-13**, de coordenadas geograficas 6°11' 19,0977" S e 61°42' 29,2556" WGr; Marco **MC-01**, de coordenadas geograficas 6°11' 13,4083" S e 61°43' 01,2859" WGr; deste, segue ao sul pelos seguintes Marcos e respectivas coordenadas geograficas : Marco **M-12**, de coordenadas geograficas 6°11' 20,6556" S e 61°43' 01,3733" WGr; Marco **M-11**, de coordenadas geograficas 6°11' 53,1725" S e 61°43' 01,7636" WGr; Marco **M-10**, de coordenadas geograficas 6°12' 25,7414" S e 61°43' 02,1356" WGr; Marco **M-9**, de coordenadas geograficas 6°12' 56,4349" S e 61°43' 02,5257" WGr; Marco **M-8**, de coordenadas geograficas 6°13' 28,9806" S e 61°43' 02,9192" WGr; Marco **M-7**, de coordenadas geograficas 6°14' 01,5310" S e 61°43' 03,3129" WGr; Marco **M-06**, de coordenadas geograficas 6°14' 34,0803" S e 61°43' 03,7073" WGr; Marco **SAT-04**, de coordenadas geograficas 6°15' 06,6292" S e 61°43' 04,1016" WGr; localizado na margem direita do igarape Camuja; deste, segue pela margem direita do igarape Camuja, a jusante, ate o Ponto **PT-07**, de coordenadas geograficas aproximadas 6°15' 11,3873" S e 61°44' 17,3509" WGr, localizado na margem direita do rio dos Marmelos, na confluencia deste Rio com o igarape Camuja; deste, segue cruzando o rio dos Marmelos, ate o Ponto **PT-08**, de coordenadas geograficas aproximadas 6°15' 10,4474" S e 61°44' 30,4487" WGr, localizado na margem esquerda do rio dos Marmelos; deste, segue pela margem esquerda do rio dos Marmelos, a montante, ate o Ponto **PT-09**, de coordenadas geograficas aproximadas 6°15' 14,3265" S e 61°46' 01,2180" WGr, localizado na confluencia com do igarape Piquia com o rio dos Marmelos; deste, segue pelo igarape Piquia, a montante, confrontando com a Terra Indigena Tora, ate o Marco **SAT-03**, de coordenadas geograficas 6°14' 39,1031" S e 61°46' 18,3396" WGr, localizado em sua cabeceira; deste, segue por linha ideal, confrontando com a Terra Indigena Tora, passando pelos marcos: Marco **M-7A**, de coordenadas geograficas 6°14' 09,6976" S e 61°45' 59,9358" WGr; Marco **MC-A2**, de coordenadas geograficas 6°13' 37,9923" S e 61°45' 40,1061" WGr; Marco **M-6A**, de coordenadas geograficas 6°13' 39,4680" S e 61°45' 54,0132" WGr; Marco **M-5**, de coordenadas geograficas 6°13' 43,0621" S e 61°46' 27,7087" WGr; Marco **M-4**, de coordenadas geograficas 6°13' 46,9105" S e 61°47' 03,9298" WGr; Marco **M-3**, de coordenadas geograficas 6°13' 50,3083" S e 61°47' 35,8929" WGr;

Marco **M-2**, de coordenadas geograficas 6°13' 53,0960" S e 61°48' 02,1065" WGr; Marco **M-1A**, de coordenadas geograficas 6°13' 57,0168" S e 61°48' 39,0612" WGr, ate o Marco **MC-A1**, de coordenadas geograficas 6°14' 00,9658" S e 61°49' 16,2835" WGr; deste, segue em linha ideal ate o Ponto **PT-01**, inicio da descricao do Perimetro Base cartografica de referencia para representacao do perimetro deste memorial descritivo 1:100,000 (Banco de Dados geograficos do Exercicio): M-I 1002/SB-20-Z-A-III, Confrontacao com as seguintes Terras Indigenas: Ipixuna, Decreto de 3 de novembro de 1997; Piraha, Decreto de 3 de novembro de 1997; Rio Manicore, Decreto de 11 de dezembro de 2001; Sepoti Decreto de 27 de outubro de 2004; Tora, Decreto de 27 de outubro de 2004; Tenharim Marmelos (Gleba B), Decreto de 5 de junho de 2012, As coordenadas geograficas da descricao do perimetro estao referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000,

ANEXO C – LISTAGEM DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DETERMINADAS EM CAMPO COM A IDENTIFICAÇÃO DE CADA PONTO

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (41.84549 -6.298782 0)	BG - Raimundo Calisto Falecido	Moradia	
POINT Z (41.847652 -6.294377 0)	BG - Roberto	Moradia	
POINT Z (41.847395 -6.294906 0)	BG - Rondiges	Moradia	
POINT Z (41.847027 -6.293745 0)	BG - Rubemar	Moradia	
POINT Z (41.84544 -6.29717 0)	BG - Sebastião	Moradia	
POINT Z (41.84756 -6.292235 0)	BG - Simione	Moradia	
POINT Z (41.84761 -6.290908 0)	BG - Klebeson	Moradia	
POINT Z (41.847557 -6.291733 0)	BG - Raimundo	Moradia	
POINT Z (41.73130871582 -6.0667567231128 0)	Boca do Curuça	Ref - Igarapé	
POINT Z (41.741032795 -6.507401935 0)	Boca do Maicy	Açaizal	Boca do Maicy
POINT Z (41.78614478583 -6.14704177714884 0)	Boca do Rio Marmelos	Ref - Igarapé	
POINT Z (41.7712957412005 -6.13786862323791 0)	Bom Suspiro	Comunidade	
POINT Z (41.85143888928 -6.302921610730976 0)	borda da mata virgem	Ref	
POINT Z (41.843684354 -7.487479328 0)	Cabeça de Anta	Ref - cachoeira	
POINT Z (41.848977110517 -6.30107739474624 0)	Cabeceira do Igarapé da Caçimba	Ref	
POINT Z (41.83876078 -7.466845221 0)	Cachoeira Caixão	Ref - cachoeira	
POINT Z (41.853644146 -7.38632568 0)	Cachoeira da Palmeira	Ref - cachoeira	Marmelos 30" do rio Amazonia
POINT Z (41.8631253252573 -7.5689596404159 0)	Cachoeira Jutai	Ref - cachoeira	
POINT Z (41.7650712560862 -6.19943064173821 0)	caminho da ressaca pro lago	Ref - Igarapé	
POINT Z (41.7903163405576 -6.2297213860042 0)	Campo do Escondido	Ref	
POINT Z (41.773425234 -6.438944466 0)	Cantagalo	Açaí/Caça	
POINT Z (41.847126 -6.2943482 0)	Capela Católica	Igreja	
POINT Z (41.757774077654 -6.22582345209621 0)	Capoeira	Capoeira	
POINT Z (41.782933583414 -6.15571496732176 0)	Capoeira de Roça	Capoeira	
POINT Z (41.66213 -6.53695 0)	Capoeira Do João Medeiro	Capoeira	
POINT Z (41.85500248 -6.290920592 0)	Capoeiras de roças antigas	Capoeira	Estrada Baixo Grande para Tarumã
POINT Z (41.847324 -6.293918 0)	Casa da Comunidade	Casa da Comunidade	
POINT Z (41.75033 -6.21818 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.784849697724 -6.15822105668485 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.7848512759328 -6.1569818031176 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.8054596241564 -6.3427793940529 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.8081416421622 -6.34039324860573 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.806950100897 -6.34165118289301 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.7854988464679 -6.3431592062363 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.7673138553716 -6.36091196302389 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.7842198815197 -6.15997602766139 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.8228930607438 -6.3065687479005 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.7815025523305 -6.3451133935228 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.801530850518 -6.36291928589344 0)	Casa de Farinha	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.820931086685 -6.30612200126052 0)	Casa de Farinha	Roça	
POINT Z (41.77247 -6.1747785 0)	Casa de Farinha - Maria Sãs Dores	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.772094 -6.174518 0)	Casa de Farinha - Zacarias	Beneficiamento Farinha	
POINT Z (41.775047 -6.17044 0)	Casa para processar açaí	Beneficiamento Açaí	
POINT Z (41.8028499186039 -6.3643306150138 0)	Casa para processar açaí juçara	Beneficiamento Açaí	
POINT Z (41.886639584998 -6.1503807068494 0)	Castanhais ao logo do Igarapé Paulino	Castanhal	entre Patauí e Boial
POINT Z (41.6765249708189 -6.16774411363994 0)	Castanhais do Miriti	Castanhal	subindo l. do Paulino, vários pontos.
POINT Z (41.854965726 -6.322150944 0)	Castanhal	Castanha/Açaí	igarapé Agua mijada??
POINT Z (41.7304810304927 -6.195049360089 0)	Castanhal Aldeia Palmeira		1 dos 3 castanhais atras da aldeia palmeira
POINT Z (41.715169902234 -6.21424159603119 0)	Castanhal Aldeia Palmeira		1 dos 3 castanhais atras da aldeia palmeira
POINT Z (41.527557 -6.738828 0)	Castanhal Bom Jardim	Castanhal	Juqui
POINT Z (41.58639 -6.5791216 0)	Castanhal Cachoeirinha	Castanhal	Juqui

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (-41.8411024998235 -6.27283652860530 0)	Castanhal Canarama	Castanhal	
POINT Z (-41.7427366271491 -6.35863010234317 0)	Castanhal da Barriga	Castanhal	Atrás da aldeia 1 hora de caminhada
POINT Z (-41.5126097157536 -6.908404770743 0)	Castanhal Deus do Céu	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.469986 -6.89238 0)	Castanhal Deus do Céu	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-41.7094991235482 -6.14133149473109 0)	Castanhal do Boial	Castanhal	
POINT Z (-41.871741011 -6.28903727 0)	Castanhal do Calisto	Castanha/Açai	
POINT Z (-41.8484945781529 -6.31457045674324 0)	Castanhal do Centro (lado direito)	Ref - Cast	
POINT Z (-41.7308481125994 -6.13755628460568 0)	Castanhal do Igarapé do Areia	Castanhal	Igarapé Preguiça
POINT Z (-41.7342505839924 -6.15618886612392 0)	Castanhal do Igarapé Preguiça	Castanhal	
POINT Z (-41.7428757477206 -6.186373750787 0)	Castanhal do Jatuarana	Castanhal	Igarapé do Palmeira
POINT Z (-41.656679915 -6.19103398 0)	Castanhal do Pataúá	Castanhal	último castanhal no Alto do Paulino - 12hs de rabeta
POINT Z (-41.7549976018298 -6.35401957054173 0)	Castanhal do Tabocal	Castanhal	atrás da aldeia
POINT Z (-41.7548130030708 -6.2064736939842 0)	Castanhal e Açaizal da Aldeia Palmeira (entrada)	Ref - Cast	
POINT Z (-41.5845366092186 -6.72280328420474 0)	Castanhal Estação	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.55496 -6.7254367 0)	Castanhal Estação	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-41.8313706151417 -6.41420909088157 0)	Castanhal Japonesa	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.80515930511887 -6.39040306255 0)	Castanhal Japonesa	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.800163 -6.3922985 0)	Castanhal Japonesa Arredores	Ref - Cast	
POINT Z (-41.607882118717 -6.53791356531593 0)	Castanhal Livramento	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.626339394 -6.500530717 0)	Castanhal Livramento	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-41.7923452315758 -6.42879619543195 0)	Castanhal Nova Vida	Castanhal	
POINT Z (-41.7718651 -6.888182962 0)	Castanhal Paneiro	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.492240036837 -6.65817703300286 0)	Castanhal Pau D´arco	Castanhal	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.513646805034 -6.67209291954293 0)	Castanhal Pau D´arco	Morada Extrativista Temporária	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.5013623794904 -6.63406432232476 0)	Castanhal Pedral	Castanhal	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.5236670450191 -6.64991750485423 0)	Castanhal Pedral	Morada Extrativista Temporária	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.794523885 -6.895415104 0)	Castanhal Piritó	Castanhal	Marmelos em frente ao Paneiro
POINT Z (-41.6559130128234 -6.615481421210025 0)	Castanhal Praia Maranhão	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.6735833417236 -6.61443789064131 0)	Castanhal Praia Maranhão	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.5416031270494 -6.6897556158032 0)	Castanhal Queimadinha	Castanhal	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.568788 -6.6934285 0)	Castanhal Queimadinha	Morada Extrativista Temporária	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-41.475458194244 -6.78491598080111 0)	Castanhal Santo Amaro	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.6305992712514 -6.52636776486111 0)	Castanhal São Francisco	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.642881918 -6.537297 0)	Castanhal São Francisco	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-41.605587735715 -6.55662940123405 0)	Castanhal São João	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.615467 -6.5801735 0)	Castanhal São João	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-41.559044676363 -6.59336477533745 0)	Castanhal São José	Castanhal	Juqui
POINT Z (-41.573433 -6.6165586 0)	Castanhal São José	Morada Extrativista Temporária	Juqui

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (-61.81547444 -6.365470887 0)	Castanhal São Raimundo	Castanhal	20 minutos aldeia
POINT Z (-61.647637135522 -6.50912990046031 0)	Castanhal São Sebastião	Castanhal	Juqui
POINT Z (-61.66064706 -6.52823751 0)	Castanhal São Sebastião	Morada Extrativista Temporária	Juqui
POINT Z (-61.4388416171822 -6.66472188618592 0)	Castanhal Terra Preta	Castanhal	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-61.651283851 -6.570591224 0)	Castanhal Terra Preta	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-61.4469132537047 -6.67985151940158 0)	Castanhal Terra Preta	Morada Extrativista Temporária	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (-61.6642841725233 -6.57811191426443 0)	Castanhal Terra Preta	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-61.5649817875767 -6.74493506308769 0)	Castanhal Veriato Varadouro Sepoti	Castanhal	
POINT Z (-61.5529 -6.7397866 0)	Castanhal Veriato Varadouro Sepoti	Morada Extrativista Temporária	
POINT Z (-61.8228959105909 -6.30594040732831 0)	Cemitério	Cemitério	
POINT Z (-61.8463 -6.2978334 0)	Cemitério 01	Cemitério	
POINT Z (-61.84593 -6.2981515 0)	Cemitério 02	Cemitério	
POINT Z (-61.569847 -6.648366 0)	Chupador 2 Santa Rosa	Caça	
POINT Z (-61.568638 -6.635667 0)	Chupador da Santa Rosa	Caça	
POINT Z (-61.7191396 -6.126081739 0)	Chupador de Anta do Boial	Caça	
POINT Z (-61.797432 -6.401815 0)	Chupador do Arraia	Caça	Igarapé do Arraia
POINT Z (-61.533478 -6.781265 0)	Copaíba	Copaíba	
POINT Z (-61.71217617 -6.208714304 0)	dentro da T.I. Torá	Roça	
POINT Z (-61.761001032 -6.220174839 0)	Desterro - Dona Jardimina	Morada Antiga	
POINT Z (-61.846107 -6.298025 0)	Escola	Escola (desativada)	
POINT Z (-61.8000450162739 -6.34230994619429 0)	Escola	Escola	
POINT Z (-61.8207610398531 -6.30852861329913 0)	Escola	Escola	
POINT Z (-61.783906146884 -6.16000677824603 0)	Escola	Escola	
POINT Z (-61.8021298239324 -6.36349390726537 0)	Escola	Escola	
POINT Z (-61.7681738058884 -6.35196154005826 0)	Escola Municipal Fé em Deus	Escola (desativada)	
POINT Z (-61.7895316182513 -6.17378232323224 0)	Escondido	Morada indígena	
POINT Z (-61.678577 -6.5271 0)	Furo	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.7890396118164 -6.15323972702527 0)	Furo	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.760325978527 -6.12183937576333 0)	Furo 2	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.549776 -6.73842 0)	Furo Cavado	Ref	
POINT Z (-61.549465 -6.7389183 0)	Furo Cavado 2	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.58043 -6.154 0)	Furo da Volta Grande	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.7518691718578 -6.1127229662233 0)	Furo das 3 Casas	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.579674 -6.6072335 0)	Furo Volta Grande	Ref	
POINT Z (-61.768429809 -6.203588562 0)	Graziela	Morada Antiga	
POINT Z (-61.8461235053837 -6.29626546986401 0)	Igarapé	Ref	
POINT Z (-61.745735 -6.4189134 0)	Igarapé Cipoal	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.579083 -6.630368 0)	Igarapé da Santa Rosa	Ref	
POINT Z (-61.7491199934459 -6.22369636808084 0)	Igarapé do Desterro	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.69863 -6.4162817 0)	Igarapé do Dico	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.705124 -6.4070734 0)	Igarapé Palhalzinho	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.71849 -6.4066244 0)	Igarapé Pau Grande	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.766500286758 -6.2012911727652 0)	Igarapé Peixe Boi	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.8593318269807 -6.57797323770418 0)	Igarapé Água azul	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-61.678206087382 -6.56429060189147 0)	Igarapé Água azul	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-61.8463742081076 -6.31880558095872 0)	Igarapé Água Mijada	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.7185765412533 -6.5434892332728 0)	Igarapé Boial	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-61.699082233912 -6.53718594206318 0)	Igarapé Boial	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-61.650364 -6.530452 0)	Igarapé Caça	Ref - Igarapé	
POINT Z (-61.670340874 -6.566914549 0)	Igarapé Chororó	Castanhal	Marmelos

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (-41.6796980885841 -6.55777697199321 0)	Igarapé Chororó	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.671607011 -6.773624144 0)	Igarapé Copaibal	Copaíba	Marmelos
POINT Z (-41.823597126 -7.00581061 0)	Igarapé da Viúva	Ref - Igarapé	Marmelos
POINT Z (-41.801591161 -6.90283786 0)	Igarapé do Amâncio	Pesca/Caça	Marmelos
POINT Z (-41.75045619 -6.225209288 0)	Igarapé do Desterro	Praia de desova	
POINT Z (-41.710479524 -6.807102134 0)	Igarapé do Finado	Pesca/Caça	Marmelos
POINT Z (-41.760923101973 -6.20690294075757 0)	Igarapé do Lugar Velho e logo em seguida Igarapé do Jaco	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.856293049 -7.027104053 0)	Igarapé do Pano Queimado	Ref - Igarapé	Marmelos
POINT Z (-41.567835049 -6.17630334 0)	Igarapé do Paulino	Caça	
POINT Z (-41.737766 -6.4106135 0)	Igarapé do Peixe Boi	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.73874763 -6.87614745 0)	Igarapé do Poço das Cobras	Pesca	Marmelos
POINT EMPTY	Igarapé do Quatazinho	Castanhal	T.I Estirão, afluente do Sepoti.
POINT Z (-41.88750643 -6.778346777 0)	Igarapé do S	Comunidade	Marmelos
POINT Z (-41.73366761 -6.82919539 0)	Igarapé do Sucuriju	Pesca/Caça	Marmelos
POINT Z (-41.70219 -6.423065 0)	Igarapé dos Olhos	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.714452628 -6.76449837 0)	Igarapé e Lago do Livramento	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.7006059260033 -6.74456001521967 0)	Igarapé e Lago Três Bocas	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.8869940881358 -6.74502360024368 0)	Igarapé e Lago Três Bocas	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.6572198944678 -6.6485808042473 0)	Igarapé Flechal	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.680508037713 -6.64590214537721 0)	Igarapé Flechal	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.7695189438662 -6.18676743004471 0)	Igarapé Folha	Ref	
POINT Z (-41.6711473919001 -6.81389613689504 0)	Igarapé Folharal Grande	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.676650210676 -6.8054644931517537 0)	Igarapé Folharal Grande	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (-41.718075 -6.480835 0)	Igarapé Folharalzinho	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.636959934 -6.694880242 0)	Igarapé Ludovico Novo	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.6525751894572 -6.70233248096426 0)	Igarapé Ludovico Novo	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT EMPTY	Igarapé Palhal	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.841286566 -6.924297498 0)	Igarapé Papagaio	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.7608864123849 -6.2067187484338 0)	Igarapé Peixe Boizinho (grota da parte baixa do açaiçal)	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.781371282 -6.87266208 0)	Igarapé Piquiá	Copaíba	Marmelos
POINT Z (-41.703527191 -6.13399616 0)	Igarapé Repartimento	Pesca	
POINT Z (-41.7054892517626 -6.13127671647817 0)	Igarapé Repartimento	Ref	
POINT Z (-41.623892860033 -6.707876328594 0)	Igarapé Santa Júlia	Castanhal	Marmelos Gleba B.
POINT Z (-41.718124128 -6.84724825 0)	Igarapé Seringalzinho	Copaíba	Marmelos
POINT EMPTY	Igarapé Tabocal	Ref - Igarapé	
POINT EMPTY	Igarapé Terra Preta	Ref - Igarapé	
POINT Z (-41.770136027 -6.929827777 0)	Igarapé Tracajá	Pesca/Caça	Marmelos
POINT Z (-41.715223828285 -6.67557074104123 0)	Igarapé Santa Rita	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.6932246539377 -6.676988652948932 0)	Igarapé Santa Rita	Castanhal	Marmelos
POINT Z (-41.782845 -6.1632586 0)	Igreja Assembleia De Deus	Igreja	
POINT Z (-41.801005484491 -6.36274699587375 0)	Igreja Assembléia de Deus	Igreja	
POINT Z (-41.7681962810457 -6.35273878716244 0)	Igreja Católica	Igreja	
POINT Z (-41.784973921 -6.198960363 0)	Ilha do Itauba	Ref - Ilha	
POINT Z (-41.783928083 -6.211387798 0)	Ilha do Uxi	Ref - Ilha	
POINT Z (-41.706882 -6.42418 0)	Início Picadão Estirão Grande	Ref - Picada	
POINT Z (-41.765725579 -6.21474188 0)	Jacob	Morada Antiga	
POINT Z (-41.768802466 -6.209041748 0)	João de Melo	Morada Antiga	
POINT Z (-41.8491680640727 -6.3129289291661 0)	lado esquerdo jesuino	Ref - Cast	
POINT Z (-41.816018762608 -6.17851564618497 0)	Lago da Bacaba	Pesca/Acaí	

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (-41.738713180969 -6.13539839163423 0)	Lago da Preguiça	Ref - Lago	
POINT Z (-41.8310912325978 -6.3005566318333 0)	Lago do Açúcar	Ref - Lago	
POINT Z (-41.7925036766788 -6.36390150841242 0)	Lago do Borrador	Pesca	
POINT Z (-41.8065404430942 -6.17057654646758 0)	Lago do Peixe Boi	Pesca/Caça	
POINT Z (-41.709825552 -6.858854013 0)	Lago do Segundo	Pesca/Caça	Marmelo
POINT Z (-41.7998367643374 -6.16014635142306 0)	Lago do Tambaqui	Pesca/Açaí	
POINT Z (-41.80726791 -6.384199067 0)	Lago São Raimundo	Pesca	
POINT Z (-41.8485808279365 -6.31438437849383 0)	Lavatório	Caça	
POINT Z (-41.7559119313955 -6.20425639674667 0)	Limite Açaizal da Aldeia Palmeira	Ref - Açaí	
POINT Z (-41.7584750316 -6.221484615 0)	Mário Pinto	Morada Antiga	
POINT Z (-41.762310807 -6.217134289 0)	Montevideu - Dona Ana	Morada Antiga	
POINT Z (-41.773817572 -6.15349086 0)	Morada do Mauro	Açaizal	
POINT Z (-41.7772333621324 -6.1544324989715 0)	Morada do Mauro	Morada Antiga	
POINT Z (-41.8210667278618 -6.3008080904940 0)	Olho d'água	Ref	
POINT Z (-41.7504 -6.21828 0)	Palm - Antiga Sr. João Bosco	Morada	
POINT Z (-41.750156 -6.218434 0)	Palm - Cristiano	Morada	
POINT Z (-41.74999 -6.2185817 0)	Palm - Suely	Morada	
POINT Z (-41.750633 -6.2180533 0)	Palm - Taine E José Harlem	Morada	
POINT Z (-41.75069 -6.2185717 0)	Palmeira	Aldeia	
POINT Z (-41.728213603 -6.246516709 0)	Pau Chato	Morada Antiga	Igarapé Camujá
POINT Z (-41.76758 -6.3605433 0)	Pau Queimado	Aldeia	
POINT EMPTY	Pedra de Amolar	Histórico	
POINT Z (-41.851656802663 -6.30321410950273 0)	picada de caça	Caça	
POINT Z (-41.554226 -6.7394814 0)	Picadao	Ref - Picada	
POINT Z (-41.560654 -6.658048 0)	Picadao Antônio Duarte PM	Ref - Picada	
POINT Z (-41.7834394392202 -6.15551278083947 0)	Plantio de Castanha	Castanhal	
POINT Z (-41.800731117 -6.609251397 0)	Poção	Açaizal	
POINT Z (-41.62873 -6.57183 0)	Poção	Caça	
POINT Z (-41.834813983 -6.966755467 0)	Poço do Pote	Pesca/Caça	Marmelos (abaixo do Igarapé Papagaio)
POINT Z (-41.511417 -6.788453 0)	Poço Jatuarana	Pesca	
POINT Z (-41.8491680640727 -6.31292890291661 0)	Ponta de Castanha (lado esquerdo)	Ref - Cast	
POINT Z (-41.781383352867 -6.3432113606136 0)	PQ - Adriana	Morada	
POINT Z (-41.7683252785355 -6.3541839273274 0)	PQ - Alta Matanawi Djahui	Morada	
POINT Z (-41.7676348811713 -6.361327394931 0)	PQ - André Lima (irmã do Juniel)	Morada	
POINT Z (-41.7666786536574 -6.360488750782 0)	PQ - Daniel	Morada	
POINT Z (-41.783972227927 -6.34316197523917 0)	PQ - José Nogueira Munduruku	Morada	
POINT Z (-41.768209532243 -6.36168995406479 0)	PQ - Juliano (irmão do Juniel)	Morada	
POINT Z (-41.768133208839 -6.35224124416709 0)	PQ - Jurimar	Morada	
POINT Z (-41.768110453188 -6.34362125303596 0)	PQ - Leilton	Morada	
POINT Z (-41.7671738448401 -6.3607187429443 0)	PQ - Maria (mãe do Juniel)	Morada	
POINT Z (-41.7684484508767 -6.35092101059854 0)	PQ - Maria do Rosario	Morada	
POINT Z (-41.78566881979 -6.34325747844832 0)	PQ - Raimundo	Morada	
POINT Z (-41.766504389953 -6.3608636605014 0)	PQ - Raimundo sobrinho do juniel em construcao	Morada	
POINT Z (-41.702486036 -6.52140397 0)	Praia Alta	Pesca/Praia de desova	Marmelos
POINT Z (-41.6540272801732 -6.70538185146783 0)	Praia Barranco do Luduvico	Praia de desova	Marmelos abaixo Sepoti
POINT Z (-41.813844426 -6.935800238 0)	Praia da Bateria	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (-41.75914201 -6.867257068 0)	Praia da Cobra	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (-41.70785037 -6.498183485 0)	Praia da Costureira	Praia de desova	Marmelos (abaixo Sepoti - território Pirahã)
POINT Z (-41.85089866 -6.983656534 0)	Praia da gaivota	Pesca/Praia de desova	Marmelos
POINT Z (-41.845456058 -7.005640863 0)	Praia da Onça	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (-41.664037062 -6.594737982 0)	Praia da Terra Preta	Praia de desova	Marmelos abaixo Sepoti

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (41.796132025 -6.918005549 0)	Praia do Amancio	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (41.655983352 -6.72795979 0)	praia do boto	Praia de desova	Marmelos
POINT Z (41.784979328 -6.91559834 0)	Praia do Jauari	Pesca/Çaça	Marmelos
POINT Z (41.68590705 -6.619694367 0)	Praia do Maranhão	Praia de desova	Marmelos abaixo Sepoti
POINT Z (41.764032277 -6.885706381 0)	Praia do Quati	Pesca/Çaça	Marmelos
POINT Z (41.75792228 -6.897874092 0)	Praia do Quati	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (41.776123516 -6.915178776 0)	Praia do Tracajá	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (41.69275731 -6.67408453 0)	Praia e Santa Rita	Praia de desova	Marmelos abaixo Sepoti
POINT Z (41.877274769 -6.802631833 0)	Praia Folhal Grande	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (41.804738821 -6.92879037 0)	Praia Maçaranduba	Copaíba	Marmelos
POINT Z (41.644874787 -6.712376979 0)	Praia Santa Júlia	Praia de desova	Marmelos abaixo Sepoti
POINT Z (41.651085 -6.5335183 0)	Praia Três bocas	Praia de desova	Juqui
POINT Z (41.683982471 -6.745003164 0)	Praia Três Bocas	Praia de desova	Marmelos acima Sepoti
POINT Z (41.5869083573881 -6.476009157102395 0)	Pta. Castanha Jeremias	Castanhal	Igarapé Santa Rosa
POINT Z (41.566875 -6.6619635 0)	Pta. Castanha Jeremias	Castanhal	
POINT Z (41.844300411 -6.33071262 0)	Pta. da Castanha do Igarapé Grande	Castanhal	Igarapé Grande
POINT Z (41.7194518613325 -6.4126508707326 0)	Pta. do Açaí	Açaizal	
POINT Z (41.501694 -6.8397584 0)	Pto. de Caça	Caça	
POINT Z (41.819798820989 -6.3041088262386 0)	Quintais	Açaizal	Quintais
POINT Z (41.764819134 -6.197932045 0)	Ressaca do Peixe Boi	Ressaca	vários furos, entradas e ligações
POINT Z (41.96739595 -7.28546678 0)	Rio Amazonia	Ref - Igarapé	Marmelos
POINT Z (41.6554084880222 -6.75659811202197 0)	Rio Sepoti	Castanhal	Marmelos
POINT Z (41.6428217910739 -6.75300334388353 0)	Rio Sepoti	Morada Extrativista Temporária	Marmelos
POINT Z (41.8208230041289 -6.3059000655502 0)	Roça	Roça	
POINT Z (41.757465517484 -6.22507825959474 0)	Roça	Roça	
POINT Z (41.8006400137445 -6.33791357648674 0)	Roça	Roça	
POINT Z (41.7540291649342 -6.22507289517671 0)	Roça da Aldeia Palmeira (entrada)	Ref	
POINT Z (41.768064463 -6.20648975 0)	Rufino	Morada Antiga	
POINT Z (41.685474 -6.512232 0)	Saleiro	Caça	
POINT Z (41.67457 -6.5118766 0)	Saleiro	Caça	
POINT Z (41.7380722858559 -6.2271279446814 0)	samura igarapé	Ref - Igarapé	
POINT Z (41.8340870924294 -6.2648102408275 0)	Santa Luzia	Comunidade	
POINT Z (41.5531278845131 -6.64939958473196 0)	Santa Rosa	Castanhal	Igarapé Santa Rosa (afluente Juqui)
POINT Z (41.76362982 -6.214408293 0)	São Benedito - Tio Joaquim	Morada Antiga	
POINT Z (41.8215404833906 -6.30763900013386 0)	São José	Aldeia	
POINT Z (41.7846158473149 -6.1590061203382 0)	São José do Laguinho	Aldeia	
POINT Z (41.73240496777 -6.06717544142157 0)	São Pedro	Comunidade	
POINT Z (41.80376 -6.367757 0)	São Raimundo	Aldeia	
POINT Z (41.8366122492403 -6.3293279383366 0)	Saúva	Morada indígena	
POINT Z (41.8209517281503 -6.30704474498068 0)	SJ - Cacique Rosiviltom	Moradia	
POINT Z (41.822440326964 -6.306187254747671 0)	SJ - Derlino	Moradia	
POINT Z (41.822132084727 -6.30737646268369 0)	SJ - Edelvina	Moradia	
POINT Z (41.8216338474304 -6.3081738492474 0)	SJ - Ilda (mãe do cacique)	Moradia	
POINT Z (41.8218518607318 -6.30728247575462 0)	SJ - Kesia Ferreira Parente	Moradia	
POINT Z (41.821748089516 -6.3079138007015 0)	SJ - Leonei dos santos lima	Moradia	
POINT Z (41.8218587938825 -6.30795763805509 0)	SJ - Manoel Elone	Moradia	
POINT Z (41.821869427285 -6.30793655756861 0)	SJ - Manoel Elone Marques Lima	Moradia	
POINT Z (41.8220044951886 -6.30763112101704 0)	SJ - Maria Parente de Oliveira	Moradia	
POINT Z (41.8208942242306 -6.30652550003368 0)	SJ - Nailson	Moradia	
POINT Z (41.821899508467 -6.30757089704275 0)	SJ - Osvaldino Parente dos Santos	Moradia	
POINT Z (41.8209184312337 -6.30740712426016 0)	SJ - Raimundo rodrigues da silva	Moradia	

Coord_WKT	Nome	Uso	Obs_Loc
POINT Z (-61.821899508467 -6.30757089704275 0)	SJ - Rosa Maria	Moradia	
POINT Z (-61.7843949794769 -6.1586810553391 0)	SJL - Domingos Pereira dos Santos (Torá)	Moradia	
POINT Z (-61.7848029013673 -6.15691388263158 0)	SJL - Luciane dos Santos Marinho (Tenharim)	Moradia	
POINT Z (-61.7837017960847 -6.1600644483834 0)	SJL - Nara	Moradia	
POINT Z (-61.7846407368779 -6.15821783965113 0)	SJL - Paulo Roberto	Moradia	
POINT Z (-61.7840059753308 -6.1593218705691 0)	SJL - Raimundo	Moradia	
POINT Z (-61.7842194624245 -6.15911008524474 0)	SJL - Raimundo subrinho do raimundo	Moradia	
POINT Z (-61.7842547502369 -6.1588618112728 0)	SJL - Reinaldo pinto dos santos	Moradia	
POINT Z (-61.7841786425561 -6.1594265008947 0)	SJL - Renato	Moradia	
POINT Z (-61.8047950230539 -6.36607964057475 0)	SR - Aladin	Moradia	
POINT Z (-61.801324396646 -6.36277201385472 0)	SR - Alexandre	Moradia	
POINT Z (-61.8061554059388 -6.36921811848879 0)	SR - Damiana	Moradia	
POINT Z (-61.8019077538794 -6.36282662395188 0)	SR - França	Moradia	
POINT Z (-61.8046611640402 -6.36595160700381 0)	SR - José	Moradia	
POINT Z (-61.801124420017 -6.36247160844505 0)	SR - Ludogério	Moradia	
POINT Z (-61.802405788149 -6.36374092105183 0)	SR - Manuel	Moradia	
POINT Z (-61.8012454606146 -6.3647206261355 0)	SR - Natal	Moradia	
POINT Z (-61.803859854117 -6.36495265178382 0)	SR - Raimundo	Moradia	
POINT Z (-61.8044196814299 -6.36547856264156 0)	SR - Valderi	Moradia	
POINT Z (-61.764442285872 -6.20916327875621 0)	subindo o braço vai pro castanhal	Ref - Cast	
POINT Z (-61.8587860520788 -6.26705645227595 0)	Tarumã	Morada indígena	
POINT Z (-61.540374 -6.657252 0)	Trilha Castanhal	Ref	
POINT Z (-61.8058756180108 -6.34248961228877 0)	VA - Amalia Silva Parente Munduruku	Moradia	
POINT Z (-61.8070061133776 -6.34117792826146 0)	VA - Ana Letícia	Moradia	
POINT Z (-61.8077639763763 -6.34161531787847 0)	VA - Bernabel	Moradia	
POINT Z (-61.811558380723 -6.33796920999885 0)	VA - Francisca	Moradia	
POINT Z (-61.8071044888348 -6.34151819162071 0)	VA - Manoel	Moradia	
POINT Z (-61.808852680206 -6.3418701896444 0)	VA - Maria Domingas	Moradia	
POINT Z (-61.808797968515 -6.34144878946245 0)	VA - Maria Ivaneide Parintintin	Moradia	
POINT Z (-61.808744343712 -6.34070506319404 0)	VA - Raimunda	Moradia	
POINT Z (-61.8128204438835 -6.33540841285139 0)	VA - Raimunda Calisto de Castro	Moradia	
POINT Z (-61.8078798148791 -6.34110806509852 0)	VA - Rosana Carril Parente	Moradia	
POINT Z (-61.806016418984 -6.34272573050112 0)	VA - Sebastiao (sabá)	Moradia	
POINT Z (-61.8048795087427 -6.34318287950209 0)	VA - Silvío Parente de Queiroz	Moradia	
POINT Z (-61.774998 -6.1707916 0)	VC - Maria Rosário Cunha Torá	Moradia	
POINT Z (-61.78079 -6.16599 0)	VC - André	Moradia	
POINT Z (-61.773174 -6.173352 0)	VC - Anemildo	Moradia	
POINT Z (-61.775085 -6.1708083 0)	VC - Antônio	Moradia	
POINT Z (-61.772427 -6.174073 0)	VC - Brizia	Moradia	
POINT Z (-61.782703 -6.1683083 0)	VC - Cacique Pedro	Moradia	
POINT Z (-61.7724 -6.1742718 0)	VC - Lurdes	Moradia	
POINT Z (-61.77306 -6.17351 0)	VC - Manuel	Moradia	
POINT Z (-61.772274 -6.1750336 0)	VC - Maria das Dores Cunha	Moradia	
POINT Z (-61.77188 -6.17558 0)	VC - Maria Rogéria	Moradia	
POINT Z (-61.774963 -6.171048 0)	VC - Maria Rosário (nova)	Moradia	
POINT Z (-61.77171 -6.175297 0)	VC - Paula	Moradia	
POINT Z (-61.770756 -6.1698165 0)	VC - Pto De Morada Antigo - Manuel Celestina	Morada Antiga	
POINT Z (-61.7722 -6.1752413 0)	VC - Samantha	Moradia	

ANEXO D – APRESENTAÇÃO DAS GENEALOGIAS

As genealogias apresentadas são as das comunidades de *Baixo Grande, São José do Pindobal, Pau Queimado, Vista Alegre, São Raimundo, S. José do Laguinho, Palmeira, Vera Cruz/Vista Nova e Escondido*.

Foram coletadas em junho de 2022 quando da pesquisa em campo, ocasião em visitamos todas as comunidades acima citadas. Em algumas, como Baixo Grande, Escondido, São José do Laguinho e Palmeira visitamos cada casa, nas demais a chefia da aldeia nos alojava em um espaço, geralmente a escola ou a sua própria casa, e recebíamos ali “os donos” das demais casas da comunidade.

A construção das genealogias dos moradores das comunidades/aldeias do Baixo Rio Marmelos (em anexo) foi a ferramenta utilizada para a compreensão das relações de parentesco e de aliança entre eles e o tempo de ocupação desta região pelos seus pais e avós, e que embasaram a parte 2 deste relatório. Tempo que pode ser medido pela profundidade da genealogia, sempre guardada na memória e compartilhada entre todos, já que legitimam seu direito de permanecerem ali.

O levantamento das genealogias foi também um importante instrumento de aproximação com a população das comunidades/aldeias, quando os mais velhos desfiavam a lista de seus parentes e muitos dos mais novos sentavam-se junto e ficavam escutando. Momento em que contavam as histórias antigas, os acordos e deslocamentos entre as comunidades e expressavam suas opiniões sobre a situação que vivem, sobre a ida para as cidades e as expectativas de futuro.

As genealogias representam em certa medida as relações sociais e a presença dos moradores atuais na área proposta. Torna visível também o êxodo para as cidades do entorno e para os centros maiores da região, como apontado na parte 2 e 5 deste relatório.

Consideramos importante que estas relações fossem expressas visualmente, por isso utilizamos o programa GENOPRO para esta apresentação.

Cada comunidade recebeu uma cor e esta cor representa a sua moradia atual e não a sua ascendência. Um mesmo indivíduo/família pode aparecer em vários momentos na genealogia: quando apresentamos a genealogia de seus pais, e, quando casados, de seus sogros.

Podemos assim observar o caminho da descendência dos mais velhos, de como ela se espalha pelas comunidades com as quais mantém uma relação de aliança mais próxima, e que foi contada na parte 2 deste relatório; e a saída para as pequenas vilas/povoados do entorno e até, em menor grau, para as cidades da região.

Os de origem do baixo Marmelos e que foram:

- para as vilas e povoados do entorno foram assinalados com a *cor azul*, e residem principalmente, em Auxiliadora, Santa Luzia, Bom Suspiro. Foram identificados também alguns moradores no Lago do Antonio e Umuratuba.
- para as cidades-polo da região foram assinalados com a *cor rosa* e residem principalmente em Humaitá, seguido de Porto Velho e Manicoré. Foram identificados também alguns moradores em Goiânia, Manaus, Guajará, Mawés, Uriquenes.
- para outras Terras Indígenas ou comunidades indígenas no Madeira foram assinalados com a *cor laranja*. Foram identificados alguns poucos casos na TI Torá, TI Tenharim, comunidades Bom-que-Dói e Boca do Acará. Estes casos são decorrentes de casamentos, quando um dos cônjuges vai residir na comunidade de origem de seu parceiro.

Desta forma pode-se observar visualmente a grande dispersão para os centros urbanos. E se tem uma clareza maior da população real do Baixo Marmelos, para além dos cerca de 598 indivíduos moradores atuais.

Estes moradores atuais, que residem nas comunidades, foram assim assinalados:

Baixo Grande: azul escuro

São José do Pindobal/Saúva: bordo escuro

Pau Queimado: rosa

Vista Alegre: verde claro

São Raimundo: amarelo escuro

Vera Cruz /Vista Nova: azul claro

São José do Laginho: azul cinza

Escondido: metade cinza

Os moradores da pequena comunidade de Tarumã, local de antiga aldeia Torá, mas que não se considera indígena e que está dentro da delimitação proposta, foram assinalados com a cor azul escuro, mostrando a sua ligação maior com a comunidade de Baixo Grande e um símbolo dentro.

Alguns indivíduos, poucos, estão marcados também por uma tarjeta amarela. São indivíduos mencionado tanto no GT da FUNAI de 1984 como no GT de 1998 e aparece nomeada como Torá nos dois processos, mas cujas ocupações não foram incluídas nas áreas propostas. E vamos encontrá-los residindo na mesma região, agora, quando do levantamento em 2022. Alguns que se encontravam na listagem já faleceram.

Informamos ainda que as genealogias estão distribuídas pelas 03 (três) abas existentes no programa do GENOPRO.

ANEXO E – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



BIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO BAIXO MARMELOS



BACABA DO IGAPÓ



CASTANHA DO BRASIL



CONHECIMENTO ASSOCIADO AO USO DA BIODIVERSIDADE



ÁRVORE DE SORVA



USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE



ARTESANATO TRADICIONAL – CUMIEIRA DE CASAS.



CONHECIMENTO ASSOCIADO AO USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE.



UXI COROA



CRIAÇÃO DE ABELHAS SEM FERRÃO – ALDEIA SÃO JOSÉ DO LAGUINHO.



BENEFICIAMENTO DE SEMENTES DE URUCUM
– ALDEIA SÃO JOSÉ



PREPARO DE DERIVADOS DE MANDIOCA – ALDEIA SÃO JOSÉ



ARTESANATO – PREPARAÇÃO DE CASCOS –ALDEIA SÃO RAIMUNDO.



BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA – “PUBA” – ALDEIA VISTA ALEGRE.



ROÇA – ALDEIA SÃO JOSÉ.



AÇAIZAL MANEJADO – ALDEIA SÃO JOSÉ DO
LAGUINHO.



ARTESANATO – ARCO E FLECHA



ARTESANATO – PANEIRO



ARTESANATO – CASCO.



PREPARO DA FARINHA – ALDEIA PALMEIRA



PESCA COM FLECHA



ACESSIBILIDADE NAS ALDEIAS.



ESCOLA ALDEIA VERA CRUZ.



EQUIPAMENTOS MANUAIS PARA PREPARAÇÃO DAFARINHA DE MANDIOCA.



HABITAÇÃO – ALDEIA SÃO JOSÉ.



CACIQUE JOÃO BOSCO E ESPOSA – ALDEIAPALMEIRA.



ÁGUA MIJADA, ALDEIA BAIXO GRANDE.



CRIANÇAS – ALDEIA SÃO JOSÉ DO LAGUINHO



FAMÍLIA – ALDEIA PAU QUEIMADO



DONA ILA – REZADEIRA – ALDEIA SÃO JOSÉ



CASAL DE IDOSOS - - ALDEIA SÃO JOSÉ



JOVEM TRABALHANDO COM CASCO – ALDEIA PAUQUEIMADO.



JOVEM COM A MÃE – ALDEIA VISTA ALEGRE.



SEU AMAIR E DONA AMÁLIA – ALDEIA VISTA ALEGRE.



CARNE DE CAÇA – ALDEIA SÃO JOSÉ.



ESCOLA ABANDONADA – ALDEIA SÃO RAIMUNDO.



ALDEIA VERA CRUZ.



GARIMPO NA FOZ DO RIO MARMELOS.



GARIMPO.



**BOCA DO RIO
DOSMARMELÓS**



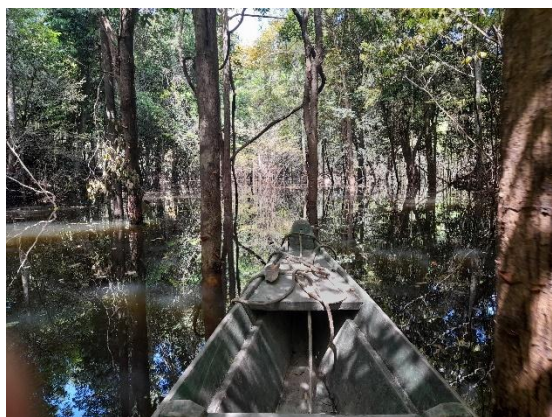
**BOCA DO RIO
DOSMARMELÓS**



COMUNIDADE SANTA LUZIA



**ALDEIA FORTALEZA T.I.
TORÁ**



IGARAPÉ DAS PALMEIRAS



**ROÇA DA ALDEIA
PALMEIRAS**



RESSACA DO PEIXE BOI



PONTO P-BM1-12DO
MEMORIAL DESCRITIVO DA
GLEBA 1



LAGO DO AÇÚCAR



PLANTAÇÃO DE AÇAÍ NA
ALDEIA SÃO JOSÉ



ROÇA DA ALDEIA SÃO JOSÉ



IGARAPÉ MIJADO



LAGO PREGUIÇA



IGARAPÉ PAULINO, AUGUSTO REGISTRANDO AS INFORMAÇÕES PASSADAS POR RENATO DOS CASTANHAIS



RAIMUNDO, RENATO E AUGUSTO DEFININDO OS PONTOS PARA SEREM VISITADOS



RUBEMAR, MARIA ELISA E CAROLINA DISCUTINDO OS LIMITES DA T.I.



RUBEMAR, MARIA ELISA E AUGUSTO DISCUTINDO OS LIMITES DA T.I.



OSMAR, RUBEMAR E CAROLINA LOCALIZANDO PONTOS DE REFERÊNCIA DO RIO DOS MARMELOS NA CARTA TOPOGRÁFICA.

ANEXO F - TERMO DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Aldeias: São Raimundo, Pau Queimado, Vista Alegre, São José, Baixo Grande, Palmeira, Vera Cruz e São José do Laguinho
Povos: Torá, Tenharin, Mura e Munduruku

Às autoridades competentes,

Nós, lideranças e representantes das comunidades indígenas das Aldeias São Raimundo, Pau Queimado, Vista Alegre, São José, Baixo Grande, Palmeira, Vera Cruz e São José do Laguinho, pertencentes aos povos Torá, Tenharin, Mura e Munduruku, por meio desta Carta de Anuência, declaramos formalmente nossa concordância com os limites territoriais definidos para a área de ocupação tradicional indígena, conforme descrito nas coordenadas geográficas e no memorial descritivo do perímetro territorial.

Os referidos limites encontram-se detalhados no documento técnico que descreve o perímetro da área, iniciando-se no Marco MC-A1, de coordenadas E 631491,462926249 m e N 9310938,95857483 m, seguindo por linhas retas, azimutes e distâncias, bem como por acidentes naturais da região, como rios, igarapés, lagos e demais marcos geográficos, conforme memorial descritivo constante no documento técnico apresentado.

Declaramos que a delimitação descrita neste memorial foi discutida e validada coletivamente em reunião realizada entre as lideranças e moradores das comunidades envolvidas, respeitando:

- 1- Os limites de uso tradicional do território indígena;
- 2- As áreas historicamente utilizadas para moradia, caça, pesca, coleta e atividades produtivas tradicionais;
- 3- Os caminhos tradicionais, igarapés, lagos e locais de importância cultural e espiritual;
- 4- Os princípios de respeito entre os povos indígenas que compartilham este território.

Ressaltamos que os limites definidos refletem o conhecimento tradicional das comunidades sobre o território, transmitido entre gerações e consolidado por meio do uso contínuo da área pelos povos indígenas que ali habitam.

Dessa forma, manifestamos nossa anuência e concordância integral com o perímetro territorial definido pelas coordenadas geográficas apresentadas no memorial descritivo, reconhecendo que tais limites correspondem à área de ocupação tradicional e de uso coletivo das comunidades indígenas mencionadas.

Esta carta é emitida para fins de comprovação de concordância das comunidades indígenas com a delimitação territorial apresentada, podendo ser utilizada em processos administrativos, técnicos e institucionais relacionados ao reconhecimento, regularização ou gestão do território indígena.

Sem mais para o momento, firmamos a presente carta.

Local e data: Aldeia Baixo Grande 20 de janeiro de 2025

Lideranças das Comunidades Indígenas

Aldeia São Raimundo - Raimundo Rodrigues Munduruku

Aldeia Pau Queimado - João Munduruku

Aldeia Vista Alegre - Silvio Peres de Azevedo

Aldeia São José - Rosiv. Pto. Marques Parente

Aldeia Baixo Grande - Osmar Parente Calisto

Aldeia Palmeira - João Bosco de Souza Lima

Aldeia São José do Lagunho - Raimundo Pato Tenharin

Representantes dos Povos:

Povo Torá - Raimundo Rodrigues Calisto

Povo Tenharin - Raimundo Pato Tenharin

Povo Mura - João Bosco de Souza Lima

Povo Munduruku - Raimundo Rodrigues Munduruku

Local e data: Aldeia Baixo Grande 20 de janeiro de 2025

Lideranças das Comunidades Indígenas

Aldeia São Raimundo - Raimundo Rodrigues Munduruku

Aldeia Pau Queimado - Ivo Munduruku

Aldeia Vista Alegre - Silvio Parente de Azevedo

Aldeia São José - Rosiv. Pto. Marques Parente

Aldeia Baixo Grande - Osmar Parente Calisto

Aldeia Palmeira - João Basco de Souza Lima

Aldeia São José do Laguiño - Raimundo Pinto Tenharin

Representantes dos Povos:

Povo Torá - Raimundo Rodrigues Calisto

Povo Tenharin - Raimundo Pinto Tenharin

Povo Mura - João Basco de Souza Lima

Povo Munduruku - Raimundo Rodrigues Munduruku

- Naibon Ferreira Ponto Mundurucu - vice-coique
- * Congrauna da Silva Rodrigues.
 - * Késia Ferreira Parente Mundurucu
 - * Nelinha Ferreira Guiray
 - * Irletecia Ferreira Parente
 - Ingleciene dos Santos Lima mundurucu
 - Marivaldo Anjos de Oliveira.
 - * Osvaldino Parente dos Santos.
 - * João Pires da Silva Cavali
 - * Dribson Silva de Oliveira Tona
 - * Janaina da Silva dos Santos
 - * Renato da Silva Tona
 - * Leandro Parente de Oliveira Tona
 - * João dos Santos Ourez
 - * Rildo Ferreira Parente Mundurucu
 - * Jerson RAMALHO DIAS
 - * Derlino Parente de Oliveira.
 - * Constantino Pereira dos Santos.
 - * ETELVINA PARENTE DE OLIVEIRA
 - * Cleilde Gomes de Oliveira
 - Rosilto W. morque Parente

- * Alexandre Caril Parente
- * Sabrina Calisto de Castro
- * Michel Ferreira Araújo
- * Valdeane Pereira Araujo
- * Ana Clara Pereira Munderuke
- * Luolugero Ferreira da Silva
- * (Ana) Francileia Caril Parente.
- * Alu Rodrigues Munderuke
- * Natad Rodrigues Munderuke
- * Naires Parente Munderuke
- * Raimundo Rodrigues Munderuke
- * Duranildo Rodrigues Munderuke
- * Josi Esten Rodrigues Munderuke
- * Raimundo Rodrigues Munderuke Casiquel
- * Carino Tenhorim
- * Izabela Rodrigues Tenhorim
- * Valdeir Gomes de Souza
- * Antônio Caril Parente
- * José dos Santos Alecrim
- * Ingracina Ferreira da Silva neta
- Domingo Silva de Souza
- Manoel Caril Parente
- Vanderleir F. da Silva

- * Alexandre Caril Parente
- * Sabrina Coligato de Castro
- * Michel Ferreira Araújo
- * Valdeane Pereira Araújo
- * Pro Clara Pereira Mundurucu
- * Luísa Gênia Ferreira da Silva
- * Rosângela Francineia Caril Parente.
- * Albe Rodrigues Mundurucu
- * Natat Rodrigues Mundurucu
- * Naires Parente Mundurucu
- * Raimundo Rodrigues Mundurucu
- * Durvaldo Rodrigues Mundurucu
- * José Elton Rodrigues Mundurucu
- * Raimundo Rodrigues Mundurucu Caricqui
- * Carina Tenhorim
- * Izabela Rodrigues Tenhorim
- * Valdeir Gomes de Souza
- * Antônio Caril Parente
- * José dos Santos Alecrim
- * Engrácia Ferreira da Silva neta
- Domingos Silva de Souza
- Manoel Caril Parente
- Van derlei F. da Silva

Erik David Alvarez Agueda, Conselho
Luciélia Chaves Agueda
Larissa Agueda dos Santos
Márcio Tenreiro
Renato Barata dos Santos Tenreiro
Francis Agueda dos Santos Tenreiro
Ronaldo Pereira dos Santos
Elene Moreira dos Santos Tenreiro
Cláudia Barata dos Santos Tenreiro
Márcio Sales da Silva
Márcio Moreira dos Santos, mais
Mário Eduarda Moreira Tenreiro
Raimundo Pinto dos Santos Tenreiro
carique

